

339.2(815.1
P912d

FERNANDO MARTINS PRATES



DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora:
Profa. Dra. Simone Wajnman

TD-4264

Belo Horizonte
CEDEPLAR/FACE/UFMG
1996

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
BIBLIOTECA
Nº 15748
Vol. _____ Ex. _____
Dat. 11 / 11 / 96

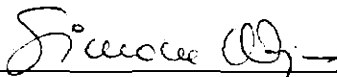


CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: "Desigualdade de Renda e Pobreza em Minas Gerais"

AUTOR: FERNANDO MARTINS PRATES

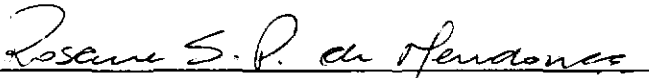
APROVAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Simone Wajnman
Professora Orientadora

35

NOTA



Prof. Rosane Mendonça

95

NOTA



Prof. Ricardo Carneiro

95

NOTA

LOCAL E DATA DE APROVAÇÃO: Belo Horizonte, 03 de abril de 1996.

Aos meus pais, pelo constante apoio e estímulo.

AGRADECIMENTOS

À Fundação João Pinheiro, pela utilização, nesta dissertação, de alguns dados e indicadores municipais gerados para a pesquisa "Análise das condições de vida nos municípios de Minas Gerais", de sua iniciativa e responsabilidade, ainda em fase de elaboração.

À equipe do IPEA-RJ, contratada pela Fundação João Pinheiro para consultoria na referida pesquisa, especialmente ao Ricardo Paes de Barros e à Rosane Mendonça, pelo incentivo, apoio e valiosas sugestões.

À Prof. Simone Wajnman, pela cuidadosa leitura, críticas e orientação.

Ao Olinto J.O. Nogueira, à Maria Luiza A. Marques e ao José Marcos Carneiro, colegas da Fundação João Pinheiro, pela colaboração através de comentários ao texto e ajuda na formatação final.

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	i
	LISTA DE GRÁFICOS	iv
	LISTA DE MAPAS E DIAGRAMAS	vi
1	INTRODUÇÃO	01
2	CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA	05
2.1	Desigualdade e pobreza: alguns pontos iniciais	05
2.2	Níveis de agregação	07
2.3	Mensuração da renda	14
2.4	Mensuração da desigualdade	22
2.5	Mensuração da pobreza	34
2.6	Desigualdade, pobreza e bem-estar: análise de dominância estocástica	42
3	DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E FATORES DETERMINANTES	48
3.1	O Brasil no contexto internacional	48
3.2	A evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil	56
3.3	Desigualdades regionais: Minas Gerais no contexto nacional	73

3.4	Fatores determinantes e estratégias de combate à desigualdade e a pobreza	91
4	DESIGUALDADE E POBREZA NAS REGIÕES E MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS	103
4.1	Desigualdade e pobreza nas regiões de planejamento	104
4.2	Desigualdade e pobreza nos municípios do estado	129
5	CONCLUSÕES	148
ANEXO 1	DADOS BÁSICOS POR MUNICÍPIO	152
ANEXO 2	LINHAS DE POBREZA	167
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - Distribuições de renda, unidades de análise, universos de análise e conceitos de renda -----	16
TABELA 2.2 - Distribuições de frequência I e II -----	28
TABELA 2.3 - Dados para a ordenação das distribuições A, B e C -----	45
TABELA 3.1 - Pobreza, desigualdade e bem-estar - Brasil X outros países latino-americanos - 1989 -----	50
TABELA 3.2 - Indicadores de desenvolvimento humano e social em diversos países -----	53
TABELA 3.3 - Indicadores sociais selecionados - alguns países da América Latina -----	54
TABELA 3.4 - Causas da pobreza - América Latina X países industrializados -----	55
TABELA 3.5 - Curvas de Lorenz - PEA com renda positiva - Brasil, 1960-1990 -----	57
TABELA 3.6 - Evolução da desigualdade no Brasil - 1960-1990 (PEA com renda positiva) -----	58
TABELA 3.7 - Evolução da desigualdade no Brasil - 1981-1990 (diversos índices e distribuições) -----	59
TABELA 3.8 - Taxas de crescimento anual da renda média de cada décimo e da renda média dos décimos mais pobres - PEA com renda positiva - Brasil, 1960-1990 -----	63
TABELA 3.9 - Evolução da pobreza no Brasil - 1960-1991 (diversas estimativas) -----	65
TABELA 3.10 - Evolução da pobreza rural e urbana no Brasil - estimativa I - 1970-1990 -----	69
TABELA 3.11 - Evolução da pobreza e indigência rural, urbana e metropolitana no Brasil - estimativa II - 1981-1990 -----	69

TABELA 3.12 - Indicadores sociais selecionados - Brasil - 1970-1991 -----	71
TABELA 3.13 - População residente - Brasil, macrorregiões e estados selecionados - 1970-1980-1991 -----	77
TABELA 3.14 - Participação relativa no PIB e no PIB <i>per capita</i> do Brasil - Macrorregiões e estados selecionados - 1970-1975-1980-1985 -----	78
TABELA 3.15 - Rendimento domiciliar <i>per capita</i> - Brasil, macrorregiões e estados selecionados - 1970-1980-1988 -----	82
TABELA 3.16 - Desigualdade de renda - Brasil, macrorregiões, Minas Gerais, São Paulo e Bahia - 1970-1980-1988 -----	83
TABELA 3.17 - Incidência de pobreza - Brasil, macrorregiões, Minas Gerais, São Paulo e Bahia - 1970-1980-1988 -----	86
TABELA 3.18 - Número de pobres e incidência de pobreza - Brasil e macrorregiões - 1970-1980-1988 -----	87
TABELA 3.19 - Número e incidência de pobres no Brasil - grandes regiões e metrópoles - 1981-1990 -----	88
TABELA 3.20 - Indicadores sociais compostos: I.D.R., I.N.V. e I.D.S. - Brasil, macrorregiões e estados selecionados - 1970-1980-1988 -----	90
TABELA 3.21 - Indicadores sociais selecionados - Brasil, macrorregiões e estados selecionados - 1970-1980-1988 -----	91
TABELA 4.1 - Área, população, renda total e renda familiar <i>per capita</i> - Regiões de planejamento de Minas Gerais - 1980 -----	104
TABELA 4.2 - Composição regional do PIB de Minas Gerais - 1980-1985-1992 -----	105
TABELA 4.3 - Contribuição de cada nível regional para a desigualdade total em Minas Gerais - 1980 -----	111

TABELA 4.4 - Desigualdade de renda intra e inter-municipal - Regiões de planejamento de Minas Gerais - 1980 -----	112
TABELA 4.5 - Pobreza nas regiões de planejamento - Minas Gerais - 1980 -----	115
TABELA 4.6 - Renda familiar per capita, participação na renda e na população da região, desigualdade de renda e indicadores de pobreza - Regiões de planejamento e municípios selecionados - 1980 -----	120
TABELA 4.7 - Municípios de maior renda - Minas Gerais - 1980 -----	143
TABELA 4.8 - Municípios de maior renda familiar <i>per capita</i> - Minas Gerais - 1980 ---	145
TABELA 4.9 - Municípios de maior desigualdade de renda - Minas Gerais - 1980 -----	146
TABELA 4.10 - Municípios de maior incidência de pobreza - Minas Gerais - 1980 -----	147
TABELA 6.1 - População, renda total, renda familiar per capita, desigualdade e pobreza - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	153
TABELA 6.2 - Linhas de pobreza e de indigência por região e estrato - Brasil - 1980/1990 -----	168

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 - Representação gráfica para o índice de Gini -----	27
GRÁFICO 2.2 - Curvas de Lorenz -----	28
GRÁFICO 2.3 - Taxas de crescimento necessárias para B dominar A -----	47
GRÁFICO 3.1 - Evolução do PIB real <i>per capita</i> - Brasil - 1960-1993 -----	57
GRÁFICO 3.2 - Evolução da desigualdade no Brasil - 1981-1990 (diversos índices e distribuições) -----	60
GRÁFICO 4.1 - Renda familiar <i>per capita</i> por região de planejamento - 1980 -----	105
GRÁFICO 4.2 - Participação das regiões de planejamento na área, na população e na renda de Minas Gerais - 1980 -----	106
GRÁFICO 4.3 - Decomposição do Theil-L da renda familiar <i>per capita</i> - Minas Gerais e regiões - 1980 -----	111
GRÁFICO 4.4 - Desigualdade de renda familiar <i>per capita</i> nas regiões de planejamento de Minas Gerais - 1980 -----	112
GRÁFICO 4.5 - Desigualdade de renda nas regiões de planejamento de Minas Gerais - 1980 (regiões em ordem crescente da renda familiar <i>per capita</i>) -----	113
GRÁFICO 4.6 - Desigualdade de renda nas regiões de planejamento de Minas Gerais - 1980 (regiões em ordem crescente da renda) -----	113
GRÁFICO 4.7 - Pobreza nas regiões de planejamento - Minas Gerais - 1980 (regiões em ordem crescente da incidência) -----	115
GRÁFICO 4.8 - Pobreza nas regiões de planejamento - Minas Gerais - 1980 (regiões em ordem crescente da renda familiar <i>per capita</i>) -----	116

GRÁFICO 4.9 - Pobreza nas regiões de planejamento - Minas Gerais - 1980 (regiões em ordem crescente do Theil-L) -----	116
GRÁFICO 4.10 - Participação das regiões de planejamento no total depobres do estado - Minas Gerais - 1980 -----	117
GRÁFICO 4.11 - Participação dos municípios na população e na renda do estado - Minas Gerais - 1980 -----	130
GRÁFICO 4.12 - Participação dos municípios na renda e na população do estado - Minas Gerais - 1980 -----	131
GRÁFICO 4.13 - Renda familiar per capita dos municípios do estado - Minas Gerais - 1980 -----	133
GRÁFICO 4.14 - Desigualdade de renda nos municípios do estado - Minas Gerais - 1980 -----	134
GRÁFICO 4.15 - Desigualdade da renda familiar <i>per capita</i> - Minas Gerais - 1980 -----	136
GRÁFICO 4.16 - Pobreza nos municípios do estado - Minas Gerais - 1980 -----	137
GRÁFICO 4.17 - Incidência de pobreza nos municípios do estado - Minas Gerais - 1980	139
GRÁFICO 4.18 - Concentração dos pobres nos municípios do estado - Minas Gerais - 1980 -----	140
GRÁFICO 4.19 - Incidência de pobreza X renda familiar per capita - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	141
GRÁFICO 4.20 - Incidência de pobreza X desigualdade de renda - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	142

LISTA DE MAPAS E DIAGRAMAS

MAPA 2.1 - Regiões de planejamento de Minas Gerais-----	12
MAPA 2.2 - Regiões administrativas de Minas Gerais -----	15
DIAGRAMA 2.1 - Determinação de linhas de pobreza absoluta usando critérios nutricionais -----	35
MAPA 4.1 - Renda familiar <i>per capita</i> - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	126
MAPA 4.2 - Theil-L - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	127
MAPA 4.3 - Incidência de pobreza (%) - municípios de Minas Gerais - 1980 -----	128

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação busca-se estabelecer parâmetros para o diagnóstico e análise da desigualdade de renda e da pobreza em Minas Gerais e mostrar alguns resultados para 1980. Entendem-se por parâmetros de análise não apenas metodologias específicas para a mensuração dos dois fenômenos, mas também parâmetros para o entendimento de suas causas estruturais/conjunturais e ligações com a dinâmica necessariamente espacializada da acumulação de capital no país.

Também em outro sentido, o objetivo desta dissertação vai além do que pode transparecer de seu título: embora a análise enfoque, em alguns momentos, a situação de Minas Gerais como um todo, cada município (ou região) pode ser inserido no contexto de sua região (ou estado), dos demais municípios (ou regiões) e da média de Minas Gerais (ou qualquer outra unidade da federação).

A oportunidade para a elaboração deste trabalho surgiu de um contrato firmado entre a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA/RJ - visando desenvolver uma análise das condições de vida nos municípios de Minas Gerais. Sob a orientação do professor Ricardo Paes de Barros e sua equipe do IPEA, a pesquisa iniciou-se em outubro de 1995, abarcando o levantamento e análise, em nível municipal, de uma série de variáveis e indicadores de renda, educação, saúde, mercado de trabalho e demográficos. Além disso, embora até agora só se disponha de dados para 1980, a pesquisa deverá contar também com os dados censitários de 1970 e 1991, permitindo a avaliação de tendências e a comparação/decomposição inter-temporal. Está também previsto, numa segunda fase, descer ao nível dos setores censitários da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O trabalho encontra-se em fase inicial, em parte devido ao atraso não previsto da liberação dos dados censitários para 1991. A maioria dos dados e indicadores para 1980 já foram levantados e muitos deles testados, embora sua análise conjunta não tenha sido ainda empreendida. Entretanto, metodologicamente, pode-se dizer que ele está mais avançado, mesmo porque, apesar de pioneiro em certos aspectos, pôde contar com a

experiência acumulada pelo IPEA, principalmente na pessoa do orientador desse trabalho.

A presente dissertação utiliza, em boa parte, a metodologia definida para a pesquisa da Fundação João Pinheiro, mas avança na manipulação e interpretação dos dados e indicadores de desigualdade e pobreza. Nela, a agregação e tratamento das informações, assim como a condução da análise, são de inteira responsabilidade de seu autor, mesmo que este integre a equipe da Fundação João Pinheiro - como responsável pelos dados referentes a renda - e tenha participado de suas reuniões com os técnicos do IPEA desde o início. Buscou-se, no entanto, através da dissertação, contribuir para o desenvolvimento da citada pesquisa, a qual se inicia em momento bastante oportuno.

De fato, a importância do tema aqui tratado tem sido destacada por diversos autores e sob vários enfoques. Um desses enfoques defende a atuação do Estado brasileiro na retomada do crescimento e da abertura econômica, através da maior integração entre o planejamento e a política econômica, com políticas setoriais voltadas para a maior produtividade, qualidade e competitividade de nossos produtos e articuladas com políticas sociais de maior alcance, coerência e eficácia do que as até agora implementadas, especialmente a educacional.

Nesse sentido, além de seu alcance ético, o ataque à desigualdade e à pobreza no país é essencial em pelo menos mais três aspectos: primeiro, "maior produtividade, maior qualidade e maior competitividade" só se conseguirá com mão-de-obra qualificada, educada e estimulada; segundo, mercado interno de consumo amplo e consumidor exigente foram e são, demonstradamente, suportes da competitividade dos países desenvolvidos; terceiro, o crescimento econômico com crescente democratização é cada vez mais impensável com a elevação ou mesmo a simples manutenção dos elevados índices de exclusão, inibindo qualquer "pacto social" mais amplo.

Frente a essa argumentação, todo trabalho de pesquisa voltado para o diagnóstico e prognóstico das situações presentes e passadas de desigualdade de renda e de pobreza no país assume relevância, pois, se é preciso atacar o problema, faz-se necessário conhecer melhor suas causas, especificidades e consequências. No planejamento de uma estratégia de combate aos dois fenômenos, é imprescindível o

acesso a informações mais detalhadas que permitam estabelecer melhor o alcance do problema em sua manifestação espacial.

Nível de renda, desigualdade e pobreza estão intimamente relacionados. Matematicamente, formam uma equação como três variáveis, onde é preciso conhecer duas para determinar a outra. Na realidade da *práxis*, no entanto, esta equação insere-se em um complexo sistema de equações que se resolve a cada momento, no tempo e no espaço, mas não matematicamente, ou seja, há sempre o imponderável e uma variável-objetivo que é determinada politicamente, planejadamente ou não, de fora do sistema.

Se só se conhece o que se mede, só se mede o que se conhece: se se considera necessária a mensuração dos fenômenos, é preciso defini-lo bem enquanto objeto de análise, para que, posteriormente, as medidas possam ser corretamente interpretadas. Desta forma, no capítulo 2 desta dissertação são definidos, conceitual, metodológica e matematicamente, os indicadores que buscarão aferir a dimensão dos fenômenos e é também justificada e explicitada a metodologia de agregação dos dados, originalmente levantados em nível de município.

No capítulo 3, as três variáveis - renda, desigualdade e pobreza - são analisadas, comparativa e evolutivamente, para o Brasil, suas regiões e estados, com destaque para o estado de Minas Gerais. É também feito um esforço de indicar outras variáveis que necessariamente devem estar presentes no sistema de equações em que se insere a equação das três variáveis. Estas outras variáveis se encontram em planos (equações) distintos e são descritas na seção 3.4, que trata das causas e estratégias de combate à desigualdade e à pobreza, assim como ao longo das demais seções, explicitando-se mais, no início da seção 3.3, o debate sobre a questão do desenvolvimento espacial/regional no Brasil e suas perspectivas.

No capítulo 4, a análise se repete, só que, agora, para Minas Gerais, suas regiões e municípios, e só para o ano de 1980. Não há nele uma seção específica que discuta as causas da desigualdade e pobreza em Minas, mas considera-se que, até certo ponto, são as mesmas apresentadas para o Brasil e suas especificidades, de alguma forma, estão tratadas tanto no capítulo anterior quanto neste, especialmente na seção

4.1, quando se aborda, embora muito sucintamente, a inserção das diversas regiões de planejamento nas áreas de influência de pólos nacionais.

O capítulo 5 resgata conclusões parciais tiradas ao longo dos demais capítulos, buscando alinhavá-las dentro de algumas conclusões mais gerais e indicações de pontos a serem melhor estudados.

Finalmente, há duas tabelas em anexo, cabendo destacar que a primeira delas contém os dados e indicadores básicos de renda, desigualdade e pobreza, por município, utilizados nesta dissertação.

2. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos e metodologias utilizados nos capítulos seguintes. Na seção 2.1 são destacadas algumas premissas básicas do processo de mensuração da desigualdade e pobreza empreendido neste trabalho. Na seção 2.2 são feitas algumas observações sobre os níveis regionais de agregação adotados - regiões administrativas e de planejamento; na seção 2.3 discute-se o conceito de renda utilizado e descreve-se a metodologia de decomposição da renda per capita; a seção 2.4 trata da metodologia de mensuração da pobreza, que envolve o processo de determinação da linha de pobreza e a escolha dos indicadores; a seção 2.5 discute a metodologia de mensuração da desigualdade de renda, apresentando alguns indicadores de desigualdade mais utilizados e destacando o Theil-L, selecionado para medir a desigualdade em Minas Gerais; e, finalmente, a seção 2.6 apresenta metodologia de comparação entre duas distribuições de renda através dos critérios de dominância estocástica.

2.1. Desigualdade e pobreza: alguns pontos iniciais

De início, cabe destacar alguns pontos, premissas e restrições do processo de mensuração da desigualdade e da pobreza aqui adotado.

Em primeiro lugar, ressalta-se que, neste trabalho, pobreza e desigualdade são dois conceitos que se referem a fenômenos distintos, embora muitas vezes interligados. De fato, uma sociedade pode ser pobre e, ao mesmo tempo, igualitária; por outro lado, pode-se ter uma sociedade onde não haja pobres, mas com alto grau de desigualdade. No entanto, na desigualdade máxima, um indivíduo detém toda a renda e os demais são pobres (com renda zero), o que mostra a interligação entre pobreza e desigualdade. Essa ligação se estabelece através do nível de renda: com o nível de renda média estável, o aumento na desigualdade tende a se refletir no aumento da pobreza (e vice-versa), enquanto que, mantido o grau de desigualdade, o crescimento da renda implica em redução da pobreza. É possível também se estimar o crescimento da renda que compense uma elevação no grau de desigualdade, como será visto na seção 2.6.

Adota-se aqui o conceito de *pobreza absoluta*, pelo qual uma pessoa é considerada pobre se não consegue satisfazer algumas necessidades bem definidas, consideradas básicas. Há quem prefira adotar, no entanto, o conceito distinto de *pobreza relativa*, pelo qual se define o pobre como aquele que está situado na camada inferior da distribuição de renda; nesse enfoque, consideram-se pobres, por exemplo, os 40% mais pobres da população. Privação relativa e desigualdade tendem a se confundir. A adoção do conceito de pobreza relativa se justificaria para o caso de sociedades onde não há privação absoluta; em sociedades como a brasileira, no entanto, onde grandes contingentes da população se defrontam ainda com o problema da fome e da sobrevivência, o conceito de pobreza absoluta é, sem dúvida, o mais relevante, uma vez que levanta, de imediato, o desafio social e político que elas devem enfrentar: “o simples fato de a conceituação da pobreza, em termos absolutos, fazer menção explícita a níveis mínimos aceitáveis de satisfação de necessidades básicas, envolve o reconhecimento de que entre os membros da sociedade existem alguns que não estão preenchendo os requisitos mínimos estabelecidos, o que requer um desenho de políticas de superação da pobreza para essas pessoas” (ROMÃO, 1993, p. 36).

Um segundo ponto ou premissa diz respeito à adoção, aqui, do *enfoque da renda monetária* para qualificar as situações de pobreza. Nesse sentido, vale observar as seguintes situações: a) uma pessoa ser considerada pobre pela sua renda monetária, mas ter suas necessidades básicas satisfeitas; b) uma pessoa não ser considerada pobre pela renda monetária e, no entanto, não conseguir suprir suas necessidades básicas. Em (a), a adoção do enfoque da renda monetária estará conduzindo a se considerar pobre uma pessoa que, por definição, não é pobre e, em (b), vice-versa. A situação (a) pode ocorrer por não se estar captando uma parcela da renda corrente e a situação (b), por não haver disponibilidade de algum dos bens ou serviços considerados básicos, ou seja, mesmo tendo renda, a pessoa não tem acesso a determinados bens ou serviços.

Uma outra forma de se estudar a pobreza, bastante utilizada, é através da construção de indicadores sociais, que buscam medir o grau de atendimento de diversas carências básicas da população, normalmente incluindo o acesso à educação, à moradia, a redes de abastecimento de água e de saneamento, etc. Argumenta-se, a favor dessa abordagem, que os indicadores sociais que medem o grau de atendimento das necessidades

básicas, “sendo mais concretos (no sentido de observáveis fisicamente, ou constituírem fatos da vida), são muito menos passíveis de erros de medida” (ALBUQUERQUE, 1993, p. 63). Se tais indicadores podem ser extremamente úteis e enriquecedores para o melhor dimensionamento do fenômeno da pobreza, o problema na sua utilização reside na inexistência de critérios incontroversos para ordená-los, aditá-los ou interpretá-los.

Finalmente, um último ponto a se ressaltar diz respeito à mensuração da desigualdade de renda: a desigualdade de renda medida neste trabalho se refere à desigualdade de rendimentos declarados, que, como será comentado mais à frente, certamente subestima a real desigualdade existente, em função da subdeclaração da renda por parte, principalmente, das camadas mais ricas da população. Não é demais lembrar, também, que não se está considerando aqui, explicitamente, a desigualdade de riqueza, face importante da desigualdade em nosso país, responsável, direta e indiretamente, por grande parcela da desigualdade de renda.

2.2 Níveis de agregação

Nesta dissertação, são gerados indicadores de pobreza e de desigualdade para quatro níveis de agregação territorial, quais sejam, municípios, regiões de planejamento, regiões administrativas e estado (no caso das regiões administrativas, apenas os valores dos indicadores de desigualdade são incluídos na análise).

Certamente fugiria do escopo deste trabalho maiores teorizações e aprofundamento da análise no que diz respeito à conceituação, à contextualização e à explicitação detalhada da metodologia adotada na delimitação das regiões do estado.

No entanto, fazem-se necessárias algumas considerações sucintas no sentido inclusive de justificar a adoção daqueles três níveis de análise.

2.2.1. Regionalização: alguns conceitos básicos

Toda regionalização é arbitrária, no sentido de que implica uma intencionalidade e a escolha de critérios específicos, de acordo com os objetivos ou os interesses político-econômicos envolvidos. Desta forma, poderá haver tantas regionalizações quantas forem as combinações possíveis de critérios e objetivos (HADDAD-coord.,1995, p. 6). De outro lado, como o espaço se transforma, a manutenção de um mesmo critério pode, com o tempo, implicar na redelimitação da região.

De forma geral, as diversas concepções e critérios de regionalização podem ser enquadrados em duas vertentes distintas: a que adota a idéia de homogeneidade do espaço e a que toma como referência o conceito de polarização (LEMOS, 1993, p. 60).

Na primeira, a homogeneidade pode ser definida em termos de categorias geográficas, sociais, políticas e/ou econômicas: “entre as geográficas, ... enquadram-se as referentes à topologia ou às características do solo; entre as sociais, enquadram-se as centradas nas relações de produção; entre as políticas, as relacionadas à unidade administrativa; e entre as econômicas enquadram-se as ligadas à homogeneização dos processos produtivos ou à estrutura de especialização...”(LEMOS, 1993, p. 60). Ainda segundo LEMOS, “este método, embora aceitável para estudos específicos e limitados, como a comparação ou caracterização de processos produtivos ou de especialização das regiões, mostra-se inadequado quando a referência é um estudo mais globalizante, com perspectiva, até mesmo, de interveniência de categorias superestruturais, como a ação do Estado e as exigências do planejamento regional”. Neste sentido, poder-se-ia, por exemplo, propor uma regionalização de Minas Gerais a partir da homogeneidade dos indicadores de pobreza e/ou desigualdade gerados neste trabalho, em nível municipal.

A segunda vertente, calcada no conceito de polarização, isto é, “de dominação econômica de determinados pontos do espaço sobre outros, ... pressupõe não homogeneidade mas o seu contrário, a heterogeneidade, como fator de definição de uma região. ... O enfoque da heterogeneidade tende a ganhar cada vez mais relevância num mundo em que a unificação dos espaços econômicos vem acompanhada pela concentração

em alguns pontos ...”(LEMOS, 1993, p. 61). Nesse enfoque, a região é delimitada a partir da verificação dos pontos no espaço que mantêm entre si relações de troca mais intensa: “tais pontos terão uma interdependência maior do que com outros situados fora da região, o que tornará ‘solidários’ os interesses econômicos de cada ponto ou unidade de produção: a interdependência indica que o desempenho de um ponto afetará, com maior intensidade, o desempenho de um outro ponto dentro da região do que situado fora dela, intensificando a solidariedade intra-regional das trocas”(LEMOS, 1993, p. 61).

A necessidade de se formularem estratégias econômico-sociais regionalizadas decorre da percepção de que o processo de desenvolvimento capitalista tende a gerar problemas, relacionados a desigualdades regionais e à integração econômico-territorial, que devem ser atacados pela ação do Estado, seja por questão de equidade ou de eficiência/competitividade.

Recentemente, o governo de Minas Gerais propôs, frente aos seus objetivos, a regionalização do espaço geográfico do estado em: a) regiões de planejamento: unidades espaciais formadas pela agregação de microrregiões geográficas, obedecendo ao critério de polarização; b) regiões administrativas: unidades espaciais formadas pela agregação de microrregiões geográficas, obedecendo ao critério de eficiência administrativa; e c) microrregião geográfica: unidade espacial, delimitada pelo IBGE em 1990, com base na organização do espaço decorrente da estrutura de produção e de interação regional (HADDAD-coord., 1995, p. 6).

Nesta dissertação, mesmo trabalhando com dados de 1980, optou-se por adotar a agregação dos municípios em nível das regiões de planejamento (Rps), embora incorpore algumas poucas informações em nível também das regiões administrativas (RAs), definidas mais recentemente. A não consideração das microrregiões e de uma análise mais detalhada para as regiões administrativas se deve tanto à questão do volume de dados, tabelas e gráficos adicionais a serem incorporados quanto por se considerar a agregação microrregional menos relevante ou mesmo dispensável, dado que se está trabalhando com o nível mais desagregado de município. No entanto, como a metodologia a ser aplicada é a mesma, a incorporação desses dois níveis poderá ser facilmente empreendida.

Na justificativa para a agregação dos indicadores por região, três aspectos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, caso o mapeamento da pobreza e da desigualdade nos municípios de Minas Gerais indique uma regionalização homogênea segundo estas variáveis, poderá ocorrer de ela não coincidir com a regionalização por polarização, mostrando, neste caso, que a explicação para a ocorrência dos dois fenômenos escapam à lógica desta, cabendo, portanto, buscar explicação para eles em outra órbita. A agregação dos indicadores em nível de região de planejamento e o cálculo das desigualdades inter-regionais é, como será visto nos capítulos 3 e 4, uma forma de se apreender a capacidade dessa regionalização explicar a manifestação espacial da desigualdade e da pobreza.

Em segundo lugar, existindo desigualdade inter-regional não desprezível, a agregação por região se justificaria como critério para repasses de recursos por instâncias supra-regionais (observação válida para o caso específico das regiões administrativas, que deverão possuir algum grau de autonomia administrativa e financeira).

Em terceiro lugar, mesmo que, para um determinado ano ou período, não se observe desigualdade inter-regional significativa, ela pode vir a sê-lo ao longo do tempo e a agregação dos resultados permite o monitoramento.

Por fim, cabem algumas considerações sobre a metodologia e o processo de delimitação das atuais 10 regiões de planejamento e 25 regiões administrativas de Minas Gerais.

2.2.2. Regiões de planejamento

O 1º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social de Minas Gerais (1972-76) institucionalizou o planejamento governamental no estado e agrupou as 46 microrregiões homogêneas do IBGE em oito regiões de planejamento. Em agosto de 1993, o governo do estado encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de lei alterando a divisão anterior e propondo a instituição de 10 regiões de planejamento.

A nova divisão proposta foi embasada em trabalho da Fundação João Pinheiro (“Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais”, 1988) sobre a hierarquia e áreas de influência dos núcleos urbanos do estado e na nova divisão regional do Brasil em meso e microrregiões geográficas, adotada pelo IBGE, a partir de janeiro de 1990, em substituição às anteriores regiões homogêneas, pela qual Minas foi dividida em 66 microrregiões geográficas.

No trabalho da Fundação João Pinheiro, “as variáveis selecionadas para mensuração e análise das interações urbanas, pela aplicação do modelo gravitacional, foram a população urbana da sede do município - ponderada pelo valor das vendas ao comércio varejista - e a distância mínima por rodovia” (Fundação João Pinheiro, 1995). Em vista de algumas discordâncias na delimitação das áreas de influência entre os dois estudos acima citados, assumiu-se como critério final para a delimitação das 10 regiões de planejamento o de “respeitar a composição e os limites territoriais das microrregiões geográficas do IBGE, admitindo, para a agregação das microrregiões, os limites das áreas de influência dos centros regionais estabelecidos no trabalho da Fundação João Pinheiro” (Fundação João Pinheiro, 1995).

O mapa 2.1 abaixo mostra a divisão atual do estado nas regiões de planejamento.

2.2.3. Regiões administrativas

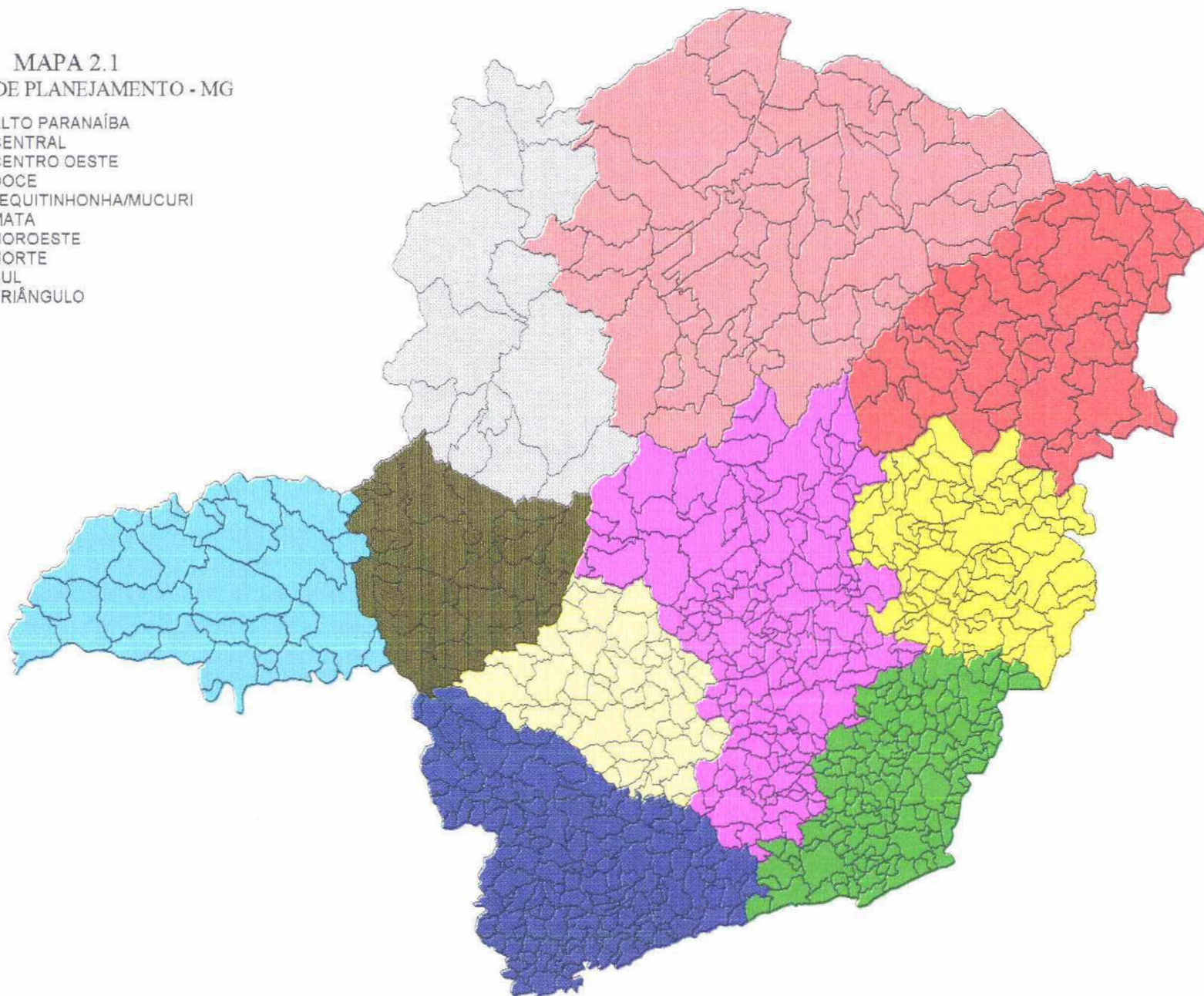
A recente criação das regiões administrativas de Minas Gerais responde ao projeto do atual governo estadual de promover o processo de desconcentração e de descentralização político-administrativa. Argumentos levantados a favor da descentralização:

a) *aumenta a eficiência administrativa, diminui os enormes gastos burocráticos e proporciona ganhos de sinergia administrativa;*

b) *reduz a excessiva concentração de poder e recursos na cúpula do Governo, localizada na Capital (redistribuição do poder);*

MAPA 2.1
REGIÕES DE PLANEJAMENTO - MG

- 05-ALTO PARANAÍBA
- 01-CENTRAL
- 06-CENTRO OESTE
- 10-DOCE
- 09-JEQUITINHONHA/MUCURI
- 02-MATA
- 07-NOROESTE
- 08-NORTE
- 03-SUL
- 04-TRIÂNGULO



c) é requisito para institucionalizar a participação dos cidadãos na administração e no planejamento regional, assim como para democratizar o acesso aos serviços públicos tradicionais;

d) permite uma administração mais flexível, inovadora e dinâmica, assim como o estabelecimento de uma infra-estrutura mais eficiente e orgânica a serviço das comunidades regionais;

e) melhora o conhecimento e propicia maior sensibilidade das estruturas administrativas para com os problemas e as potencialidades de desenvolvimento das populações regionais;

d) rompe com o isolamento sócio-econômico e administrativo das regiões do estado” (HADDAD-coord., 1995, p. 5).

Assim, como objetivos fundamentais do projeto de criação das regiões administrativas, HADDAD relaciona:

“a) democratizar o acesso das populações regionais aos serviços públicos, facilitando a vida do cidadão;

b) coordenar as ações dos diferentes órgãos das Administrações Direta e Indireta do governo estadual em cada região;

c) coordenar a elaboração e a implementação dos planos, programas e projetos de desenvolvimento sustentável em cada região;

d) incentivar a cultura e preservar as tradições de cada região;

e) articular um esforço cooperativo entre os três níveis de Governo, visando equacionar soluções para os problemas regionais e para a identificação e mobilização das potencialidades regionais, de modo a gerar emprego e renda,

f) fortalecer a integração do estado de Minas Gerais”

O processo de delimitação das regiões administrativas envolveu duas etapas distintas. Na primeira, essencialmente técnica, foi utilizado o modelo potencial “modificado”. O modelo potencial é uma extensão do modelo gravitacional e o modelo potencial “modificado”, por sua vez, é uma extensão do primeiro, utilizando-se para o cálculo do potencial de cada sub-região, no lugar da população, a “massa econômico-social”, calculada com base nas seguintes variáveis: população total, população urbana,

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

população alfabetizada, renda média do chefe da família, nível de saneamento, frota de veículos, cargas geradas, renda interna, renda per capita e renda bruta dos setores primário, secundário e terciário. A partir da massa econômico-social e das distâncias rodoviárias entre os pontos, é possível estabelecer, através do traçado de curvas isotopociais, os limites regionais (HADDAD-coord., 1995).

Na segunda etapa, de caráter decisório, a proposta de divisão regional resultante da primeira etapa foi submetida às autoridades governamentais e, posteriormente, o projeto do Governo foi levado a discussão na Assembléia Legislativa. No final, após alterações e emendas, aprovou-se a divisão do estado em 25 regiões administrativas, tendo-se abandonado, nesse percurso, o critério inicial de respeitar os limites das microrregiões geográficas do IBGE.

O mapa 2.2 mostra a delimitação das regiões administrativas e a transparência com os limites das regiões de planejamento, em anexo, pode ser sobreposta a ele, permitindo verificar até que ponto essas regiões podem ser agregadas nas de planejamento.

2.3 Mensuração da renda

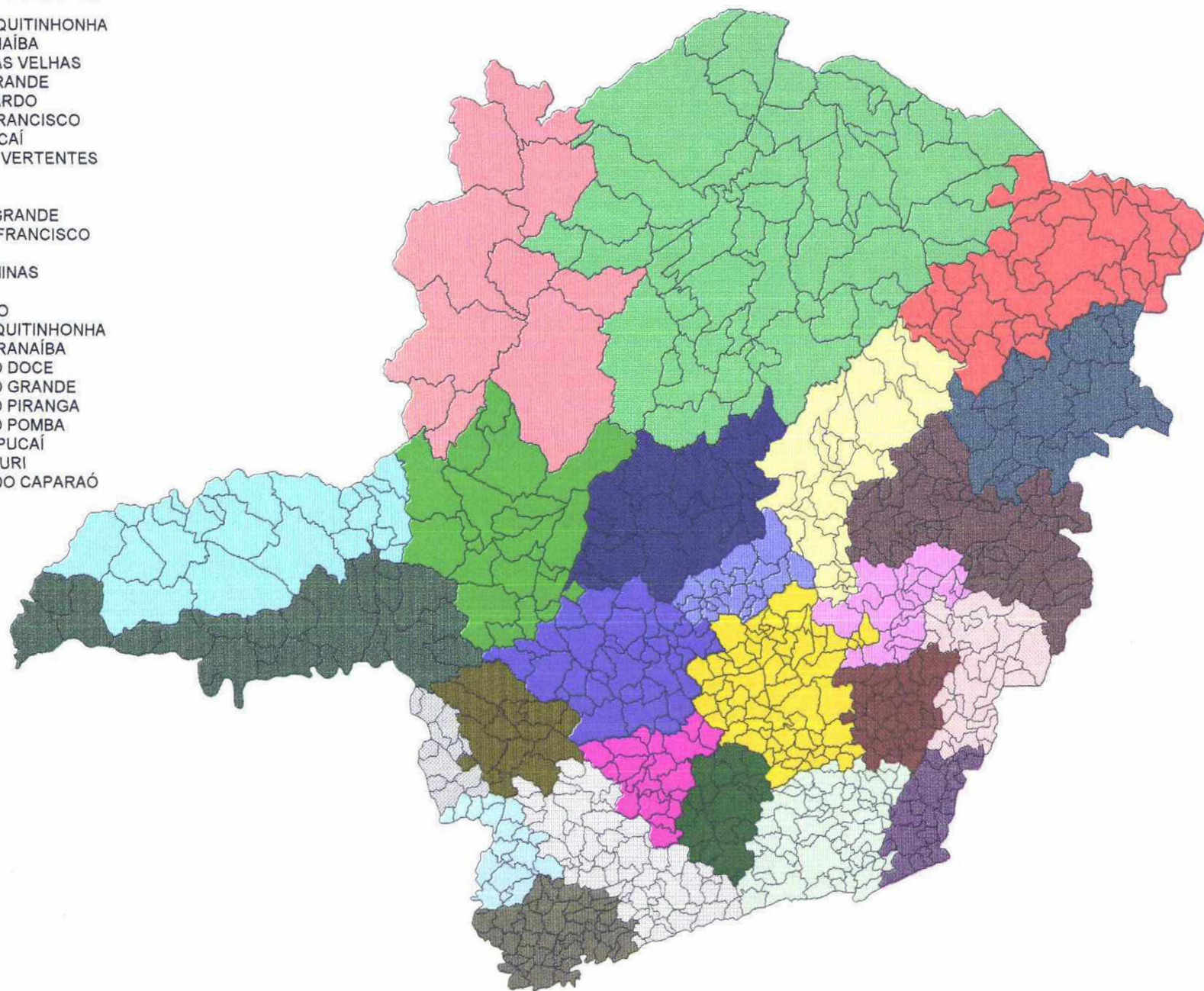
O ponto de partida para se medir a desigualdade de renda e a pobreza em uma determinada sociedade é definir a variável de renda cuja distribuição será a base para a aplicação dos diversos indicadores de desigualdade e pobreza.

Como ressaltam BARROS et al.(1993, p. 752), “não existe uma única distribuição de renda; existem várias, de acordo com a escolha de três elementos: a) unidade de análise; b) universo de análise; e c) conceito de renda”. A tabela 2.3 , construída pelos mesmos autores, exemplifica a diversidade de opções a partir da combinação desses três elementos.

Por outro lado, há no Brasil duas fontes básicas de dados sobre renda, ou seja, os Censos Demográficos decenais e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), anual, ambas realizadas pelo IBGE. Os dados obtidos por estas duas fontes não são diretamente comparáveis, uma vez que as amostras adotadas são distintas.

MAPA 2.2
REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- ALTO DO JEQUITINHONHA
- ALTO PARANAÍBA
- ALTO RIO DAS VELHAS
- ALTO RIO GRANDE
- ALTO RIO PARDO
- ALTO SÃO FRANCISCO
- BAIXO SAPUCAÍ
- CAMPO DAS VERTENTES
- CENTRAL
- MATA
- MÉDIO RIO GRANDE
- MÉDIO SÃO FRANCISCO
- NOROESTE
- NORTE DE MINAS
- SUDOESTE
- VALE DO AÇO
- VALE DO JEQUITINHONHA
- VALE DO PARANAÍBA
- VALE DO RIO DOCE
- VALE DO RIO GRANDE
- VALE DO RIO PIRANGA
- VALE DO RIO POMBA
- VALE DO SAPUCAÍ
- VALE O MUCURI
- VERTENTE DO CAPARAÓ



O conceito de renda nas duas pesquisas do IBGE não difere. No caso do Censo Demográfico de 1980 foram pesquisadas, através de entrevistas, todas as pessoas com 10 anos ou mais de uma amostra de aproximadamente 25% do universo, amostra esta que é expandida através de fatores de expansão estimados pelo próprio IBGE, com base em metodologia específica (Censo Demográfico, 1980, Introdução).

TABELA 2.1

DISTRIBUIÇÕES DE RENDA, UNIDADES DE ANÁLISE, UNIVERSOS DE ANÁLISE E CONCEITOS DE RENDA

DISTR.	UNIDADE	UNIVERSO	CONCEITO DE RENDA
1	Domicílio	Domicílios particulares	Renda Domiciliar
2	Domicílio	Domicílios particulares	Renda Domiciliar per capita
3	Família	Famílias em domicílios particulares	Renda Familiar
4	Família	Famílias em domicílios particulares	Renda Familiar per capita
5	Pessoas	Membros de domicílios particulares	Renda Domiciliar
6	Pessoas	Membros de domicílios particulares	Renda Domiciliar per capita
7	Pessoas	Membros de famílias em domicílios particulares	Renda Familiar
8	Pessoas	Membros de famílias em domicílios particulares	Renda Familiar per capita
9	Pessoas	Economicamente ativo	Renda Pessoal
10	Pessoas	Economicamente ativo com renda positiva	Renda Pessoal
11	Pessoas	Economicamente ativo	Renda do Trabalho
12	Pessoas	Economicamente ativo com renda do trabalho positiva	Renda Pessoal
13	Pessoas	Economicamente ativo	Salário no trabalho principal
14	Pessoas	Economicamente ativo com renda do trabalho principal positiva	Renda do Trabalho
15	Pessoas	Maiores de 10 anos com renda positiva	Renda Pessoal
16	Pessoas	População ocupada com renda positiva	Renda Pessoal
17	Família	Famílias em domicílios particulares com renda positiva	Renda Familiar

Fonte: BARROS et al. (1993, p. 753)

Os quesitos sobre renda pesquisados naquele censo foram:

X

a) Rendimentos de Trabalho:

- rendimento em dinheiro na ocupação habitual;

- rendimento auferido pelo recebimento de produtos ou mercadorias na ocupação habitual (exceto os valores de produção para consumo próprio);
- rendimento de outras ocupações exercidas habitualmente.

b) Rendimentos de outras fontes:

- aposentadoria, pensão, abono-permanência e auxílios (1/2 do 14º salário do PIS/PASEP, auxílio-doença, auxílio-natalidade, etc.);
- aluguel ou arrendamento de imóveis, móveis e veículos;
- rendimento regularmente recebido proveniente de doação, mesada ou pensão alimentícia;
- rendimentos de emprego de capital (lucros distribuídos sob a forma de dividendos ou novas ações; rendimentos de aplicações em caderneta de poupança ou outras aplicações, nas formas de juros, correção monetária, descontos, etc.; pensão recebida em decorrência de participação em fundo de pensão ou deixada por pessoa da qual é beneficiária; complementação salarial paga por entidade seguradora).

Analisando a distribuição de renda segundo a fonte, BARROS e REIS (1991, p. 69) concluem que, “do total da renda declarada tanto nos Censos Demográficos como nas PNADs, algo entre 85% e 90% provêm do trabalho, incluindo-se aí os salários, o rendimento dos trabalhadores por conta própria e o *pro labore* dos empregadores”.

A partir das declarações individuais, pode-se obter, além dos rendimentos por fonte, o rendimento pessoal total, o rendimento familiar (total e per capita) e o rendimento domiciliar (total e per capita).

Neste trabalho, a mensuração da desigualdade de renda e da pobreza nos municípios e regiões de Minas Gerais será feita a partir dos dados do Censo Demográfico e o conceito de renda utilizado é o de renda familiar per capita (distribuição 8 da tabela 2.3), obtida através da divisão da renda total dos membros da família pelo número destes.

Cabem aqui alguns comentários a respeito da adequação dos dados e do conceito de renda utilizados para a medição dos fenômenos da desigualdade e da pobreza.

2.3.1. Os dados de renda

A literatura tem destacado a hipótese de que a utilização dos dados dos Censos ou PNADs leva a uma subestimação da desigualdade de renda. A explicação é que, embora tanto os segmentos de baixa renda quanto as classes mais ricas tendam, intencionalmente ou não, a subestimar seus rendimentos, a subdeclaração seria maior nas classes mais ricas. Estas omitiriam parcela da renda efetivamente recebida por temerem o acesso do fisco aos questionários; por sua vez, os mais pobres tenderiam a subestimar as rendas em espécie, transferências e a produção para auto-consumo.

CASTRO (1991, p. 10) salienta que “a rigor, e como tem sido sugerido por diferentes especialistas, os inquéritos domiciliares não captam um montante de renda que pode situar-se entre 40% e 50% da renda aferida pelas Contas Nacionais. O montante omitido, aliás, não deve distribuir-se de forma homogênea, sendo bastante plausível supor que os ricos tenham a sua renda mais subestimada que os pobres - o que implica dizer, tudo o mais constante, que a desigualdade efetivamente existente na economia seria ainda maior do que a registrada”. De fato, estima-se que a participação dos salários na renda nacional era de aproximadamente 50% em 1980, caindo para algo em torno de 35% em 1991.

Por outro lado, BARROS e REIS (1991, p. 69) destacam que, uma vez que a jornada de trabalho tende a ser maior entre os trabalhadores com menores salários, a desigualdade salarial seria mais elevada que a desigualdade de rendimentos do trabalho.

Já no caso da pobreza, os dados de renda, ao omitirem parte da renda em espécie e a produção para auto-consumo, poderiam estar superestimando-a. Comparando, a partir dos dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF (IBGE, 1978), a despesa familiar per capita global com a despesa monetária, ROMÃO (1993, p.122) conclui que “a despesa média per capita aumenta em termos reais entre 19% e 30% quando o ajustamento em espécie é feito. Esses dados atestam que uma parte considerável das famílias brasileiras, especialmente as nordestinas, vivem à margem do mercado, recebendo parcela significativa de seus rendimentos em espécie. É claro que a maioria dessas famílias está concentrada nos estratos mais baixos do *spectrum* de renda e localizada predominantemente nas áreas mais pobres”. O autor, entretanto, ressalta que os dados analisados se referem a meados da década de 70 e, a partir de então, com o avanço do capitalismo no campo, as fontes de

renda não-monetária para a população rural devem ter se reduzido; nas cidades, embora permaneçam transferências diretas entre indivíduos, donativos e aluguéis imputados como fontes de renda complementar, “as camadas populacionais pobres são obrigadas a viver marginalizadas nas periferias ... e em condições de vida em nada compatíveis com a dignidade humana, o que muito provavelmente obscurece as vantagens eventuais do complemento salarial em espécie”(ROMÃO, 1993, p. 125).

A conclusão acima remete a uma última questão importante, que diz respeito à desigualdade no acesso à infra-estrutura de serviços públicos como fator de desigualdade de renda real. Como colocam ROCHA e TOLOSA (1993, p. 158), “para um dado nível de renda, o acesso diferenciado a serviços públicos e à infra-estrutura urbana determina situações completamente distintas do ponto de vista das condições de sobrevivência das famílias pobres. Na verdade, nos níveis de renda monetária mais baixos, o efetivo acesso a serviços de educação, saúde e saneamento básico significa que a renda real pode ser substancialmente mais elevada, além de ter implicações indisputáveis sobre a renda futura”. A metropolização e periferização da pobreza na década de 80 no Brasil, ao lado da deterioração dos serviços públicos e estagnação dos investimentos em infra-estrutura social, certamente estão contribuindo para o agravamento da situação dos pobres, independentemente do que tenha ocorrido com sua renda monetária.

2.3.2 O conceito de renda familiar per capita

O emprego do conceito de renda familiar per capita na mensuração da desigualdade de renda e da pobreza se justifica por dois fatores.

Em primeiro lugar, por considerar a família como unidade solidária de consumo e rendimento. Nesse sentido, vale citar as observações de BARROS e MENDONÇA (1995c, p.3): “embora o que viabilize a coabitação seja o altruísmo e a similaridade das preferências, a existência de economias de escala na produção doméstica e de bens domésticos públicos (bens cujo consumo por um membro não impede o consumo por outros) serve como importante incentivo adicional à coabitação. As funções da família vão muito além da simples coleta dos recursos dos diversos membros e sua redistribuição

equitativa. ...A família tem grande influência sobre todas as decisões com respeito à alocação do tempo de seus membros, desempenhando, portanto, um papel central na definição da estratégia de geração de renda e de investimentos em capital humano de seus membros. Por outro lado, a família tem forte influência sobre o padrão de consumo adotado, isto é, que bens e em que quantidades serão consumidos. Embora limitado, a família tem, também, grande poder de decisão com respeito ao seu tamanho e composição via controle sobre as decisões de natalidade, casamento e divórcio. Assim, no longo prazo, a família é tanto capaz de afetar o seu tamanho e composição, controlando as decisões de entrada e saída na família, quanto de afetar o volume de recursos disponíveis, controlando as decisões de investimento em capital humano dos seus membros e em capital físico e financeiro”.

Em segundo lugar, a utilização da renda familiar per capita ao invés da renda familiar total se justifica pelo fato de que a renda familiar per capita leva em consideração as diferenças no tamanho das famílias. Certamente que a utilização de um ou outro conceito de renda conduz a resultados diferentes em termos de desigualdade e pobreza. No entanto, ROMÃO (1993, p. 114) ressalta que, “embora haja uma forte correlação positiva entre renda familiar e tamanho da família, não decorre daí ser a medida per capita necessariamente mais igualitária entre as famílias (isto é, tenha uma menor variância) do que a medida total. Portanto, o uso desta última não tende a exagerar a extensão da desigualdade inter-familiar, conforme se esperaria”. O autor aponta ainda que “talvez mais fundamental é o fato de que os dois conceitos não identificam as mesmas famílias em situação de pobreza”.

2.3.3. Decomposição da renda per capita

Segundo BARROS e MENDONÇA (1995c, p. 6), “a definição de pobreza em termos da renda per capita tem uma infinidade de vantagens analíticas além de viabilizar, empiricamente, o estudo da pobreza. Uma das vantagens analíticas do uso da renda per capita é permitir isolar, de forma bastante simples, os efeitos da estrutura familiar sobre a pobreza, por um lado, e do mercado de trabalho, por outro”.

De fato, a renda per capita pode ser decomposta em quatro parcelas:

$$\begin{aligned} \text{RPC} &= (\text{RT} / \text{POP}) = (\text{RT} / \text{POP1565}) * (\text{POP1565} / \text{POP}) \\ &= (\text{POP1565} / \text{POP}) * (\text{OCUP} / \text{POP1565}) * (\text{RT} / \text{OCUP}) \\ &= (\text{POP1565} / \text{POP}) * (\text{OCUP} / \text{POP1565}) * \text{QT} * \text{QE} \quad (1) \end{aligned}$$

onde: RPC = renda per capita; RT = renda total; POP = número de pessoas; POP1565 = pessoas de 15 a 65 anos; OCUP = pessoas de 15 a 65 anos ocupadas; QT = qualidade do trabalhador; e QE = qualidade do emprego ou do posto de trabalho.

Em (1), a primeira parcela (POP1565 / POP) se refere à proporção das pessoas em idade de trabalhar e representa o inverso da chamada “razão de dependência” e a segunda (OCUP / POP1565) reflete a “taxa de ocupação” ou “taxa de participação no mercado de trabalho”, ou seja, a proporção das pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente trabalhando. Já as duas últimas parcelas constituem uma desagregação da renda por trabalhador (RT / OCUP), na tentativa de isolar o efeito sobre esta da qualidade do trabalhador (QT) e da qualidade do posto de trabalho (QE).

Enquanto as duas primeiras parcelas podem ser calculadas com base nos dados censitários, a qualidade do trabalhador pode ser estimada a partir da hipótese de que esta varia com o nível de escolaridade e, desta forma, a qualidade do emprego pode ser obtida por resíduo.

Pesquisando a origem das desigualdades de renda per capita entre países, BARROS e CAMARGO (1994a, p. 9) desenvolvem metodologia de construção de um índice de qualidade do trabalhador, partindo da hipótese de que esta é uma função exponencial de seu nível de escolaridade, medido pelo número de anos de estudo (s), e da sensibilidade dos salários ao nível de escolaridade (λ):

$$QT = Ae^{\lambda s} \quad (2)$$

Supondo que QT tem uma distribuição log-normal, a qualidade média dos trabalhadores será:

$$\mu(QT) = Ae^{\lambda \cdot \mu(s) + [\lambda \cdot \sigma(s)]^2 / 2} \quad (3)$$

onde $\sigma(s)$ é o desvio-padrão.

Para uma análise comparativa da qualidade do trabalhador entre países ou regiões, uma vez conhecidos $\mu(s)$ e $\sigma(s)$, pode-se obter A fazendo $\mu(QT) = 1$ para uma das regiões ou países; com relação ao parâmetro λ , como as estimativas mostram que cada acréscimo de 1 ano de estudo implica em um aumento de salários de aproximadamente 10%, pode-se tomar $\lambda = 0,10$.

Essa metodologia foi utilizada por BARROS e CAMARGO (1994b) na verificação das causas da pobreza na América Latina, como será mostrado na seção 3.1.

2.4. Mensuração da desigualdade

Nesta seção são apresentados alguns dos indicadores mais utilizados na análise da desigualdade, enfatizando-se o índice de Theil-L, que será utilizado, no capítulo 4, para medir a desigualdade de renda nos municípios e regiões de Minas Gerais.

Inicialmente, cabe destacar que “la desigualdad es un concepto de naturaleza eminentemente relativa en tanto que se contrapone al de igualdad, para el cual puede haber más de una definición. Desde el punto de vista estadístico diremos que una distribución es desigual si no concuerda con algún criterio previamente estipulado. La repartición de una variable es justa o injusta de acuerdo con la repartición teórica que se puede derivar a partir de la aplicación de una norma en que se expresa el critério de equidad utilizado”(CORTÉS e RUBALCAVA, 1984, p. 11). Explícita ou implicitamente, os coeficientes estatísticos utilizados na mensuração da desigualdade usam como critério de equidade a “igualdade democrática”, ou seja, a mesma quantidade para todos.

Um bom indicador de desigualdade deve cumprir alguns requisitos mínimos:

a) deve ser insensível a mudanças de escala ou transferências proporcionais, ou seja, se por exemplo todas as rendas forem duplicadas, o indicador não deverá se alterar, o

que equivale também a dizer que ele deve ser independente em relação à média da distribuição;

b) deve ser insensível a mudanças no tamanho da população, isto é, se o número de pessoas em cada nível de renda se alterar pela mesma proporção;

c) deve satisfazer a condição de Dalton-Pigou, qual seja, ao se transferir renda de um rico para um pobre (considerando-se a regra do anonimato, não interessando quem são as pessoas), o indicador deverá acusar uma queda na desigualdade, e vice-versa;

d) deve apresentar uma sensibilidade maior a transferências entre pessoas situadas na parte inferior da distribuição (estratos mais pobres). Assim, a transferência de uma unidade de um pobre que tem \$10 a outro que só tem \$5 deverá provocar uma queda no indicador maior que no caso dessa mesma unidade ser transferida de um rico que possui \$1000 a outro que tem \$500.

Em determinados tipos de estudos pode ser importante ou indispensável que o indicador possua uma quinta propriedade, a de ser aditivamente decomponível, de forma que o índice possa ser expresso como a soma de dois termos, um deles representando a desigualdade entre grupos ou regiões e o outro, a desigualdade no interior deles(as). De acordo com BARROS e REIS (1990, p. 424), uma medida de desigualdade estritamente decomponível é completamente determinada uma vez conhecidos os seguintes fatores: a) a distribuição da população pelos n grupos/regiões; b) o padrão de rendas relativas e c) a desigualdade intra-grupos. BOURGUIGNON (1979) e SHORROCKS (1980) mostraram que a única medida de desigualdade estritamente decomponível é o Theil-L.

Como cada indicador de desigualdade corresponde a uma função matemática diferente, é natural que, a partir de uma mesma distribuição de frequências, gerem valores distintos. O problema aparece quando as discrepâncias são de tal monta que se chegue a qualificar contraditoriamente o nível de desigualdade segundo a utilização de um ou outro indicador (CORTÉS e RUBALCAVA, p. 98). De qualquer forma, é recomendável que se

recorra, ao se qualificar a desigualdade de uma distribuição, a valores obtidos pelo mesmo índice para outras regiões ou datas.

A seguir, são apresentados alguns dos indicadores sintéticos mais utilizados na literatura para medir o grau de desigualdade de renda, no caso do índice de Theil-L, procede-se também à sua decomposição.

2.4.1. Indicadores sintéticos

Cinco indicadores sintéticos de desigualdade são destacados: o coeficiente de variação, a variância dos logaritmos das rendas, o índice de Gini e os índices de Theil (T e L).

a) O coeficiente de variação

Sendo Y_i o nível de renda do i -ésimo indivíduo numa distribuição de renda $Y = (Y_1, Y_2, \dots, Y_n)$ de uma população de n indivíduos, a variância (V) é definida como:

$$V = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (Y_i - \mu)^2$$

onde μ é a média aritmética da distribuição.

A variância é uma medida de dispersão que tem sido utilizada como indicador de desigualdade com uma certa frequência. No entanto, ela não satisfaz o requisito mínimo de ser insensível a mudanças de escala ou da média. De fato, pode-se facilmente demonstrar que, para um escalar positivo λ , $V(\lambda Y) = \lambda^2 V(Y)$.

Para tornar a variância insensível à escala deve-se corrigi-la ou normalizá-la, dividindo-a por μ^2 , com o que se define a variância relativa :

$$V_R = V / \mu^2$$

O coeficiente de variação é definido como a raiz quadrada da variância relativa, ou, alternativamente, como o quociente entre o desvio-padrão (σ) e a média:

$$CV = (1/\mu) V^{1/2} = \sigma/\mu$$

O coeficiente de variação, além de satisfazer os requisitos de independência em relação à média e à população, também satisfaz a condição de Dalton-Pigou; entretanto, por ser igualmente sensível a qualquer transferência de renda, independentemente do nível em que ela se efetua, não satisfaz o requisito (d) de um bom indicador de desigualdade.

b) A variância dos logaritmos das rendas

De maneira análoga à variância, a variância dos logaritmos das rendas (V_L) é definida como:

$$V_L = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\ln Y_i - \overline{\ln Y})^2$$

onde $\overline{\ln Y} = (1/n) \sum \ln Y_i = \ln \tilde{\mu}$ é o logaritmo da média geométrica ($\tilde{\mu}$) da distribuição de renda. Pode-se mostrar que esta medida satisfaz os quatro requisitos mínimos de um bom indicador de desigualdade, embora seja insensível a redistribuições de renda em níveis elevados da variável, o que significa dizer que ela não satisfaz a condição de Dalton-Pigou para toda a extensão das rendas.

A variância dos logaritmos das rendas costuma também ser definida tomando-se o desvio dos logaritmos das rendas em relação ao logaritmo da média aritmética:

$$V_L' = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\ln Y_i - \ln \mu)^2$$

ANAND (1983, p. 308) observa que V_L' na verdade é a soma de duas medidas de desigualdade, o V_L e o Theil-L:

$$V_L' = V_L + (\ln \mu - \ln \tilde{\mu})^2$$

onde o segundo termo, como será visto mais à frente, equivale ao quadrado do Theil-L.

Deve-se observar ainda que tanto V_L quanto V_L' não se definem quando um indivíduo na distribuição possui renda nula.

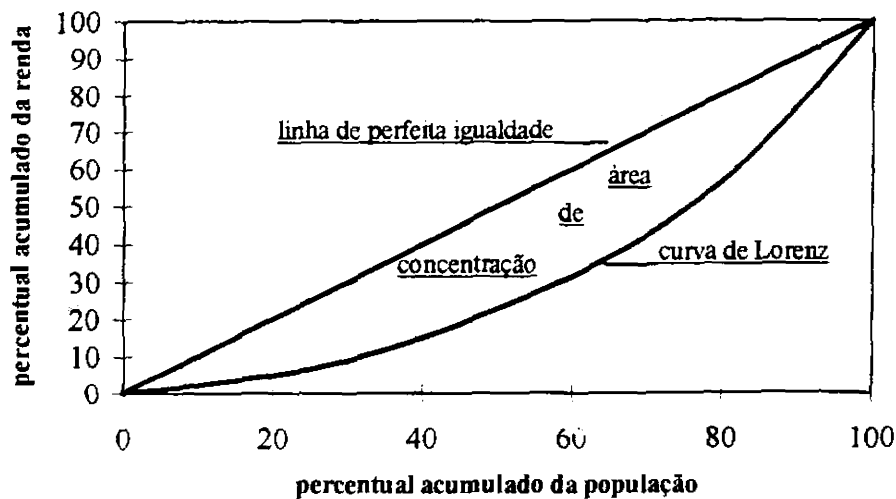
c) O índice de Gini

O índice de Gini (G) é um dos indicadores mais utilizados na mensuração da desigualdade de renda.

Como destacam CORTÉS e RUBALCAVA (1984, p. 47), o índice de Gini se diferencia dos anteriormente vistos pela maneira como formaliza a “norma democrática”. Ao invés de representá-la por uma média, estabelece a distribuição teórica que deveria ter a variável (no caso, a renda) se ela se repartisse por igual entre todos os indivíduos.

No gráfico 2.1. abaixo, que tem na abcissa o percentual acumulado da população e na ordenada o percentual acumulado da renda, a linha reta representa a “norma democrática” e corresponde à curva de Lorenz de uma distribuição de renda totalmente igualitária. O grau de convexidade da curva de Lorenz de uma distribuição de renda em relação à linha de perfeita igualdade determina o seu grau de desigualdade. Desta forma, o índice de Gini pode ser definido, graficamente, como o quociente da área entre a curva de Lorenz da distribuição analisada e a linha de perfeita igualdade (área de concentração) pela área sob a linha de perfeita igualdade. Sendo assim, o índice irá variar de 0, quando a distribuição for totalmente igualitária, a 1, caso extremo em que apenas um indivíduo detém toda a renda.

GRÁFICO 2.1.



Algebricamente, KENDALL e STUART (1963) definiram o índice de Gini como:

$$G = \frac{\Delta}{2\mu}$$

onde Δ é denominado coeficiente de diferença média e equivale à média das diferenças, em valores absolutos, de todos os pares possíveis (Y_i, Y_k) no conjunto (ROMÃO, 1993, p. 228):

$$\Delta = \frac{1}{n^2} \sum_{i=1}^n \sum_{k=1}^n |Y_i - Y_k|$$

Há pelo menos mais quatro formulações algébricas para o índice de Gini, mas ANAND (1983) mostra que todas elas são equivalentes.

O índice de Gini cumpre os requisitos mínimos de um bom indicador de desigualdade, à exceção do (d), dado que pondera mais fortemente as transferências que afetam o centro da distribuição (ROMÃO, 1993, p. 229 e BARROS e RAMOS, 1991, p. 39).

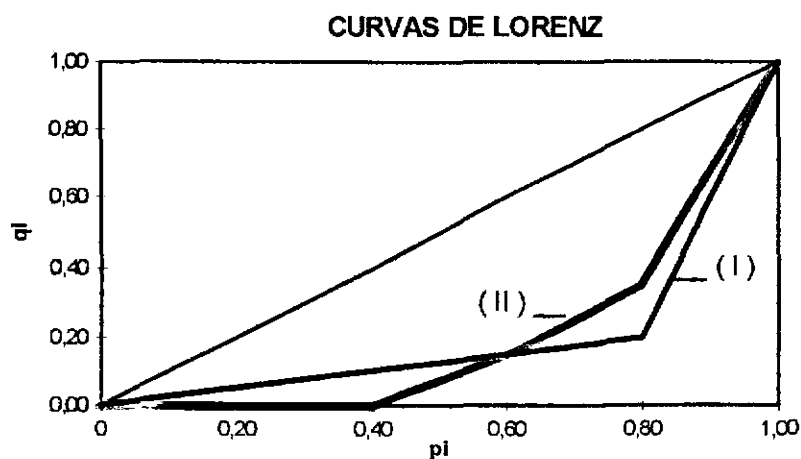
Note-se que quando a curva de Lorenz de uma distribuição X se situa totalmente à esquerda da curva de Lorenz de outra distribuição Y, ou seja, quando X domina Y no sentido de Lorenz, pode-se afirmar inequivocamente que X é mais equitativa que Y,

qualquer que seja o indicador de desigualdade utilizado. No entanto, se as curvas se cruzam, nada se pode afirmar a priori. Para ilustrar, tomemos o exemplo (retirado de CORTÉS e RUBALCAVA, 1984, p. 56) de duas distribuições, I e II, de mesmo índice de Gini (omite-se aqui a demonstração) (tabela 2.4 e gráfico 2.2):

TABELA 2.2
Distribuições de frequência I e II

No. de ordem (i)	Distribuição de frequências I					Distribuição de frequências II				
	p_i	q_i	$P_i = \sum_{p_i}$	$Q_i = \sum_{q_i}$	$d_i = P_i - Q_i$	p_i	q_i	$P_i = \sum_{p_i}$	$Q_i = \sum_{q_i}$	$d_i = P_i - Q_i$
1	0,20	0,00	0,20	0,00	0,20	0,20	0,05	0,20	0,05	0,15
2	0,20	0,00	0,40	0,00	0,40	0,20	0,05	0,40	0,10	0,30
3	0,20	0,15	0,60	0,15	0,45	0,20	0,05	0,60	0,15	0,45
4	0,20	0,20	0,80	0,35	0,45	0,20	0,05	0,80	0,20	0,60
5	0,20	0,65	1,00	1,00		0,20	0,80	1,00	1,00	

GRÁFICO 2.2



Vê-se, através das distribuições de d_i , que, apesar de terem o mesmo grau de desigualdade (medido pelo índice de Gini), I e II apresentam *formas de desigualdade* diferentes, favorecendo diferentemente os indivíduos situados na mesma posição na distribuição da renda. Alguns indicadores sintéticos são deduzidos a partir da *forma da desigualdade*, comparando a participação na renda de determinados estratos da população

com outros, sendo muito utilizada a comparação da renda dos 40% mais pobres com a dos 10% mais ricos.

d) Os índices de Theil

Theil (1967) propôs dois índices para medir a desigualdade - T e L - que vêm recebendo maior atenção, ultimamente, por apresentarem, entre outras características desejáveis, relativa facilidade em serem decompostos, principalmente o L, que, como salientou-se anteriormente, é o único índice estritamente decomponível.

Os índices de Theil derivam da noção de entropia na teoria da informação, pela qual a quantidade de informação recebida de um evento E é inversamente proporcional à sua probabilidade de ocorrência p . Assim, a quantidade de informação recebida com a ocorrência de um evento E_1 cuja probabilidade era muito pequena é maior que a de outro evento P_2 , cuja probabilidade de ocorrência fosse próxima de 1; em outros termos, “quanto mais raro é o evento, mais valiosa é a informação” (ROMÃO, 1993, p. 226).

A entropia (H) associada a n eventos mutuamente exclusivos pode ser expressa por:

$$H = \sum_{i=1}^n p_i \ln \frac{1}{p_i}$$

Se, em n eventos, um deles possui a probabilidade de ocorrência igual a 1, os demais têm probabilidade de ocorrência zero e, portanto, $H = 0$, ou seja, se temos certeza da ocorrência de um evento, a quantidade esperada de informação será igual a zero. Por outro lado, a entropia alcançará seu máximo quando as probabilidades de ocorrência forem iguais entre si ($p_1 = p_2 = \dots = p_n = 1/n$); neste caso, $H = \ln n$.

A entropia associada às participações na renda - $H(Y)$, com $p_i = (Y_i/Y)$ - pode, assim, ser vista como uma medida da desigualdade de renda.

O índice T de Theil é obtido subtraindo-se $H(Y)$ de seu valor máximo:

$$T = \ln n - H(Y) = \sum_{i=1}^n \frac{Y_i}{Y} \ln \frac{Y_i/Y}{1/n}$$

Quando há perfeita igualdade, T assume o valor zero e, inversamente, quando apenas um indivíduo recebe toda a renda, assume o seu valor máximo, $\ln n$.

O índice L de Theil é análogo ao índice T , apenas invertendo os papéis da participação na renda (Y_i/Y) e da participação na população ($1/n$):

$$L = \sum_{j=1}^n \frac{1}{n} \ln \frac{1/n}{Y_j/Y}$$

Como $Y = n\mu$, L pode também ser expresso como:

$$\begin{aligned} L &= \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{\mu}{Y_i} \\ &= \ln \mu - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln Y_i \\ &= \ln \mu - \ln \bar{\mu} \\ &= \ln \mu / \bar{\mu} \end{aligned}$$

Vê-se, portanto, que o índice L de Theil nada mais é que o logaritmo da razão entre a média aritmética e a média geométrica. Note-se que, para uma distribuição totalmente igualitária, $L = 0$ e, quanto maior a desigualdade, maior o seu valor; entretanto, este índice não se aplica à situação em que a renda se concentra em sua totalidade em apenas um indivíduo (sendo a renda dos demais, portanto, igual a zero), dado que quando Y_i tende a zero, o $\ln Y_i$ tende a $-\infty$.

Os índices de Theil cumprem os quatro requisitos mencionados anteriormente para um bom indicador. Uma crítica que se faz a eles diz respeito ao “seu caráter, como medida de desigualdade, posto que é uma mera transposição da teoria da informação para a distribuição de renda, não tendo nenhuma interpretação econômica intuitiva” (ROMÃO, 1993, p. 227).

2.4.2. Decomposição do Theil-L

Neste item é apresentada a decomposição algébrica do índice L de Theil, de forma a demonstrar como a desigualdade de renda em Minas Gerais pode ser medida em diversos níveis agregativos:

a) **intra-estadual**: desigualdade entre os indivíduos i do estado ($i=1, 2, \dots, n$, onde n é a população do estado) - L ;

b) **intra-regional** (regiões administrativas ou de planejamento): desigualdade entre os indivíduos i ($i=1, 2, \dots, n_j$, onde n_j é a população da região) da região j ($j=1, 2, \dots, k$) - L_j ;

c) **intra-municipal**: desigualdade entre os indivíduos i ($i=1, 2, \dots, n_e$, onde n_e é a população do município) dentro de cada município e ($e=1, 2, \dots, r$) - L_e ;

d) **inter-regional**: desigualdade entre as regiões do Estado - L_{Ej} ;

e) **inter-municipal intra-estadual**: desigualdade entre os municípios e do estado ($e=1, 2, \dots, r$) - L_{Ee} ;

f) **inter-municipal intra-regional**: desigualdade entre os municípios e de cada região ($e=1, 2, \dots, r_j$) - $L_{Ee|j}$;

Viu-se que, para um estado com população n :

$$L = \ln \mu - \ln \tilde{\mu}$$

ou:

$$L = \ln \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} Y_i - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln Y_i \quad (4)$$

Para uma região de população n_j :

$$L_j = \ln \sum_{i=1}^{n_j} \frac{1}{n_j} Y_i - \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \ln Y_i \quad (5)$$

E, para um município de população n_e de uma região j :

$$L_{ej} = \ln \sum_{i=1}^{n_e} \frac{1}{n_e} Y_i - \frac{1}{n_e} \sum_{i=1}^{n_e} \ln Y_i \quad (6)$$

Seja $f_j = n_j/n$ a proporção da população da região j em relação à população total do estado e $\mu_j = \left(\frac{1}{n_j}\right) \sum_{i=1}^{n_j} Y_i$ a renda per capita média da região j . Pode-se expressar

(4) como:

$$\begin{aligned} L &= \left(\ln \sum_{j=1}^k f_j \sum_{i=1}^{n_j} \frac{1}{n_j} Y_i \right) - \left(\sum_{j=1}^k f_j \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \ln Y_i \right) \\ &= \left(\ln \sum_{j=1}^k f_j \mu_j \right) - \left(\sum_{j=1}^k f_j \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \ln Y_i \right) \end{aligned}$$

Somando-se e subtraindo-se ao mesmo tempo a expressão $\sum f_j \ln \mu_j$ e agrupando-se os termos, tem-se:

$$L = \left(\ln \sum_{j=1}^k f_j \mu_j - \sum_{j=1}^k f_j \ln \mu_j \right) + \sum_{j=1}^k f_j \left(\ln \mu_j - \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \ln Y_i \right)$$

ou:

$$L = L_{Ej} + \sum_{j=1}^k f_j L_j \quad (7)$$

ou seja, a desigualdade de renda no estado pode ser desagregada em duas parcelas, representando a desigualdade inter-regional e a desigualdade intra-regional. Note-se que, quando as regiões tiverem a mesma renda per capita média, $L = \sum f_j L_j$ ou, se não houver desigualdade dentro de cada região, $L = L_{Ej}$.

Alternativamente, sendo $\beta_e = (n_e / n)$, a desigualdade no estado pode ser decomposta na desigualdade inter-municipal e intra-municipal:

$$L = L_{Ee} + \sum_{e=1}^r \beta_e L_e \quad (8)$$

Da mesma forma, a partir de (5) e sendo r_j o número de municípios da região j ,

$\alpha_e = (n_e/n_j)$ e $\mu_e = \left(\frac{1}{n_e}\right) \sum_{i=1}^{n_e} Y_{i,j}$, pode-se deduzir que:

$$L_j = \left(\ln \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e \mu_e - \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e \ln \mu_e \right) + \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e \left(\ln \mu_e - \frac{1}{n_e} \sum_{i=1}^{n_e} \ln Y_i \right)$$

ou:

$$L_j = L_{Ee/j} + \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e L_{e/j} \quad (9)$$

ou seja, a desigualdade de renda intra-regional pode ser decomposta em duas parcelas, representando a desigualdade inter-municipal e a desigualdade intra-municipal.

De (7) e (9), pode-se escrever:

$$L = L_{Ej} + \sum_{j=1}^k f_j L_{Ee/j} + \sum_{j=1}^k f_j \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e L_{e/j}$$

ou, como $\beta_e = f_j \cdot \alpha_e = (n_e/n)$,

$$L = L_{Ej} + \sum_{j=1}^k f_j L_{Ee/j} + \sum_{e=1}^r \beta_e L_e \quad (10)$$

ou seja, a desigualdade de renda no estado pode ser decomposta em três parcelas que se somam, representando as desigualdades inter-regional, inter-municipal e intra-municipal.

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

2.5. Mensuração da pobreza

A metodologia para medir a pobreza absoluta envolve duas etapas. A primeira refere-se à própria definição de quem será considerado pobre e implica na escolha da linha de pobreza. A segunda refere-se à seleção dos indicadores a serem utilizados na mensuração da pobreza.

2.5.1. Linhas de pobreza

O conceito de pobreza absoluta está intimamente relacionado à capacidade dos indivíduos, em uma determinada sociedade, de satisfazerem as necessidades básicas para a manutenção de um padrão de vida mínimo aceitável. Sendo assim, a determinação de uma linha de pobreza separando os pobres dos não-pobres remete à própria definição do que sejam essas necessidades básicas. Segundo ROMÃO (1991, p. 109), “a válvula de escape usualmente empregada para se chegar à definição de necessidades básicas é levada a efeito através de dois artifícios: o primeiro, estreitando o conceito de necessidades de forma a incluir apenas as chamadas necessidades materiais; o segundo, elegendo arbitrariamente um conjunto dessas necessidades materiais e postulando níveis mínimos considerados indispensáveis a serem satisfeitos”. Selecionadas as necessidades básicas, a linha de pobreza é determinada através do cálculo do custo monetário para satisfazê-las. Desta forma, são considerados pobres os indivíduos (ou as famílias, dependendo do enfoque adotado) situados abaixo da linha de pobreza, ou seja, cuja renda seja insuficiente para cobrir os gastos mínimos necessários, previamente definidos.

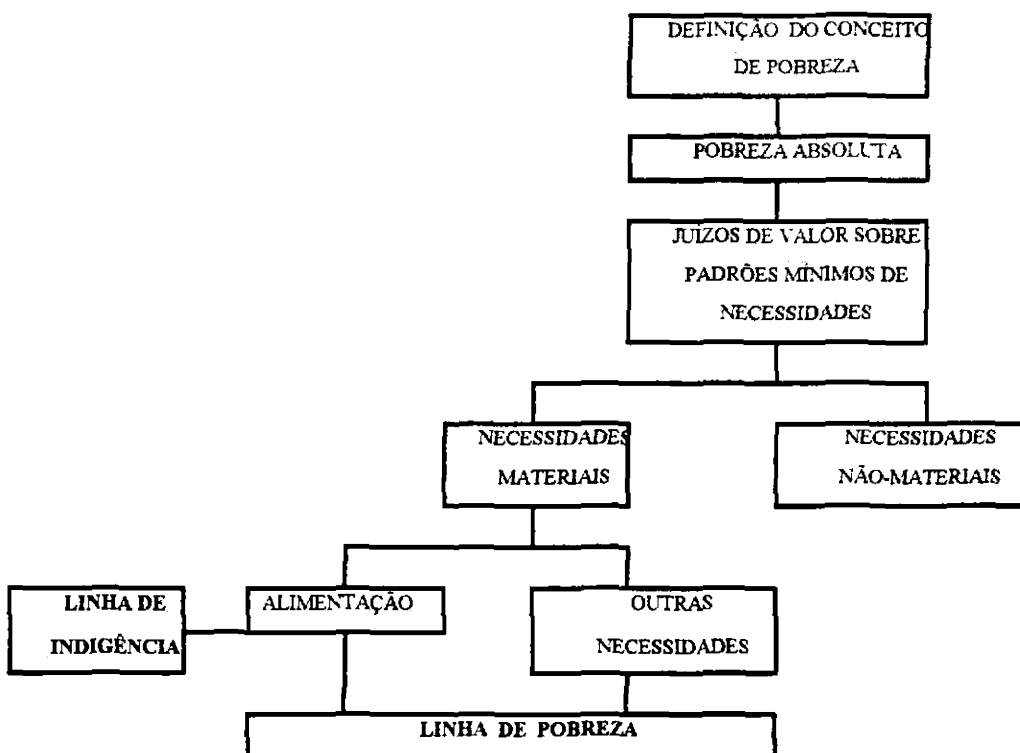
Normalmente, para se definir a linha de pobreza, as necessidades básicas são divididas em dois componentes - alimentação e outras necessidades (habitação, vestuário, transporte, educação, saúde, lazer, etc.).

A alimentação é a mais básica das necessidades e o custo dos requisitos nutricionais mínimos é, dentro do chamado *enfoque biológico*, o ponto de partida para a definição da linha de pobreza. Trata-se de, uma vez estimados os requerimentos energéticos

e proteicos mínimos necessários, estabelecer uma dieta mínima normativa correspondente a uma cesta de alimentos de baixo custo (ROMÃO, 1991, p. 111). O custo dessa cesta define a chamada *linha de indigência*.

Para se chegar à linha de pobreza, deve-se acrescentar ao custo da cesta básica os gastos necessários para suprir as demais necessidades básicas. O elemento de arbitrariedade aqui é maior do que na definição das despesas alimentares e, geralmente, a indisponibilidade de dados confiáveis e com o grau de detalhamento exigido conduzem a que se adote uma metodologia indireta para o seu cálculo: estimar o percentual da renda total dos pobres que é gasto com alimentação (conhecido como coeficiente de Engel) e multiplicar o seu inverso pelo custo da cesta básica. Note-se que este procedimento envolve uma circularidade e, sem contorná-la, aconselha-se tomar os gastos com alimentação das pessoas dos estratos mais baixos na distribuição de renda, de preferência aquelas com rendimento próximo ao valor da cesta básica (ROMÃO, 1991, p. 111).

DIAGRAMA 2.1.
DETERMINAÇÃO DE LINHAS DE POBREZA ABSOLUTA USANDO
CRITÉRIOS NUTRICIONAIS



O diagrama 2.1., extraído de ROMÃO (1993, p. 70), resume os procedimentos básicos para a determinação da linha de pobreza segundo o enfoque biológico.

A aplicação do enfoque biológico para a determinação da linha de pobreza apresenta, sem dúvida, problemas ligados ao inevitável grau de arbitrariedade na definição tanto dos requisitos nutricionais mínimos (que podem variar de pessoa para pessoa, de acordo com o clima, condições de trabalho, idade, sexo, etc.) quanto das necessidades não-alimentares (que itens devem ser incluídos ou qual coeficiente de Engel deve ser adotado?), tornando difícil, senão impossível, se atingir um consenso. No entanto, ROMÃO (1993, p. 40) destaca duas questões concernentes à metodologia de aferição da pobreza absoluta: por um lado, “o método pode ser contestado mas não pode ser abandonado, pois a desnutrição, fora de dúvida, é o aspecto mais evidente da pobreza”; por outro lado, como já comentado anteriormente, “muito mais importante do que essas considerações é o fato de que, ao se levar em conta a pobreza sob uma perspectiva absoluta, é possível destacar uma importante dimensão social do problema, qual seja, independentemente dos padrões contemporâneos, existem membros da sociedade que não têm atendidas suas necessidades mínimas de subsistência e para eles, portanto, devem ser orientados todos os esforços”.

Evitando os problemas e controvérsias em torno do estabelecimento de linhas de pobreza, ou, como coloca LUSTOSA (1994, p. 7), “talvez reconhecendo que a relação custo-eficácia desses esforços é desfavorável”, alguns autores têm adotado um procedimento diferente na mensuração da pobreza. Ao invés de trabalhar com uma linha de pobreza fundamentada no enfoque biológico, opta-se por um *continuum* de linhas de pobreza, normalmente expressas em frações do salário-mínimo. Segundo RAMOS (1994, p. 3), “a clear advantage of this approach is that it allows a richer characterization of the poverty profile, as it is possible to identify the groups that are increasingly represented when we move towards to the extreme portion of the lower tail of the distribution”. Obviamente, à medida que se eleva a linha de pobreza, o número de pobres tende a aumentar, e vice-versa.

Muitos trabalhos sobre pobreza no Brasil, no entanto, adotam apenas uma linha baseada no salário mínimo oficial, o que é arbitrário até certo ponto, uma vez que nada garante que este seja medida confiável do custo das necessidades básicas.

No capítulo 4 deste trabalho, na mensuração da pobreza nos municípios de Minas Gerais, serão utilizadas as linhas de pobreza para as áreas metropolitana, urbana não-metropolitana e rural do estado, definidas por ROCHA, com base no enfoque biológico (ver metodologia no capítulo 2 e valores das linhas na tabela 6.2).

ROCHA segue metodologia estabelecida por FAVA (1984), que introduz inovações vantajosas em termos conceituais e operacionais em relação aos procedimentos anteriormente adotados por outros autores, dentro do mesmo critério biológico (ROCHA, 1988 e 1992). Essa metodologia pode ser resumida nos seguintes passos:

a) estabelecimento do parâmetro de requerimentos nutricionais: considera como *requerimento nutricional* a ingestão diária de 2400 calorias por pessoa, independentemente da pessoa e do local onde ela vive; a não inclusão de proteínas nos requisitos nutricionais se justifica pelo fato de que, “dadas as características da alimentação no país, raramente ocorre déficit protéico em dietas adequadas do ponto de vista calórico” (ROCHA, 1993, p. 231);

b) definição da estrutura e custo da cesta alimentar básica (linhas de indigência): ao invés de definir uma cesta básica normativa, isto é, baseada em uma estrutura de consumo otimizada ou padrão, ROCHA determina a cesta tomando por base as preferências dos consumidores, mais especificamente, a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda (tomou-se a cesta alimentar relativa ao segundo décimo na distribuição das despesas correntes) a partir de pesquisa de orçamentos familiares do IBGE - Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef, 1974/75), fazendo-se alguns ajustamentos marginais nas quantidades por produto de modo a atender os requisitos nutricionais. Por outro lado, tanto a estrutura como a valoração da cesta básica são diferenciados regionalmente, refletindo, assim, as significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre regiões e local de residência (metropolitano, urbano e rural). Desta forma, são geradas, para cada região do país, três ou mais linhas de indigência, ou seja, uma ou mais linhas para as metrópoles regionais, uma para a área urbana e outra para a rural. Cabe ainda observar que os custos das cestas para as regiões metropolitanas são atualizados com base nos índices de preços ao consumidor do IBGE; para as áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, dada a não existência de pesquisas de preços para elas, adota-se a suposição de que os diferenciais de custo de vida para populações de baixa renda entre as três áreas se mantêm como observado pelo Endef (ROCHA, 1995, p.26);

c) estabelecimento das linhas de pobreza: o coeficiente de Engel para o decil mais baixo entre aqueles onde não se observam deficiências calóricas é utilizado para a determinação dos custos dos itens não-alimentares, que, somados ao custo da cesta básica, resultam no valor das linhas de pobreza.

2.5.2. Indicadores sintéticos

Uma vez fixada a linha de pobreza, cabe definir um ou mais indicadores agregados que traduzam as principais características da situação concreta de pobreza de uma determinada população.

Um primeiro indicador relevante mede a “incidência da pobreza” (H), ou seja, a proporção dos pobres na população total. Sendo n a população total e q o número de pobres, tem-se que:

$$H = \frac{q}{n} \quad (11)$$

Este indicador, no entanto, é claramente insuficiente, dado que viola dois importantes axiomas (SEN, 1976, p. 219): por um lado, não se altera ao se reduzir a renda de uma pessoa já situada abaixo da linha de pobreza, ou, inversamente, ao se elevar a renda dos pobres sem que nenhum deles ultrapasse a linha de pobreza; por outro lado, é insensível à distribuição da renda entre os pobres, de tal forma que também não se altera ao se transferir renda de um indivíduo pobre para outro mais rico (desde que este, sendo também pobre, não cruze a linha de pobreza). Para se verificar a inadequação deste indicador, basta imaginar a hipótese extrema em que toda a renda dos pobres fosse transferida para os não-pobres; nesse caso, H não se alteraria.

No sentido de captar melhor a intensidade de pobreza, um segundo indicador muito utilizado é o denominado “índice de insuficiência de renda” ou de “defasagem de renda” (I). Sendo z o valor da linha de pobreza e μ_p a renda média dos pobres, I é definido como:

$$I = \frac{z - \mu_p}{z} \quad (12)$$

Portanto, I mede a distância média da renda dos pobres à linha de pobreza, expressando-a em termos de linha de pobreza (se todos os pobres têm renda nula, $I = 1$ linha de pobreza). Note-se que o valor monetário da renda necessária para acabar com a pobreza (M), ou seja, para elevar a renda dos pobres até a linha de pobreza, será dado por:

$$M = I \cdot q \cdot z \quad (13)$$

O indicador de defasagem de renda I é insensível tanto à variação no número de pobres (desde que sua renda média não se altere) quanto a transferências de renda entre os pobres.

A utilização conjunta de H e I deixa, portanto, de considerar uma característica importante da pobreza, qual seja, a desigualdade de renda entre os pobres. Em face disso, SEN (1976) propôs um indicador único de pobreza (P) que incorpora a incidência H , a defasagem I e a desigualdade entre os pobres, aferida através do índice de Gini. A fórmula proposta por SEN é:

$$P = H [I + (1 - I) G_p] \quad (14)$$

onde G_p é o índice de Gini da distribuição de renda dos pobres.

Se não há desigualdade entre os pobres, $P = H I$.

Diversas variantes do índice proposto por SEN surgiram através de modificações nos seus axiomas (ROMÃO, 1993, p. 76). Uma dessas variantes é o indicador P^α , proposto por FOSTER, GREER e THORBECKE (1984), que será adotado, no capítulo 4 deste trabalho, na mensuração da pobreza nos municípios de Minas Gerais. A fórmula geral deste indicador é dada por:

$$P^\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - Y_i}{z} \right)^\alpha \quad (15)$$

onde Y_i é a renda do i -ésimo pobre.

Fazendo α variar de 0 a 2, configuram-se três situações:

a) se $\alpha = 0$, P^α mede apenas a incidência da pobreza:

$$P^0 = \frac{q}{n} = H \quad (16)$$

b) se $\alpha = 1$, tem-se:

$$P^1 = \frac{q}{n} \cdot \frac{1}{q} \sum_{i=1}^q \frac{z - Y_i}{z} = H \left(1 - \frac{\mu_p}{z} \right) = H I \quad (17)$$

ou seja, P^1 é o produto dos índices de incidência da pobreza e defazagem de renda;

c) se $\alpha = 2$, tem-se:

$$\begin{aligned} P^2 &= \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - Y_i}{z} \right)^2 \\ &= \frac{q}{n} \cdot \frac{1}{q} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - Y_i}{z} \right)^2 \\ &= H \cdot \left[\frac{1}{z^2} \cdot \frac{1}{q} \sum_{i=1}^q (z^2 - 2Y_i z + Y_i^2) \right] \end{aligned} \quad (18)$$

Como o coeficiente de variação aplicado à distribuição de renda dos pobres (CV_p) é dado por (ver seção 2.4.1.):

$$CV_p = \frac{\sigma_p}{\mu_p}$$

logo:

$$CV_p^2 = \frac{\left(\frac{1}{q} \sum_{i=1}^q Y_i^2 \right) - \mu_p^2}{\mu_p^2}$$

e, portanto :

$$\frac{1}{q} \sum_{i=1}^q Y_i^2 = CV_p^2 \cdot \mu_p^2 + \mu_p^2 \quad (19)$$

Substituindo (19) em (18), tem-se:

$$\begin{aligned} P^2 &= H \left[\frac{1}{z^2} \left(z^2 - 2\mu_p z + CV_p^2 \mu_p^2 + \mu_p^2 \right) \right] \\ &= H \left\{ \frac{1}{z^2} \left[(z - \mu_p)^2 + CV_p^2 \mu_p^2 \right] \right\} \\ &= H \left[\left(\frac{z - \mu_p}{z} \right)^2 + \left(\frac{\mu_p}{z} \right)^2 CV_p^2 \right] \\ &= H \cdot \left[I^2 + (1-I)^2 CV_p^2 \right] \quad (20) \end{aligned}$$

No capítulo 4, para cada linha de pobreza adotada serão gerados os três indicadores acima (P^0 , P^1 e P^2).

2.5.3. Decomposição de P^α

Uma das razões da utilização do indicador P^α no capítulo 4 deste trabalho é o fato de ele possuir a propriedade de ser consistente em agregações (“sub-group consistent”), ou seja, difere de outros índices, como o de SEN, em que a pobreza em cada grupo ou região pode estar caindo, enquanto no agregado do estado ela pode estar subindo. Isto significa que sua utilização permite calcular a pobreza em diversos “níveis agregativos”, tal como se procedeu, na seção 2.4.2., à decomposição do Theil-L. Adotando aqui as mesmas notações daquela seção, (15) pode ser escrito como:

$$P^\alpha = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^k \sum_{i=1}^{q_j} \left(\frac{z - Y_i}{z} \right)^\alpha$$

$$\begin{aligned}
&= \sum_{j=1}^k \frac{n_j}{n} \left[\frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{q_j} \left(\frac{z - Y_i}{z} \right)^\alpha \right] \\
&= \sum_{j=1}^k f_j P_j^\alpha \tag{21}
\end{aligned}$$

ou seja, a pobreza no estado pode ser desagregada na pobreza de suas k regiões.

Analogamente, deduz-se a decomposição por município:

$$P^\alpha = \sum_{e=1}^r \beta_e P_e^\alpha \tag{22}$$

Da mesma forma, a pobreza em cada região pode ser decomposta na pobreza de seus municípios:

$$P_j^\alpha = \sum_{e=1}^{r_j} \alpha_e P_{e/j}^\alpha \tag{23}$$

2.6. Desigualdade, pobreza e bem-estar: análise de dominância estocástica

Segundo metodologia recente, desenvolvida por FOSTER e SHORROCKS (1988a, 1988b e 1988c), BARROS e MENDONÇA (1995a e 1995b) mostram que é possível, a partir do conceito de *dominância estocástica*, fazer comparações entre duas distribuições de renda, no que diz respeito a grau de desigualdade, pobreza e bem-estar, sem ser preciso utilizar linhas e indicadores de pobreza e desigualdade.

Segundo esses autores, a literatura sobre estes três temas pode ser dividida em dois grupos, o primeiro formado por estudos sobre a evolução da desigualdade de renda e da renda per capita e o segundo, sobre a evolução da pobreza, ambos apresentando deficiências: “os estudos baseados na desigualdade e crescimento não foram capazes de determinar o efeito combinado sobre pobreza e bem-estar. A literatura sobre pobreza não

nos oferece qualquer indicação de em que medida seus resultados são consistentes com a escolha de medidas de pobreza e linhas de pobreza” (BARROS e MENDONÇA, 1995b, p. 117). No caso do primeiro grupo, a forma indireta (através do cálculo da evolução do nível médio da renda e do grau de desigualdade) tradicionalmente utilizada para avaliar o impacto de mudanças na distribuição de renda sobre bem-estar “encontra dificuldades em identificar (esse impacto) sempre que as alterações no nível da renda e no grau de desigualdade são na mesma direção. Por exemplo, quando há crescimento na renda e crescimento na desigualdade. Nesses casos, os impactos individuais das variações no nível de renda e das variações no grau de desigualdade têm sentidos contrários, e esse método não provê um critério para comparar a magnitude desses dois efeitos”(BARROS e MENDONÇA, 1995a, p. 330).

A nova metodologia, rigorosamente fundamentada e desenvolvida em BARROS e MENDONÇA (1995b), consiste em ordenar as distribuições de renda de acordo com alguns critérios “de clara interpretação intuitiva”. Em ordem decrescente de exigências, podem-se tomar, assim, os seguintes critérios, ou seja, condições necessárias para que a distribuição t (ou no instante t) domine a distribuição s (ou no instante s):

a) **média-igualdade**: por este critério, a distribuição t domina (em termos de gerar maior bem-estar social) a distribuição s quando e apenas quando $\mu_t \geq \mu_s$ e $\lambda_{k,t} \geq \lambda_{k,s}$ (com $k = 1, 2, \dots, 10$), onde $\lambda_{k,t}$ são os pontos da curva de Lorenz:

$$\lambda_{k,t} = \frac{k \cdot \eta_{k,t}}{10 \cdot \mu_t}$$

sendo $\eta_{k,t}$, a renda média dos 10k% mais pobres da população de t , dado por:

$$\eta_{k,t} = \frac{1}{k} \cdot \sum_{j=1}^k v_{j,t}$$

onde $v_{j,t}$ é a renda do j -ésimo décimo da distribuição de renda t . Este critério é muito exigente e não consegue ordenar distribuições de renda que, pelos critérios da renda per capita e do grau de desigualdade separadamente, recebem ordenações diferentes. Em outras palavras, este critério, que é o mesmo acima criticado, só permite concluir que o bem-estar aumentou e a pobreza se reduziu quando tanto a renda média tiver aumentado

quanto a desigualdade tiver diminuído (e vice-versa), ou, como colocam BARROS e MENDONÇA (1995b, p.123), “é completamente agnóstico com respeito ao compromisso entre aumentos na desigualdade de renda e crescimento na renda per capita”. De fato, são possíveis situações em que o bem-estar aumente com o crescimento da desigualdade, desde que o crescimento da renda o compense.

b) dominância estocástica de primeira ordem : por este critério, t domina s apenas quando $v_{k,t} \geq v_{k,s}$, ou seja, quando as rendas médias de todos os décimos na distribuição t são maiores que em s . Se isto acontece, o bem-estar social em t será maior, qualquer que seja a função de bem-estar, e a pobreza menor, quaisquer que sejam a linha ou medida de pobreza utilizadas, como demonstram BARROS e MENDONÇA (1995b, p. 127). Note-se que, por este critério, é sempre possível encontrar, para um aumento na desigualdade, um crescimento na renda média que o compense, garantindo a manutenção ou elevação no bem-estar social. Note-se ainda que o critério de dominância de primeira ordem é equivalente ao *critério de Pareto*, ou seja, se t domina s , pode-se, a partir de s e com incrementos sucessivos de renda, obter t .

No entanto, o critério de dominância de primeira ordem é “desnecessariamente exigente para sociedades que valorizam a equidade ... Em outras palavras, se a sociedade valoriza a equidade, um processo de desenvolvimento que não beneficie todos os grupos de renda pode ainda aumentar o bem-estar, desde que o crescimento se concentre nas camadas mais pobres e, portanto, traga aumento de equidade”(BARROS e MENDONÇA, 1995a, p. 331).

c) dominância estocástica de segunda ordem : por este critério, t domina s se e somente se $\eta_{k,t} \geq \eta_{k,s}$, ou seja, quando a renda média dos 10k% mais pobres em t for maior que em s , o que também significa dizer que a *curva de Lorenz generalizada* (igual ao produto da curva de Lorenz pela renda média da distribuição) da distribuição t está situada totalmente acima da de s .

Pelo critério de dominância de segunda ordem, a desigualdade de renda pode crescer sem afetar o bem-estar, desde que haja um crescimento na renda média suficiente para manter inalterada a curva de Lorenz generalizada. Por outro lado, entretanto, como observam BARROS e MENDONÇA (1995a, p.332), “a curva de Lorenz generalizada

permite visualizar o fato de que o caso oposto não é possível, isto é, numa sociedade que valoriza a equidade, reduções de desigualdade nunca podem superar quedas na renda média e conduzir a uma melhora, sem ambiguidades, no bem-estar”.

Note-se que, pelo critério de dominância de segunda ordem, ao contrário do de primeira ordem, é possível que o bem-estar e o grau de pobreza não se alterem mesmo quando algum(s) dos decis da distribuição tenham sua renda média reduzida. Por exemplo, é possível que a renda média do segundo decil mais pobre caia ($\mu_{2,s} < \mu_{2,t}$), mas que seja compensada pelo aumento na renda média do decil mais pobre ($\mu_{1,s} > \mu_{1,t}$), de tal forma que a renda média dos 20% mais pobres não se altere ($\eta_{1,s} > \eta_{1,t}$ e $\eta_{2,s} = \eta_{2,t}$); neste caso, e não se alterando a renda média dos demais decis, o critério diz que o bem-estar aumentou.

Finalmente, FOSTER e SHORROCKS (1988a) “demonstram que A domina B pelo critério de segunda ordem se e somente se, para uma linha de pobreza arbitrária, a pobreza medida pela insuficiência de renda for menor em A do que em B”(BARROS e MENDONÇA, 1995a, p.332).

TABELA 2.3

DADOS PARA A ORDENAÇÃO DAS DISTRIBUIÇÕES A, B e C

DÉCIMO S (j)	DISTRIBUIÇÃO A			DISTRIBUIÇÃO B			DISTRIBUIÇÃO C		
	$v_{j,A}$	$\eta_{k,A}$	$\lambda_{k,A}$	$v_{j,B}$	$\eta_{k,B}$	$\lambda_{k,B}$	$v_{j,C}$	$\eta_{k,C}$	$\lambda_{k,C}$
1	0,33	0,33	0,007	0,29	0,29	0,015	1,05	1,05	0,017
2	0,66	0,50	0,021	0,59	0,44	0,045	1,91	1,48	0,048
3	0,99	0,66	0,042	0,82	0,57	0,088	2,59	1,85	0,09
4	1,32	0,83	0,07	1,01	0,68	0,139	3,27	2,21	0,143
5	1,79	1,02	0,108	1,27	0,80	0,205	4,01	2,57	0,208
6	2,41	1,25	0,159	1,56	0,92	0,283	4,87	2,95	0,286
7	3,26	1,54	0,228	1,89	1,06	0,381	5,98	3,38	0,383
8	4,67	1,93	0,326	2,34	1,22	0,501	7,53	3,90	0,505
9	7,64	2,56	0,487	3,20	1,44	0,665	10,06	4,59	0,668
10	24,2	4,73	1,000	6,55	1,95	1,000	20,48	6,18	1,000

Notas: 1) $v_{j,s}$ = renda média de cada décimo;

2) $\eta_{k,s}$ = renda média dos 10k% mais pobres ($\eta_{10,s}$ = renda média da distribuição);

3) $\lambda_{k,s}$ = pontos da curva de Lorenz.

Para exemplificar a metodologia acima, considerem-se as três distribuições de renda da tabela 2.3. Ao se comparar a distribuição de A com a de B, tem-se que: a) pelo critério da média-igualdade, não é possível a comparação, uma vez que, apesar da curva de Lorenz de B situar-se totalmente acima da de A, a renda média de A é superior à de B; b) pelos critérios de dominância, tanto de 1ª quanto de 2ª ordem, a distribuição A domina B, mostrando que o maior nível de renda per capita de A mais do que compensa sua maior desigualdade.

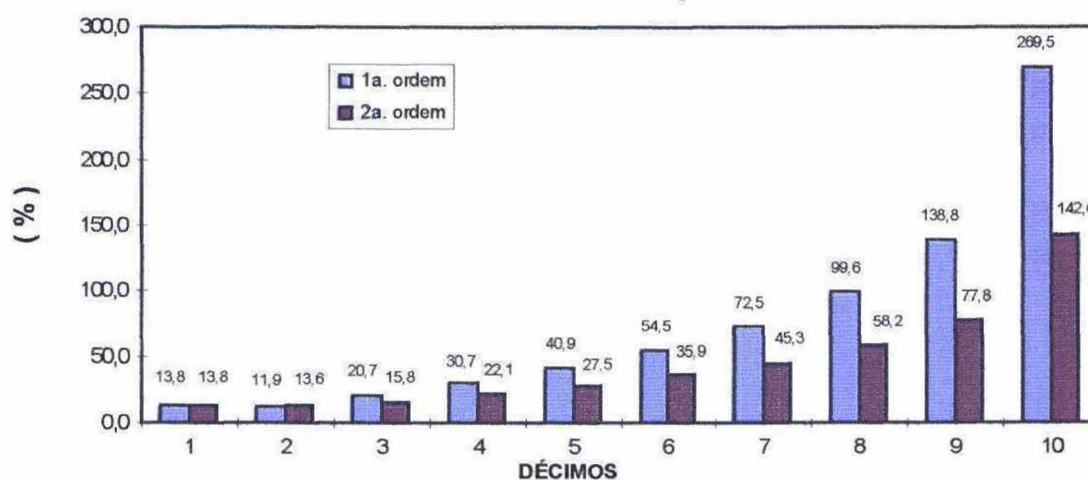
Passando à comparação da distribuição A com a C, pode-se deduzir que, pelo critério da média-igualdade, a distribuição C, com menor desigualdade e maior renda média, domina a distribuição A. Note-se, no entanto, que o critério de dominância de 1ª ordem, neste caso, não consegue classificar as duas distribuições inequivocamente, uma vez que a renda média do último decil de A é maior que a do correspondente decil de C, mesmo que em todos os demais decis C supere A. Quanto a isso, BARROS e MENDONÇA (1995b, p. 128) observam que “apesar de todas estas propriedades desejáveis, o critério de dominância de primeira ordem não pode ser considerado uma melhora inequívoca sobre o critério da média igualdade. Por um lado, o critério de dominância de primeira ordem melhora por permitir que um crescimento econômico suficientemente grande compense aumentos suficientemente pequenos na desigualdade. Por outro lado, o critério de dominância de primeira ordem sozinho não pode ordenar casos simples em que a ordenação com o critério da média-igualdade é possível”. De fato, pode-se constatar que a distribuição C pode ser obtida de A a partir de transferências de renda dos mais ricos para os mais pobres e com acréscimos adicionais de renda para todos os decis e, obviamente, tanto transferências progressivas quanto acréscimos na renda das pessoas devem levar a menor nível de pobreza e maior bem-estar.

Já pelo critério de dominância de 2ª ordem, a distribuição C domina a A, mesmo que a renda média do último decil de C seja menor que a do último decil de A, uma vez que, por esse critério, a queda na renda de um dos decis mais ricos pode ser aceitável desde que seja suficientemente compensada pelo aumento na renda dos decis mais pobres.

Ressalte-se ainda que, através dos critérios de dominância estocástica, é possível se estimar o *trade-off* entre o aumento da desigualdade e do nível de renda. Tome-se, por

exemplo, o caso das distribuições A e B . Como se acabou de ver, A , com maior desigualdade e também maior renda, domina B pelos dois critérios. Qual taxa de crescimento seria necessária para que B passasse a dominar A ? Esta pergunta pode ser respondida com base no gráfico 2.3 abaixo, que mostra as taxas de crescimento da renda média de cada decil ($v_{j.}$) e da renda média dos k decis mais pobres ($\eta_{k.}$) de B necessárias para que B domine A . Assim, se a renda média de B teria que se elevar em 142,6%, a maior parte dessa taxa de crescimento mínimo exigido se deve à necessidade de compensar o maior grau de desigualdade existente na distribuição A , ou seja, 130,7% (= 142,6-11,9) pelo critério de dominância de 1ª ordem e 129% (= 142,6-13,6) pelo de 2ª ordem.

GRÁFICO 2.3
Taxas de crescimento necessárias para B dominar A



A metodologia acima foi aplicada por BARROS e MENDONÇA (1995a e 1995b) e BARROS et al. (1995) na ordenação de distribuições de renda no Brasil e em outros países e algumas de suas conclusões serão resgatadas no capítulo 3; poderia também ter sido aplicada, no capítulo 4, caso já estivessem disponíveis os dados do censo demográfico de 1991, na avaliação do impacto de alterações na renda *per capita* e no grau de desigualdade sobre a pobreza e bem-estar nos municípios do estado.

3. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E FATORES DETERMINANTES

Neste capítulo, pretende-se dar uma visão mais ou menos detalhada sobre a evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil, suas regiões e estados, no sentido de estabelecer parâmetros para a contextualização dos resultados obtidos, no capítulo seguinte, para o estado de Minas Gerais, no ano de 1980, em três aspectos: primeiro, mostrar como esses dois fenômenos evoluíram, para esse estado, antes e depois de 1980; segundo, mostrar a posição do estado frente a outros e às regiões brasileiras; por fim, mostrar as diferenças e concordâncias na quantificação dos fenômenos sob óticas diferentes, ou seja, em função da aplicação de indicadores diversos a distribuições diversas.

Pretende-se também buscar explicação para os elevados níveis de pobreza e desigualdade observados no país, bem como possíveis formas de combate a essa perversa face de seu desenvolvimento econômico.

O capítulo está estruturado em quatro seções. Na seção 3.1, busca-se inserir o Brasil no contexto mundial; a seção 3.2 trata da evolução da pobreza e da desigualdade no Brasil nas últimas décadas; na seção 3.3, tal evolução é vista, desagregadamente, em nível de regiões e/ou estados, no intuito de posicionar Minas Gerais no contexto nacional; finalmente, a seção 3.4 enfoca os fatores determinantes e estratégias de combate à desigualdade e à pobreza no país.

3.1. O Brasil no contexto internacional

Em trabalho recente, BARROS et al. (1995) analisaram a desigualdade, a pobreza e o bem-estar nos países da América Latina e em vários outros países do mundo, com base nas distribuições da renda familiar per capita dos indivíduos e outros indicadores divulgados no "Human Development Report 1993" e no "Poverty and Income Distribution

in Latin America: the story of the 1980s”, do Banco Mundial (estatísticas para o ano de 1989).

Destacam-se abaixo algumas das conclusões desse estudo quanto à posição do Brasil no contexto mundial:

a) comparando a renda média dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres, para um conjunto de 55 países, o Brasil se sobressai como o país que, de longe, apresenta o maior grau de desigualdade: enquanto aqui um indivíduo situado entre os 10% mais ricos tem, em média, uma renda quase 30 vezes maior que a de outro entre os 40% mais pobres, na Holanda e Japão essa mesma relação é de cerca de 4 vezes; nos Estados Unidos, Espanha e Suécia, de aproximadamente 5 vezes; na França, Itália e Coreia do Sul, de 6 vezes; na Argentina, de 10 vezes; e, no México, de 16 vezes;

b) pesquisando a natureza da desigualdade de renda em seis países - Estados Unidos, Hungria, Japão, Argentina, Brasil e México, os autores analisam o diferencial de renda entre os quintis consecutivos de cada distribuição e concluem que, comparando os países latino-americanos com os Estados Unidos, a maior desigualdade nos primeiros se explica, quase inteiramente, pelo maior diferencial de renda entre os ricos (20% mais ricos) e a classe média alta (segundo quintil mais rico): enquanto para os Estados Unidos esse diferencial é de 1,5 vez, para a Argentina, México e Brasil ele se situa em torno de, respectivamente, 2,3, 2,8 e 3,9 vezes. Além disso, a desagregação do grupo dos ricos permite aos autores verificarem que, na verdade, a desigualdade de renda no Brasil se concentra nos 10% mais ricos, de tal forma que, excluindo-se das distribuições de renda essa classe, os graus de desigualdade no Brasil e nos Estados Unidos seriam similares. De fato, o diferencial de renda entre os 10% mais ricos e o segundo décimo mais rico situa-se em torno de 3,2 vezes para o Brasil, de 2,6 vezes para o México e a Argentina e de menos de 1,5 vez para o Japão, Hungria e Estados Unidos;

c) a comparação das curvas de Lorenz de doze países da América Latina (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) mostra que o grau de desigualdade no Brasil é indiscutivelmente superior ao de todos os demais países (a curva de Lorenz para o Brasil situa-se totalmente acima da dos outros países, com exceção para a Guatemala e

Honduras no primeiro décimo da distribuição), o que também se comprova através da observação do índice de Gini e da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres. Note-se que a renda familiar per capita média do Brasil só é menor do que a de quatro países do grupo - Chile, México, Uruguai e Venezuela (tab. 3.1);

TABELA 3.1

POBREZA, DESIGUALDADE e BEM-ESTAR
Brasil x outros países latino-americanos

1989

Países	Renda fam.per capita média (US\$ mil)	Indicadores de pobreza			Indic. de desigualdade		Crit. de Dominância	
		P0	P1	P2	GINI	10%+ / 40%-	1a. ordem	2a. ordem
Bolívia	1,57	54,0	24,4	14,6	0,52	14,71	<	<
Brasil	4,73	40,9	18,8	11,2	0,59	29,31		
Chile	5,09	10,0	2,8	1,2	0,57	18,63	n.s.a	>
Colômbia	4,23	8,0	3,3	1,9	0,53	15,63	n.s.a	n.s.a
Costa Rica	4,55	3,4	1,3	0,7	0,46	10,41	n.s.a	n.s.a
El Salvador	1,95	41,5	16,9	9,5	0,45	9,67	<	<
Guatemala	2,58	67,0	37,1	25,3	0,59	23,59	<	<
Honduras	1,47	54,4	24,2	14,0	0,59	22,02	<	<
México	5,92	22,6	8,6	4,6	0,55	17,22	>	>
Panamá	3,32	31,8	14,3	8,8	0,56	20,02	<	<
Rep.Dominic.	2,4	24,1	8,0	3,5	0,50	13,09	n.s.a	n.s.a
Uruguai	5,91	5,3	1,4	0,6	0,42	8,47	n.s.a	>
Venezuela	6,18	12,9	4,2	2,1	0,44	9,29	n.s.a	>

Fonte: Adaptado de BARROS et al. (1995a)

Notas: 1) Linha de pobreza = US\$ 60

2) Critérios de dominância: < = o país é dominado pelo Brasil

> = o país domina o Brasil

n.s.a. = o critério não consegue comparar o país com o Brasil

d) a aplicação do critério de dominância estocástica de primeira ordem (ver seção 2.6.) aos mesmos doze países latino-americanos permite concluir que o Brasil possui, inequivocamente, um nível de bem-estar maior e um nível de pobreza menor que cinco desses países - Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá, sendo dominado apenas pelo México, com maior nível de bem-estar e menor pobreza. Com relação aos demais países, este critério não permite uma ordenação inequívoca (tab. 3.1);

e) já com base no critério de dominância de segunda ordem, o Brasil é dominado pela Venezuela, Uruguai, México e Chile, ou seja, nesses países o bem-estar é maior e a pobreza menor que no Brasil, inequivocamente; por outro lado, o Brasil domina a Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá. No caso da Colômbia, Costa Rica e República Dominicana, o critério de dominância de segunda ordem não consegue classificá-los em relação ao Brasil, cuja renda é maior que a dos três (tab. 3.1); entretanto, os autores observam que, para o Brasil passar a dominá-los, a sua renda per capita teria que se elevar em, respectivamente, 45%, 83% e 17%, “indicando as consequências do elevado grau de desigualdade no Brasil sobre o nível de bem-estar e pobreza”;

f) os indicadores de pobreza (tab. 3.1) corroboram as conclusões obtidas através do critério de dominância e mostram que a pobreza no Brasil é maior que em todos os demais países do grupo, à exceção da Bolívia, El Salvador, Guatemala e Honduras.

Uma outra forma de se aquilatar a situação social no país é, como mencionado na seção 2.1, através da utilização de indicadores sociais, que buscam traduzir, por ângulos diversos, as condições de vida efetiva da população.

A partir de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - propôs, para efeito de avaliação comparativa do nível de desenvolvimento social nos diversos países, a utilização de um indicador composto, o índice de desenvolvimento humano - IDH. Esse índice (em sua versão inicial) busca medir o grau de desenvolvimento humano, com base em três elementos considerados essenciais: a) a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; b) o conhecimento, medido pela taxa de alfabetização; e c) um padrão de vida decente, aferido pelo PIB per capita. O IDH pode variar de 0 a 1 e o PNUD classifica os países, de acordo com o valor do IDH, em três categorias: países de baixo desenvolvimento humano, com IDH menor que 0,5; países de médio desenvolvimento humano, com IDH entre 0,5 e 0,8; e países de elevado desenvolvimento humano, com IDH acima de 0,8.

Desde sua criação, o IDH vem passando por modificações, tanto em sua metodologia de cálculo (na estipulação de valores normativos para os limites máximo e mínimo dos indicadores e na incorporação de novos indicadores) quanto no universo de países incluídos. Tais modificações, além de problemas relacionados à maior variabilidade

do indicador de renda e à conversão em dólares do valor do PIB nacional, fazem com que o IDH deva ser visto com certa cautela, principalmente se se pretende utilizá-lo em análises conjunturais. Como mostra RODRIGUES (1993,1994b e 1995), as mudanças da posição brasileira nos últimos anos, tanto em termos do valor de seu IDH quanto à sua colocação no *ranking* , podem ser, em grande parte, explicadas por esses fatores.

De acordo com o IDH, o Brasil, desde a década de 70, faz parte do conjunto de países de médio desenvolvimento humano. O relatório do PNUD de 1992 classificava o Brasil na 60ª posição entre 160 países; no relatório de 1993, cai para o 70º lugar entre 173 países, basicamente em função da inclusão de 11 repúblicas da extinta URSS na amostra de países pesquisados (RODRIGUES, 1993, p.20). Já no relatório de 1994, o Brasil, surpreendentemente, passa a ocupar o 63º lugar entre os mesmos 173 países e, mais surpreendente ainda, no último relatório, de 1995, passa a integrar o grupo de países de elevado desenvolvimento humano. Em parte, a boa colocação brasileira é explicável pela metodologia do indicador de renda, que considera um redutor para os países com PIB *per capita* acima da média mundial, de forma a explicitar a utilidade marginal decrescente da renda, fazendo com que o índice de renda do Brasil se aproximasse muito do dos países mais desenvolvidos (ver tabela 3.2).

A tabela 3.2 mostra a posição relativa do Brasil segundo o relatório do PNUD de 1995, com dados de 1992. O IDH, nesse ano, incorporou, no índice de educação, além da taxa de alfabetização de adultos, a taxa combinada de matrícula bruta e, no índice de renda, o PIB per capita ajustado pela utilidade marginal decrescente da renda per capita. Pela tabela, a situação do Brasil é bem melhor que a de países de baixo desenvolvimento humano, como o Sudão, Paquistão e Índia; é melhor que a de países de médio desenvolvimento, como China, Cuba e Indonésia, embora alguns deles apresentem índices de saúde e de educação superiores, como é o caso de Cuba; é pior que a dos países latino-americanos mais desenvolvidos, notadamente quanto aos indicadores de educação e saúde, e bem pior que a dos países desenvolvidos, em todos os indicadores.

TABELA 3.2
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL EM DIVERSOS PAÍSES

PAÍSES	IDH - 1995 (dados de 1992)						IDS - 1990 (dados de 1989/1990)				
	Classificação	Índice	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	PIB per capita (US\$ mil - ppc)		Classificação	Índice	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	Escolaridade média (anos)	Razão 20%+ricos / 20%+ pobres
					Não ajustado	Ajustado					
CANADÁ	1	0,950	77,4	99,0	20,52	5,36	4	0,906	7	12,1	7,1
EUA	2	0,937	76,0	99,0	23,76	5,37	7	0,870	9	12,3	8,9
JAPÃO	3	0,937	79,5	99,0	20,52	5,36	1	0,979	5	10,7	4,3
FRANÇA	8	0,930	76,9	99,0	19,51	5,35	11	0,850	7	11,6	6,5
ESPAÑHA	9	0,930	77,6	98,0	13,4	5,31	20	0,721	8	6,8	5,8
ALEMANHA	15	0,921	76,0	99,0	21,12	5,37	6	0,873	7	11,1	5,7
ITÁLIA	20	0,912	77,5	97,4	18,09	5,34	14	0,801	9	7,3	6,0
ARGENTINA	30	0,882	72,1	95,9	8,86	5,24	-	-	-	-	-
REP. CORÉIA	31	0,882	71,1	97,4	9,25	5,25	-	-	-	-	-
URUGUAI	32	0,881	72,5	96,9	6,07	5,18	-	-	-	-	-
VENEZUELA	47	0,859	71,7	90,4	8,52	5,24	26	0,505	34	6,3	10,8
MÉXICO	53	0,842	70,8	88,6	7,3	5,21	-	-	-	-	-
COLÔMBIA	57	0,836	69,3	90,3	5,48	5,16	31	0,471	37	7,1	13,3
BRASIL	63	0,804	66,3	81,9	5,24	5,14	36	0,360	59	4,8	24,8
CUBA	72	0,769	75,3	94,9	3,41	3,41	-	-	-	-	-
INDONÉSIA	104	0,637	62,7	82,5	2,95	2,95	37	0,330	61	3,9	4,7
CHINA	111	0,594	68,5	79,3	1,95	1,95	-	-	-	-	-
GUATEMALA	112	0,591	64,8	54,2	3,33	3,33	39	0,252	62	4,1	10,0
PAQUISTÃO	128	0,483	61,5	35,7	2,89	2,89	45	0,072	103	1,9	5,8
ÍNDIA	134	0,439	60,4	49,9	1,23	1,23	43	0,134	92	2,4	5,1
SUDÃO	144	0,379	53,0	42,7	1,62	1,62	-	-	-	-	-
NIGÉRIA	174	0,207	46,5	12,4	0,82	0,82	-	-	-	-	-

Fontes: IDH: Human Development Report (1995), tabela 1; IDS: RODRIGUES (1994a), tabela 3.

Sem querer aprofundar as críticas à metodologia e aos resultados do PNUD, de qualquer forma causa estranheza o fato de o Brasil estar tão bem classificado no contexto mundial, considerando a situação social do país, de extrema miséria (o próprio relatório do PNUD mostra que o Brasil está entre os 10 países com maior número de pobres) e desigualdade e de precariedade da infra-estrutura e serviços em áreas como educação e saúde. Nesse sentido, talvez a maior falha do IDH seja não considerar a desigualdade de renda, mas apenas a renda média de cada país; como visto anteriormente, a desigualdade no Brasil é das mais altas do mundo e, caso fosse incluída no índice, certamente levaria a um rebaixamento desse país no ranking internacional, dado que, como observa RODRIGUES (1995), o IDH para o Brasil é fortemente influenciado pelo índice de renda.

De fato, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Social - IDS, proposto e calculado por RODRIGUES e variando também de 0 a 1, o Brasil se situou, em 1990, na 36ª colocação entre 46 países, com um índice de apenas 0,36, sendo classificado entre os países de baixo desenvolvimento social (tabela 3.2). O IDS leva em consideração a

desigualdade de renda, através da razão 20%+ / 20%-, incorporando também dois indicadores de saúde e educação - a taxa de mortalidade infantil e a escolaridade média, além da esperança de vida e da taxa de alfabetização de adultos. O Brasil se destaca com o maior índice de desigualdade, com relativamente baixo nível de escolaridade e alta taxa de mortalidade infantil.

Na tabela 3.3, alguns indicadores reafirmam a situação social do Brasil vis-à-vis a de outros países da América Latina. Pode-se verificar que “o desempenho social brasileiro é significativamente inferior ao de vários países latino-americanos com níveis similares de renda per capita” (BARROS et al., 1991, p. 508).

TABELA 3.3
INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS

PAÍS	MORTALIDADE INFANTIL (‰)	TRABALHO PRECOCE ¹ (%)	EVASÃO ESCOLAR ² (%)
Peru	88	3,2	49
Brasil	63	10,0	78
Colômbia	49	4,2	43
Venezuela	36	2,5	27
México	43	5,0	29
Cuba	21	0,1	8
Argentina	32	3,4	-
Costa Rica	19	6,0	19
Chile	18	1,4	67

Fonte: United Nations (1991, p. 14 e 34) e United Nations Development Program (1990). Apud: BARROS et al. (1991, p. 508)

Notas: (1) Percentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalham.

(2) Percentagem de crianças matriculadas no 1º grau que não chegam a completá-lo no tempo devido (seja por repetência, seja por evasão).

Ainda no sentido de situar o Brasil no contexto internacional, cabe resgatar aqui algumas conclusões de BARROS e MENDONÇA (1993) e BARROS e CAMARGO (1993). Buscando identificar as razões de o Brasil ser um país pobre, com uma renda *per capita* equivalente a 1/3 da dos “países industrializados”, esses autores decompueram a renda per capita de uma série de países (ver seção 2.3.3 e tabela 3.4) e concluíram que a maior parte da diferença de renda *per capita* é explicada pela diferença da renda por

trabalhador (163% maior nos “países industrializados”), uma vez que a razão de dependência no Brasil é apenas um pouco superior (~ 25%) e a taxa de ocupação é praticamente igual à dos “países industrializados”.

TABELA 3.4

CAUSAS DA POBREZA
América Latina x países industrializados

PAÍS	RENDA PER CAPITA (US\$mil/ano) (1)	INVERSO DA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA (2)	RENDA POR ADULTO (3)=(1)/(2)	TAXA DE OCUPAÇÃO (4)	RENDA POR TRABALHADO R (US\$mil/ano) (5)=(3)/(4)	QUALIDAD E DO EMPREGO (6)	QUALIDAD E DO TRABA- LHADOR (7)
Guatemala	2,5	0,51	4,9	0,65	7,5	8,5	0,88
Colômbia	4,1	0,60	6,9	0,72	9,6	7,8	1,22
Argentina	4,3	0,61	7,0	0,62	11,4	8,0	1,41
Brasil	5,0	0,60	8,4	0,72	11,6	13,6	0,86
Chile	5,0	0,63	7,9	0,58	13,7	10,8	1,27
México	5,7	0,58	9,9	0,64	15,5	16,4	0,94
Uruguai	5,8	0,63	9,3	0,62	14,9	11,4	1,31
Venezuela	5,9	0,58	10,2	0,62	16,4	14,6	1,13
América Latina	4,5	0,58	7,7	0,68	11,3	11,3	1,00
Países Industrializ.	15,0	0,68	22,1	0,72	30,8	19,7	1,57
Am. Lat. / Brasil (%)	90	96	91	94	97	83	116
P. Ind. / Brasil (%)	300	113	263	100	266	145	183
P. Ind. / Am. Lat. (%)	333	117	287	106	273	174	157

Fonte: Adaptado de BARROS e CAMARGO (1993)

Notas: 1) Inverso da razão de dependência = proporção de adultos (15 a 65 anos) na população total

2) Taxa de ocupação = adultos trabalhando/ total de adultos

3) A metodologia de cálculo de (5) e (6) foi resumida na seção 2.3.3.

Por sua vez, a diferença de renda por trabalhador é explicada pela menor qualidade do emprego no Brasil (45% maior nos “países industrializados”) e, principalmente, pela menor qualidade do trabalhador brasileiro (a qualidade do trabalhador nos “países industrializados” é 83% maior).

Finalmente, os dados permitem aos autores constatarem que, comparando agora a América Latina com os “países industrializados”, também grande parte da diferença é

explicada por diferenças na qualidade do emprego e do trabalhador, mas, ao contrário do Brasil, esses dois fatores têm importâncias similares, o que os leva a concluir que, “enquanto para a América Latina como um todo a erradicação da pobreza requer uma melhoria balanceada do emprego e na qualidade do trabalhador, no Brasil a eliminação do atraso em termos de qualidade dos recursos humanos merece, certamente, maior prioridade” (BARROS e MENDONÇA, 1993).

Essa questão será retomada mais à frente, neste capítulo, na discussão sobre os fatores determinantes da pobreza e da desigualdade no Brasil.

3.2. A evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil

Esta seção está subdividida em três partes. O item 3.2.1 trata da evolução da desigualdade; no item 3.2.2., através da análise de dominância estocástica, será verificado o impacto do crescimento da renda e da desigualdade sobre os níveis de pobreza e bem-estar; finalmente, o item 3.2.3 mostra a evolução da pobreza medida pelo enfoque da renda e através de indicadores sociais.

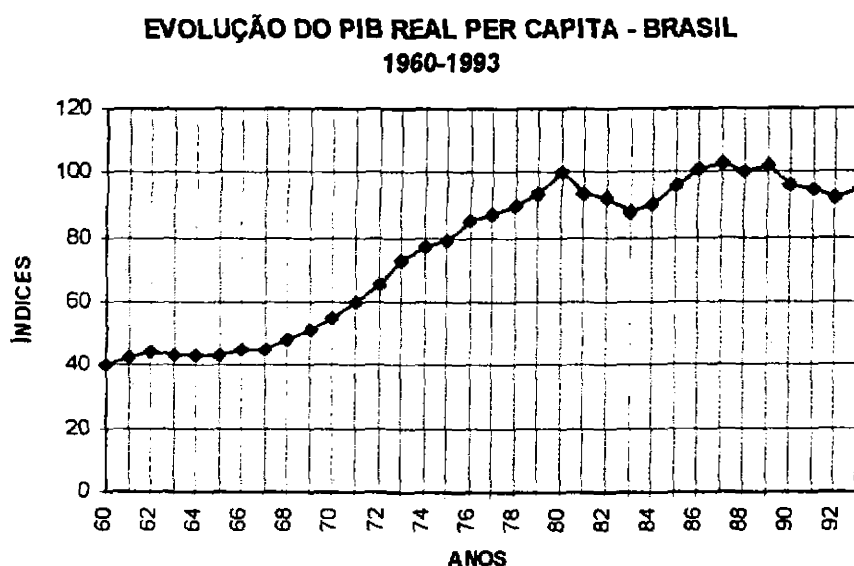
3.2.1. Desigualdade

O Brasil foi um dos países que mais cresceu nas últimas três décadas. De 1960 a 1990, seu PIB *per capita* elevou-se em 136,3%, equivalentes a uma taxa média anual de crescimento de 2,9%. Esse desempenho não foi, entretanto, uniforme ao longo do tempo (gráfico 3.1).

Na década de 60, o PIB *per capita* cresceu 36,5% (equivalentes à taxa de 3,2%a.a.), mas a maior parte desse crescimento se verificou no período pós-67, em função, entre outros fatores, das reformas fiscal e financeira de 1965/66 e do aumento da liquidez, advindo de mudanças na política monetária, a partir de 1967. Já na década de 70, o crescimento foi contínuo, embora mais acelerado nos primeiros anos (anos do chamado

“Milagre Brasileiro”); o PIB *per capita* cresceu 80,8% na década, ou, em média, 6,1% a.a. A década de 80 (a “década perdida”), por sua vez, apresentou, como um todo, um pequeno decréscimo, (embora com quedas em 1981/83, 1988 e 1990/92 e recuperações parciais nos demais anos): o PIB *per capita* decaiu em 4,3%, ou seja, a 0,4% a.a.

GRÁFICO 3.1



Nas mesmas três últimas décadas, no entanto, a desigualdade de rendimentos no Brasil cresceu continuamente, como se pode verificar na tabela 3.5 abaixo.

TABELA 3.5
CURVAS DE LORENZ
População economicamente ativa com renda positiva-BRASIL

DÉCIMOS	ANOS			
	1960	1970	1980	1990
1	1,17	1,16	1,18	0,81
2	3,49	3,21	3,21	2,61
3	6,91	6,21	6,16	4,81
4	11,56	10,02	9,73	7,85
5	17,71	15,04	14,14	11,91
6	25,37	21,21	19,72	17,38
7	34,78	28,42	26,89	24,73
8	45,63	38,37	36,77	35,05
9	60,32	53,52	52,13	51,32
10	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Adaptado de BARROS e MENDONÇA, 1995a, p. 346.

Nota: Os dados de 1990 têm como origem a PNAD de 1990 e dos demais anos, os Censos do IBGE.

Note-se que a curva de Lorenz da distribuição de rendimentos da PEA com renda positiva veio caindo sistematicamente ao longo do período considerado (a única exceção é uma pequena elevação da participação do primeiro décimo, no ano de 1980). Note-se também a contínua queda na participação dos 40% mais pobres (de 11,56% em 1960 para apenas 7,85% em 1990) e a elevação da participação dos 10% mais ricos (de 39,68% em 1960 para 48,68% em 1990).

A tabela 3.6 traz a evolução de três indicadores de desigualdade que permitem quantificar o crescimento da desigualdade no Brasil nas últimas décadas.

TABELA 3.6
EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL - 1960/1990
População economicamente ativa com renda positiva

ANOS	GINI			RAZÃO 10+ / 40-			RAZÃO 10+ / 10-		
	VALOR (1)	TX. CRESCIM.		VALOR (2)	TX. CRESCIM.		VALOR (3)	TX. CRESCIM.	
		% a.a.	% na déc.		% a.a.	% na déc.		% a.a.	% na déc.
1960	0.50	-	-	3.43	-	-	33.91	-	-
1970	0.57	1.3	14.0	4.64	3.1	35.1	40.07	1.7	18.1
1980	0.59	0.3	3.5	4.92	0.6	6.1	40.57	0.1	1.2
1990 (4)	0.62	0.5	5.1	6.20	2.3	26.1	60.11	4.0	48.2

Fonte: (1) BONELLI e RAMOS, 1995, p.355; (2) e (3): Tabela 3.5.

Notas: (2) Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres

(3) Razão entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres

(4) Dados da PNAD para 1990 e dos Censos Demográficos do IBGE para os demais anos

Note-se que, para a mesma distribuição - PEA com renda positiva, os três indicadores apresentam evoluções diferentes para a desigualdade de renda. Isso se deve, como visto na seção 2.4, ao fato de que, enquanto o Gini pondera mais fortemente as transferências que afetam o centro da distribuição, as duas outras medidas o fazem para os extremos dela.

Assim, embora os três indicadores sintéticos mostrem um aumento contínuo na desigualdade, com ritmo bem menor na década de 70, o Gini mostra maior elevação na década de 60 e a razão 10+ / 10-, na década de 80. Essa discrepância entre os índices indica, portanto, que, enquanto na década de 60 e, com menor ênfase, na de 70, as perdas relativas se concentraram nas classes médias, na década de 80 elas recaíram fortemente nas camadas mais pobres da população, como se pode também depreender da observação das curvas de Lorenz (tabela 3.4).

A tabela 3.6, no entanto, é deficiente, em dois sentidos. Em primeiro lugar, por enfocar apenas a distribuição de renda da PEA com rendimento positivo. De fato, HOFFMANN (1995, p. 278) observa que, quando se considera a distribuição da renda entre famílias, o grau de desigualdade permanece praticamente inalterado durante a década de 70, o que se explica pelo crescimento do número de pessoas economicamente ativas por família, devido à crescente participação das mulheres na força de trabalho no período. Já ALBUQUERQUE e VILLELA (1991, tab. 7), aplicando o Gini à distribuição da renda domiciliar *per capita*, constataram uma redução da desigualdade na década de 70, com uma queda no coeficiente de 0,639 em 1970 para 0,62 em 1980.

Em segundo lugar, a tabela é deficiente no sentido de não conter nenhuma informação sobre o ocorrido no interior de cada década, uma vez que os dados se referem apenas aos anos que a delimitam. Alguns estudos mostram que, de fato, o comportamento do grau de desigualdade ao longo de cada década apresentou variações, ascendendo na segunda metade da década de 60 e na primeira da de 70 e caindo na segunda metade da década de 70.

TABELA 3.7
EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL - 1981 / 1990
ÍNDICE 1981=100

ANOS	Distribuição I				Distribuição II			Distribuição III		
	GINI	THEIL-L	THEIL-T	10+ / 40-	GINI	THEIL-T	10+ / 40-	GINI	THEIL-T	10+ / 40-
1981	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1982	101,8	101,6	103,0	103,8	100,0	100,0	101,6	103,5	114,5	118,5
1983	103,5	104,8	109,1	109,9	100,0	103,2	104,7	105,3	116,1	120,5
1984	103,5	104,8	106,1	109,5	100,0	101,6	102,7	103,5	114,5	116,4
1985	105,3	111,3	110,6	117,3	101,8	103,2	107,6	105,3	117,7	122,1
1986	103,5	103,2	112,1	110,0	100,0	106,5	105,5	103,5	117,7	116,0
1987	105,3	109,7	110,6	116,2	101,8	108,1	116,0	105,3	121,0	127,7
1988	108,8	121,0	119,7	132,8	105,3	114,5	126,7	108,8	125,8	142,0
1989	112,3	127,4	137,9	148,9	108,8	130,6	144,8	112,3	145,2	160,1
1990	107,0	112,9	115,2	127,6	105,3	114,5	128,0	108,8	125,8	141,1

Fonte: Calculado de BARROS et al. (1993-diversas tabelas)

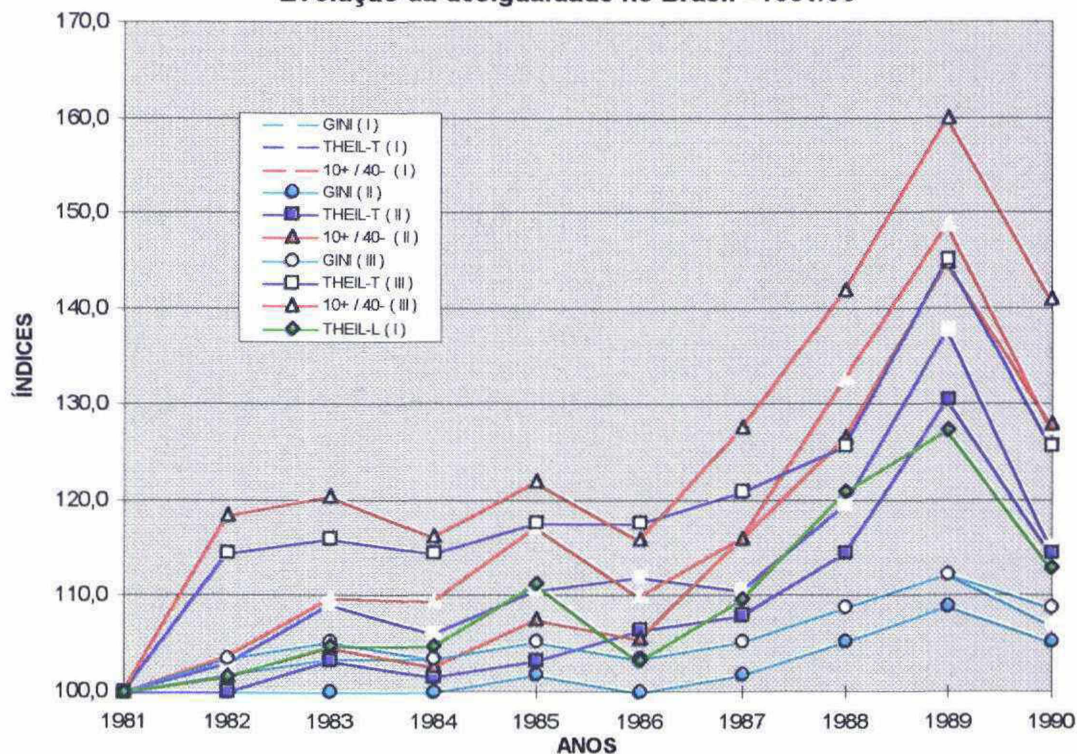
Notas: 1) Distribuição I = Pessoas economicamente ativas com renda positiva (=distr. 10 da tabela 2.3)

Distribuição II = Famílias segundo renda familiar (= distr. 3 da tabela 2.3)

Distribuição III = Pessoas segundo renda familiar per capita (= distr. 8 da tabela 2.3)

2) origem dos dados: PNADs/ IBGE.

GRÁFICO 3.2
Evolução da desigualdade no Brasil - 1981/90



A tabela 3.7 e o gráfico 3.2 foram inseridos com dois objetivos: por um lado, constatar as flutuações anuais dos indicadores de desigualdade durante o período 1981/90 e, por outro lado, verificar o grau de concordância entre os resultados ao se aplicar o mesmo indicador a distribuições distintas ou distintos indicadores à mesma distribuição. Considerou-se, para tanto, além da distribuição da PEA com renda positiva, mais duas outras distribuições - famílias segundo rendimento familiar e pessoas segundo a renda familiar *per capita*; além disso, incluiu-se, no caso da primeira distribuição, o Theil-L, no intuito de se checar seu comportamento vis-à-vis o dos outros três indicadores selecionados.

Observe-se que, de forma geral, todos os indicadores e distribuições considerados confirmam as mesmas tendências para a evolução da desigualdade no período pós-81 (as únicas divergências ocorrem com o Theil-T, no ano de 1986): um leve aumento nos anos 1982/83, mantendo-se relativamente constante, com pequenas flutuações, até 1987; a partir desse ano verifica-se uma forte aceleração, seguida de uma significativa

queda em 1990. Cabe destacar a coincidência da elevação da desigualdade com a aceleração inflacionária na década de 80. Quanto a isso, HOFFMANN (1995, p. 281) pondera que, além do efeito real da inflação sobre a distribuição da renda, penalizando os setores e classes incapazes de se defender contra ela, há um outro efeito, denominado “ruído estatístico”, pelo qual as estatísticas podem estar distorcidas, porque a inflação elevada provoca, por um lado, perda de noção dos valores monetários, aumentando os erros de declaração, e, por outro, grandes variações de renda nominal de um mês para o outro, o que é problemático para o caso de estatísticas coletadas em um único ponto no tempo.

Outras conclusões relevantes podem ser tiradas das tabelas e gráficos apresentados acima:

a) não se pode afirmar existir uma relação inequívoca ou natural entre crescimento da renda e do grau de desigualdade. De fato, se em 1986, com o Plano Cruzado, houve queda na desigualdade com o crescimento do PIB per capita (para quase todos os indicadores, com a exceção do Theil-T), em 1990, com o Plano Collor, houve uma queda na desigualdade com queda do PIB *per capita* (para todos os indicadores, sem exceção). Por outro lado, se períodos de crescimento mais ou menos acentuado do PIB *per capita*, como a década de 70 e o período 84/87, sugerem uma relação direta entre crescimento da renda e desaceleração da desigualdade, os dados da década de 60 parecem contradizê-la. Isso mostra apenas que outras explicações, relacionadas ao mercado de trabalho e às políticas econômicas do governo, devem ser buscadas para se entender o comportamento da desigualdade;

b) verifica-se uma considerável dispersão entre as medidas. Para a mesma distribuição, sistematicamente, a razão 10+ / 40- situou-se acima do Theil-T (e, no caso da distribuição I, também do Theil-L) e este(s) acima do Gini (com a única exceção no ano de 1986, quando as posições dos dois primeiros se invertem). Por outro lado, a aplicação do mesmo indicador para distribuições distintas mostrou que o crescimento da desigualdade é sempre maior na distribuição III e menor na distribuição II. Isso pode ser explicado pelo fato de que renda das famílias (distribuição II) não é afetada pelo aumento do número de seus membros sem renda, o que não acontece com a renda familiar *per capita* (distribuição III). Similarmente, o fato da desigualdade segundo a distribuição das pessoas com

rendimento (distribuição I) ser menor que segundo a renda familiar *per capita* (distribuição III) se deve a que a primeira não é afetada pelo aumento do número de pessoas sem renda. γ

Assim, os dois casos extremos - a razão 10+ / 40- para a distribuição III e o Gini para a distribuição II - mostram que, a partir da mesma fonte de dados, se pode chegar a avaliações relativamente diferentes sobre a evolução da desigualdade, dependendo do indicador e do tipo de distribuição considerados, mesmo que a tendência apontada seja a mesma. Cabe observar, nesse sentido, que o Theil-L se situou praticamente na média entre o Gini e a razão 10+/40- ;

c) em decorrência de (a), o critério da média-igualdade não será capaz de dizer o que ocorreu com a pobreza e o bem-estar ao longo das últimas décadas, dado que, se a renda cresceu, por outro lado, também cresceu a desigualdade. Pode-se concluir, entretanto, que, na segunda metade da década de 70 e em 1986, a queda na desigualdade e o crescimento do PIB *per capita* devem ter levado a uma redução da pobreza e aumento do bem-estar.

3.2.2. Análise de dominância estocástica

A tabela 3.8 , retirada de BARROS e MENDONÇA (1995b), contém os dados necessários para se avaliar, nas últimas três décadas, o impacto do crescimento da renda e da desigualdade na pobreza e bem-estar, de acordo com os critérios de dominância de primeira e segunda ordens e considerando apenas os anos limites das décadas.

A tabela mostra que:

a) entre 1960 e 1990, os dois critérios dizem que houve uma inequívoca redução da pobreza e uma melhoria do bem-estar. Note-se, entretanto, que foram as classes mais ricas as mais favorecidas. De fato, do crescimento médio anual de 2,5% , a maior parcela (1,5% = 2,5% - 1,0% no caso do critério de 1ª ordem e 1,4% = 2,5% - 1,1%, no caso do critério de 2ª ordem) se destinou a sustentar o aumento da desigualdade, corroborando “o

sentimento geral de que as vantagens sociais do rápido e desigual processo de crescimento brasileiro foram bastante limitadas” (BARROS e MENDONÇA, 1995b,p.139).

TABELA 3.8
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA RENDA MÉDIA DE CADA DÉCIMO (vj)
E DA RENDA MÉDIA DOS DÉCIMOS MAIS POBRES (nj)
PEA com renda positiva
BRASIL - 1960/1990

DÉCIMOS (j)	1990/1960		1970/1960		1980/1970		1990/1980	
	v(j)	n(j)	v(j)	n(j)	v(j)	n(j)	v(j)	n(j)
1	1,3	1,3	2,1	2,1	7,2	7,2	-5,1	-5,1
2	1,7	1,5	1,0	1,4	6,9	7,0	-2,6	-3,5
3	1,0	1,3	0,9	1,1	6,8	6,9	-4,3	-3,9
4	1,1	1,2	0,2	0,8	6,3	6,7	-3,0	-3,6
5	1,1	1,2	0,2	0,6	5,6	6,3	-2,3	-3,1
6	1,4	1,2	0,0	0,4	5,9	6,2	-1,6	-2,7
7	1,7	1,4	-0,5	0,2	6,9	6,4	-1,2	-2,3
8	2,4	1,6	1,4	0,5	6,9	6,5	-1,0	-1,9
9	2,9	2,0	2,6	1,0	7,1	6,7	-0,9	-1,6
10	3,2	2,5	3,9	2,2	7,3	7,0	-1,3	-1,5

Fonte: BARROS e MENDONÇA, 1995b, tabelas A.8c e A.9c

b) entre 1960 e 1970, houve uma clara melhora no bem-estar, segundo o critério de dominância de 2ª ordem. Já pelo critério de 1ª ordem, essa melhora não é inequívoca, uma vez que o sétimo décimo teve uma queda absoluta de renda (o que não acontece, no entanto, quando, ao invés do INPC, se utiliza como deflator o IGP - ver BARROS e MENDONÇA, 1995b). Note-se que, nesse período, a perda relativa de renda afetou as classes médias, principalmente as situadas nos décimos 4 a 7, em favor dos dois décimos mais ricos, especialmente o mais rico, e, em menor grau, dos três décimos mais pobres, especialmente o mais pobre. A taxa de crescimento para gerar dominância de 2ª ordem, de 2,0% (=2,2% - 0,2%), mostra que a maior parte do crescimento da renda no período distribuiu-se desigualmente, ou seja, apenas os primeiros 0,2% foram distribuídos igualmente (= taxa de crescimento da renda do sétimo décimo);

c) entre 1970 e 1980, ambos critérios de dominância mostram que houve, inequivocamente, uma queda na pobreza e melhora do bem-estar. Pode-se ver, também, que, mais uma vez, embora em menor escala, foi o décimo mais rico e os dois mais pobres que mais ganharam, relativamente. Ao contrário da década anterior, na década de 70, grande parte do crescimento foi destinado à melhoria do bem-estar: enquanto a renda média cresceu a 7,0% a.a., as taxas mínimas para gerar dominância de 1ª e 2ª ordens eram de apenas 1,4% (= 7,0 - 5,6) e 0,8% (=7,0 - 6,2);

d) finalmente, entre 1980 e 1990, os dois critérios indicam sensível piora no bem-estar e aumento da pobreza (analisando as curvas de Lorenz generalizadas para 1981, 1986 e 1990, BONELLI e RAMOS (1995) mostram que tal piora não foi constante durante a década, apresentando significativa melhora em 1986, quando comparado com 1981). O agravante é que, desta vez, as classes mais pobres foram as mais penalizadas, especialmente a mais pobre, cuja renda pessoal média caiu a 5,1% a.a. ! Enquanto isso, as classes mais ricas foram as que menos perderam. Em suma, na década de 80 aliam-se, pela primeira vez, redução na renda e aumento na desigualdade e, pelo que dizem os critérios de dominância aplicados à distribuição da PEA com rendimento, na pobreza.

Seria de se esperar que, caso a análise fosse aplicada à distribuição das pessoas segundo a renda familiar per capita, os resultados fossem diferentes e provavelmente mais significativos, pois, como visto na seção 2.3.2, a utilização dessa distribuição seria mais apropriada, por considerar tanto o papel da família quanto o número de seus membros. Infelizmente, não se teve acesso a essa distribuição para se poder comparar os resultados e qualquer inferência a partir da desigualdade e do crescimento da renda é dúbia: se, conforme o item anterior, todos os indicadores mostraram maior crescimento da desigualdade quando aplicados à distribuição da renda familiar *per capita*, por outro lado, de acordo com HOFFMANN (1995, p. 283), o rendimento médio familiar *per capita*, no período 1981-90, foi o que mais cresceu (15%), pelo menos quando comparado com o rendimento familiar médio (2,7%), em função da queda no tamanho das famílias (os dados apresentados por HOFFMANN mostram, no entanto, uma evolução um pouco mais favorável do rendimento da PEA com renda em relação ao das famílias, podendo-se, assim, apenas inferir, pelo grande diferencial observado na comparação renda familiar e renda familiar *per capita*, que esta última deve ter evoluído mais favoravelmente que o rendimento da PEA com renda positiva).

3.2.3. Pobreza

A tabela 3.9 traz alguns indicadores de pobreza, calculados a partir de diferentes fontes de dados, distribuições e linhas de pobreza: a estimativa I considera a pobreza pessoal e domiciliar segundo uma linha de pobreza de $\frac{1}{4}$ do maior salário mínimo de 1980

de renda domiciliar *per capita*; a estimativa II considera a pobreza das famílias a partir de uma linha de pobreza equivalente a 88,47% do salário mínimo de 1986 de renda familiar, resultante da agregação dos resultados obtidos, com base no cálculo de cestas de básicas por grandes regiões; a estimativa III considera a pobreza das famílias, de acordo com duas linhas de pobreza, de 1 e 2 salários mínimos de agosto de 1980 de renda familiar total; finalmente, a estimativa IV leva em consideração a pobreza das pessoas economicamente ativas com rendimento, adotando uma linha de pobreza de 1 salário mínimo de agosto de 1980 de renda pessoal.

TABELA 3.9
EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL
1960/1991

ANOS	ESTIMATIVA I (1)		ESTIMATIVA II (2)			ESTIMATIVA III (3)				EST. IV (4)
	No. (mil pessoas)	Incidência (%)	Incidência (%)	Defasagem (%)	Índice de Sen (P)	Incidência (%)		Índice de Sen (P)		Incidência (%)
						z = 1 S.M.	z = 2 S.M.	z = 1 S.M.	z = 2 S.M.	
1960	-	-	41,4	41,9	0,231	-	-	-	-	58,0
1970	44674	54,1 (45)	39,3	41,1	0,221	42,2	-	-	-	55,0
1980	29477	24,8 (20)	24,4	30,7	0,123	21,9	44,4	0,128	0,281	34,2
1981	-	-	-	-	-	21,3	43,6	0,135	0,284	37,0
1982	-	-	-	-	-	21,7	44,5	0,136	0,287	-
1983	-	-	41,9	41,0	0,243	26,3	49,4	0,168	0,335	47,6
1984	-	-	-	-	-	25,9	49,3	0,163	0,331	47,7
1985	-	-	-	-	-	22,6	44,9	0,140	0,295	42,7
1986	-	-	28,4	27,7	0,126	15,2	33,6	0,098	0,213	30,1
1987	-	-	35,9	42,4	0,217	22,2	42,7	0,142	0,286	39,3
1988	44822	32,5 (26)	39,3	34,4	0,206	23,3	44,6	0,148	0,299	42,5
1989	-	-	-	-	-	21,4	41,4	0,138	0,278	39,9
1990	39208	27,0 (23)	-	-	-	26,5	47,3	0,173	0,328	43,6

Fontes: Estim. I : ROCHA e TOLOSA, 1993, tabela 3; valores entre parêntesis: ALBUQUERQUE (1993) e ALBUQUERQUE e VILLELA (1991, tabela 7); estim. II : ROMÃO, 1993, tab. 2, p. 75; estim. III : HOFFMANN, 1996, tab. 3, p. 284; estim. IV: HOFFMANN, 1995, tab. 5, p. 288.

- Notas: (1) Considera a pobreza das pessoas, segundo uma linha de pobreza de 1/4 do maior salário mínimo de 1980 de renda domiciliar per capita (os valores entre parêntesis se referem aos domicílios pobres, com a mesma linha de pobreza).
- (2) Considera a pobreza das famílias, de acordo com uma linha de pobreza equivalente a 88,47% do salário mínimo de 1986 de renda familiar, mas obtida a partir de linhas regionalizadas e pelo critério biológico.
- (3) Estima a pobreza das famílias, considerando as linhas de pobreza de 1 e 2 salários mínimos de agosto de 1980 de renda familiar.
- (4) Estima a pobreza das pessoas economicamente ativas, a partir da linha de 1 salário mínimo de agosto de 1980 de renda pessoal.

Tendo em vista a definição de pobre para cada estimativa, os indicadores de pobreza acima evidenciam que:

a) na década de 60, a pobreza das famílias (estimativa II) mostrou redução, tanto em termos de incidência (a proporção de famílias pobres passa de 41,4% em 1960 para 39,3% em 1970), quanto da intensidade de pobreza, medida pela defasagem de renda, e do

índice de Sen, que indica uma melhoria na distribuição de renda entre os pobres. Tal redução na pobreza, no entanto, foi relativamente modesta. Essa conclusão, aliás, coincide com a obtida através da observação da estimativa IV e da análise de dominância, considerando a renda pessoal da PEA com renda positiva;

b) na década de 70, corroborando também a análise de dominância, a redução na pobreza foi bem mais acentuada, segundo qualquer dos indicadores e estimativas. De fato, a proporção das famílias pobres caiu de 42,2% para 21,9% pela estimativa III e de 39,3% para 24,4% pela estimativa II, caindo também a defasagem e a desigualdade de renda entre elas. Também a proporção de pessoas pobres (estimativa I) recuou de 54,1% em 1970 para 24,8% em 1980, significando uma redução de cerca de 15 milhões de pobres, enquanto a proporção de domicílios pobres caía, no mesmo período, de 45% para 20% ;

c) na década de 80, confirma-se mais uma vez a análise de dominância: todas as estimativas mostram um agravamento da pobreza, seja em termos de incidência, defasagem de renda ou pelo índice de Sen. Pela estimativa I , o país ganhou cerca de 10 milhões de pobres na década, chegando em 1990 com quase 40 milhões de pobres, equivalentes a 27% da população e a 23% dos domicílios. De acordo com a estimativa III , a proporção de famílias pobres sobe, atingindo 26,5%, quando se considera uma linha de pobreza de 1 salário mínimo de renda familiar, mas, considerando-se 2 salários mínimos, chega a 47,3%. Além disso, 44% da PEA com rendimento recebia menos de 1 salário mínimo, segundo a estimativa IV.

Ao longo da década os indicadores mostram, contudo, significativas flutuações, cabendo observar a elevação na incidência de pobreza no período 83/85 e a forte redução por ocasião do Plano Cruzado, em 1986, embora de curtíssima duração, como atesta a retomada dos indicadores já no ano seguinte. É interessante observar que, em 1990, apesar da queda na desigualdade (vista na seção 3.2.1), a recessão econômica fez cair o PIB *per capita*, provocando um agravamento da pobreza, como mostram os indicadores das estimativas III e IV .

Ao se discutir a metodologia de mensuração da pobreza, no capítulo 2, alertou-se para a dificuldade e a inevitável arbitrariedade envolvida no processo, tornando improvável um consenso e, muitas vezes, justificando a adoção de linhas de pobreza que

não se apoiam no cálculo rigoroso das necessidades básicas. As discrepâncias entre as estimativas de pobreza decorrem tanto do tipo de distribuição quanto das linhas de pobreza adotados, cujos valores, numa análise intertemporal, são afetados inclusive pela escolha dos índices de preços, especialmente em conjunturas de inflação acelerada. Apesar disso, todas as estimativas apresentadas acima apontaram as mesmas tendências.

Esse, entretanto, não é o caso dos resultados obtidos por ROCHA (1995), que, baseados em detalhada e criteriosa metodologia para o cálculo e atualização dos valores das linhas de pobreza (definidas, de acordo com o critério das necessidades básicas, em nível de estados e dos estratos urbano, rural e metropolitano - ver seção 2.5.1 e tabela 6.2), mostraram, para a década de 80, marcante discrepância em relação às demais estimativas. De fato, utilizando a distribuição da renda pessoal segundo a renda familiar per capita, ROCHA mostra que, ao invés de se agravar, a pobreza no país declinou ligeiramente na década: o número de pobres praticamente se manteve, passando de 41,05 milhões em 1981 para 41,97 milhões em 1990, enquanto a proporção de pobres caiu de 34,58% para 30,25% no mesmo período (ver tabela 3.11 mais à frente). Observe-se que a grande discordância dos resultados de ROCHA se refere à situação do início da década.

De qualquer forma, o Brasil entrou na última década do século com uma dívida social enorme para um país que deseja ingressar na “modernidade”: em que pese a estreiteza das linhas de pobreza utilizadas, entre um terço e um quarto de sua população era, sem dúvida, pobre e quase metade de sua população economicamente ativa com rendimento recebia menos de salário mínimo.

Alguns aspectos da pobreza e sua evolução no Brasil merecem destaque.

Em primeiro lugar, não se pode mais dizer, sem dubiedade, que a pobreza no país é rural: apesar da área rural apresentar maior incidência de pobreza, o número de pobres urbanos praticamente superou o de pobres rurais.

Entre 1960 e 1991, segundo dados do IBGE, enquanto a população residente rural decresceu 8%, a urbana cresceu ^{2,55%} 255%: nos períodos 1960/70, 1970/80 e 1980/91, as taxas médias de crescimento anual da população rural foram de, respectivamente, 0,57% , 0,62% e - 0,67% e, para a população urbana, de 5,22% , 4,44% e 2,97% . Com isso, a

taxa de urbanização evoluiu de 44,7% em 1960 para 55,9% em 1970, 67,6% em 1980 e 75,6% em 1991.

Além disso, cabe destacar o avanço do processo de metropolização. Segundo o IBGE, nas dez grandes metrópoles brasileiras viviam, em 1970, 24,3 milhões de pessoas, correspondentes a 47% da população urbana (incluída a metropolitana) e a 26% da população total do país. Entre 1970 e 1980, a população metropolitana cresceu à taxa média de 3,5% ao ano, contabilizando, em 1980, 35,5 milhões de pessoas, equivalentes a 44% e 30% da população urbana e total, respectivamente. Na década de 80, o crescimento metropolitano mostrou um certo arrefecimento: com uma taxa média de 2% ao ano, sua população atingiu, em 1991, 44,3 milhões, suplantando a população rural em mais de 9 milhões de pessoas e perfazendo 40% da população urbana e 30% da total. Assim, a taxa de metropolização evoluiu de 26,14% em 1970 para 29,89% em 1980 e para 30,19% em 1991.

As tabelas 3.10 e 3.11 mostram estimativas da pobreza rural e urbana no Brasil. Pela estimativa I (tabela 3.10), o número de pobres urbanos praticamente iguala o de rurais em 1990, embora a incidência de pobreza na área rural seja bem maior, mesmo com um contínuo decréscimo; na década de 80, os indicadores mostram uma piora generalizada em termos da pobreza.

Já a tabela 3.11, adaptada de ROCHA (1995) e construída a partir de metodologia diferente (ver seção 2.5.1), mostra um cenário distinto para a pobreza rural e urbana, além de permitir avaliar o avanço da pobreza metropolitana. Assim, por essa estimativa, a incidência de pobreza ainda é maior na área rural, mas o número de pobres é maior na área urbana e praticamente igual nas áreas metropolitana e rural. Note-se que, no período 1981/90, o pequeno crescimento do número de pessoas pobres no país resultou de um decréscimo de 16% na área rural, mais que compensado pelo significativo acréscimo ocorrido na área urbana, especialmente na metropolitana; por outro lado, a redução da incidência de pobres nesse período foi geral, embora bem menos acentuada para a área metropolitana.

TABELA 3.10
EVOLUÇÃO DA POBREZA RURAL E URBANA NO BRASIL
ESTIMATIVA I (1)
1970/1990

ANOS	NÚMERO DE POBRES (Q) (mil pessoas)		INCIDÊNCIA DE POBREZA (H) (%)	
	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO
1970	29019	15656	77,8	34,6
1980	18655	10972	50,0	13,9
1988	22429	22393	60,9	22,1
1990	20151	19057	53,4	17,7

Fonte: ROCHA e TOLOSA, 1993, tabela 3.

Nota: (1) Distribuição da renda pessoal segundo a renda domiciliar per capita; linha de pobreza de 1/4 do maior salário mínimo vigente em 1980, corrigida pelo deflator implícito do PIB e, pelo IGP-DI, para o ponto médio de cada ano.

TABELA 3.11
EVOLUÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA RURAL, URBANA E METROPOLITANA NO BRASIL
ESTIMATIVA II (1)
1981-90

ANOS E ESTRATOS	POBRES			INDIGENTES		
	NÚMERO (Q) (mil pessoas)	INCIDÊNCIA (H) (%)	PARTICI- PAÇÃO (%)	NÚMERO (Q) (mil pessoas)	INCIDÊNCIA (H) (%)	PARTICI- PAÇÃO (%)
1981						
1-Rural	14628	44,2	35,6	8536	25,8	50,9
2-Urbano	15596	31,9	38,0	5381	11,0	32,1
3-Metropolitano	10829	29,5	26,4	2856	7,8	17,0
4-Urbano + Metrop.	26425	-	64,4	8237	-	49,1
5-Total Brasil	41053	34,6	100,0	16773	14,1	100,0
1990						
1-Rural	12227	39,3	29,1	7059	22,7	42,6
2-Urbano	17483	26,9	41,7	6104	9,4	36,8
3-Metropolitano	12260	28,9	29,2	3414	8,0	20,6
4-Urbano + Metrop.	29743	-	70,9	9518	-	57,4
5-Total Brasil	41970	30,3	100,0	16577	12,0	100,0
1990/1981 - taxas de crescimento (%)						
1-Rural	-16,4	-11,1	-18,2	-17,3	-12,1	-16,3
2-Urbano	12,1	-15,9	9,6	13,4	-14,9	14,8
3-Metropolitano	13,2	-2,1	10,7	19,5	3,5	21,0
4-Urbano + Metrop.	12,6	-	10,1	15,6	-	16,9
5-Total Brasil	2,2	-12,5	-	-1,2	-15,4	-

Fonte: ROCHA, 1995, tabelas 1 e 2.

Nota: (1) Distribuição da renda pessoal segundo a renda familiar per capita; linhas de pobreza específicas, calculadas com base no valor da cesta básica em cada região e estrato (urbano, rural e metropolitano). Ver seção 2.5.1.

A tabela 3.11 ilustra também uma segunda faceta da pobreza no Brasil, qual seja, o nível de indigência de sua população: 40,8% dos pobres, ou mais de 16 milhões de pessoas são indigentes. Aqui, ao contrário do que se viu para a pobreza, o número de indigentes no campo é superior ao existente nas áreas urbana e metropolitana; no entanto, no período 1981/90, enquanto nessas duas áreas esse número cresceu, respectivamente, 13% e 19%, na área rural observou-se uma queda de 17%, assegurando uma pequena redução em nível do país como um todo. Já a incidência de indigência é bem maior na área rural; entre 1981 e 1990, a incidência caiu no país e nas áreas rural e urbana, crescendo apenas nas metrópoles

Sobre o fenômeno de metropolização da pobreza, cabem ainda duas observações. Uma diz respeito à periferização da pobreza nas metrópoles, agravada pelas piores condições da infra-estrutura social aí existentes, como demonstram ROCHA e TOLOSA (1993). A outra se refere às repercussões desse fenômeno em termos de acirramento dos conflitos sociais e instabilização política, como atesta o surgimento de áreas que fogem ao poder e ao controle do Estado, constituindo-se praticamente em jurisdições autônomas encravadas em regiões metropolitanas de alta densidade populacional. Nesse sentido, TOLOSA (1991, p. 106) observa que “o pobre metropolitano é qualitativamente diferente de sua contraparte residente em cidades menores. Nas metrópoles é maior a exposição aos meios de comunicação e a convivência diária com contrastes de riqueza cria sentimentos de ansiedade e inconformismo com o *status quo*”.

Um último aspecto da pobreza no país que cabe ainda destacar aqui, extrapolando o enfoque da renda monetária, é o seu comportamento observado do ângulo dos indicadores sociais, como mostra a tabela 3.12.

O I.D.R. - índice de desenvolvimento relativo - é um índice composto, à semelhança do I.D.H., e engloba três indicadores: a esperança de vida ao nascer, a taxa de alfabetização e o rendimento domiciliar *per capita* (este último em substituição ao PIB *per capita* do I.D.H.) (ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991).

TABELA 3.12
INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS
BRASIL - 1970 / 1991

INDICADOR	ANOS			VARIACÃO (%)	
	1970	1980	1991 (1)	80/70	91/80
- I.D.R. (2)	0,557	0,724	0,779	30,0	7,6
- I.N.V. (3)	0,426	0,647	0,753	51,9	16,4
- Componente habitação (4)	0,356	0,595	0,784	67,1	31,8
- Componente educação	0,373	0,474	0,637	27,1	34,4
- Componente participação econômica	0,524	0,807	0,738	54,0	-8,6
- Componente lazer e educação	0,423	0,708	0,829	67,4	17,1
- Esperança de vida ao nascer (anos)	52,7	61,8	65,9	17,3	6,7
- Analfabetismo (população de 15 anos ou mais)					
- Número de analfabetos (mil pessoas)	18146,9	18716,8	19233,2	3,1	2,8
- % de analfabetos	33,6	25,5	20,1	-24,1	-21,2
- Moradores em domicílios sem abastecimento de água - rede geral					
- Total (%)	69,2	47,9	32,0	-30,8	-33,2
- Urbanos (%)	47,1	25,0	13,0	-46,9	-48,0
- Moradores em domicílios sem instalação sanitária - rede geral ou fossa séptica					
- Total (%)	75,5	59,9	51,1	-20,7	-14,7
- Urbanos (%)	57,8	44,2	38,2	-23,5	-13,6
- Domicílios sem energia elétrica					
- Total (%)	52,4	31,5	9,0	-39,9	-71,4
- Urbanos (%)	22,6	10,2	3,1	-54,9	-69,6
- Rurais (%)	91,6	78,6	22,7	-14,2	-71,1
- Domicílios sem geladeira					
- Total (%)	73,9	49,6	31,4	-32,9	-36,7
- Urbanos (%)	57,5	34,3	20,6	-40,3	-39,9
- Rurais (%)	96,8	86,4	34,5	-10,7	-60,1

Fontes: I.D.R. e I.N.V.: ALBUQUERQUE, 1991, tabela 19.6; domicílios sem energia elétrica e sem geladeira: ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, tabelas 7 e 8; outros indicadores: IBGE, Anuários estatísticos de 1991 e 1994.

Notas: (1) Nessa coluna, os valores do I.D.R., do I.N.V. e dos indicadores "domicílios sem energia elétrica" e "domicílios sem geladeira" se referem ao ano de 1988, com dados da PNAD.

(2) O I.D.R. engloba os indicadores: esperança de vida, taxa de alfabetização, rendimento domiciliar per capita.

(3) O I.N.V. engloba os seguintes indicadores: esperança de vida (componente saúde); abastecimento de água, energia elétrica e disponibilidade de geladeira (componente habitação); taxa de alfabetização e pessoas com 20 anos e mais de quatro e oito anos de estudo (componente educação); domicílios com rendimento per capita acima da linha de pobreza (componente participação econômica); domicílios com rádio e televisão (componente lazer e informação).

(4) Os valores dos componentes do I.N.V. se referem apenas à população urbana.

Já o I.N.V. - índice de nível de vida - é um indicador sintético, "concebido especificamente para se adequar aos indicadores sociais relevantes disponíveis para o Brasil, suas macrorregiões e estados ... , que pretende medir o nível de atendimento das necessidades básicas, por domicílios" (ALBUQUERQUE, 1991, p. 391). O I.N.V. engloba cinco componentes: saúde, medido pela esperança de vida ao nascer; habitação, representado pelos indicadores abastecimento de água e energia elétrica e disponibilidade de geladeira; educação, avaliado pela taxa de alfabetização e pelas pessoas de 20 anos e

mais de quatro e oito anos de estudo; participação econômica, representado pelos domicílios com rendimento per capita acima da linha de pobreza; lazer e informação, estimado pelos domicílios com rádio e televisão.

Além desses dois índices sintéticos, a tabela traz alguns outros indicadores que dispensam explicações. Pode-se observar que, nas duas últimas décadas, todos os indicadores e índices relacionados mostram melhoria contínua da situação social no país (a única exceção é a queda do componente participação econômica do INV, no período 1980-91). Essa melhoria foi, de forma geral, bem mais intensa na década de 70 do que na de 80, especialmente quando considerada do ponto de vista de ganhos percentuais.

Não existe, obviamente, uma contradição entre o que dizem, por um lado, os indicadores sociais e, por outro, os indicadores de pobreza e desigualdade, a respeito da evolução das condições sociais da população brasileira na década de 80, uma vez que os enfoques são diferentes: enquanto os primeiros captam os avanços ou recuos em termos de resultados efetivamente obtidos, os segundos medem o grau de carência apenas do ponto de vista potencial, da renda monetária.

Pode-se indagar, no entanto, como é possível que na “década perdida”, com a queda do PIB per capita, aumento da concentração de renda, crise fiscal e financeira do Estado, com retração geral dos investimentos, principalmente em infra-estrutura social, os indicadores possam mostrar melhora das condições de vida. A resposta a essa indagação se encontra nos significativos investimentos em infra-estrutura social realizados na década anterior, cujos efeitos se deram ou se estenderam até a década de 80, afetando, assim, de forma positiva, os indicadores sociais.

Por outro lado, se esta é a resposta, ela levanta uma questão inquietante: qual a extensão do impacto da retração dos investimentos nos anos 80, que perdura até hoje, sobre a situação social nos anos 90 e sua repercussão em termos do acirramento dos conflitos internos?

3.3. Desigualdades regionais: Minas Gerais no contexto nacional

Nesta seção, busca-se retratar as desigualdades inter e intra-regionais de renda e pobreza no país e sua evolução desde 1970, destacando especialmente a posição relativa do estado de Minas Gerais. Para tanto, foram reunidos indicadores referentes a distintas regionalizações, aos estados da região Sudeste e à Bahia. A inclusão em separado deste estado nordestino visa utilizá-lo, no capítulo 4, como referência à situação dos municípios mineiros.

Esta seção tem quatro partes. No item 3.3.1, é feita uma breve abordagem à questão regional no Brasil. No item seguinte, 3.3.2, são analisados os dados sobre renda e desigualdade. O item 3.3.3 recupera as conclusões da análise de dominância estocástica feita para regiões brasileiras por BARROS et al.(1995). Finalmente, no item 3.3.4, analisam-se as situações diferenciadas de pobreza no país, através de indicadores de pobreza e outros indicadores sociais.

3.3.1. Desigualdades regionais: comentários introdutórios

O correto entendimento das questões regionais hoje no Brasil não pode prescindir de uma análise histórica que retroceda ao século passado e que explique porque São Paulo, já antes da crise de 29, surgia como pólo mais dinâmico da economia nacional, tanto industrial como agrícola, ou seja, que pesquise as raízes da concentração industrial no país e as especificidades das dinâmicas regionais (ver, por exemplo, CANO, 1985 e 1983; CASTRO, 1975; PRADO JÚNIOR, 1974; FURTADO, 1975).

A crise de 29 marcou o início do processo de industrialização no Brasil, entendido como a fase em que a acumulação industrial se afirma como o motor determinante da economia, em contraposição à fase anterior, quando ainda se atrelava ao setor exportador. Saindo na frente, São Paulo confirmou sua supremacia econômica dentro do processo de integração do espaço nacional e de competição capitalista inter-regional que se seguiu, numa lógica que se sobrepôs, evidentemente, às intenções e aos planos de

desenvolvimento regional calcados em estratégias cepalinas de industrializações autônomas e que também não pode ser entendida desde a ótica maniqueísta de um “imperialismo paulista”. Segundo CANO (1985, p. 52), “a partir daquele momento, era a economia de São Paulo que passava a promover a integração do mercado nacional, de forma crescente, tornando-se o centro de decisão maior da acumulação de capital do país. Vista a questão de outra forma, a periferia nacional não mais poderia ‘percorrer iguais caminhos’ percorridos por São Paulo; vale dizer, não teria mais sentido se pensar - como ingenuamente alguns ainda hoje pensam - em uma industrialização ‘autônoma’ na periferia nacional”.

Tal “lógica”, contudo, não deixa de fora a atuação decisiva do Estado. De fato, DINIZ e LEMOS (1990) destacam três aspectos teóricos básicos na explicação do movimento das atividades produtivas no espaço. O primeiro diz respeito à decisiva intervenção do Estado na economia. No caso do Brasil, após 1930 o Estado promoveu o processo de industrialização que conduziu à unificação do espaço econômico nacional e, com ela, ao surgimento da “questão regional”. A centralização de recursos nas mãos do governo federal significava, especialmente após 1966, com a reforma fiscal, capacidade do Estado intervir na dinâmica espacial (embora a forma e os resultados dessa atuação possam ser criticados, isso não implica aceitar a impossibilidade de uma intervenção planejada mais efetiva, dentro de novos marcos ideológicos e políticos).

O segundo aspecto destacado pelos autores se refere ao papel dos recursos naturais na mudança e/ou expansão do espaço econômico. No caso do Brasil, a base de recursos naturais marcou tanto a gênese das várias economias regionais como também seus desdobramentos futuros. Assim, algumas regiões estagnaram após o esgotamento do processo de expansão da fronteira de recursos, embora em outras a base de recursos naturais se desdobrou em atividades reprodutíveis não-naturais, ensejando uma diversificação urbano-industrial.

Essa diversificação - e aqui entra o terceiro aspecto teórico, qual seja, o papel dos fatores especificamente espaciais - faz surgir um processo acumulativo, função da própria aglomeração de atividades no espaço (as chamadas “economias de aglomeração”), que, nas palavras dos autores, “implica uma propriedade nova do espaço geográfico”.

Esse processo, no entanto, tende a se reverter a partir do surgimento das “deseconomias de aglomeração”, abrindo-se, então, a possibilidade da desconcentração, que pode se efetivar apenas a nível microlocacional, com um deslocamento geograficamente limitado. No entanto, através do desenvolvimento do sistema de transportes e comunicações, podem surgir novas manchas urbanas num raio de distância maior que, combinando “economias de aglomeração” com as “deseconomias” no pólo dominante, passam a se constituírem em alternativas de localização, formando-se um “campo aglomerativo” (que, conforme ressaltam os autores, não deve ser pensado em termos homogêneos “à la Von Thunen”, mas sim a partir de eixos radiais) a partir do centro dominante.

Já no caso de regiões distantes, inteiramente fora do “campo aglomerativo”, a localização de atividades econômicas ou surge como um desdobramento direto ou indireto da base de recursos naturais, ou passa a depender do Estado para promover o transplante de atividades que não dependem nem geram efeitos aglomerativos fortes.

Além desses três aspectos ou fatores determinantes da desconcentração ou reconcentração das atividades econômicas no espaço brasileiro, há que se considerar “como condicionantes adicionais... as novas formas de articulação da economia brasileira com a economia mundial e os acordos firmados para exploração de recursos naturais” (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 14).

A partir da década de 1970, observa-se um processo de desconcentração produtiva no país, ou de reversão da polarização, que pode ser explicado a partir dos fatores mencionados acima. A atuação do Estado brasileiro foi fundamental, seja através de programas regionais de incentivos e subsídios (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA), seja através dos investimentos das empresas estatais nas regiões “periféricas”, ou ainda pelos investimentos governamentais em infra-estrutura nessas regiões. Alguns autores observam, no entanto, que as políticas de desenvolvimento regional explícitas desempenharam, em grande parte, um papel compensatório no contexto de políticas macroeconômicas e setoriais, que atuavam como políticas regionais implícitas (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 44).

A partir de São Paulo, a reorganização espacial da indústria avançaria em várias direções, dependendo das condições de transportes e comunicação, do potencial econômico das distintas regiões, da base produtiva já existente e do tamanho e diversificação produtiva das cidades. O Norte e o Nordeste, fora do “campo aglomerativo”, não seriam atingidos pelos movimentos de desconcentração industrial a partir de São Paulo.

Quanto aos recursos naturais, cabe destacar a tendência à desconcentração espacial da produção mineral e o surgimento de novas fronteiras agrícolas de grande dinamismo.

Não cabe, dentro do escopo deste trabalho, aprofundar sobre as diversas facetas e consequências desse processo de desconcentração regional (ver GUIMARÃES NETO, 1995). Mas duas questões merecem ser colocadas. Em primeiro lugar, a questão da regionalização utilizada nos levantamentos de dados e nas análises, que não seria a mais indicada para se apreender as novas dinâmicas espaciais. Em segundo lugar, a incerteza quanto à continuidade do movimento de desconcentração, dado que os mesmos fatores que atuaram nas últimas décadas não deverão mais atuar da mesma forma e na mesma intensidade, enquanto que o impacto de novos fatores relacionados à nova fase do capitalismo internacional (à “revolução científico-tecnológica” e à “globalização” econômico-financeira), se não é ainda tão presente e totalmente predizível, poderá se dar no sentido de uma reconcentração. Assim, HADDAD (1989) aponta que, além da crise fiscal e financeira do governo, em todos os níveis, e das empresas estatais, os investimentos poderão, se retomados no país, não vir a crescer mais nas regiões menos desenvolvidas, por diversas outras razões: a) reconcentração da produção de alimentos, fibras e produtos energéticos nas regiões já “permanentemente conquistadas pela agricultura” e dotadas de infra-estrutura e acessibilidade mais fácil aos mercados; b) a atividade mineral, além de baixo “efeito germinador”, atravessa crise internacional; c) os centros urbanos localizados no “campo aglomerativo” da grande região industrial brasileira têm vantagens comparativas estáticas (menores custos locacionais) e dinâmicas (ligadas aos novos requisitos das novas tecnologias); d) o dinamismo de uma base de exportação de insumos minero-metalúrgicos na Amazônia esbarra na capacidade de financiamento da infra-estrutura pelo setor público e nos impactos ecológicos.

A tabela 3.13 mostra a evolução da população das regiões e estados selecionados, nas últimas duas décadas. A população cresceu a taxas relativamente altas na região Norte, nas décadas de 70 e 80, e na região Centro-Oeste, na década de 70; as duas regiões, no entanto, detêm as menores participações no total nacional. O Nordeste apresentou crescimento populacional um pouco inferior à média do país e sua participação na população total não caiu muito abaixo dos 30%. O Sul teve o menor crescimento de população, bem abaixo da média, embora mantendo sua posição de terceira colocada quanto à participação na população total. A população da região Sudeste, de maior participação no total do país, cresceu acima da média na década de 70, embora os ritmos tenham variado bastante entre seus estados: observe-se o altíssimo crescimento da população do Rio de Janeiro, o alto crescimento da de São Paulo e o baixo crescimento da de Minas Gerais. Na década de 80, no entanto, a região apresentou um crescimento abaixo da média nacional, principalmente devido aos baixos crescimentos populacionais no Rio de Janeiro e Minas Gerais; esse último estado e o do Espírito Santo foram os dois únicos que tiveram maior crescimento populacional na década de 80 que na de 70.

TABELA 3.13
População residente
Brasil, macrorregiões e estados selecionados
1970-1980-1991

Macrorregiões / estados	Número (mil pessoas)			Índice (Brasil = 100)			Tx. de crescim. (%)	
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1980/1970	1991/1980
Nordeste	28111,9	34812,4	42497,5	30,2	29,3	28,9	23,8	22,1
Norte	3603,9	5880,3	10030,6	3,9	4,9	6,8	63,2	70,6
Centro-Oeste	5073,3	7544,7	9427,6	5,4	6,3	6,4	48,7	25,0
Sudeste	39853,5	51734,1	62740,4	42,8	43,5	42,7	29,8	21,3
Sul	16496,5	19031,1	22129,4	17,7	16,0	15,1	15,4	16,3
Minas Gerais	11487,4	13378,5	15743,1	12,3	11,2	10,7	16,5	17,7
Espírito Santo	1599,3	2023,3	2600,6	1,7	1,7	1,8	26,5	28,5
São Paulo	17771,9	25040,7	31588,9	19,1	21,0	21,5	40,9	26,2
Rio de Janeiro	4742,9	11291,5	12807,7	5,1	9,5	8,7	138,1	13,4
Bahia	7493,5	9454,3	11868,0	8,0	7,9	8,1	26,2	25,5
BRASIL	93139,0	119002,7	146825,5	100,0	100,0	100,0	27,8	23,4

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico - 1994; dados dos censos demográficos.

A observação da evolução relativa dos PIB e PIB *per capita* regionais mostra um processo de desconcentração e convergência a partir da década de 70 (tab. 3.14). De um lado, enquanto a participação da região mais rica - o Sudeste - no PIB total decaiu

(embora em 1985 ainda representasse quase 60%) e a da segunda mais rica - o Sul - se manteve constante, as participações do Nordeste, Norte e Centro-Oeste cresceram.

TABELA 3.14
Participação relativa no PIB e PIB *per capita* do Brasil
Macrorregiões e estados selecionados
1970-1975-1980-1985

Macrorregiões / estados	PIB-região / PIB-Brasil (%)				PIB per capita (índice: Brasil=100)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,6	39	37	41	47
Norte	2,2	2,0	3,3	4,1	56	47	68	72
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	6,0	71	69	85	78
Sudeste	65,5	64,9	62,3	59,1	153	150	143	137
Sul	16,7	17,9	17,0	17,1	94	107	106	110
Minas Gerais	8,3	8,4	9,4	9,8	67	72	84	89
Espírito Santo	1,2	1,0	1,5	1,7	68	61	86	95
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4	207	199	179	166
Rio de Janeiro	16,7	15,3	13,7	12,3	173	160	145	135
Bahia	3,8	3,7	4,3	5,2	47	46	55	64
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100	100	100

Fonte: GUIMARÃES NETO, 1995, tabelas 2 e 3; com base em IBGE, Anuário Estatístico - 1992.

De outro lado, a tabela mostra que, enquanto o PIB *per capita* do Sudeste veio caindo em relação à média do país (embora seja o mais alto em relação a ela) o de todas as outras regiões veio, de forma geral, subindo.

Cabe destacar, ainda na tabela 3.14, a posição do Nordeste e do estado de Minas Gerais. O Nordeste, apesar do crescimento relativo de seus PIB e PIB *per capita*, com 30% da população total, detinha, em 1980 e 1985, apenas 12% e 13,6% do PIB brasileiro e seu PIB *per capita* se elevou, em relação ao PIB *per capita* nacional, de 39% em 1970 para apenas 47% em 1985.

Minas Gerais foi o único estado da região Sudeste que viu sua participação no PIB do país crescer em todo o período; no período 1985/90, sua participação continuou crescendo, atingindo, em 1990, 10,1% (DINIZ e SANTOS, 1995, tab. 1). Seu PIB *per capita*, no entanto, em 1985 ainda se situava abaixo do nacional (89%), embora deva-se considerar que, em 1970, ele correspondia a apenas 67% do do país como um todo.

GUIMARÃES NETO (1995) destaca o fato de que, além do processo de desconcentração inter-regional, tem-se também verificado no Brasil, nas últimas décadas, uma desconcentração intra-regional (como se viu no caso da região Sudeste) e mesmo

intra-estadual (como no caso exemplar de São Paulo, com a perda do peso relativo da região metropolitana em favor de outras sub-regiões).

Nesse sentido, DINIZ e LEMOS (1989) apontavam, no final da década de 80, para a necessidade de uma nova regionalização, uma vez que a divisão por estados ou grandes regiões não permite considerar as desigualdades e especificidades intra-regionais. Ressaltando também a necessidade de analisar as relações inter-setoriais e inter-complexos econômicos nacionais e regionais, os autores utilizam o conceito de pólo agrícola e industrial no balanço que fazem das perspectivas regionais, cujas principais conclusões cabe aqui resumir.

No caso da região Sul, a existência de uma boa base industrial e de uma rede de cidades, além da proximidade de São Paulo, trazem boas perspectivas para a expansão industrial, mas a deficiência do sistema de transportes é um entrave para a maior integração desta região com o mercado nacional e de São Paulo. Há que se considerar aqui também o provável impacto do Mercosul, favorecendo algumas indústrias mas também afetando negativamente outras, além dos efeitos negativos do avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste sobre a indústria de equipamentos agrícolas, no Rio Grande do Sul. No tocante a Santa Catarina, se o setor industrial diversificado, com predominância de capital local e com tradição de concorrer no mercado nacional, tenderá a manter sua expansão, a dúvida recai sobre o setor agrícola, dada sua base de produção familiar e a topografia e estrutura fundiária que dificultam a maior mecanização. Quanto ao Paraná, a diversificação industrial baseada em empresas estrangeiras faz prever a possibilidade de realocações, sendo que, pelo lado da agroindústria, o deslocamento da fronteira agrícola poderá repercutir no seu menor crescimento no Estado. Apesar disto, o Paraná possui boas perspectivas em novos setores, como a biotecnologia, não se podendo também desconsiderar a sua proximidade de São Paulo.

Na região Sudeste, o estado de São Paulo vem passando por alterações na sua estrutura produtiva: no setor agropecuário, vem ocorrendo uma intensificação, com o crescimento de atividades de maior produtividade econômica e, no setor industrial, um esforço na expansão da indústria moderna. Do ponto de vista espacial, a interiorização, com o avanço para o oeste, é estimulada pelo governo estadual, através da construção de estradas e contando com os recursos naturais e com a rede urbana existente. Esses fatores

podem vir a contrabalançar a tendência, observada na década de 80, de perda na participação na produção industrial brasileira. Segundo os autores, as expectativas de crescimento tanto industrial quanto agropecuário do estado do Rio de Janeiro são desalentadoras, e as perspectivas para o Espírito Santo, modestas.

No caso de Minas Gerais, as perspectivas do avanço e diversificação industrial estão ligadas à integração com a indústria paulista, a partir de dois eixos: um deles passando pelo Sul de Minas e o outro, via noroeste paulista, pelo Triângulo. Do lado da agricultura, as perspectivas se encontram principalmente nas fronteiras de cerrados e nos projetos de irrigação do Vale do São Francisco.

O Nordeste está se desintegrando enquanto região. Assim, o oeste tende a se integrar à dinâmica da fronteira agropecuária do Centro-Oeste. A Bahia deverá expandir sua participação na produção industrial, em função especialmente do pólo petroquímico, cujo efeito motriz sobre a indústria baiana, entretanto, deve ser relativizado. Sua integração com pólos químicos em Alagoas e Sergipe poderá trazer efeitos positivos significativos para esses estados. Para os demais estados da região, não são visualizadas grandes perspectivas, a não ser impactos, na região de Petrolina-Juazeiro, dos projetos de irrigação do Vale do São Francisco, além dos projetos de Carajás e da Ferrovia Carajás-Itaqui, no Maranhão.

Com relação à região Norte, as perspectivas não apontam para grandes avanços, em função da falta de infra-estrutura, do custo de transporte e dos desafios tecnológicos. Na Amazônia ocidental, a Zona Franca de Manaus dificilmente se consolidará enquanto pólo irradiador de desenvolvimento regional; sobre ela continua a pairar grande incerteza, em um cenário de retirada dos incentivos ou de sua redução, advinda mesmo da maior abertura cambial no país. No Pará, os investimentos recentes no setor mineral poderão vir a se constituírem em enclaves exportadores, sem maiores impactos em termos de renda e de crescimento industrial.

Finalmente, o Centro-Oeste surgiria como a grande fronteira extensiva da agropecuária; a industrialização tenderá a se dar de forma rarefeita, sem grande dimensão, conformando um sistema de cidades descentralizado. O ritmo e direção do crescimento econômico dessa região estão condicionados a investimentos no sistema de transportes que

promovam sua maior integração às outras regiões e reduzam o custo de colocação de seus produtos nos mercados internos e externos.

Resumindo as suas expectativas, os autores traçam a visão de um Brasil dividido em um Brasil rico (São Paulo, Sul, parte dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul), um Brasil pobre (parte de Minas, Nordeste Oriental, Rio de Janeiro e Espírito Santo) e um Brasil vazio (Norte) (uma visão mais detalhada sobre as desigualdades e o desenvolvimento econômico regionais pode ser encontrada em AFFONSO e SILVA (org.), 1995. Ver também DINIZ, 1995).

3.3.2. Desigualdade de renda

ALBUQUERQUE e VILLELA (1991) calcularam o coeficiente de variação entre os rendimentos domiciliar *per capita* das regiões brasileiras e entre os dos estados e observaram queda significativa no período 1970-88, embora mais concentrada na década de 70 (conforme mostra a tabela 3.15), confirmando o fenômeno da convergência.

Na década de 70, o rendimento domiciliar *per capita* cresceu 70% no Brasil. A única macrorregião que apresentou um crescimento abaixo dessa média foi a Sudeste, mas, dentro dela, apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O rendimento no Norte e no Nordeste cresceu um pouco acima da média nacional, destacando-se o Centro-Oeste com um crescimento bem acima da média, só suplantado pelo crescimento observado no estado de Minas Gerais. Já na década de 80 (período 1980-88), a renda domiciliar *per capita* caiu no país como um todo e em todas as macrorregiões, à exceção da Norte; por outro lado, apenas o Sudeste apresenta decréscimo acima da média, e, dentro dessa região, só os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

TABELA 3.15
Rendimento domiciliar per capita
Brasil, macrorregiões e estados selecionados
1970-1980-1988

Macrorregiões / estados	Rendimento domiciliar per capita							
	Valor (CZ\$ mil de 88)			Índice (Brasil = 100)			Variação (%)	
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1980/70	1988/80
Nordeste	8,9	15,9	14,5	44,7	47,0	49,8	78,7	-8,8
Norte	13,1	22,7	26,6	65,8	67,2	91,4	73,3	17,2
Centro-Oeste	15,3	31,6	30,9	76,9	93,5	106,2	106,5	-2,2
Sudeste	29	45,8	37,4	145,7	135,5	128,5	57,9	-18,3
Sul	17,5	32,4	27,9	87,9	95,9	95,9	85,1	-13,9
CV - regiões (%)	40,4	34,0	27,2					
Minas Gerais	13,8	28,6	24,6	69,3	84,8	84,5	107,2	-14,0
Espirito Santo	12,7	26,1	25,3	63,8	77,2	86,9	105,5	-3,1
São Paulo	34,7	51,6	43	174,4	152,7	147,8	48,7	-16,7
Rio de Janeiro	38	53,9	39,2	191,0	159,5	134,7	41,8	-27,3
Bahia	10,5	19,1	16,9	52,8	56,5	58,1	81,9	-11,5
BRASIL	19,9	33,8	29,1	100,0	100,0	100,0	69,8	-13,9
CV - estados (%) (1)	62,8	53,2	47,8					

Fonte: Adaptado de ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, p. 42, tabela 3.

Nota: (1) Se refere ao coeficiente de variação entre o rendimento domiciliar per capita de todos os estados.

Outra questão é analisar o nível relativo da renda domiciliar *per capita* entre as regiões e estados do país. Nesse sentido, destaca-se, sem dúvida, a situação do Nordeste, cujo rendimento *per capita* mal chegava aos 50% da média nacional e pouco mais de 1/3 do de São Paulo. Destaca-se também, dentro da região Sudeste, o estado de Minas Gerais, que, apesar do crescimento apontado, apresenta nível de rendimento domiciliar *per capita* substancialmente inferior à média nacional e bem inferior aos níveis dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, embora similar ao do Espírito Santo e superior ao da Bahia.

A tabela 3.16 se presta à análise da desigualdade de renda domiciliar *per capita* dentro das macrorregiões e estados selecionados. A tabela aborda o período 1970-88 e utiliza dois indicadores de desigualdade - o coeficiente de Gini e a razão entre as participações na renda dos 5% mais ricos e dos 40% mais pobres.

TABELA 3.16
DESIGUALDADE DE RENDA (1)
 Brasil, macrorregiões, Minas Gerais, São Paulo e Bahia
 1970-1980-1988

Macrorregiões / estados	Participação na renda									GINI		
	5% mais ricos			40% mais pobres			Razão 5% + / 40% -			1970	1980	1988
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988			
Nordeste	38,8	39,7	41,8	8,8	8,5	7,8	4,4	4,7	5,4	0,596	0,618	0,638
tx. cresc. (%) (2)	-	2,3	5,3	-	-3,4	-8,2	-	5,9	14,7	-	3,7	3,2
Norte (3)	32,2	36,1	36,6	11	9,3	8,4	2,9	3,9	4,4	0,543	0,589	0,609
tx. cresc. (%)	-	12,1	1,4	-	-15,5	-9,7	-	32,6	12,2	-	8,5	3,4
Centro-Oeste	35,8	37,7	39,5	9,1	8	7,2	3,9	4,7	5,5	0,591	0,626	0,643
tx. cresc. (%)	-	5,3	4,8	-	-12,1	-10,0	-	19,8	16,4	-	5,9	2,7
Sudeste	34,6	33	33,8	7,2	8,9	8,6	4,8	3,7	3,9	0,615	0,584	0,591
tx. cresc. (%)	-	-4,6	2,4	-	23,6	-3,4	-	-22,8	6,0	-	-5,0	1,2
Sul	33,5	33,1	33,1	9,6	9,5	8,9	3,5	3,5	3,7	0,574	0,574	0,58
tx. cresc. (%)	-	-1,2	0,0	-	-1,0	-6,3	-	-0,2	6,7	-	0,0	1,0
Minas Gerais	37,2	36,6	37,8	7,6	8,4	7,8	4,9	4,4	4,8	0,619	0,608	0,623
tx. cresc. (%)	-	-1,6	3,3	-	10,5	-7,1	-	-11,0	11,2	-	-1,8	2,5
Espírito Santo	36,3	33,4	38,1	9,2	9,6	6,2	3,9	3,5	6,1	0,589	0,577	0,657
tx. cresc. (%)	-	-8,0	14,1	-	4,3	-35,4	-	-11,8	76,6	-	-2,0	13,9
Rio de Janeiro	31,6	33,6	35,0	8,3	8,6	8,6	3,8	3,9	4,1	0,585	0,599	0,601
tx. cresc. (%)	-	6,3	4,2	-	3,6	0,0	-	2,6	4,2	-	2,4	0,3
São Paulo	32,4	29,4	31,3	8,9	10,6	10,2	3,6	2,8	3,1	0,578	0,543	0,555
tx. cresc. (%)	-	-9,3	8,5	-	19,1	-3,8	-	-23,8	10,6	-	-6,1	2,2
Bahia	36,3	38,5	43,2	8,8	8,7	7,6	4,1	4,4	5,7	0,596	0,612	0,649
tx. cresc. (%)	-	6,1	12,2	-	-1,1	-12,6	-	7,3	28,4	-	2,7	6,0
BRASIL	37,7	36,3	36,6	6,7	7,5	7,2	5,6	4,8	5,1	0,639	0,62	0,625
tx. cresc. (%)	-	-3,7	0,8	-	11,9	-4,0	-	-14,0	5,0	-	-3,0	0,8

Fonte: Adaptado de ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, p. 49, tabela 7.

Notas: (1) Renda domiciliar per capita

(2) Taxa de crescimento nos períodos 1980/70 e 1988/80.

(3) Para o ano de 1988, considera apenas a população urbana.

Um primeiro comentário a respeito dos dados apresentados na tabela 3.16 se refere à evolução da desigualdade de renda intra-regional e estadual. Apenas a região Sudeste apresentou melhora em termos de concentração de renda na década de 70; dentro da região, apenas o estado do Rio de Janeiro elevou seu nível de desigualdade. Na região Sul, o grau de desigualdade não se alterou e, nas demais macrorregiões, elevou-se nessa década. No período 80-88, entretanto, a desigualdade de renda se elevou em todas as macrorregiões e estados, inclusive em Minas Gerais.

O segundo comentário se refere à existência de diferenças inter-regionais quanto à desigualdade de renda. Nesse aspecto, a região Sul destaca-se com os menores indicadores de desigualdade e a região Sudeste, pela queda acentuada na década de 70, que fez com que, de região de maior desigualdade em 1970, passasse, já em 1980, à condição

de segunda mais igual. Note-se também que o estado de Minas Gerais (e também o Espírito Santo) possui um grau de desigualdade significativamente superior ao dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, embora inferior ao da Bahia, no Nordeste. Esta região se confirmou, já a partir de 1980, como a segunda região de maior desigualdade de renda do país, só suplantada pelo Centro-Oeste (cabendo lembrar, no entanto, que a participação do Nordeste na população total do país é bem superior).

Em suma, a desigualdade de renda tende a ser maior exatamente nas regiões mais pobres (em termos de renda domiciliar *per capita*), e vice-versa. E, como observam BARROS et al. (1995, item 5.2), “este fato leva a que exista uma maior desigualdade regional entre os pobres do que entre os ricos”. Esses autores comprovam tal conclusão utilizando a participação na renda de cada décimo da distribuição da PEA segundo a renda total positiva, para 1990 e para as 10 regiões brasileiras utilizadas no censo demográfico de 1970 (Norte, Meio-Norte, Nordeste-Central, Leste, Sudeste - que inclui Minas Gerais e Espírito Santo-, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Sul e Centro-Oeste). Mostram, além disso, que ao longo das décadas de 70 e 80, o crescimento da renda beneficiou, de forma geral, os décimos mais ricos, que conseguiram proteger, na década de 80, os enormes ganhos obtidos na de 70, embora se observem diferenças regionais importantes quanto aos grupos que menos se beneficiaram. Assim, “nas regiões mais pobres e com mais alto grau de desigualdade (Nordeste e Sudeste) os grupos centrais da distribuição (4º e 5º décimos) são sistematicamente os que menos se beneficiam durante as duas décadas ... Nas áreas mais ricas do Sul e da fronteira os grupos que menos se beneficiam tendem a ser relativamente mais pobres...” (BARROS et al., 1995, item 6).

3.3.3. Análise de dominância estocástica

BARROS et al. (1995) analisaram, para os anos de 1970, 1980 e 1990, a situação do bem-estar e da pobreza nas dez regiões citadas no parágrafo anterior, com base na distribuição da PEA com renda positiva e nos critérios de dominância (vistos no capítulo 2). Cabe resgatar aqui algumas das conclusões dessa análise, salientando a posição da região Sudeste (que nessa regionalização, vale lembrar, engloba os estados de Minas Gerais e Espírito Santo).

Em 1970, o Rio de Janeiro dominava todas as demais regiões pelo critério de dominância de primeira ordem, com a exceção de São Paulo, a quem dominava, entretanto, pelo critério de segunda ordem. A região Sudeste (MG e ES) dominava em primeira ordem apenas duas outras regiões - o Meio-Norte (MA e PI) e o Nordeste-Central (CE, RN, PB, PE, AL e FN) e, por outro lado, era dominada por todas as demais em primeira ordem, à exceção do Leste (SE, BA), a quem não dominava nem era dominado.

Em 1980, a situação relativa das regiões mudou. O Rio de Janeiro deixou de dominar São Paulo. Essas duas regiões dominavam todas as demais em primeiro grau. A posição da região Sudeste melhorou, passando a dominar, além do Meio-Norte e o Nordeste-Central, também o Leste; por outro lado, passa a ser dominada em primeira ordem apenas por Rio de Janeiro e São Paulo e, em segunda ordem, também pelo Sul (SC e RS) e pelo Paraná.

Em 1990, novas mudanças se verificam. São Paulo passa a dominar todas as demais regiões em primeira ordem, com exceção do Centro-Oeste (MT+MS, GO e DF), que domina em segunda ordem. O Rio de Janeiro, por sua vez, passa a ser dominado, pelo critério de primeira ordem, por São Paulo e pelo Sul. Já a região Sudeste confirma sua dominância de primeira ordem sobre o Meio-Norte, Nordeste-Central e Leste, mas passa a ser dominada em primeira ordem por todas as outras regiões.

3.3.4. Pobreza

A tabela 3.17 mostra a incidência de pobreza dos domicílios das macrorregiões e estados selecionados, considerando-se pobres os domicílios com renda domiciliar *per capita* menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de 1980.

TABELA 3.17
INCIDÊNCIA DE POBREZA (1)
 Brasil, macrorregiões, Minas Gerais, São Paulo e Bahia
 1970-1980-1988

Macrorregiões / estados	Incidência de pobreza							
	Valor (%)			Índice (Brasil = 100)			Tx. de crescim. (%)	
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1980/70	1988/80
Nordeste	70,2	41,9	51,2	154,3	210,6	195,4	-40,3	22,2
Norte	50,5	25,5	-	111,0	128,1	-	-49,5	-
Centro-Oeste	49,3	19,4	24,7	108,4	97,5	94,3	-60,6	27,3
Sudeste	29,9	9,0	14,8	65,7	45,2	56,5	-69,9	64,4
Sul	41,9	14,0	20,6	92,1	70,4	78,6	-66,6	47,1
Minas Gerais	55,1	20,8	30,0	121,1	104,5	114,5	-62,3	44,2
Espírito Santo	56,9	19,5	36,7	125,1	98,0	140,1	-65,7	88,2
Rio de Janeiro	18,0	6,2	12,4	39,6	31,2	47,3	-65,6	100,0
São Paulo	19,0	3,8	7,7	41,8	19,1	29,4	-80,0	102,6
Bahia	64,2	34,8	46,9	141,1	174,9	179,0	-45,8	34,8
BRASIL	45,5	19,9	26,2	100,0	100,0	100,0	-56,3	31,7

Fonte: Adaptado de ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, p. 49, tabela 7.

Nota: (1) Porcentagem dos domicílios com rendimento per capita menor que 1/4 do salário mínimo de 1980.

Pode-se observar, em primeiro lugar, a alta incidência no Nordeste, onde, após uma redução significativa na década de 70, em 1980 42% dos domicílios ainda eram pobres, incidência que aumenta para 51% em 1988. No outro extremo, com os menores indicadores de incidência de pobreza, está a região Sudeste; dentro desta, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam com os menores índices e Minas Gerais só foi suplantada, em 1988, pelo Espírito Santo, ambos com altos índices, superiores à média nacional, embora inferiores ao da Bahia.

Em segundo lugar, a tabela mostra que em todas as regiões e estados houve queda na incidência de pobreza nos anos 70 e o contrário ocorreu no período 1970-88. Os ritmos, no entanto, foram diferenciados: no Nordeste e Norte, a queda foi menor que na média do país, na década de 70, mas, no período seguinte, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentaram as menores elevações. A região Sudeste principalmente, mas também o Sul melhoraram sua situação de pobreza em ritmo acima da média nacional, durante os anos 70, embora nos anos 80 sejam as regiões que apresentam maiores taxas de crescimento da incidência de pobreza domiciliar. Minas Gerais, dentro da região Sudeste, foi o estado que teve menor queda na pobreza nos anos 70, mas o que teve também a menor elevação no período 1980-88.

A tabela 3.18 mostra a evolução da pobreza pessoal nas macrorregiões (com o mesmo conceito de pobreza da tabela 3.17, ou seja, pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de 1980). As conclusões sobre a evolução da pobreza não diferem das que se tiraram da tabela 3.17, podendo-se verificar, no entanto, o que ocorreu no período 1988-90 e, portanto, na década de 80 como um todo. De fato, se na década de 70 todas as regiões apresentaram melhora na pobreza e se no período 1980-88 todas apresentaram piora significativa (com a única exceção da região Norte), na década de 80 como um todo duas regiões - Norte e Centro-Oeste - tiveram sensível melhora e nas demais a piora foi diferenciada: enquanto o Sudeste aumentou em 24% sua incidência e o Sul em 10%, no Nordeste ela teve apenas um ligeiro aumento de 3%.

TABELA 3.18
Número de pobres (Q) e incidência de pobreza (H) (1)
Brasil e macrorregiões
1970-1980-1988

Macrorregiões	Número - Q (milhões de pessoas)				Participação no total do país (%)				Incidência - H (%)			
	1970	1980	1988	1990	1970	1980	1988	1990	1970	1980	1988	1990
Nordeste	19,4	16,7	23,8	21,8	43,5	56,5	53,0	55,5	76,8	49,6	58,8	51,1
tx. cresc. (%) (2)	-	-14,2	42,7	30,7	-	30,0	-6,1	-17	-	-35,4	8,5	3,0
Norte	1,9	1,7	1,3	1,0	4,2	5,9	3,0	2,6	59,3	30,9	29,1	20,7
tx. cresc. (%)	-	-6,8	-23,6	-40,7	-	41,2	-49,8	-55,4	-	-47,9	-5,8	-33,0
Centro-Oeste	2,6	1,7	2,9	2,2	5,9	5,9	6,4	5,6	58,4	24,1	29,7	21,3
tx. cresc. (%)	-	-33,8	64,6	25,3	-	0,3	8,2	-5,8	-	-58,7	23,2	-11,6
Sudeste	13,2	6,0	11,4	9,7	29,5	20,2	25,5	24,7	37,7	12,0	18,5	14,9
tx. cresc. (%)	-	-54,7	91,4	62,2	-	-31,4	25,9	22,0	-	-68,2	54,2	24,2
Sul	7,6	3,3	5,4	4,5	16,9	11,3	12,1	11,6	51,4	18,2	25,0	20,0
tx. cresc. (%)	-	-55,9	62,4	36,0	-	-33,2	6,8	2,2	-	-64,6	37,4	9,9
BRASIL	44,7	29,5	44,8	39,2	100,0	100,0	100,0	100,0	54,1	24,8	32,5	27,0
tx. cresc. (%)	-	-34,0	52,1	33,0	-	-	-	-	-	-54,2	31,0	8,9

Fonte: Adaptado de ROCHA e TOLOSA, 1993, p. 113, tabela 3.

Nota: (1) São considerados pobres as pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza de $\frac{1}{4}$ do maior salário mínimo vigente no país em 1980 e corrigido para os demais anos pelo deflator implícito do PIB e para o ponto médio de cada ano pelo IGP-DI.

(2) As taxas de crescimento se referem aos períodos 1980/1970, 1988/1980 e 1990/1980.

A tabela 3.18 traz uma informação nova, qual seja, mostra onde se localiza a maior parte dos pobres do país. Em 1980, 56,5% dos pobres viviam no Nordeste e 20,2% no Sudeste, segunda região com maior número de pobres nesse ano, com quase o dobro da terceira, o Sul. Já em 1990, a situação não havia se alterado muito, cabendo destacar, no entanto, que, enquanto o Nordeste e Centro-Oeste reduziram ligeiramente suas participações e o Norte reduziu bastante a sua, o Sudeste elevou a sua participação em 5 pontos percentuais.

A posição de Minas Gerais, apesar de não constar na tabela 3.18, poderia ser aproximadamente inferida com o auxílio das tabelas 3.13 e 3.17: com uma população de cerca de 10 a 12% da nacional, a incidência de pobreza domiciliar tem oscilado entre cerca de 5 a 20% acima da média do país. Portanto, sua participação no número de pobres do país deve se situar em torno de 12%.

TABELA 3.19
Número e incidência de pobres no Brasil (1)
Grandes regiões e metrópoles
1981-1990

Regiões e metrópoles	Número			Incidência			Participação no total do país (%)	
	(mil pessoas)		Variação (%)	Valor (%)		Variação (%)	1981	1990
	1981	1990		1981	1990			
NORDESTE	20118,6	18902,9	-6,0	56,5	45,8	-18,9	49,0	45,0
Fortaleza	895,2	905,0	1,1	54,3	41,5	-23,6	2,2	2,2
Recife	1348,4	1338,8	-0,7	55,8	48,5	-13,1	3,3	3,2
Salvador	801,3	923,1	15,2	43,3	39,2	-9,5	2,0	2,2
NORTE	1540,7	2219,9	44,1	47,9	43,2	-9,8	3,8	5,3
Belém	440,3	394,9	-10,3	51,2	43,4	-15,2	1,1	0,9
MG / ES	4574,6	5075,3	10,9	29,2	28,5	-2,4	11,1	12,1
Belo Horizonte	836,4	992,2	18,6	31,6	30,3	-4,1	2,0	2,4
RIO DE JANEIRO	2938,2	3802,6	29,4	25,6	30,5	19,1	7,2	9,1
Metrópole	2525,7	3211,7	27,2	27,5	32,7	18,9	6,2	7,7
SÃO PAULO	5018,7	5129,4	2,2	19,6	16,8	-14,3	12,2	12,2
Metrópole	2902,6	3277,3	12,9	22,2	22,2	0,0	7,1	7,8
CENTRO-OESTE	2754,2	2482,9	-9,9	35,1	24,9	-29,1	6,7	5,9
Brasília	395,8	342,9	-13,4	31,6	22,4	-29,1	1,0	0,8
SUL	4108,2	4357,3	6,1	21,4	20,1	-6,1	10,0	10,4
Curitiba	265,5	238,2	-10,3	17,4	12,3	-29,3	0,6	0,6
Porto Alegre	417,9	616,5	47,5	18,2	21,1	15,9	1,0	1,5
BRASIL	41053,2	41970,3	2,2	34,6	30,3	-12,4	100,0	100,0
Metrópoles	10828,9	12260,6	13,2	29,5	28,9	-2,0	26,4	29,2

Fonte: ROCHA, 1995. tabelas 1 e 2.

Nota: (1) Considera pobres as pessoas que têm uma renda familiar per capita inferior às linhas de pobreza estimadas através de metodologia específica, considerando o valor regionalizado e estratificado (rural, urbano e metropolitano) de cestas básicas (ver seção 2.5.1 e tabela 6.2).

Cabe destacar ainda alguns dos resultados do cálculo da pobreza feito por ROCHA (1995) (já referidos na análise da pobreza no Brasil - seção 3.2.3), conforme a tabela 3.19. A autora agrega os dados em oito regiões, em suas respectivas áreas urbana e rural (a tabela omite esta desagregação, assim como os resultados em termos de indigência) e nas áreas metropolitanas. Mais uma vez, em grande parte devido à metodologia diferente empregada (tanto no que se refere à fixação da linha de pobreza, quanto à fonte de dados -

PNADs -, à distribuição utilizada - pessoas segundo a renda familiar *per capita* e aos níveis de desagregação), os resultados apresentados diferem bastante dos vistos anteriormente.

De fato, no período 1981-90, o número de pobres se reduz no Nordeste e Centro-Oeste e cresce nas demais regiões, principalmente no Norte e no Rio de Janeiro, onde o acréscimo de 29,4% representou quase oitocentos mil novos pobres. A região MG / ES ganhou cerca de quinhentos mil pobres no período, correspondente a um incremento de 10,9%.

No entanto, a incidência de pobreza caiu em todas as regiões, com exceção do Rio de Janeiro, onde ela se elevou em quase 20%. A queda é bem significativa no Centro-Oeste e no Nordeste e um pouco menos em São Paulo; em MG / ES, é pequena, de apenas 2,4%.

Em termos de participação no total de pobres do país, a região Nordeste se confirma com a maior parcela: ali viviam 49% dos pobres brasileiros, em 1981, e 45% em 1990. Confirma-se também a segunda posição para a região Sudeste: somando-se Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, a região concentrava 30,5% dos pobres em 1981 e 33,4% em 1990. A contribuição de MG / ES é similar à de São Paulo e superior à do Rio de Janeiro e à da região Sul.

Olhando-se agora para a pobreza nas metrópoles brasileiras, destacam-se três constatações. De um lado, a elevada incidência, embora decrescente, nas metrópoles do Nordeste e a baixa incidência relativa em São Paulo e nas metrópoles do Sul, especialmente Curitiba. Belo Horizonte, com uma incidência próxima de 30%, se colocava, ao lado do Rio de Janeiro, numa posição intermediária, melhor do que, por exemplo, Salvador.

De outro lado, note-se a elevada participação das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo no total de pobres do país e que mais de metade dos pobres metropolitanos ali se concentravam. Belo Horizonte, com quase um milhão de pobres em 1990, apresenta uma participação bem menor, mas um pouco superior à de Salvador e Fortaleza, embora inferior à de Recife.

Por último, note-se a substancial queda na incidência da pobreza, no período 1981-1990, em diversas metrópoles, destacando-se, em ordem decrescente, Curitiba,

Brasília e Fortaleza. Belo Horizonte apresentou uma redução bem menor, mas o Rio de Janeiro e Porto Alegre se destacaram como as únicas a apresentarem elevação na incidência de pobreza, aliás, bastante significativa.

Cabe, para finalizar esta seção, analisar, através dos indicadores sociais das tabelas 3.20 e 3.21, a evolução das condições relativas de vida nas macrorregiões e estados selecionados.

TABELA 3.20
Indicadores sociais compostos: I.D.R., I.N.V. e I.D.S. (1)
Brasil, macrorregiões e estados selecionados
1970-1980-1988

Macrorregiões / estados	I.D.R.			I.N.V.			I.D.S.	
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1980/84	1990
Nordeste	0,293	0,468	0,562	0,200	0,414	0,522	0,176	0,320
Norte	0,509	0,696	0,819	0,346	0,557	-	-	-
Centro-Oeste	0,546	0,758	0,827	0,365	0,625	0,762	0,580	0,645
Sudeste	0,685	0,830	0,861	0,573	0,773	0,856	0,643	0,763
Sul	0,651	0,823	0,851	0,486	0,729	0,833	0,665	0,762
Minas Gerais	0,520	0,732	0,782	0,370	0,637	0,735	0,500	0,595
Espirito Santo	0,547	0,761	0,805	0,388	0,677	0,747	0,596	0,623
São Paulo	0,740	0,857	0,888	0,645	0,819	0,898	0,739	0,902
Rio de Janeiro	0,750	0,864	0,875	0,694	0,825	0,896	0,665	0,771
Bahia	0,363	0,558	0,635	0,243	0,473	0,569	0,326	0,379
BRASIL	0,557	0,724	0,780	0,426	0,647	0,753	0,485	0,584

Fontes: I.D.R. e I.N.V.: ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, tabelas 3 e 6;

I.D.S.: RODRIGUES, 1994, tabela 8, p.44a.

Nota: (1) Sobre a definição e composição dos indicadores, ver seções 3.2.3 e 3.1.

Todos os indicadores sociais contidos nas duas tabelas indicam uma sensível melhora nas condições de vida da população de todas as macrorregiões e estados selecionados, em todo o período analisado. Entretanto, o Nordeste se destaca mais uma vez, pelo pior nível de seus indicadores, principalmente quando comparado com os mais altos índices das regiões Sudeste e Sul.

Minas Gerais é o estado com os piores indicadores dentre os demais da região Sudeste. A distância que o separa do Rio de Janeiro e São Paulo, com índices relativamente bem melhores, no entanto, é quase a mesma que o separa da Bahia, com indicadores bem piores.

TABELA 3.21
Indicadores sociais selecionados
Brasil, macrorregiões e estados selecionados
1970-1980-1988

Macrorregiões / estados	Esperança de vida ao nascer (anos)			Taxa de alfabetização (%)			Pessoas com 20 anos ou + mais e mais de 4 anos de estudo (%)		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
Nordeste	44,4	51,6	58,8	45,3	54,6	63,5	12,2	16,4	28,7
Norte	54,1	64,2	68,2	63,4	70,7	88,1	18,2	22,3	54,0
Centro-Oeste	56,0	64,7	68,4	64,0	74,7	83,1	14,3	27,1	43,6
Sudeste	56,9	63,6	67,1	76,0	83,1	88,2	24,0	31,6	46,0
Sul	60,3	67,0	70,1	75,0	83,7	87,5	22,8	25,1	43,8
Minas Gerais	54,3	63,1	66,7	64,1	74,8	82,3	12,1	22,7	33,5
Espírito Santo	57,9	67,3	70,6	65,3	75,3	79,3	15,0	25,3	38,3
São Paulo	58,5	63,5	67,0	80,5	86,0	90,5	19,7	32,1	46,2
Rio de Janeiro	57,3	63,2	66,8	82,4	87,0	90,5	46,4	40,7	59,0
Bahia	48,8	58,0	62,7	47,9	57,2	67,8	13,3	15,9	30,5
BRASIL	52,7	60,1	64,9	66,0	74,6	81,1	19,8	25,9	41,2

Macrorregiões / estados	Domicílios com (%)								
	Abastecimento de água			Energia elétrica			Geladeira		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
Nordeste	9,7	25,2	38,7	23,3	43,6	67,0	9,2	24,5	39,1
Norte	13,4	29,4	60,3	27,3	45,8	92,9	14,9	34,4	73,6
Centro-Oeste	15,8	36,1	59,2	28,6	57,3	81,9	13,5	37,9	65,3
Sudeste	46,6	69,3	84,7	68,7	85,4	94,8	39,9	66,2	81,6
Sul	24,4	55,9	78,4	43,1	71,4	91,0	24,6	56,3	78,4
Minas Gerais	26,0	50,3	70,8	40,5	63,4	83,2	15,8	39,4	60,8
Espírito Santo	29,8	52,6	69,3	38,7	68,3	87,7	17,8	47,6	67,6
São Paulo	53,0	79,0	93,0	80,5	94,0	98,8	46,3	74,2	88,7
Rio de Janeiro	59,6	70,6	82,2	82,1	91,9	98,2	57,7	79,5	88,3
Bahia	10,0	29,5	41,4	22,7	43,0	69,1	10,2	26,5	41,7
BRASIL	29,3	51,6	69,2	47,6	68,5	85,9	26,1	50,4	68,6

Fonte: ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991, diversas tabelas.

3.4. Fatores determinantes e estratégias de combate à desigualdade e à pobreza

Na avaliação feita até aqui tocou-se em algumas causas do aumento ou redução da desigualdade e da pobreza no país. Destacou-se, por exemplo, que o crescimento econômico está de alguma forma relacionado com o comportamento desses fenômenos: por um lado, o crescimento, ampliando as oportunidades de trabalho (e desde que não seja acompanhado por um processo de intensificação da desigualdade muito forte), terá, sem dúvida, efeito positivo sobre a pobreza, e vice-versa; por outro lado, se o impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade não é tão direta, pode-se dizer que

conjunturas de crescimento aumentam as condições (econômicas e políticas) para a promoção de políticas redistributivas. Levantou-se também que um dos fatores de acirramento da desigualdade de renda é a existência de um processo inflacionário, como o ocorrido na década de 80 no Brasil, em que os mais ricos são os mais capazes de defender sua renda real; neste sentido, a recente queda da inflação terá efeito positivo sobre a desigualdade.

Ainda com relação à ligação entre renda, desigualdade e pobreza, mostrou-se que o Brasil, apesar de seu nível de renda *per capita* alto em relação a outros países, possui um grau de desigualdade, senão o mais alto, dos mais elevados do mundo, explicando-se, desta forma, o fato de ser também um país de elevado nível de pobreza. Regionalmente, por outro lado, a análise mostrou uma relação negativa entre renda *per capita* e desigualdade e pobreza: as regiões mais pobres em termos de renda *per capita* (notadamente o Nordeste) são também as de maior desigualdade e pobreza. Além disso, viu-se que, apesar do processo de convergência apontado, em que as regiões mais pobres foram as que mais cresceram, esta mesma convergência não pôde ser observada em termos de desigualdade (de fato, a desigualdade cresceu mais no Nordeste que no Sudeste e Sul, no período 1970-88) e pobreza (embora as estimativas para os anos 80 mostrem uma redução maior da incidência de pobreza no Nordeste (ROCHA, 1995) ou uma elevação nessa região abaixo da verificada para o Sudeste e Sul (ROCHA e TOLOSA, 1993 e ALBUQUERQUE e VILLELA, 1991), no período 70-90 como um todo as evidências indicam um decréscimo menor da incidência exatamente no Nordeste, única região cuja participação no total de pobres do país se elevou).

Os indicadores sociais relacionados, por sua vez, descrevem um padrão convergente (embora as desigualdades sejam grandes); entretanto, GUIMARÃES NETO (1995, p. 31) observa que “o exame conjunto dos diversos indicadores sociais das regiões revela a inexistência de um padrão único de desempenho e, portanto, ressalta a complexidade encontrada quando se pretende relacionar as tendências desses indicadores com as da dinâmica econômica. De fato, ... nos indicadores de mortalidade infantil, níveis de instrução e condições de saneamento básico, prevaleceu um padrão divergente, com as regiões menos desenvolvidas economicamente distanciando-se cada vez mais da média nacional e das demais regiões”.

Uma estratégia de atuação no sentido de solucionar a grave situação social do Brasil requer não só o mapeamento espacial-temporal dessa realidade (embora o próprio mapeamento constitua passo imprescindível do diagnóstico, permitindo inclusive levantar ou testar hipóteses), mas a busca de compreensão dos fatores responsáveis pela sua geração e reprodução, sobre os quais se deve atuar de forma planejada.

Esta seção se deterá mais nas causas estruturais da desigualdade e pobreza e nas formas, também estruturais, de combatê-la.

3.4.1. Causas da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil

No início desta dissertação, no capítulo 2, foi dito que os dados de desigualdade de renda a serem apresentados e analisados se restringiam a dados sobre os rendimentos declarados e que, portanto, deveriam estar subestimando o real grau de desigualdade existente, uma vez que se aceite que as classes mais ricas omitem parte de seus ganhos. É provável também que esses ganhos omitidos sejam em sua maior parte provenientes de rendimentos outros que não do trabalho assalariado. Do dimensionamento desses dois fatores - tamanho da omissão e proveniência dos rendimentos sonegados - dependerá o grau de acuidade do dimensionamento e da explicação dada ao fenômeno.

De qualquer forma, no entanto, parece inegável que a explicação para os elevados índices de desigualdade de renda e pobreza no Brasil está diretamente ligada à explicação que se possa dar para os elevados níveis de concentração da riqueza: “a propriedade de todas as formas de riqueza no Brasil - o capital físico, financeiro e comercial, a terra rural e urbana e, finalmente, o capital humano, educação, qualificação e treinamento - está extremamente concentrada nas mãos de muito poucas pessoas ou famílias ... Essa elevada concentração da propriedade da riqueza gera concentração do fluxo de renda e do poder econômico e político” (CAMARGO, 1993, p. 112).

Por outro lado, a concentração elevadíssima da riqueza no Brasil tem raízes históricas, ligadas à forma e à época de sua inserção no sistema capitalista (como colônia de exploração) e de seu processo de industrialização (retardatária ou “tardia” e acelerada no tempo). Nesse sentido, “é possível entender a pobreza (e também a desigualdade de

renda) nacional a partir de três razões básicas: a) a forma com que foi acertada a questão agrária; b) a especificidade do mercado de trabalho e c) a natureza das políticas sociais adotadas” (POCHMANN, 1994, p. 173).

A questão agrária diz respeito às “heranças do escravismo colonial”, com seu sistema de grandes latifúndios improdutivos, barrando o acesso à terra e ao trabalho de grande parcela da população rural, impelida, num verdadeiro processo de “expulsão” (acirrado com a modernização no campo nas últimas décadas) rumo aos centros urbanos.

A forma com que se deu o desenvolvimento industrial no Brasil no pós-1930 é fruto, em grande parte, de seu caráter tardio - quando as principais economias desenvolvidas já haviam realizado sua revolução industrial há décadas - e rápido, com altas taxas de crescimento até os anos 70. O fato de ser tardio contribuiu para que a industrialização se desse em um momento de internacionalização do capital, através da presença marcante das empresas multinacionais, e com a importação de tecnologias geradas nos países centrais, intensivas em capital e voltadas para os padrões de renda e consumo de seus países de origem. As novas bases técnicas não se disseminam em toda a estrutura de produção, aprofundando a heterogeneidade produtiva: setores econômicos atrasados e modernos passam a conviver. O grande afluxo de pessoas do campo para a cidade, por outro lado, contribui para a manutenção de baixos salários e inexistência de organização autônoma dos trabalhadores.

A rapidez com que se deu o processo de industrialização, de um lado, implicou no que MARTINS (1985, p. 23) chamou de aceleração do tempo histórico, como fenômeno que se manifesta na “velocidade da diferenciação e crescimento de um sistema produtivo obrigado a uma permanente adaptação à evolução e conjunturas do centro capitalista, o que traduz na rapidez dos processos de desorganização / reorganização de parte das estruturas econômicas e sociais”, dificultando a “sedimentação de classes dominantes em burguesias” e sendo responsável pelo papel *sui generis* que o Estado e a burocracia aqui desempenharam.

De outro lado, o contínuo crescimento, gerando mobilidade e expectativas de melhoras, foi, sem dúvida, um dos sustentáculos dos regimes ditatoriais e que permitiu a estratégia que FIORI (1989) chamou “fuga para a frente”, adotada pelo Estado e elites, de

postergar, a cada novo ciclo de crescimento, as soluções para os problemas que se acumulavam (embora sem constituir grandes entraves à acumulação) e que se evidenciariam com a situação de impasse e crise das décadas de 80 e 90. Nesse sentido, o Estado brasileiro foi incapaz de articular um verdadeiro projeto de nação; pelo contrário, conciliando com os mais diversos tipos de interesses, arcaicos e modernos, foi sendo gradativamente balcanizado e loteado. Não foi capaz, por exemplo, de levar à frente a reforma agrária que diversas outras sociedades, como no Japão e Coreia do Sul, utilizaram, neste século, “como um mecanismo para promover a redução da pobreza e para acelerar o desenvolvimento econômico” (BARROS e CAMARGO, 1991, p. 535).

Na verdade, foi possível ir adiando a resposta aos problemas estruturais, especialmente à questão social, porque a rapidez das transformações inviabilizou, de certa forma, maior organização das classes trabalhadoras e o crescimento econômico funcionava como um fator de “apaziguamento”. Não se pode, no entanto, esquecer que, ao mesmo tempo, o processo de industrialização do país se deu, em grande parte, sob regimes autoritários e repressivos.

FIORI (1992, p. 78) assim resume a problemática da intervenção do Estado no Brasil: “na América Latina como nos países asiáticos e em todas as industrializações tardias, coube ao Estado a múltipla tarefa de promover o crescimento, administrar o ciclo econômico, disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção nacional dos interesses multinacionais, o que lhe outorgou uma posição decisiva na reprodução econômica, social e política. Estressado, entretanto, por essas múltiplas funções, muitas vezes divergentes, o Estado Desenvolvimentista agigantou sua estrutura, debruçando-se - quase sempre de forma autoritária e corporativa - sobre os vários grupos de interesse gerados pelo próprio processo de industrialização. Sua intervenção e sua política econômica, em particular, definiram - durante a vigência dos projetos de desenvolvimento nacional - os objetivos de curto e longo prazos da sociedade como um todo, decidindo sobre seus planos estratégicos e táticas de implementação. Mais que nas economias avançadas, a política econômica estabeleceu os horizontes coletivos, organizando, em torno de seu processo de decisão e de sua burocracia uma multiplicidade infinita de atores, com interesses e expectativas extremamente heterogêneos, o que, no longo prazo, lhe

impôs limites. No Brasil esses limites parecem havê-lo levado à impotência e à necessidade de profundas transformações, que não coincidem com as defendidas pelo ideário liberal”.

Vista como questão “externa” à dinâmica de acumulação, a questão social foi tratada de forma bastante distinta das experiências dos países europeus no pós-guerra. Nesses, a conjugação de uma política keynesiana de gastos públicos com o “Welfare State”, impostos a partir de uma espécie de pacto social, explícito ou implícito, onde a organização das classes dominadas teve importante papel reivindicatório, resultaram no desenvolvimento de amplos mercados de massa em regimes políticos relativamente democráticos, político e economicamente, onde a pobreza foi drasticamente reduzida.

Aqui, por outro lado, as políticas sociais foram bem mais restritas, sob vários aspectos: de sua abrangência (em termos do percentual da população atingido), de seu alcance (em termos de volume de recursos transferidos), de sua lógica de financiamento (calcada em fundos sociais compulsórios e estrutura tributária regressiva), de sua eficácia e de sua “precisão” (em termos de não atingir o alvo principal, ou seja, de beneficiar menos os mais necessitados). Analisando a política social no Brasil, POCHMANN (1994, p. 178) conclui: “as conquistas obtidas na Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito ao capítulo dos direitos sociais e ainda à universalização e descentralização do atendimento à saúde, representaram um avanço concreto no campo institucional. Mais do que isso, um rompimento significativo com a lógica da cidadania regulada, que marca o padrão de proteção social no país. A crise mais geral da economia brasileira, todavia, terminou por inviabilizar, em grande parte, a efetivação dessas conquistas sociais. A autoridade governamental, diante da inexistência de recursos suficientes e da dificuldade em realizar uma reforma tributária no país capaz de atender aos novos requisitos constitucionais, procurou simplesmente descentralizar o gasto social, ainda que de forma improvisada, ou mesmo extinguir as grandes linhas de regulação das relações sociais existentes (operação desmonte do Governo Federal no período pós-constituente). Esse pode ser um exemplo concreto da tentativa governamental de perseguir o caminho de menor resistência, sem contrariar os interesses dominantes”.

É preciso também considerar o efeito da regulação do salário mínimo e de outros preços pelo Estado sobre o nível de desigualdade e pobreza no país. Assim, a não-neutralidade da política econômica e a política de arrocho salarial aplicada após o golpe

militar de 1964 foram argumentos utilizados no debate que se deu, na década de 1970, sobre as causas do aumento da desigualdade de renda na década de 60, verificada com a publicação do Censo de 1970.

Os outros argumentos, seguindo a linha da teoria do capital humano, estavam ligados às variáveis educacionais e à existência de segmentação e “outras imperfeições” no mercado de trabalho. O debate, onde teve grande influência o trabalho de LANGONI (1973), suscitou uma série de outros trabalhos que buscavam, empregando a técnica da decomposição dos indicadores de desigualdade (em desigualdade inter e intra-grupos homogêneos, tal como se procedeu, no capítulo 2, na decomposição do Theil-L por regiões e municípios), medir a contribuição de cada fator explicativo.

Em recente e instigante trabalho, BARROS e MENDONÇA (1993 e 1995d) buscam “desenvolver um arcabouço teórico que possa servir de base para investigar de maneira coerente e integrada as diversas formas de desigualdade e identificar as fontes de produção e reprodução da desigualdade” (BARROS e MENDONÇA, 1995 d, p. 2). Ao mesmo tempo, os autores, reunindo os resultados de outras pesquisas, buscam dimensionar, para o caso brasileiro, a contribuição dos diversos fatores para a desigualdade total.

O arcabouço teórico é tecido através de uma analogia com uma corrida, onde os participantes chegam com um determinado volume de recursos, se submetem a determinadas regras e recebem determinados prêmios: as regras “estabelecem como os participantes devem se comportar durante a corrida; como o desempenho (produtividade) dos participantes será avaliado; e como o total de prêmios será dividido entre os participantes de acordo com seu desempenho” (BARROS e MENDONÇA, 1995 d, p. 4).

A corrida tem duas etapas. Da etapa da preparação (infância e adolescência, em que os participantes acumulam seu capital humano) resulta, no final, uma “desigualdade de condições”. Esta desigualdade de condições pode ser atribuída a três fatores desigualmente distribuídos: as habilidades inatas, os recursos públicos e os recursos privados (na verdade, os autores incluem mais um, o fator sorte). Os autores ressaltam que “o fato de as regras da corrida permitirem que recursos privados sejam utilizados na fase de preparação

caracteriza-a como uma corrida em que existe desigualdade de oportunidade” (BARROS e MENDONÇA, 1995 d, p. 5).

Na segunda etapa da corrida, em que os participantes competem no mercado de trabalho, a desigualdade de condições iniciais pode se agravar em função de “dois tipos de injustiça”: a segmentação e a discriminação. E, cabe lembrar, “diferenciais de preparação adquiridos em circunstâncias marcadas por desigualdade de oportunidades são social e eticamente indesejáveis tanto quanto as diferenças de premiação de participantes igualmente preparados que ocorrem devido a discriminação e segmentação na competição” (BARROS e MENDONÇA, 1995 d, p. 7). A discriminação gera desigualdade quando grupos são discriminados salarialmente por alguma característica própria que não tem efeito sobre a produtividade (por exemplo, a discriminação racial e por sexo). Já a segmentação existe quando há heterogeneidade dos postos de trabalho quanto à produtividade; havendo uma relação entre produtividade e salário, ocorrerá, então, desigualdade salarial entre trabalhadores igualmente produtivos.

BARROS e MENDONÇA (1993, p.482), a partir da análise dos resultados de decomposições da desigualdade feita por diversos autores e para diversos anos, chegam à conclusão de que “o mercado de trabalho no Brasil tende a desempenhar mais um papel de revelador de desigualdade do que propriamente de gerador de desigualdade. Dessa forma, embora discriminação e segmentação sejam formas de desigualdade de particular preocupação social, essas não são quantitativamente tão importantes quanto a parcela da desigualdade salarial associada à educação”. Além disso, mostram que essa desigualdade associada à educação não decorre, de forma significativa, da magnitude dos diferenciais de salário por nível educacional, mas sim pelo alto grau de desigualdade em educação. Desta forma, “chega-se à importante conclusão de que a maior parte da desigualdade no Brasil não parece ser gerada pelo mercado de trabalho mas sim pelo sistema educacional, o que nos remete à primeira fase da corrida na busca pela fonte da desigualdade de renda no Brasil” (BARROS e MENDONÇA, 1993, p. 483).

Mesmo aqueles que criticam as bases da teoria do capital humano têm reconhecido a importância da educação na geração da desigualdade de renda (e também da pobreza). BONELLI e RAMOS (1995, p. 364) justificam tal atitude: “dada a robusta evidência empírica que destaca o papel da educação e outras variáveis econômicas e

demográficas associadas à força de trabalho, a teoria do capital humano revela-se útil e continua a ser adotada ao menos como uma estrutura analítica básica para a construção de modelos”.

Quanto ao poder explicativo da segmentação regional, as análises de decomposição da desigualdade mostram que não é um dos fatores determinantes mais importantes: embora sua contribuição (estimada em torno de 2 a 5%) seja superior à contribuição da discriminação racial e um pouco inferior à da por gênero (estimada em torno de 5%), é bem inferior à da segmentação por ramo de atividade (estimada em torno de 15%) e, mais ainda, à contribuição dos desníveis educacionais (estimada entre 35 a 50%) (ver BARROS e MENDONÇA, 1995d). BARROS e MENDONÇA (1993), no entanto, mostram que a contribuição da segmentação regional veio caindo rapidamente após 1970, quando LANGONI (1973) a estimou em 10%.

Já o debate sobre a pobreza no país ganhou vulto no final da década de 80, com a verificação da continuidade na elevação dos graus de desigualdade no país e com a queda no crescimento econômico, sem falar no referido processo de metropolização da pobreza, evidenciando mais os contrastes e acirrando os conflitos.

As raízes históricas da pobreza são as mesmas da desigualdade (a ligação entre desigualdade de renda e pobreza foi comentada no início do capítulo 2). Assim, BARROS e CAMARGO (1991, p. 543), apontam quatro causas para a pobreza no Brasil: “a) insuficiência de capital humano de uma grande parcela da força de trabalho brasileira; b) insuficiência de capital físico e sua má distribuição entre os postos de trabalho existentes; c) péssima distribuição de terras; d) existência de uma legislação trabalhista que dificulta a formação de vínculos de trabalho duradouros e não dá aos trabalhadores os incentivos adequados à maximização da produtividade”. E concluem afirmando que “talvez a principal causa da pobreza no Brasil seja a baixa qualificação de uma grande parcela da força de trabalho. A baixa qualificação deste segmento populacional é o mecanismo mais evidente de transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. Caso este mecanismo não seja combatido, não haverá uma solução sustentável para se combater a pobreza, combate este sinônimo de uma busca por uma maior igualdade de oportunidade”.

ROCHA (1995, p. 8) fez estimativas sobre a probabilidade de um indivíduo ser pobre no Brasil em função de estar associado a determinadas variáveis e conclui também sobre a grande contribuição da escolaridade (do fato de se ter menos de quatro anos de escolaridade). Mas, além da escolaridade, os dados apontam grande importância do estrato de residência (do fato de se viver na área rural); já a região (ou seja, o fato de se morar no Nordeste) tem um peso similar ao da ocupação (trabalho sem carteira ou desempregado), bem superior ao do sexo do chefe da família (do fato dele ser mulher) e de sua cor (de ser preto ou pardo).

3.4.2. Estratégias de combate à desigualdade e à pobreza

Uma vez que se concorde com a análise feita das causas da desigualdade e da pobreza no país, há que se concordar com as seguintes proposições e propostas de estratégia.

Em primeiro lugar, descartando a hipótese de uma solução revolucionária que, de acordo com CAMARGO (1993), não constitui uma saída nem factível politicamente nem eficiente do ponto de vista econômico, o rompimento do círculo vicioso da pobreza deve se dar nos marcos de uma economia de mercado.

Em segundo lugar, como ressalta CAMARGO (1993, p. 109), o desafio de combater os dois fenômenos “não se resume em desenhar programas voltados para este objetivo, mas requer uma estratégia global de desenvolvimento para o país”.

Em terceiro lugar, assumindo-se a importância do fator educação, faz-se necessário e premente uma política educacional coerente. Tal política deveria ser orientada, segundo BARROS e CAMARGO (1991, p. 543), para três tipos de intervenção: a) melhor qualidade do ensino básico público; b) suporte financeiro às famílias pobres que evitem a evasão escolar de seus filhos; c) incentivo à criação de empregos onde o treinamento e o desenvolvimento profissional do trabalhador sejam adequadamente valorizados”.

Em quarto lugar, uma reforma agrária que atinja grandes propriedades improdutivas (através de desapropriações e impostos sobre a propriedade) é essencial:

“uma reforma agrária bem sucedida aumentaria a oferta de alimentos, reduzindo seus preços; reduziria a migração rural-urbana e a oferta de trabalho na cidade; aumentaria a demanda de trabalho no campo e na cidade, diminuindo a pobreza. Entretanto, para ser bem sucedida, além de criar os incentivos corretos para o aumento da produção no campo, é necessário melhorar as condições de armazenamento e comercialização da safra agrícola, reduzindo as perdas ao longo do processo” (CAMARGO, 1993, p. 118).

Em quinto lugar, é preciso que o Estado garanta os investimentos na melhoria da infra-estrutura econômica e social (água, esgoto, estradas, armazenagem, eletricidade, comunicações, etc), viabilizando atividades produtivas nas regiões e centrando-se no atendimento às populações mais pobres.

Em sexto lugar, uma política trabalhista que incentive o aumento da produtividade da força de trabalho e mudanças nas relações entre capital e trabalho nas empresas é também fundamental, sendo colocado inclusive como uma necessidade para uma real reestruturação produtiva e elevação da competitividade e qualidade de nossos produtos.

Estas propostas, encadeadas em uma “sequência virtuosa”, levando ao crescimento econômico e do consumo de massas, com aumentos na produtividade e com inclusão social, devem estar na base de uma estratégia de médio e longo prazos de combate às causas estruturais da desigualdade e da pobreza. Não excluem, obviamente, políticas de caráter mais compensatório e emergenciais, focalizadas em grupos mais vulneráveis (ver, por exemplo, ROCHA, 1995 e ALBUQUERQUE, 1995).

Cabe destacar ainda a importância de que qualquer política de combate à pobreza considere, explícita ou implicitamente, sua dimensão regional. De fato, ao longo deste capítulo se destacou a maior desigualdade e a concentração da pobreza na região nordestina, região que se situa fora do alcance do processo de desconcentração das atividades produtivas a partir de São Paulo (fora do “campo aglomerativo”) e que, por outro lado, coloca-se em desvantagem na atração de novos investimentos, principalmente aqueles que requerem “ambientes” propícios à inovação tecnológica. Minas Gerais, ou parte deste estado, apresenta situação e perspectivas sócio-econômicas não muito diferente, como será melhor avaliado no capítulo seguinte.

Finalmente, considera-se implícito nestas propostas a reestruturação administrativa e financeira do Estado brasileiro, para o que se faz necessária uma reforma fiscal fundada na maior progressividade dos tributos e dos gastos. Tal reforma, no entanto, depende fundamentalmente da articulação de forças políticas capazes de contrariar interesses poderosos e resistentes até agora.

4. DESIGUALDADE E POBREZA NAS REGIÕES E MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os indicadores de desigualdade e pobreza para Minas Gerais, obtidos - a partir dos dados individuais da amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 - para os 722 municípios do estado e, posteriormente, agregados em nível de suas dez regiões de planejamento. O indicador de desigualdade foi agregado também por regiões administrativas, com a intenção de verificar até que ponto a adoção deste nível mais desagregado resultaria em um grau de desigualdade inter-regional mais elevado.

A análise utiliza, basicamente, as seguintes variáveis e indicadores: população total; renda total e renda familiar *per capita*; Theil-L total, inter e intra-municipal (medidas da desigualdade); P^0 , P^1 e P^2 (medidas de pobreza), considerando a linha de pobreza definida por ROCHA, baseada no cálculo de cestas básicas (na verdade, são três linhas, de acordo com o local de residência - rural, urbano ou metropolitano - ver metodologia na seção 2.5 e valores no anexo 2).

O capítulo divide-se em duas seções. Na primeira, a análise é empreendida em nível das regiões de planejamento; além de considerar os indicadores acima relacionados, buscou-se também, embora de forma bastante resumida, mostrar a inserção dessas regiões nos espaços econômicos ou áreas de influência de pólos nacionais, que perpassam o estado, com dinamismos diferenciados. Inclui-se também, nesta seção, tabela com alguns municípios selecionados de cada uma das regiões (ver critérios no texto).

Na segunda seção, são apresentados os resultados em nível dos municípios. Os dados referentes a cada um dos municípios podem ser vistos no anexo (tabela 6.1), sendo a análise conduzida, neste capítulo, basicamente através de gráficos, de forma não individualizada, embora eventualmente se faça referência à posição de municípios específicos. No final da seção, no entanto, foram inseridas e comentadas quatro tabelas com os vinte municípios que mais se destacavam segundo a renda total e familiar *per capita*, desigualdade e pobreza.

Como será mostrado, a forma de apresentação dos resultados através de gráficos permite a fácil contextualização dos resultados de cada município e região nos universos dos municípios, das regiões e unidades da federação, desde que os resultados para cada universo tenham sido obtidos dentro da mesma metodologia de mensuração.

4.1. Desigualdade e pobreza nas regiões de planejamento

As tabelas 4.1 e os gráficos 4.1 e 4.2 trazem informações sobre a posição relativa das regiões de planejamento de Minas Gerais no que se refere a área, população total, renda total e renda familiar *per capita* média.

Em 1980, apenas duas regiões possuíam renda familiar *per capita* acima da média do estado - a Central e o Triângulo. Bem próximos à média estadual estavam situadas as regiões do Alto Paranaíba (que foi desmembrada da região do Triângulo na regionalização anterior) e Sul de Minas. Já entre as regiões mais pobres, ou seja, de menor renda familiar *per capita*, destacam-se as do Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, com praticamente a metade da média do estado.

TABELA 4.1
ÁREA, POPULAÇÃO, RENDA TOTAL E RENDA FAMILIAR PER CAPITA
Regiões de Planejamento de Minas Gerais
1980

NÚMERO DA REGIÃO	NOME DA REGIÃO	ÁREA		POPULAÇÃO ⁽¹⁾		RENDA			
		(mil km ²)	(%)	(mil pessoas)	(%)	TOTAL		RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA	
						(Cr\$ milhões)	(%)	(Cr\$)	Índice
RP01	Central	80	13,7	4041	30,9	21272	42,3	5264,49	136,8
RP02	Mata	36	6,1	1605	12,3	5395	10,7	3361,81	87,3
RP03	Sul	53	9,0	1735	13,3	6616	13,2	3812,45	99,0
RP04	Triângulo	53	9,0	878	6,7	4170	8,3	4746,76	123,3
RP05	Alto Paranaíba	37	6,3	430	3,3	1625	3,2	3780,96	98,2
RP06	Centro-Oeste	32	5,5	725	5,6	2430	4,8	3351,14	87,1
RP07	Noroeste	63	10,8	272	2,1	865	1,7	3173,81	82,4
RP08	Norte	128	21,8	1103	8,4	2284	4,5	2071,82	53,8
RP09	Jequitinhonha/Mucuri	63	10,8	906	6,9	1660	3,3	1832,67	47,6
RP10	Doce	41	7,0	1363	10,4	3951	7,9	2893,69	75,3
TOTAL	MINAS GERAIS	586	100,0	13058	100,0	50268	100,0	3849,52	100,0

Fonte: Área: CHAVES, 1995, Quadro 2; demais informações: Tabela 6.1

Nota: (1) População total, exceto residentes em domicílios coletivos.

TABELA 4.2
Composição Regional do PIB¹ de Minas Gerais
1980 - 1985 - 1992

Regiões ²	(em %)		
	1980	1986	1992
1- Central	50,6	46,0	39,5
2- Mata	7,6	8,2	9,2
3- Sul de Minas	10,9	12,5	15,9
4- Triângulo	8,4	8,4	9,3
5- Alto Paranaíba	3,1	3,3	3,2
6- Centro-Oeste	4,1	4,5	5,0
7- Noroeste	1,0	1,2	1,4
8- Norte de Minas	2,9	3,8	3,9
9- Jequitinhonha/Mucuri	1,7	1,9	2,1
10-Rio Doce	9,7	10,1	10,3

Fonte: CHAVES, 1995; quadro 3, p.624. Origem dos dados: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e outros. Plano Multimodal de Transportes. Belo Horizonte, 1994 - v.3.

Notas: 1- calculado com base na estimativa do PIB a custo de fatores para 1985 e 92.

2- conforme regionalização proposta no PL - 1590/93.

GRÁFICO 4.1
Renda Familiar per capita por região de planejamento
1980

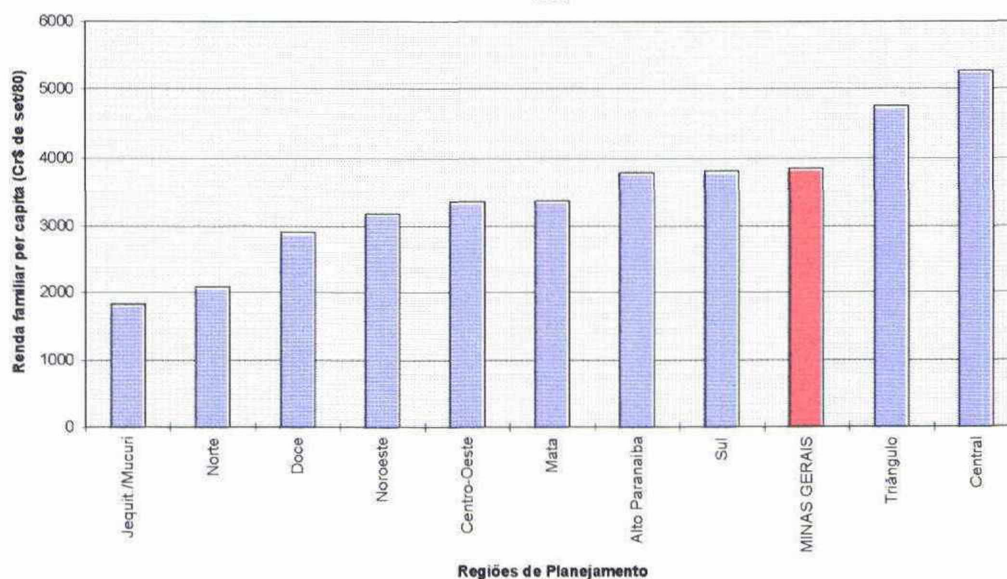
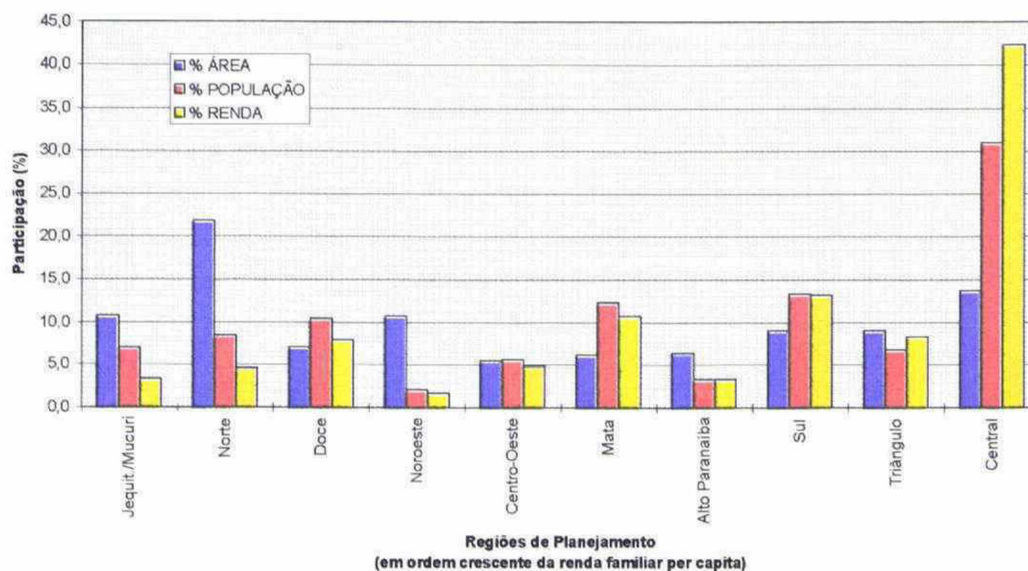


GRÁFICO 4.2
Participação das regiões de planejamento na área, na população e na renda de Minas Gerais
1980



A região Central, segunda maior em termos de extensão territorial (depois do Norte de Minas), se sobressai bastante pela sua alta participação na renda total e na população do estado, com 42% e 31%, respectivamente. Sua participação no PIB *a custos de fatores* do estado era de 50% em 1980, mas estima-se que, a partir de então, veio caindo, situando-se em torno de 40% em 1992 (todas as estimativas de PIB nesta seção têm como fonte CHAVES, 1995, quadro 3, p. 624). De acordo com PRATES e MARQUES (1995, p. 172), “o dinamismo do desenvolvimento dessa região está relacionado historicamente com a integração mineração-indústria de transformação, o que reflete, entre outros aspectos, a natureza diversificada da base mineral e a localização privilegiada em relação ao mercado nacional. ...O desenvolvimento industrial se concentra na região metropolitana de Belo Horizonte e seu entorno, que detêm as principais vantagens locacionais...”.

O Triângulo, apesar de deter a segunda maior renda familiar *per capita*, participava com apenas 8,3% da renda e 6,7% da população do estado. Sua participação no PIB de Minas Gerais, de 8,4% em 1980, elevou-se ligeiramente durante a década, chegando, em 1992, a 9,3%.

Situada espacialmente entre as regiões Central e do Triângulo, o Alto Paranaíba possuía, em 1980, renda familiar *per capita* média praticamente igual à do Sul de Minas, colocando-se, nesse sentido, como a quarta região mais rica do estado; no entanto, concentrava apenas 3,2% da renda e 3,3% da população do mesmo (note-se que apenas a região Noroeste detinha menores participações). Estima-se que sua participação no PIB total de Minas se manteve praticamente constante a partir de 1980, passando de 3,1% nesse ano para 3,2% em 1992.

Tanto o Triângulo quanto o Alto Paranaíba possuíam uma densidade populacional abaixo da média do estado. Essas duas regiões se integram à área de influência de São Paulo e seu desenvolvimento “se associa principalmente ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao complexo agroindustrial, favorecido pela sua posição geográfica privilegiada, entre os principais centros nacionais, em especial São Paulo, e o Centro-Oeste, mais importante fronteira agropecuária do país. ...Apesar da concorrência de áreas próximas, em Goiás e Noroeste de São Paulo, onde os respectivos governos têm investido na melhoria da infra-estrutura e atraído capitais, as perspectivas de desenvolvimento das atividades regionais são bastante promissoras, principalmente considerando que a região se insere na rota dos “corredores” de escoamento da produção das novas fronteiras até os principais portos do país...” (PRATES e MARQUES, 1995, p.171).

O Sul de Minas, terceira mais rica em termos de renda familiar *per capita*, era, no entanto, a segunda região em termos de participação na renda (13,2%) e na população (13,3%) do estado. Na década passada foi a região que apresentou maior dinamismo, com sua participação no PIB estadual evoluindo de 10,9% em 1980 para 15,9% em 1992. Tal dinamismo explica-se pelo processo de desconcentração das atividades econômicas ou de “reversão da polarização” a partir da região metropolitana de São Paulo, que se orientou em parte para aquela região mineira, dada sua proximidade e boas condições de infra-estrutura em suas diversas cidades de porte médio. Na expansão da indústria nessa região têm sobressaído, com maiores perspectivas, os setores eletrônico, mecânico, metalúrgico e de material de transporte; o dinamismo da base agropecuária atraiu o capital agroindustrial, que se orienta de preferência para a produção de laticínios e beneficiamento de café. A região tornou-se cada vez mais interligada à economia paulista em termos de fluxos comerciais e financeiros, em detrimento da economia mineira como um todo.

As regiões da Zona da Mata, Centro-Oeste e Noroeste apresentavam, em 1980, aproximadamente a mesma renda familiar per capita média, em torno de 85% da média do estado. Entretanto, essas regiões diferem bastante do ponto de vista de sua inserção no processo de desenvolvimento econômico ocorrido, nas últimas décadas, na macrorregião Sudeste do país.

A Zona da Mata é tida como uma região estagnada, que veio historicamente perdendo posição dentro da economia do estado e cujo desenvolvimento, muito ligado ao do Rio de Janeiro, foi certamente influenciado pela perda de posição desse estado no cenário econômico nacional. Apesar disso, na década de 80, a Zona da Mata viu sua participação no PIB mineiro subir de 7,6% para 9,2%. Note-se também sua significativa importância, em 1980, na renda e na população de Minas Gerais (10,7% e 12,3%, respectivamente), comparável à do Sul de Minas, além de sua elevada densidade populacional.

Já o Centro-Oeste mineiro é uma região situada na área de influência do pólo de São Paulo, mas com crescentes ligações com Belo Horizonte. Em vista disso e com a perspectiva de conclusão da duplicação da rodovia Fernão Dias, que interliga as duas capitais, a região situa-se em uma das rotas mais prováveis de desconcentração das atividades econômicas no país. Com densidade populacional aproximadamente igual à do estado como um todo, mas abaixo das regiões Central e Sul e também da Zona da Mata, sua participação na renda e na população de Minas Gerais (de 4,8% e 5,6% , respectivamente) era bem inferior à dessa última região. Entre 1980 e 1992, sua participação no PIB estadual cresceu ligeiramente, de 4,1% para cerca de 5%.

O Noroeste de Minas, por sua vez, tem seu desenvolvimento mais recente atrelado à influência dos pólos do Distrito Federal e Goiânia. Com um décimo da área total do estado, essa região apresentava, em 1980, a mais baixa densidade populacional e as mais baixas participações na renda e na população de Minas Gerais (1,7% e 2,1% respectivamente). Entre 1980 e 1992, sua participação no PIB estadual cresceu, de acordo com as estimativas. Com relação ao desenvolvimento econômico dessa região, “a constituição de um mercado consumidor no Distrito Federal não conseguiu irradiar efeitos dinamizadores para o setor industrial em seu entorno; no entanto, houve impactos principalmente no setor agropecuário. ...A dinamização decorre da expansão da cultura

irrigada de grãos no cerrado, ...(devendo ser) destacado ainda que a região conta com um grande potencial, ligado a uma expressiva base de recursos minerais” PRATES e MARQUES (1995, p. 172).

Desta forma, as regiões Noroeste e Centro-Oeste, como também a do Alto Paranaíba, são regiões “reunidoras de importantes elementos de dinamismo, principalmente com relação à moderna agricultura e às agroindústrias. Há expectativas de que essas regiões venham a observar aumento de sua posição relativa no estado” (CHAVES, 1995, p. 622).

Com renda familiar per capita em torno de $\frac{3}{4}$ da média de Minas, um pouco abaixo, portanto, da média da Zona da Mata, com a qual faz limite ao sul, a região do Rio Doce é colocada como uma das regiões-problema do estado, juntamente com o Norte de Minas e o Jequitinhonha/Mucuri - as duas mais pobres - , embora sua posição seja significativamente superior às destas outras duas. Segundo estimativas para 1992, “a participação relativa elevada do Rio Doce na geração do PIB, e mesmo nos outros indicadores, deve-se ao fato de que, na regionalização adotada, faz parte dela o Vale do Aço, de conhecida dimensão econômica, o que não acontecia na regionalização antiga. Observe-se, a propósito, que a participação relativa do Vale do Aço (microrregião de Ipatinga) na geração do PIB regional e estadual é de, respectivamente, 65% e 6,7%. Permanecem, entretanto, as observações de ser o Rio Doce, excluído o Vale do Aço, uma das regiões-problema do estado, considerando que em suas outras seis microrregiões são gerados tão somente 3,6% do produto estadual; a região, além disso, vem se apresentando como expulsora de população” CHAVES (1995, p. 621).

Em 1980, a região do Rio Doce detinha, respectivamente, 7,9% e 10,4% da renda e da população totais do estado, com uma densidade populacional significativamente acima da média de Minas Gerais. Entre 1980 e 1992, sua participação no PIB estadual praticamente se manteve constante em torno de 10% , apesar de ligeiro acréscimo.

Com renda familiar *per capita* equivalente à metade da do estado, em 1980, as regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, participando, respectivamente, com 21,8% e 10,8% de sua área total, detinham proporções bem menores de sua população (8,4% e 6,9%) e de sua renda total (apenas 4,5% e 3,3%). Essas duas regiões-problema do estado, embora se situem na área de influência de Belo Horizonte, possuem baixo grau de

integração com esse pólo, predominando nelas as atividades extensivas e de baixa produtividade. Na década de 70, ocorreu um processo de industrialização no Norte de Minas, muito em função dos incentivos fiscais da Sudene e concentrado em alguns centros dessa região, principalmente em Montes Claros e Pirapora. Na década de 80, entretanto, a crise do Estado brasileiro refletiu-se negativamente em várias indústrias implantadas na região, gerando estancamento ou mesmo recuo nesse processo.

A seguir, são analisados os resultados em termos de pobreza e desigualdade de renda inter e intra-regiões de planejamento (item 4.1.1), destacando-se, dentro de cada região, a situação de alguns municípios selecionados por critérios diversos (item 4.1.2).

4.1.1. Desigualdade e pobreza

Inicialmente, cabe analisar, com base na tabela 4.3 e no gráfico 4.3, a contribuição inter e intra regional para a desigualdade total em Minas Gerais. Pode-se verificar que a desigualdade de renda entre as regiões de planejamento contribui com uma parcela muito pequena (8,4%) para a desigualdade total no estado; a parcela restante (91,6%) refere-se à desigualdade interna às regiões; esta, por sua vez, decompõe-se na desigualdade entre os seus municípios (contribuição de 12,6%) e dentro de seus municípios, que, sem dúvida, é a maior responsável pela desigualdade total no estado (contribuição de 79%). Cabe ressaltar ainda que a desigualdade entre as regiões de planejamento é inferior à existente entre as regiões administrativas, o que indica maior “homogeneidade” das últimas (no limite, se as regiões fossem totalmente homogêneas, toda a desigualdade seria explicada pelo componente inter-regional).

Quanto à desigualdade em cada uma das regiões de planejamento, a tabela 4.4, os gráficos 4.4 e 4.5 e o mapa 4.1 (além da tabela 6.1 em anexo, com informações em nível de cada município) permitem constatar:

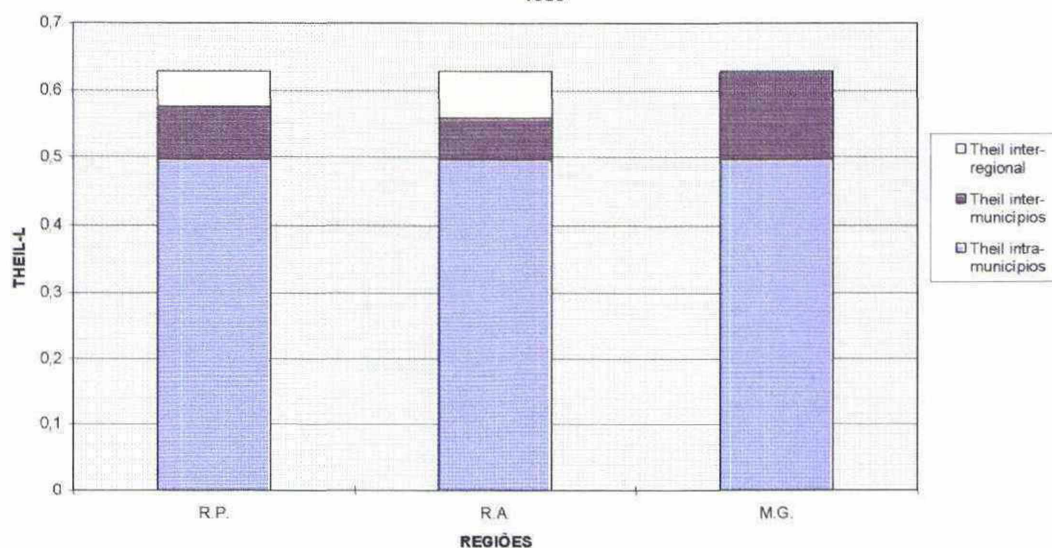
a) todas as regiões têm grau de desigualdade inferior ao do estado como um todo, o que é possível devido ao componente inter-regional; a desigualdade intra-municipal média, entretanto, é maior que a componente intra-municipal do estado (ou seja, que a média das desigualdades intra-municipais) em cinco delas;

TABELA 4.3
DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA
 Minas Gerais, Regiões Administrativas e Regiões de Planejamento
 1980

Níveis de decomposição do Theil-L	Região de Planejamento (%)	Região Adiministrativa (%)	Minas Gerais (%)
Theil intra-municípios (média)	79,0	79,0	79,0
Theil inter-municípios (intra-região/estado)	12,6	9,8	21,0
Theil inter-regional	8,4	11,1	
Theil estadual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 6.1

GRÁFICO 4.3
 Decomposição da desigualdade de renda (renda familiar per capita)
 Minas Gerais e Regiões
 1980



b) pelo gráfico 4.4 pode-se visualizar que, de forma geral e analogamente ao que se observou para o estado em relação às suas regiões, a desigualdade inter-municipal em cada região de planejamento é relativamente bem menos importante se comparada à desigualdade média existente dentro de seus municípios;

c) valores da desigualdade inter-municipal mais baixos indicam maior homogeneidade entre os municípios das regiões situadas na metade oeste do estado (envolvendo o Triângulo, o Centro-Oeste, o Alto Paranaíba, o Noroeste e o Sul de Minas), o que deve estar associado ao tipo de atividade econômica predominante nessas regiões (agricultura e agroindústrias), espacialmente mais desconcentrada;

TABELA 4.4
DESIGUALDADE DE RENDA INTRA E INTER-MUNICIPAL
 Regiões de Planejamento de Minas Gerais
 1980

NÚMERO DA REGIÃO	NOME DA REGIÃO	THEIL-L		
		DA REGIÃO	INTER-MUNICIPAL	INTRA-MUNICIPAL (média)
1	CENTRAL	0,600	0,111	0,489
2	MATA	0,606	0,093	0,513
3	SUL	0,552	0,039	0,513
4	TRIÂNGULO	0,509	0,014	0,496
5	ALTO PARANAÍBA	0,564	0,028	0,536
6	CENTRO OESTE	0,499	0,025	0,474
7	NOROESTE	0,587	0,022	0,565
8	NORTE	0,528	0,084	0,444
9	JEQUITINHONHA/MUCURI	0,573	0,064	0,509
10	DOCE	0,619	0,123	0,496
	MINAS GERAIS	0,628	0,132	0,496

Fonte: Tabela 6.1 .

GRÁFICO 4.4
 Desigualdade de renda familiar per capita
 Regiões de Planejamento de Minas Gerais
 1980

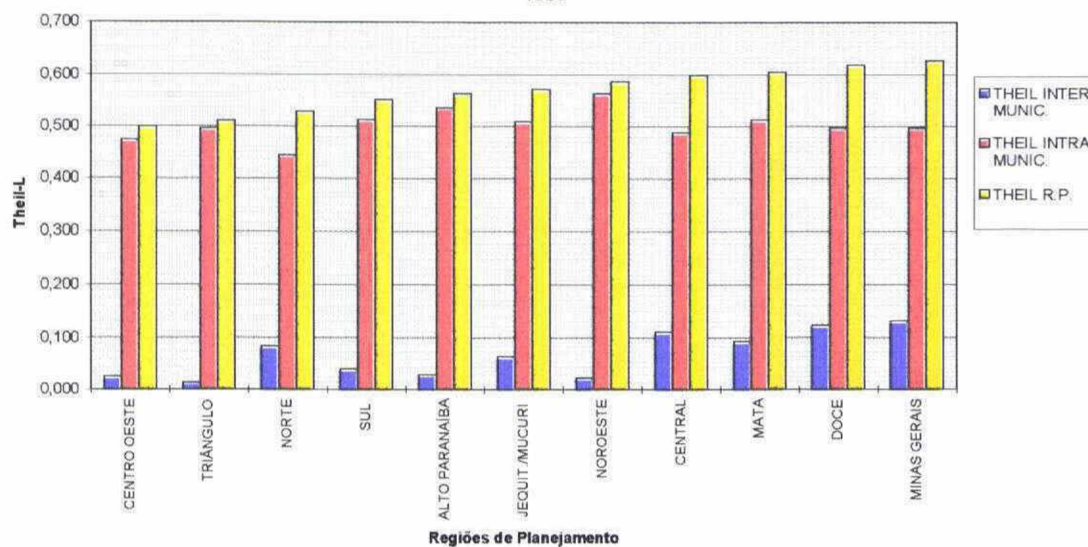


GRÁFICO 4.5
Desigualdade de renda nas regiões de planejamento
Minas Gerais - 1980

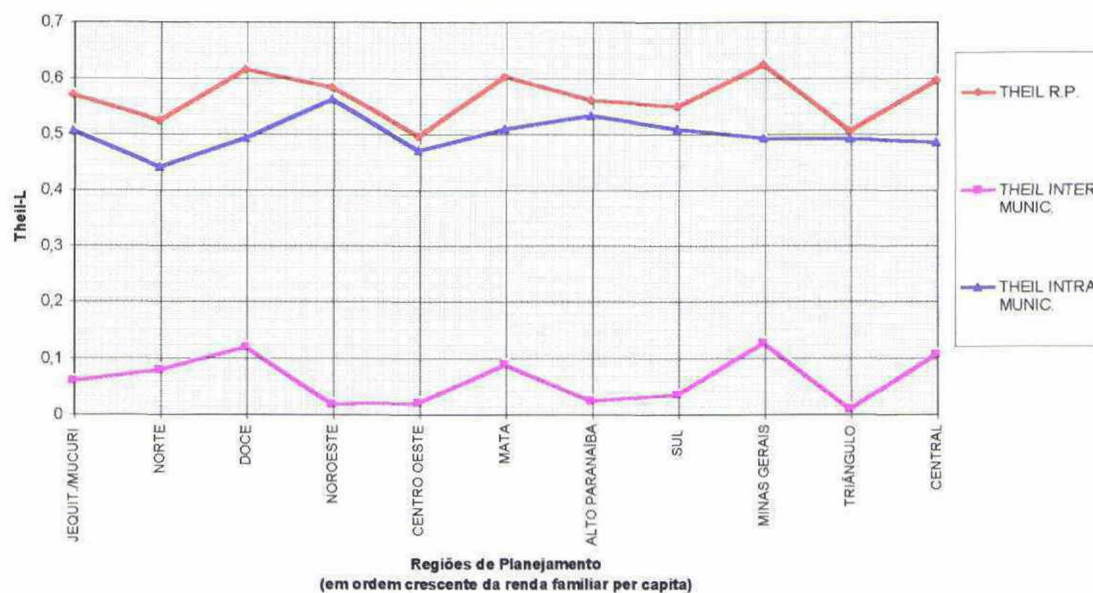
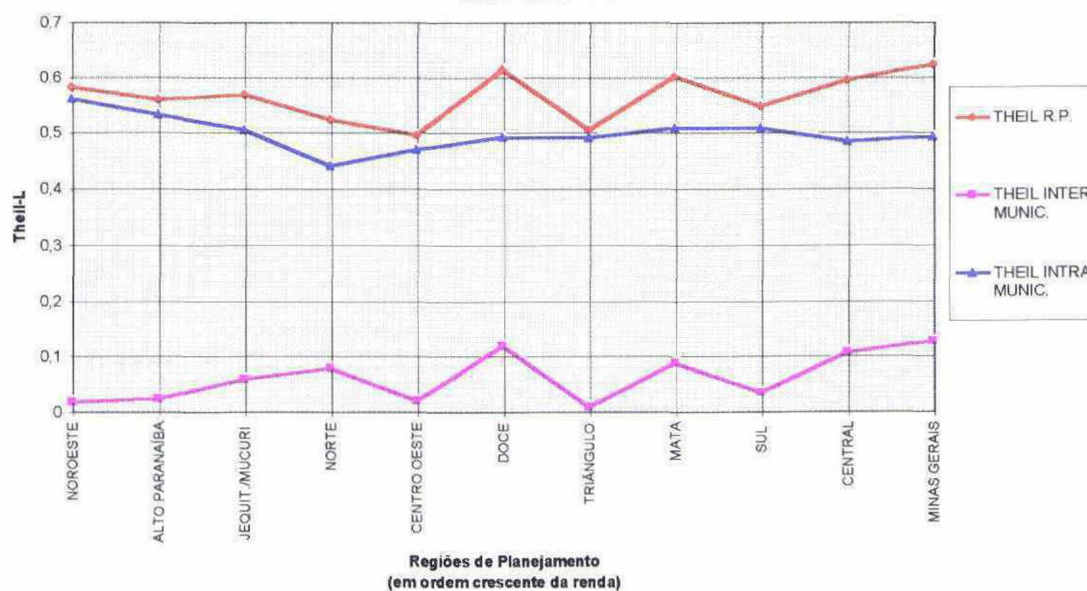


GRÁFICO 4.6
Desigualdade de renda nas regiões de planejamento
Minas Gerais - 1980



d) através do gráfico 4.5 constata-se que não existe uma relação direta entre grau de desigualdade (seja intra-regional, inter-municipal ou intra-municipal) e nível de

renda *per capita*. Desta forma, tanto regiões mais ricas (em termos de renda *per capita*), como é o caso da Central, quanto mais pobres, como o Rio Doce, situam-se entre as de maior desigualdade, e vice-versa. Da mesma forma, o gráfico 4.6 mostra que também não há relação direta entre grau de desigualdade e nível de renda total das regiões;

e) uma análise um pouco mais detida do gráfico 4.5 pode indicar algumas conclusões sobre o grau relativo de pobreza das regiões. De fato, certamente o Triângulo deverá apresentar menor incidência de pobreza que o Jequitinhonha-Mucuri, pois seu grau de desigualdade é menor e sua renda familiar *per capita* é bem superior. Também a região Central deve dominar o Jequitinhonha: apesar de terem praticamente o mesmo grau de desigualdade, a primeira é a mais rica e a segunda, a mais pobre;

f) cabe observar, no gráfico 4.4, que não há relação determinada entre as três medidas de desigualdade. Desta forma, por exemplo, o Triângulo possui a segunda menor desigualdade total e a menor desigualdade inter-municipal; no entanto, o grau médio de desigualdade dentro de seus municípios é maior que na região Central, mais rica, e na região Norte, mais pobre, e igual à do Rio Doce, a de maior desigualdade total. Nestas, a de menor desigualdade intra-municipal é compensada, porém, pelo componente inter-municipal relativamente elevado. Observe-se também que o Jequitinhonha-Mucuri apresenta desigualdade maior que a do Triângulo basicamente porque sua desigualdade inter-municipal é mais alta. Por fim, vale destacar a região Noroeste, colocada entre as mais homogêneas, mas com a maior desigualdade intra-municipal.

A seguir, analisa-se a situação da pobreza em Minas Gerais, com base nos resultados da tabela 4.5 e os gráficos 4.7 e 4.8.

TABELA 4.5
Pobreza nas regiões de planejamento
 Minas Gerais - 1980

REGIÕES	NOME DAS REGIÕES	NÚMERO DE POBRES		INDICADORES DE POBREZA (1)		
		(pessoas)	(%)	P0	P1	P2
1	CENTRAL	1005233	33,6	0,249	0,090	0,048
2	MATA	343546	11,5	0,214	0,077	0,041
3	SUL	228226	7,6	0,132	0,043	0,022
4	TRIÂNGULO	57606	1,9	0,066	0,023	0,014
5	ALTO PARANAÍBA	58304	1,9	0,136	0,045	0,024
6	CENTRO OESTE	103506	3,5	0,143	0,046	0,023
7	NOROESTE	55516	1,9	0,204	0,073	0,041
8	NORTE	376844	12,6	0,342	0,126	0,066
9	JEQUITINHONHA/MUCURI	386729	12,9	0,427	0,170	0,093
10	DOCE	378255	12,6	0,277	0,107	0,060
	CV (2)			0,47	0,53	0,54
	MINAS GERAIS	2993764	100,0	0,229	0,084	0,045

Fonte: Tabela 6.1.

Nota: (1) Ver metodologia dos indicadores no capítulo 2; linha de pobreza de ROCHA (ver tabela 6.2)

(2) Coeficiente de variação entre as regiões.

GRÁFICO 4.7
Pobreza nas regiões de planejamento
 Minas Gerais - 1980

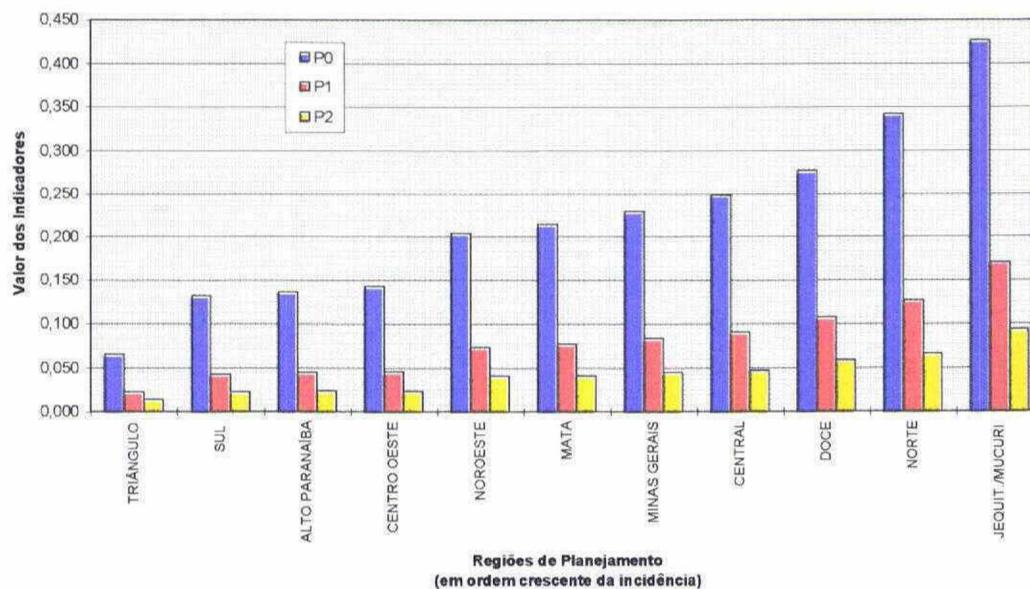


GRÁFICO 4.8
Pobreza nas regiões de planejamento
Minas Gerais - 1980

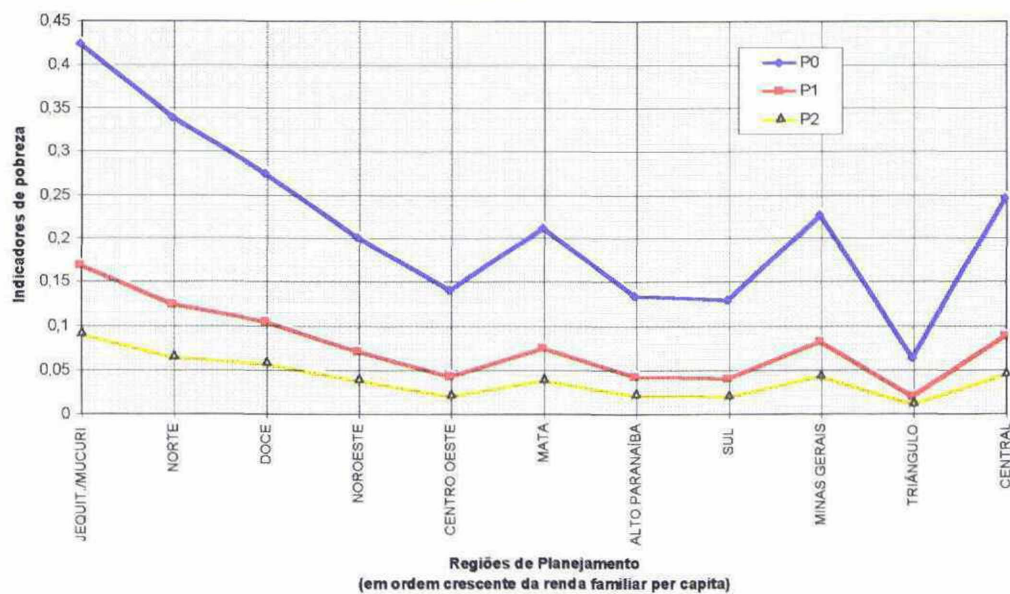


GRÁFICO 4.9
Pobreza nas regiões de planejamento
Minas Gerais - 1980

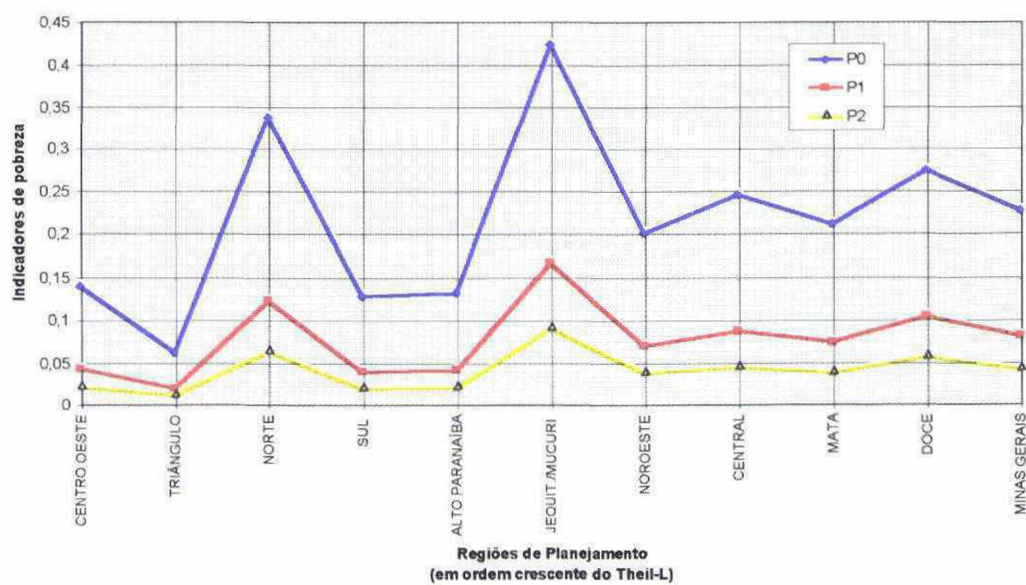
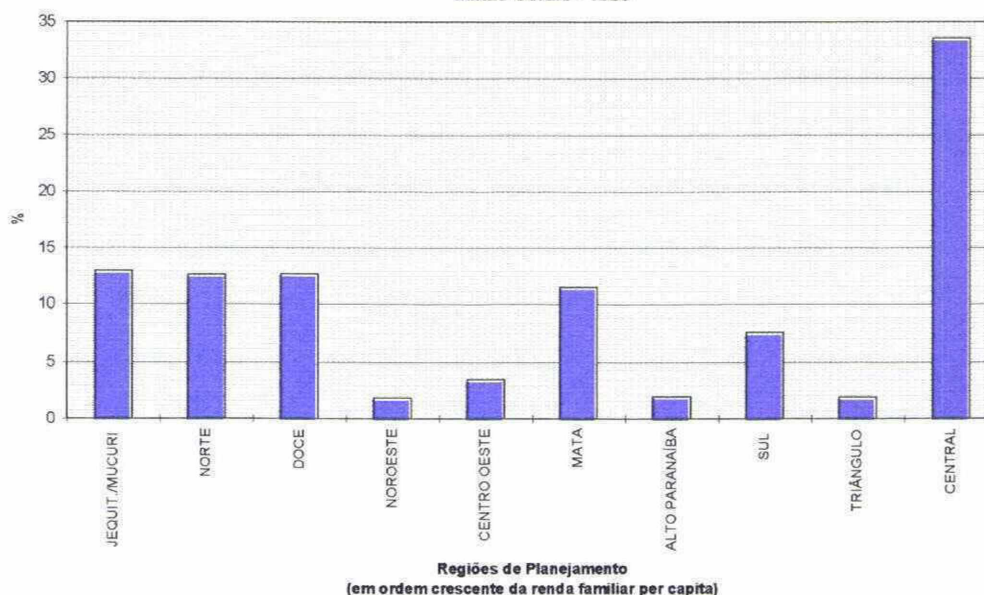


GRÁFICO 4.10
Participação das regiões de planejamento no total de pobres do estado
Minas Gerais - 1980



A tabela e os gráficos apresentados conduzem, entre outras, às seguintes conclusões a respeito da situação da pobreza em Minas Gerais:

a) no estado como um todo viviam 3,0 milhões de pobres em 1980, sendo que pouco mais de 1/3 deles localizavam-se na região Central - a mais rica - e 38% concentravam-se nas “regiões-problema” do Jequitinhonha-Mucuri, Norte e Rio Doce, as três com participações praticamente iguais; a da Mata (11,5%) aproximava-se delas. Menor número de pessoas pobres viviam nas regiões do Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Sul de Minas, embora esta última contribuísse com um percentual mais significativo (7,6%);

b) do ponto de vista da incidência da pobreza, as piores situações se encontravam nas regiões do Jequitinhonha-Mucuri, Norte, Rio Doce e Mata, as quais, excluindo a região Central, eram, na mesma ordem, as que detinham o maior número de pobres. No entanto, os diferenciais de incidência entre elas eram bem maiores: enquanto no Jequitinhonha-Mucuri a proporção de pobres era de 43%, na Zona da Mata era de “apenas” 21% , quase igual à média do estado e não muito superior à da região Central. O Triângulo destaca-se, de longe, pela baixa incidência (7%); Sul de Minas, Alto Paranaíba e Centro-Oeste vêm em seguida, com cerca de 14% . No gráfico 4.8 pode-se observar uma

tendência inversa entre renda familiar *per capita* e incidência de pobres - só quebrada pelas regiões Central e Mata, o que pode ser explicado pelo fato de serem essas, depois do Rio Doce, as regiões de maior desigualdade do estado;

c) pelo gráfico 4.9 pode-se constatar que não há uma relação direta entre desigualdade e pobreza em Minas Gerais. De fato, as duas regiões de maior incidência - Jequitinhonha-Mucuri e Norte - não se destacam por um alto grau relativo de desigualdade (vale lembrar que o Norte apresenta a menor desigualdade intra-municipal), mas o Rio Doce, com a terceira maior proporção de pobres, detém o primeiro lugar nesse aspecto; ou seja, no caso das duas primeiras regiões, a incidência de pobreza resulta primordialmente do fato da sua renda *per capita* ser baixa, enquanto que, no caso do Rio Doce, a renda familiar *per capita* mais elevada é compensada pela maior desigualdade;

d) a posição das regiões quanto aos dois outros indicadores de pobreza não é diferente, podendo-se concluir que as regiões de maior incidência são também as que apresentam a maior defazagem (P^1) e desigualdade de renda entre os pobres (P^2).

Os comentários a seguir abordam as situações de desigualdade e pobreza em cada região, selecionando-se, dentro delas, os municípios que mais se destacavam, conforme a tabela 4.6. Nesta, foram considerados, em primeiro lugar, os quatro municípios com maior participação na renda. Em seguida, foram selecionados os três com maiores valores de participação na população, renda familiar *per capita*, desigualdade (Theil-L), incidência de pobreza (P_0) e participação no total de pobres de sua região.

Pode-se observar:

a) no Triângulo - região de menor desigualdade inter-municipal e terceira de menor desigualdade intra-municipal - , Uberlândia e Uberaba destacam-se pela alta participação na população (respectivamente, 26,7% e 22%) e na renda (30,8% e 24,0%) regionais. Em termos de renda familiar *per capita*, no entanto, são também os municípios mais ricos do Triângulo, embora Uberaba seja suplantada por Comendador Gomes, que, entretanto, concentrava parcela mínima da renda e da população e possuía alto grau de desigualdade. Uberlândia e Uberaba, por sua vez, possuem um grau de desigualdade inferior à média da desigualdade intra-municipal da região; apesar de concentrarem, juntos, quase um terço de seus pobres, a incidência de pobreza nos dois municípios é bastante reduzida. Ao contrário, Ituiutaba, terceiro colocado quanto ao número de pobres,

apresenta indicadores de incidência e desigualdade de renda bem mais elevados. O município de maior concentração de renda - Cachoeira Dourada, com Theil-L de 0,84 - é também o segundo de maior incidência de pobreza (17%) e, detendo apenas 1% da população, responde por 3,6% dos pobres totais do Triângulo;

b) no Alto Paranaíba - com um dos mais baixos graus de desigualdade inter-municipal, mas segunda entre as regiões de maior desigualdade intra-municipal - três municípios sobressaem-se pela elevada participação na renda total e na população: Patos de Minas (18,7% e 19,7%, respectivamente), Araxá (18,3% e 12,2%) e Patrocínio (9,4% e 10,0%). Em termos de renda familiar *per capita*, Araxá se destaca bem acima dos outros dois e da média regional, sendo suplantado apenas pelo município de Santa Juliana. Por outro lado, com menor renda *per capita* e maior incidência de pobreza, Patos de Minas e Patrocínio detêm as maiores participações no total de pobres da região. O nível de desigualdade nos três municípios é relativamente baixo, inferior ao da região como um todo. Santa Juliana, maior renda *per capita*, possui o mais alto grau de desigualdade (Theil-L de 0,87) e o município de Matutina, a maior proporção de pobres (33%);

c) na região Central - segunda maior desigualdade inter-municipal (após o Rio Doce), mas também terceiro mais baixo grau de desigualdade intra-municipal (superior apenas aos das regiões Norte e Centro-Oeste) - Belo Horizonte detém 42,1% da população e 62,1% da renda total regionais e sua renda familiar *per capita* é a mais alta (47,5% acima da média regional e equivalente ao dobro da média estadual). Sua representatividade manifesta-se também no fato de que, dos 149 municípios que compunham a região Central, apenas dois outros possuíam renda *per capita* acima da média - Ouro Branco e Cachoeira da Prata (113,3% e 106,8% da média regional) - e só mais quatro acima de 90% da mesma - João Monlevade, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas e Nova Lima. Cabe notar ainda o peso da atual região metropolitana de Belo Horizonte (em 1980, formada pelos municípios de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano, integrando-se a ela, posteriormente, Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme): 62,3% da população e 76,1% da renda total da região Central.

TABELA 4.6
RENDA FAMILIAR PER CAPITA, PARTICIPAÇÃO NA RENDA E NA POPULAÇÃO DA REGIÃO,
DESIGUALDADE DE RENDA E INDICADORES DE POBREZA
 Regiões de planejamento e municípios selecionados
 1980

REGIÃO E MUNICÍPIOS	Renda fami- liar per capita (Cr\$ de set/80)	Participação na renda da região (%)	Participação na população da região (%)	Desigualdade de renda (Theil-L)	Indicadores de pobreza	
					Incidência (%)	Particip. no total da região (%)
RP 01 - CENTRAL	5264	100,0	100,0	0,600	24,9	100,0
Belo Horizonte	7763	62,1	42,1	0,567	23,4	39,6
Contagem	4153	5,4	6,8	0,318	30,5	8,4
Sete Lagoas	4791	2,2	2,4	0,567	7,4	0,7
Conselheiro Lafaiete	4854	1,6	1,8	0,413	5,3	0,4
Ouro Branco	5965	0,3	0,3	0,528	6,4	0,1
Cachoeira da Prata	5622	0,1	0,1	0,557	6,4	0,0
Santana do Riacho	2426	0,0	0,1	0,868	47,6	0,2
Monjolos	3908	0,1	0,1	0,863	25,3	0,1
Serro	1951	0,2	0,4	0,787	51,8	0,9
Serra Azul de Minas	1023	0,0	0,1	0,455	67,4	0,3
Senador Modestino Gonçalves	1173	0,0	0,1	0,678	64,4	0,4
Esmeraldas	2550	0,2	0,4	0,416	61,5	0,9
Betim	3518	1,4	2,0	0,427	48,4	3,9
RP 02 - ZONA DA MATA	3362	100,0	100,0	0,606	21,4	100,0
Juiz de Fora	5744	31,7	18,6	0,504	5,4	4,7
Muriae	3488	4,4	4,2	0,531	15,5	3,1
Manhuaçu	3635	3,8	3,5	0,592	16,6	2,7
Viçosa	5485	3,8	2,3	0,724	14,0	1,5
Caiana	6055	0,4	0,2	1,086	15,3	0,2
Estrela Dalva	3761	0,2	0,2	0,820	22,7	0,2
Rio Pomba	3304	0,8	0,9	0,733	26,4	1,1
Araponga	1025	0,1	0,4	0,539	62,0	1,2
Pedra do Anta	1194	0,1	0,3	0,470	60,6	0,7
Porto Firme	1234	0,2	0,6	0,488	56,4	1,5
Raul Soares	2159	1,3	2,0	0,587	35,3	3,3
RP 03 - SUL DE MINAS	3812	100,0	100,0	0,552	13,2	100,0
Poços de Caldas	6157	7,8	4,9	0,452	3,0	1,1
Varginha	5219	5,0	3,6	0,478	5,1	1,4
Passos	4267	4,4	3,9	0,468	6,5	1,9
Pouso Alegre	4791	4,0	3,2	0,464	6,1	1,5
Guaxupé	5322	2,4	1,7	0,579	4,2	0,5
Carrancas	4727	0,3	0,2	1,123	32,5	0,6
Serilinga	3671	0,1	0,1	0,924	28,9	0,2
Cambuquira	4992	0,8	0,6	0,813	13,1	0,6
Dom Viçoso	1455	0,1	0,2	0,403	40,8	0,5
Serranos	2646	0,1	0,1	0,749	38,1	0,4
Virginia	2181	0,3	0,5	0,479	33,8	1,2
Três Pontas	4229	2,4	2,1	0,749	16,2	2,6
Nepomuceno	2982	0,9	1,2	0,728	28,7	2,6
Itajubá	4507	4,0	3,4	0,501	8,4	2,2
RP 04 - TRIÂNGULO	4747	100,0	100,0	0,509	6,6	100,0
Uberlândia	5479	30,8	26,7	0,453	3,6	14,8
Uberaba	5170	24,0	22,0	0,518	4,4	14,7
Araguari	4806	9,4	9,2	0,440	4,5	6,3
Itulubá	4860	8,5	8,3	0,621	9,6	12,1
Comendador Gomes	5389	0,4	0,4	0,731	13,8	0,8
Cachoeira Dourada	4496	0,2	0,2	0,837	16,8	0,6
Gurinhata	3805	0,8	1,0	0,815	24,2	3,6
Santa Vitória	3185	1,3	2,0	0,490	15,9	4,7
RP 05 - ALTO PARANAIBA	3781	100,0	100,0	0,564	13,6	100,0
Patos de Minas	3597	18,7	19,7	0,556	15,5	22,5
Araxá	5656	18,3	12,2	0,540	4,3	3,9
Patrocínio	3556	9,4	10,0	0,527	13,2	9,7
Monte Carmelo	3722	6,1	6,2	0,512	10,2	4,7
Santa Juliana	6343	2,3	1,4	0,871	5,6	0,6
Ibiá	4307	4,2	3,7	0,577	10,0	2,7
Irai de Minas	4100	0,8	0,8	0,822	19,3	1,1
Perdizes	3886	2,2	2,1	0,665	18,6	2,9
Matulina	2928	0,8	1,0	0,649	32,6	2,3
Lagoa Formosa	2375	2,5	4,0	0,501	25,5	7,6
Grupiara	2606	0,2	0,3	0,463	25,3	0,6
Carmo do Paranaíba	3309	5,1	5,8	0,582	18,6	8,0

REGIÃO E MUNICÍPIOS	Renda fami- liar per capita (Cr\$ de set/80)	Participação na renda da região (%)	Participação na população da região (%)	Desigualdade de renda (Theil-L)	(conclusão)	
					Indicadores de pobreza	
					Incidência (%)	Particip. no total da região (%)
RP 06 - CENTRO OESTE	3351	100,0	100,0	0,499	14,3	100,0
Divinópolis	4077	19,4	16,0	0,403	6,0	6,7
Itaúna	4517	9,8	7,2	0,452	5,2	2,7
Formiga	3273	6,9	7,1	0,513	14,8	7,4
Campo Belo	4056	6,2	5,1	0,627	12,6	4,5
Iguatama	4689	1,3	0,9	0,712	10,2	0,7
Santo Antônio do Amparo	2829	1,4	1,6	0,822	36,6	4,1
Santana do Jacaré	2509	0,4	0,5	0,714	33,3	1,1
Camacho	1822	0,2	0,4	0,437	34,9	1,0
São Francisco de Paula	2246	0,5	0,7	0,621	34,7	1,8
Oliveira	3485	4,2	4,0	0,625	18,4	5,2
RP 07 - NOROESTE	3174	100,0	100,0	0,587	20,4	100,0
Unai	2925	22,4	24,3	0,527	21,8	26,0
João Pinheiro	3800	19,8	16,5	0,569	13,5	10,9
Paracatu	3420	18,8	17,5	0,660	19,9	17,1
Bonfinópolis de Minas	4839	9,0	5,9	0,703	13,6	3,9
Guarda-Mor	3575	2,1	1,8	0,618	17,1	1,5
Arinos	2495	4,0	5,0	0,622	32,2	7,9
Formoso	1508	0,9	2,0	0,517	47,4	4,6
Presidente Olegário	2456	6,8	8,7	0,515	25,2	10,8
RP 08 - NORTE	2072	100,0	100,0	0,528	34,2	100,0
Montes Claros	3759	28,1	15,5	0,631	18,4	8,3
Pirapora	3528	4,9	2,9	0,481	12,3	1,0
Janaúba	2591	4,8	3,8	0,458	19,7	2,2
Januária	1480	4,6	6,4	0,506	49,0	9,2
São Francisco	1290	3,4	5,5	0,384	49,7	8,0
Lassance	4052	1,1	0,6	0,920	20,6	0,3
Várzea da Palma	3435	2,7	1,6	0,549	11,6	0,6
Cristália	877	0,2	0,4	0,489	68,0	0,9
Riacho dos Machados	883	0,3	0,8	0,307	60,1	1,4
Rio Pardo de Minas	985	1,8	3,8	0,310	57,8	6,4
RP 09 - JEQUITIMUCURI	1833	100,0	100,0	0,573	42,7	100,0
Teófilo Otoni	2920	21,9	13,8	0,684	30,4	9,8
Nanuque	2920	7,4	4,6	0,584	23,6	2,6
Almenara	2031	4,7	4,2	0,572	38,5	3,8
Carlos Chagas	2825	4,5	2,9	0,669	27,3	1,9
Pedra Azul	3292	3,9	2,2	1,059	39,2	2,0
Salto da Divisa	2313	1,1	0,9	0,834	46,1	1,0
Rubim	2039	1,5	1,3	0,825	54,0	1,7
Comercinho	884	0,5	1,0	0,394	67,1	1,6
Francisco Badaró	897	0,8	1,7	0,330	66,5	2,7
Itaipé	912	0,8	1,6	0,320	64,3	2,5
Malacacheta	1514	3,3	4,0	0,474	48,0	4,5
Novo Cruzeiro	1176	2,2	3,4	0,315	49,0	3,9
RP 10 - RIO DOCE	2899	100,0	100,0	0,619	27,7	100,0
Governador Valadares	4268	20,7	14,0	0,609	13,1	6,6
Ipatinga	5236	19,0	10,5	0,463	5,1	1,9
Coronel Fabriciano	4468	8,3	5,4	0,432	8,0	1,6
Timóteo	6322	7,8	3,6	0,459	3,8	0,5
Caratinga	2348	6,4	7,9	0,488	26,8	7,7
Guanhães	3048	1,7	1,6	0,735	30,8	1,8
Sabinópolis	1777	0,7	1,1	0,678	52,5	2,0
Jaguaráçu	2976	0,2	0,1	0,651	30,4	0,2
São Sebastião do Maranhão	1019	0,3	0,9	0,444	63,5	2,1
Paulistas	1183	0,2	0,4	0,458	56,5	0,8
Joanésia	1137	0,2	0,5	0,446	56,2	1,1
Inhapim	1821	1,5	2,4	0,562	41,3	3,5
MINAS GERAIS	3850	-	-	0,628	22,9	-

Fonte: Tabela 6.1.

Embora a desigualdade de renda em Belo Horizonte seja inferior à da região como um todo, é superior à desigualdade média de seus municípios; com incidência de pobreza de 23,4%, menor que a incidência média da região, Belo Horizonte responde por 40% dos pobres desta.

Na região Central existem municípios com níveis de incidência de pobreza acima de 60%, bem mais elevados que no Triângulo e Alto Paranaíba; a mais alta incidência ocorre no município de Serra Azul de Minas - 67% ;

d) Rio Doce e Zona da Mata eram, em 1980, as regiões de maior desigualdade de renda do estado. Rio Doce era a mais desigual ; note-se, no entanto, que isto acontece porque sua desigualdade inter-municipal é a maior, pois a intra-municipal é igual à do Triângulo. A concentração no Vale do Aço é expressiva, conforme comentou-se anteriormente. Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano detêm, conjuntamente, 35,1% da renda e 19,5% da população, sendo os municípios de maior renda familiar *per capita*. Além deles, destaca-se Governador Valadares, com 20,7% da renda e 14,0% da população, quarta maior renda *per capita*, mas com um grau de desigualdade interna significativamente superior ao das três primeiras. O maior indicador de desigualdade na região é a do município de Guanhães - 0,74.

O Rio Doce possui grande número de municípios com alta incidência de pobreza, que chega a atingir 63,5% em São Sebastião do Maranhão. A proporção de pobres nos quatro municípios de maior renda, no entanto, é baixa, destacando-se Governador Valadares, com 13,1% e segunda maior participação no total de pobres da região, após Caratinga;

Já a Zona da Mata apresentava desigualdade intra-municipal média ligeiramente superior à do Rio Doce, embora a inter-municipal fosse bem inferior. Quase um terço da renda e um quinto da população se concentram em Juiz de Fora, com a segunda maior renda *per capita* regional (após o município de Caiana). Com desigualdade de renda inferior à média intra-municipal, a incidência de pobreza nesse município é bem reduzida (5,4%), fazendo com que sua participação no total de pobres da região (4,7%) seja bastante inferior à sua participação na renda e na população. Cabe destacar também o município de Viçosa, terceira maior renda *per capita*, mas apresentando indicadores de desigualdade e pobreza bem superiores ao de Juiz de Fora;

e) o Centro-Oeste de Minas é a terceira região de menor grau de desigualdade inter-municipal e sua desigualdade intra-municipal é a segunda mais baixa, menor que a do Triângulo. Divinópolis é o município de maior participação na renda (19,4%) e na população (16,0%); com renda familiar *per capita* significativamente acima da média regional e ligeiramente acima da média estadual, sua desigualdade interna é relativamente baixa. No município vivem 6,7% dos pobres da região, percentual bem menor que o de sua participação na população, resultando em uma das mais baixas incidências de pobreza (6,0%). Outro município que se destaca é o de Itaúna, com 9,8% da renda e 7,2% da população, 2ª maior renda *per capita* regional e baixo grau de desigualdade e de incidência. Dos quatro municípios de maior renda total, os últimos dois - Formiga e Campo Belo - possuem proporção de pobres bem mais elevada, embora ainda relativamente baixa (14,8% e 12,6%).

Iguatama possui a maior renda familiar *per capita* e também a maior concentração de renda do Centro-Oeste, mas baixa incidência de pobres. Aliás, a proporção de pobres nos municípios da região é das mais baixas: o maior indicador é o do município de Santo Antônio do Amparo - 36,6%.

f) o Sul de Minas detinha, em 1980, a quinta menor desigualdade inter-municipal e a terceira maior desigualdade média intra-municipal. Poços de Caldas destaca-se com a maior participação na renda (7,8%) e na população (4,9%), maior renda familiar *per capita* e baixo grau de concentração de renda. Além desse município, pode-se citar outros com renda *per capita* relativamente alta: Varginha, Guaxupé, Pouso Alegre, Itajubá e Passos, em ordem decrescente. Desses, apenas Guaxupé apresenta desigualdade acima da média regional. Em todos os municípios de maior renda do Sul de Minas a proporção de pobres é baixa.

Cabe destacar ainda o município de Carrancas, com alta renda *per capita*, mas com o mais alto grau de concentração de renda, levando a uma incidência de pobreza de mais de 30% (por outro lado, Dom Viçoso - o município de maior proporção de pobres (40,8%) - tem baixa renda *per capita* e baixa desigualdade).

Note-se ainda que, ao contrário do Triângulo, o Sul de Minas não apresenta concentração de sua população pobre em alguns poucos municípios, em função da melhor distribuição de sua população pela malha de cidades de porte médio da região. Como visto

anteriormente, o Sul de Minas foi a região do estado que teve maior dinamismo na década de 80, favorecida pela desconcentração espacial das atividades econômicas da região metropolitana de São Paulo. Nesse processo, há indicações de que o município de Pouso Alegre foi dos mais que mais se beneficiou, podendo-se esperar, para 1991, aumento de sua representatividade na renda e na população regionais;

g) a região do Jequitinhonha / Mucuri, a mais pobre em termos de renda familiar *per capita*, apresenta desigualdade intra-municipal ligeiramente inferior à do Sul de Minas, mas a desigualdade entre seus municípios é maior que nessa região. Teófilo Otoni, embora não seja o município mais rico, é o que concentra a maior proporção da renda (21,9%) e da população (13,8%) regionais. Sua incidência de pobreza (30,4%) só é baixa em termos relativos, quando comparada com os altos valores presentes nos demais municípios da região; mesmo assim, concentra o maior número de pobres, equivalente a 10% do total regional..

Pedra Azul é o município mais rico, com maior renda *per capita* (mas ainda abaixo da média estadual); por outro lado, tem o maior nível de desigualdade, entre os mais elevados do estado, e 39% de sua população é pobre;

h) o Norte de Minas se destacava como uma das regiões de mais baixa concentração de renda, sendo a de menor desigualdade intra-municipal; entretanto, sua desigualdade inter-municipal era relativamente alta. O peso de Montes Claros é acentuado: 28,1% da renda e 15,5% da população, além da segunda maior renda familiar *per capita* (embora abaixo da média estadual). Além disto, em relação a outros municípios de menor representatividade na região, como Pirapora, Januária e Janaúba, seu grau de concentração de renda é alto (embora bem próximo do de Minas Gerais). Em Montes Claros, a incidência de pobreza não é das mais altas (18,4% , inferior, por exemplo, à de Belo Horizonte), principalmente se se considera os altos valores verificados em municípios da mesma região, como Cristália, onde 68% da população é pobre.

Na região Norte, o município de Lassance, com a maior renda *per capita*, possuía o mais elevado indicador de desigualdade, mas incidência de pobreza pouco superior a Montes Claros;

i) por fim, a região Noroeste de Minas se sobressaía, em 1980, com a maior desigualdade intra-municipal média, embora com baixa desigualdade entre seus municípios.

Quatro deles - Unai, João Pinheiro, Paracatu e Bonfinópolis - detinham 70% da renda e 64% da população regionais. Entre eles, com as menores participações nestes dois itens, Bonfinópolis possuía a maior renda *per capita* (bem superior à de Unai) e também o maior grau de desigualdade. Nos três municípios de maior renda viviam mais da metade dos pobres da região.

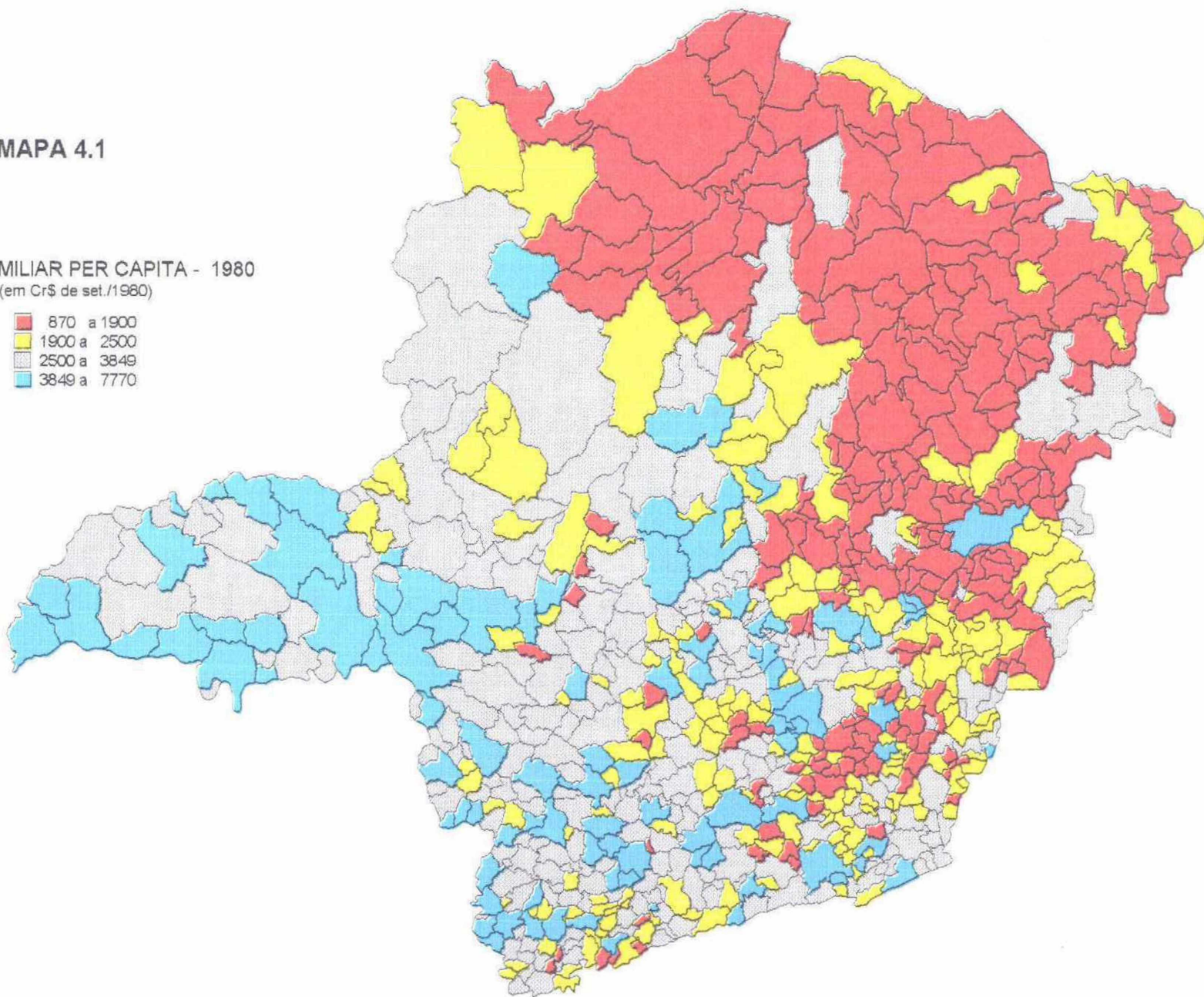
Note-se que, apesar dos 47,4% de incidência de pobreza em Formoso, a situação dos municípios do Noroeste quanto a este indicador não se compara, de forma geral, à observada nos municípios do Norte, região vizinha, e, menos ainda, à do Jequitinhonha/Mucuri.

Os níveis de renda familiar *per capita*, de sua desigualdade e da incidência de pobreza nos municípios das regiões de Minas Gerais podem ser visualizados nos mapas 4.1, 4.2 e 4.3 , respectivamente. Embora no mapa 4.2 a desigualdade de renda mostre um padrão locacional que não se circunscreve aos limites das regiões de planejamento, os mapas 4.1 e 4.2 permitem identificar, claramente, as regiões Norte, Jequitinhonha-Mucuri e Rio Doce (assim como grande parte da Mata e nordeste da região Central) como áreas relativamente homogêneas em termos de baixo nível de renda *per capita* e altos percentuais de incidência de pobreza, em contraste com as demais regiões, principalmente com o Triângulo.

Deve-se observar, no entanto, que a escolha dos intervalos de valores para a definição das cores nestes mapas é, até certo ponto, arbitrária e alterações nesses valores ou no número de intervalos poderão conduzir a diferentes contornos. Uma boa idéia seria tomar como referência externa os valores das mesmas variáveis para algumas unidades da federação. Neste caso, a escolha dos estados da Bahia e São Paulo se justificaria não só pelo fato se fazerem limite, ao norte e ao sul, com o estado de Minas Gerais, mas, conforme visto no capítulo anterior, pela distância de seus respectivos indicadores. De fato, uma vez que a divisão por estado é meramente administrativa, será possível

MAPA 4.1

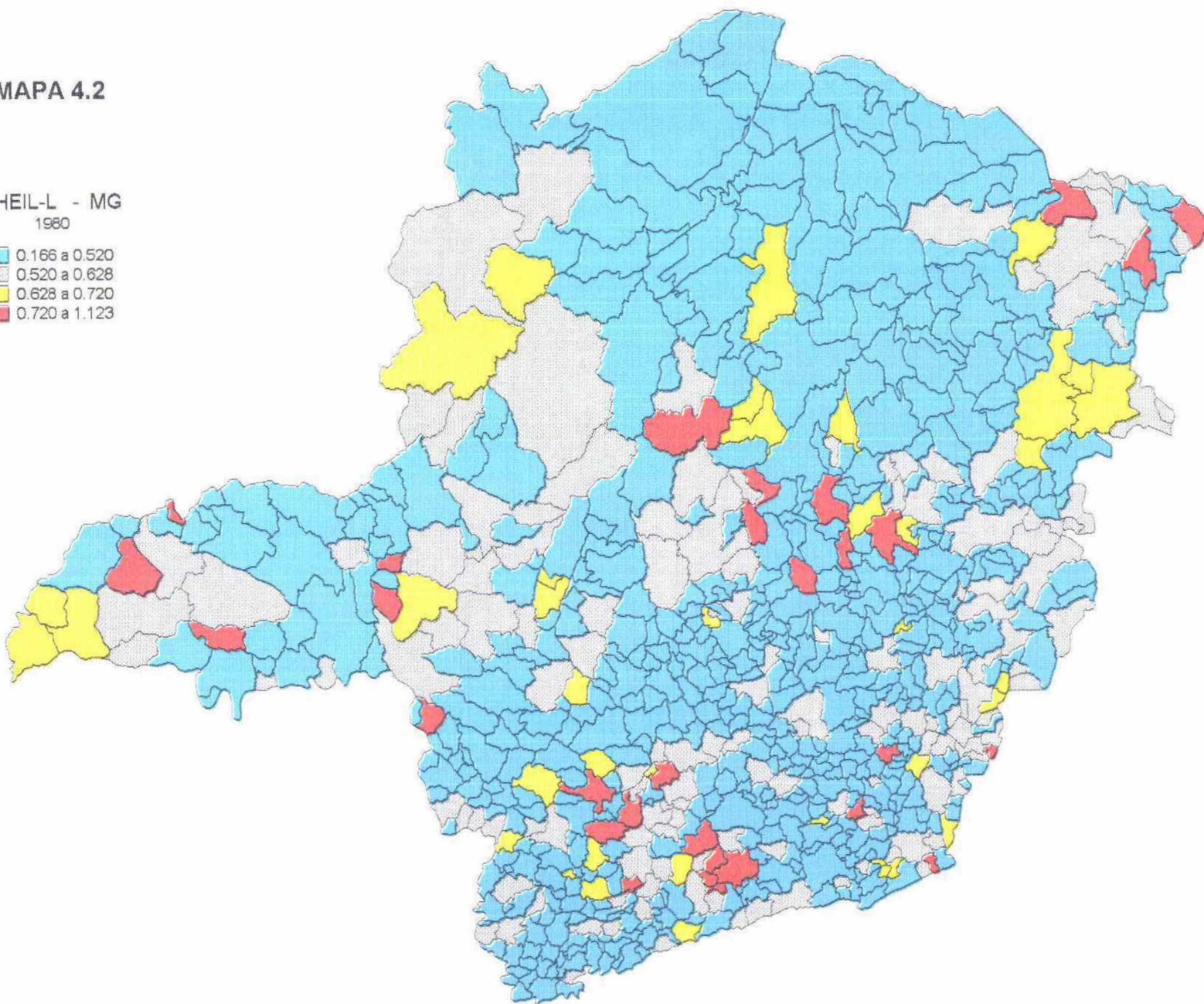
RENDA FAMILIAR PER CAPITA - 1980
(em Cr\$ de set./1980)



MAPA 4.2

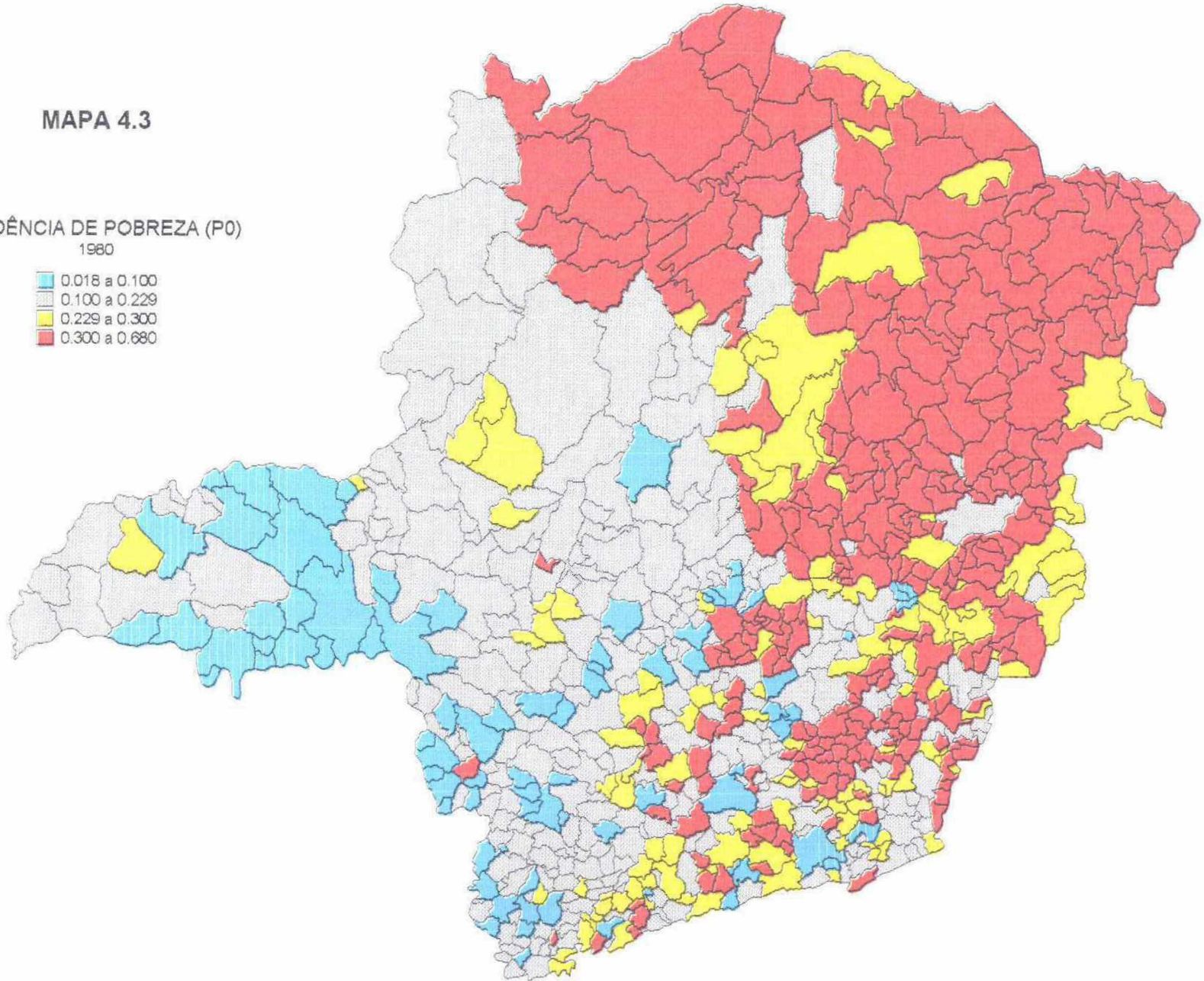
THEIL-L - MG
1960

- 0.166 a 0.520
- 0.520 a 0.628
- 0.628 a 0.720
- 0.720 a 1.123



MAPA 4.3

INCIDÊNCIA DE POBREZA (P0)
1980



identificar, no território de Minas Gerais, a faixa de transição entre as situações de pobreza e desigualdade em São Paulo e na Bahia.

Infelizmente, não se teve acesso, até o momento, aos valores das referidas variáveis em nível de unidades da federação. Desta forma, foram tomados como parâmetros para definição dos intervalos o valor médio para Minas Gerais e o pior e melhor valores municipais.

4.2. Desigualdade e pobreza nos municípios do estado

Inicialmente, cabe analisar a distribuição da renda e da população totais de Minas Gerais pelos seus 722 municípios, em 1980.

No gráfico 4.11 , os municípios foram ordenados em ordem decrescente de sua renda total. Pode-se verificar que há uma grande concentração da renda do estado em um número relativamente pequeno de municípios, concentração esta maior que a da população. Assim, um município apenas (Belo Horizonte, com 13% da população) detinha 26,3% da renda total estadual; metade desta concentrava-se em 2,9% dos municípios (equivalentes a 21 municípios, com 33% da população) e 70% da renda, em pouco mais de 10% dos municípios (79 municípios, com 53% da população). Cabe observar que, neste gráfico, a curva do percentual acumulado da renda equivale à curva de Lorenz para os municípios.

No gráfico 4.12 , por sua vez, os municípios foram ordenados em ordem decrescente de sua renda familiar *per capita*. A forma deste gráfico difere do anterior, dado que entre os municípios de maior renda *per capita* incluem-se alguns com baixa participação na renda e na população. Belo Horizonte destaca-se, mais uma vez, como o município mais rico em termos de renda *per capita*; os vinte municípios mais ricos participavam com 40% da renda e 23% da população do estado, enquanto os 10% mais ricos (72 municípios) participavam com 59% e 39%, respectivamente.

GRÁFICO 4.11
Participação dos municípios na população e na renda do estado
Minas Gerais - 1980

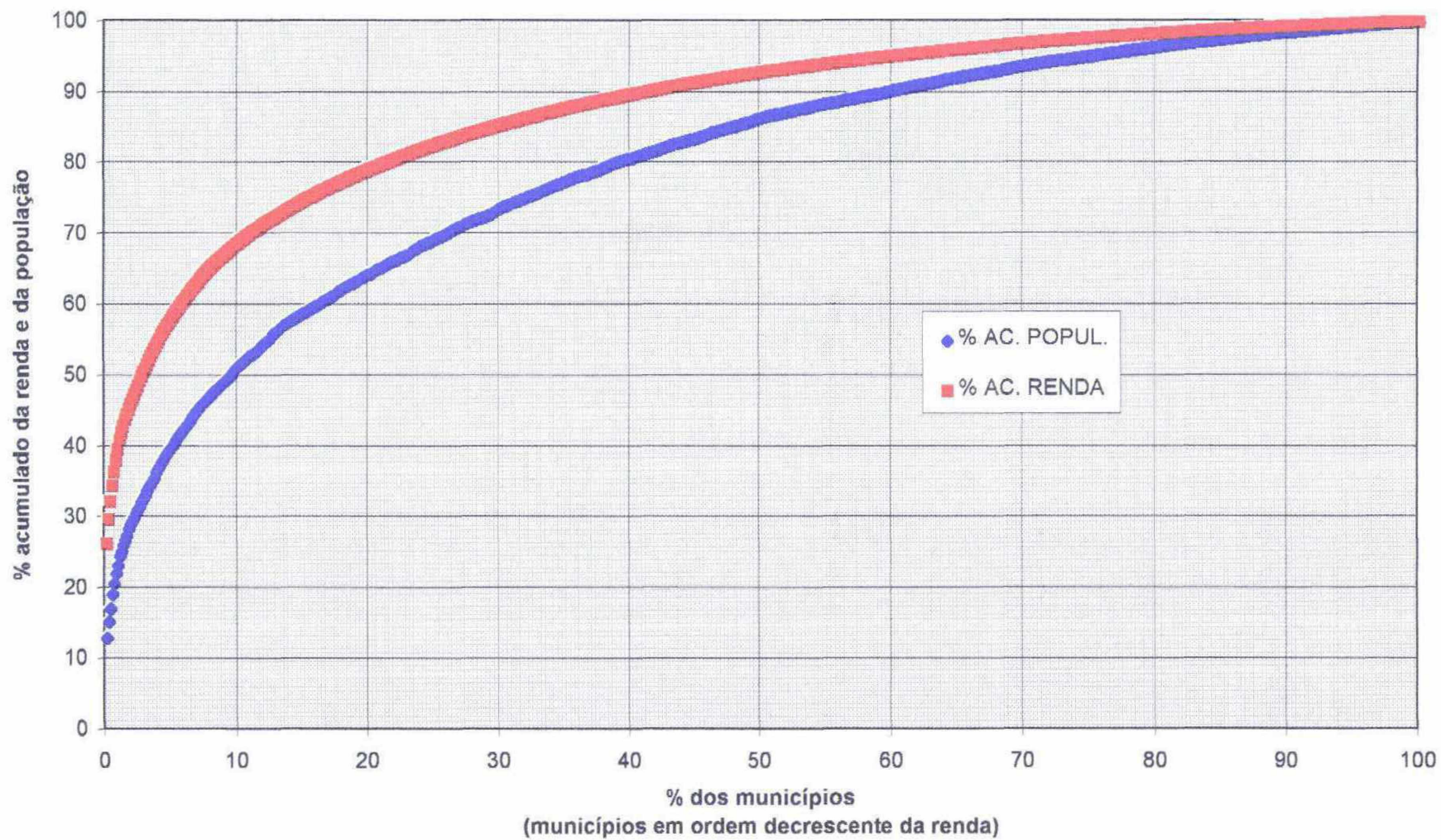
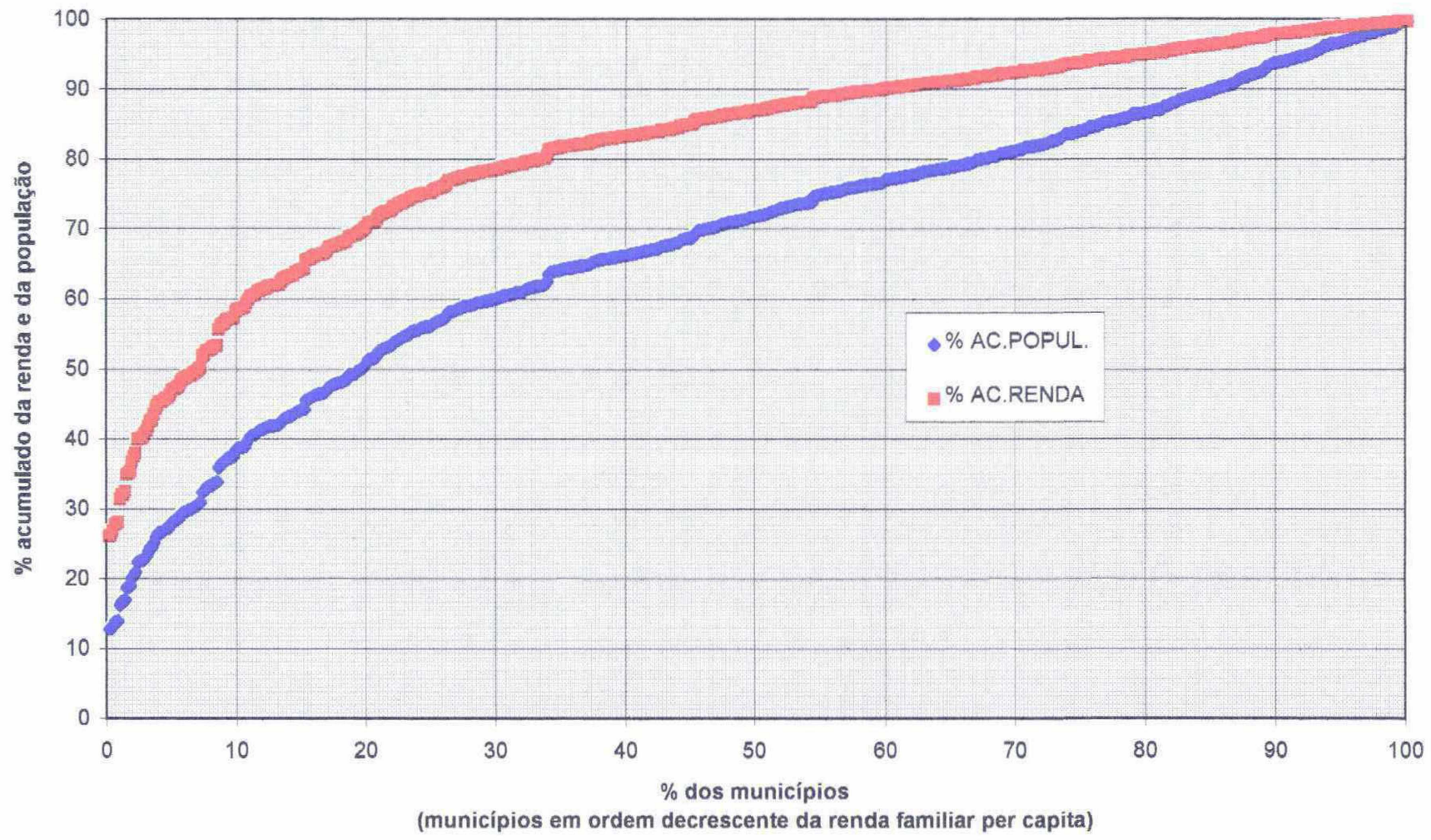


GRÁFICO 4.12
Participação dos municípios na renda e na população do estado
Minas Gerais - 1980



O gráfico 4.13 permite responder às seguintes indagações:

a) que percentual dos municípios mineiros possui renda familiar *per capita* abaixo ou acima de determinado valor X (ou ainda entre dois valores, X e Y) e, por outro lado, que percentual da população do estado vivia nesses municípios?

Assim, considerando que a renda familiar *per capita* média de Minas Gerais era, em 1980, de Cr\$ 3849,52, situavam-se abaixo desta média 87% dos municípios (com 57% da população do estado). Da mesma forma, dado o valor da renda familiar *per capita* de qualquer região ou estado, é possível saber quantos municípios mineiros se situam abaixo ou acima deste valor;

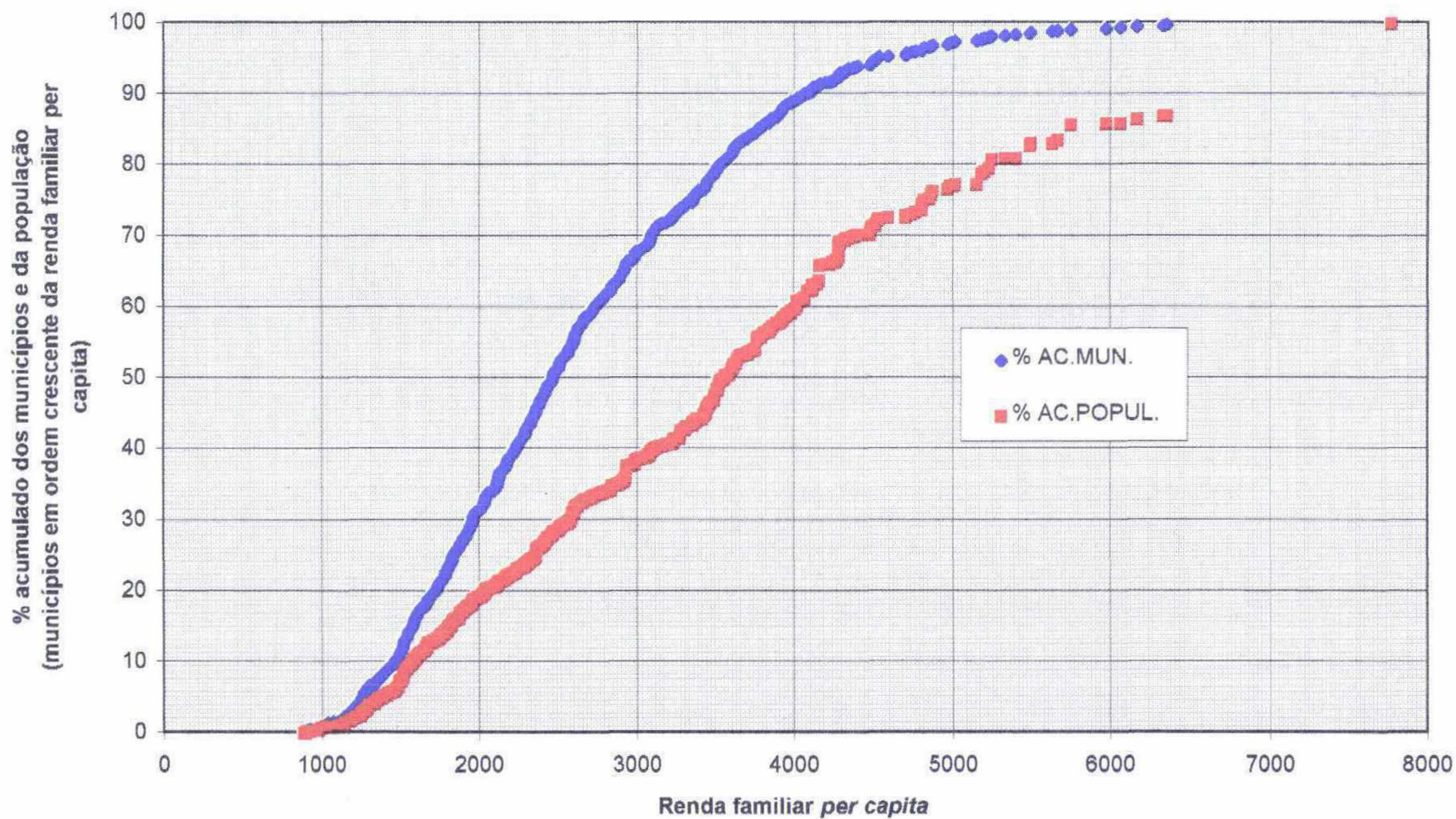
b) conhecendo-se o valor da renda familiar *per capita* média das unidades da federação e das regiões e municípios de Minas Gerais, como determinado município X se coloca em relação aos demais e a quaisquer regiões de Minas ou estados brasileiros?

Tomando-se como exemplo Teófilo Otoni, cuja renda familiar *per capita* era de Cr\$ 2920,42 (tabela 6.1), pode-se verificar que 66% dos municípios (nos quais viviam 36% da população do estado) possuíam renda *per capita* inferior à deste município. Da mesma forma, é possível dizer que percentual de municípios mineiros tem renda familiar *per capita* abaixo ou acima de São Paulo ou Bahia, ou qualquer outro estado.

Analogamente ao gráfico 4.13, o gráfico 4.14 mostra, por um lado, o percentual de municípios com grau de desigualdade de renda familiar *per capita* inferior ou superior a um determinado valor do Theil - L e, por outro lado, a proporção da população que vivia nesses municípios. Da mesma forma, é possível, conhecendo-se o valor desse indicador de desigualdade para os municípios e regiões de Minas Gerais (tabela 6.1) e para as unidades da federação, situar cada município vis-à-vis os demais e os estados brasileiros. Assim, verifica-se que:

a) 91% dos municípios (onde viviam 92% da população do estado) possuíam grau de desigualdade abaixo da média de Minas Gerais (Theil-L=0,628);

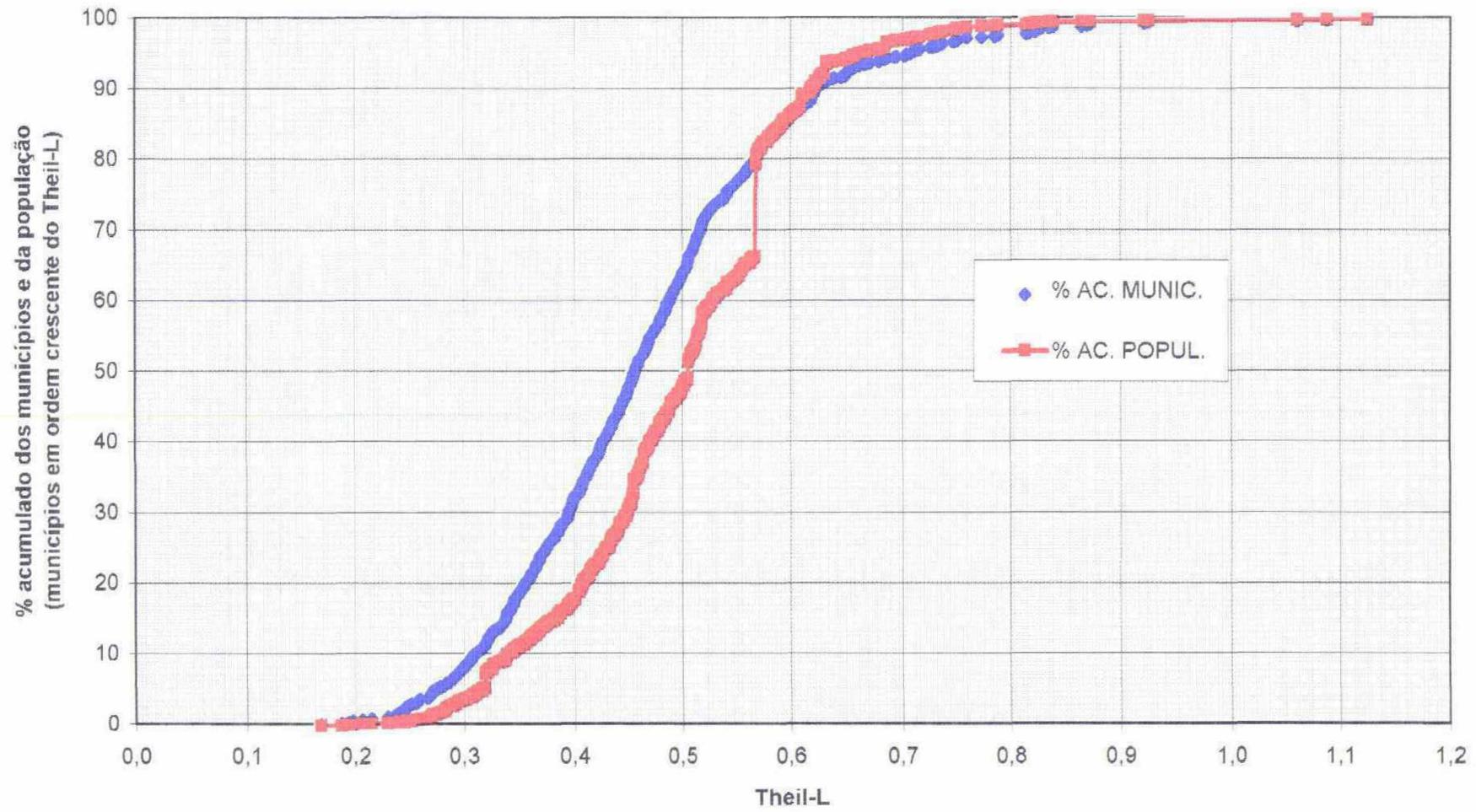
GRÁFICO 4.13
Renda familiar *per capita* dos municípios do estado
Minas Gerais - 1980



BIBLIOTECA DA
 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BIBLIOTECA DA
 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

GRÁFICO 4.14
Desigualdade de renda nos municípios do estado
Minas Gerais - 1980



b) tomando-se como exemplo o município de Teófilo Otoni (Theil-L de 0,684), 94,5% dos municípios mineiros (com 96,8% da população do estado) possuíam um grau de desigualdade de renda inferior a ele;

c) 80% dos municípios mineiros (com 80% da população do estado) possuíam grau de desigualdade inferior ao existente em Belo Horizonte (Theil-L de 0,567);

d) os mesmos tipos de comparações podem ser feitas em relação a outros estados, desde que se conheça o valor de seu Theil-L. Até o momento, não foi possível obter essa informação, mas, supondo-se, por exemplo, que o Theil-L da Bahia fosse de 0,7 e o de São Paulo de 0,5, ter-se-ia cerca de 30% dos municípios situados entre estes valores, 64% abaixo do de São Paulo e apenas 5% acima do da Bahia.

No gráfico 4.15 foram plotados os valores do Theil-L e da renda familiar *per capita* de todos os municípios de Minas Gerais, mas, como o mapa 4.2 já havia indicado, não se observa correlação significativa entre estas duas variáveis, embora possa-se perceber uma leve relação positiva (quanto maior a renda per capita, maior o grau de desigualdade). Esta conclusão até certo ponto contradiz o que se observou, no capítulo anterior, para as regiões brasileiras (ou seja, as regiões mais pobres mostraram ser também as mais desiguais).

Passa-se a seguir - utilizando-se basicamente os mesmos tipos de gráficos - à análise dos indicadores de pobreza para os municípios de Minas.

O gráfico 4.16 mostra que há uma relação direta entre os três indicadores, ou seja, os municípios com maior incidência de pobreza (P^0) são também, de forma geral, aqueles com maiores valores de P^1 e de P^2 (a mesma conclusão, como visto na seção anterior, é válida para as regiões de planejamento).

GRÁFICO 4.15
Renda familiar per capita: nível X desigualdade
Minas Gerais - 1980

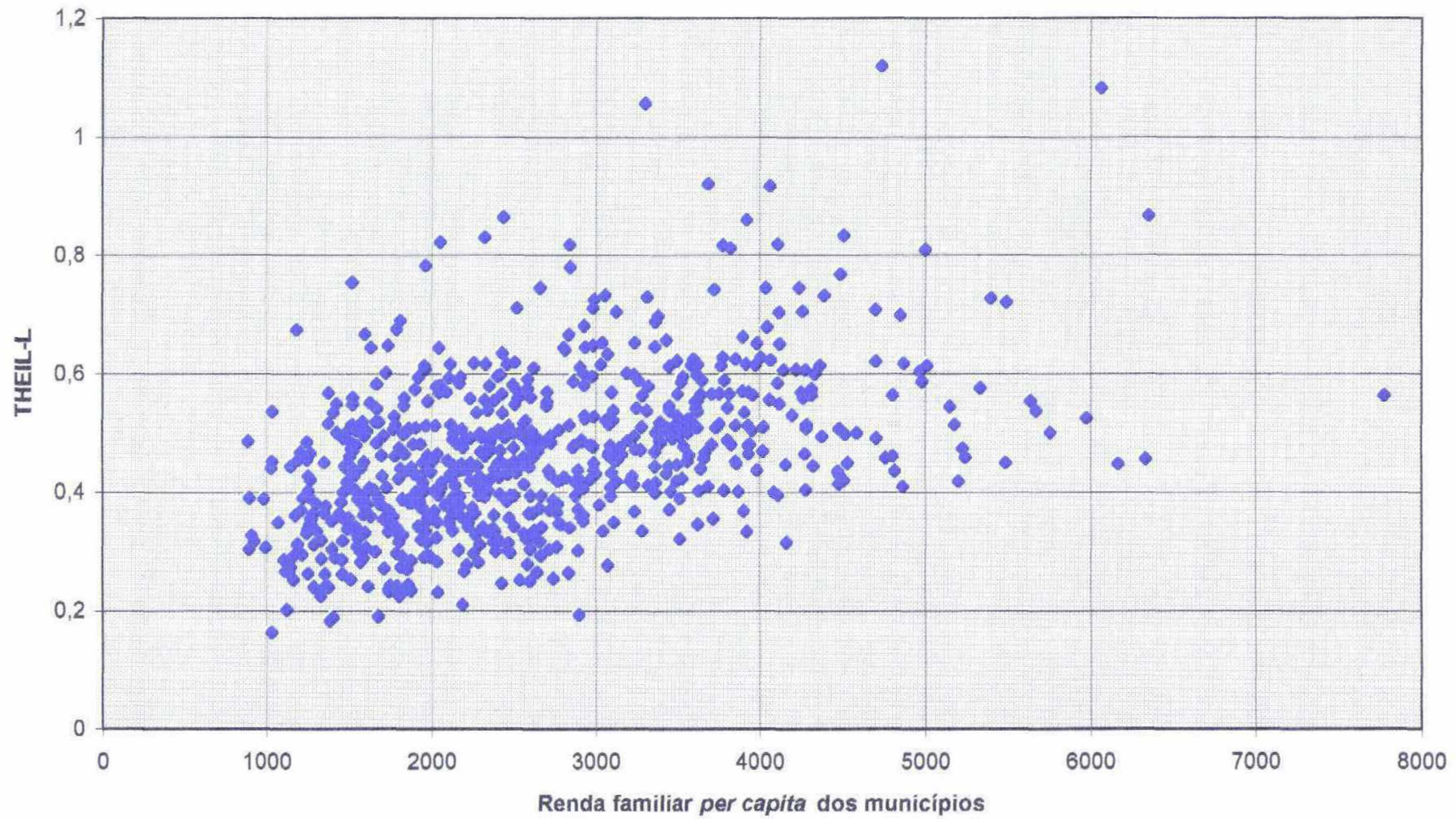
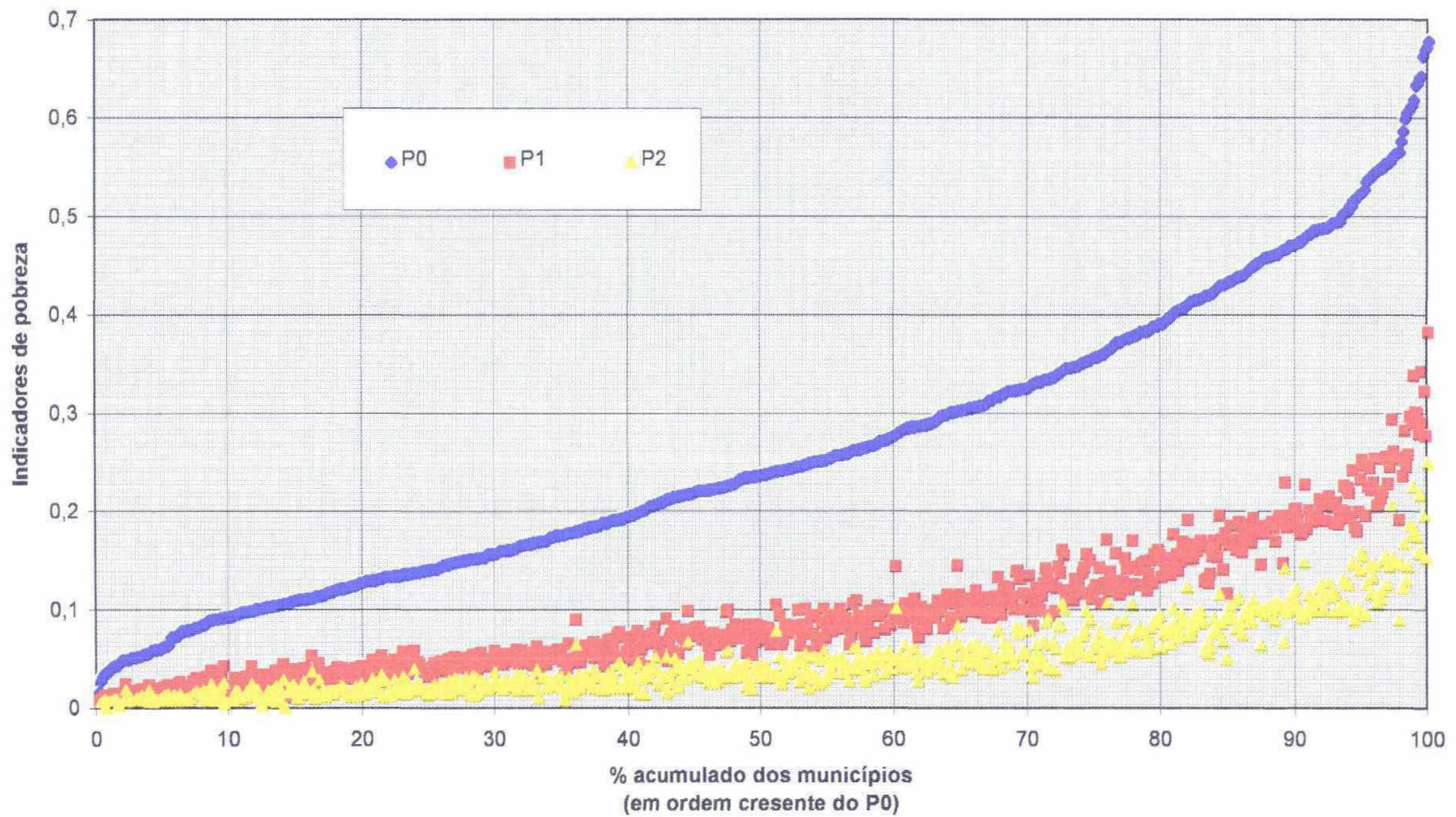


GRÁFICO 4.16
Pobreza nos municípios do estado
Minas Gerais - 1980



Já pelo gráfico 4.17, pode-se verificar que:

a) 48% dos municípios, com 50% da população do estado, têm incidência de pobreza abaixo da média deste;

b) tomando-se mais uma vez como exemplo o município de Teófilo Otoni, com incidência de 30,4%, estavam em pior situação do que ele 35% dos municípios mineiros, onde viviam 28% da população de Minas;

c) em 48% dos municípios, com 50% da população do estado, a incidência de pobreza é menor do que em Belo Horizonte ($P^0 = 23,4\%$);

e) comparando a incidência nos municípios de Minas Gerais com as médias do Brasil (34,6%), região Nordeste (56,5%) e estado de São Paulo (19,6%) (adotando-se aqui os valores encontrados por ROCHA (1995) para o ano de 1981 - ver tabela 3.19), tem-se que 27% dos municípios mineiros, com cerca de 21% da população, apresentam proporções de pobres acima da média nacional e apenas 2,6%, com 1,6% da população, têm incidência superior à do Nordeste. Por outro lado, São Paulo como um todo coloca-se em melhor situação que 40% dos municípios de Minas (com 46% da população do estado).

O gráfico 4.18 descreve a concentração de pobres no estado: metade deles estavam em apenas 10% dos municípios, mas nestes municípios viviam 42% da população do estado.

Já os gráficos 4.19 e 4.20 foram construídos no intuito de verificar até que ponto a incidência de pobreza está relacionada, nos municípios de Minas, com o nível de renda familiar *per capita* e com a desigualdade de renda. No caso da renda *per capita*, é visível a existência de uma relação negativa (quanto maior a renda familiar *per capita*, menor a incidência); para a desigualdade, no entanto, não se pode ver nenhuma relação direta, como, aliás, já se tinha observado a partir do mapa 4.2 e como se poderia depreender do gráfico 4.10.

Apresentam-se a seguir, encerrando este capítulo, quatro tabelas em que todos os municípios de Minas Gerais foram classificados em ordem decrescente do valor de cada uma das variáveis consideradas - renda total, renda familiar *per capita*, Theil-L (desigualdade) e P^0 (pobreza) - e os 20 municípios de maior valor de cada uma destas

GRÁFICO 4.17
Incidência de pobreza nos municípios do estado
Minas Gerais - 1980

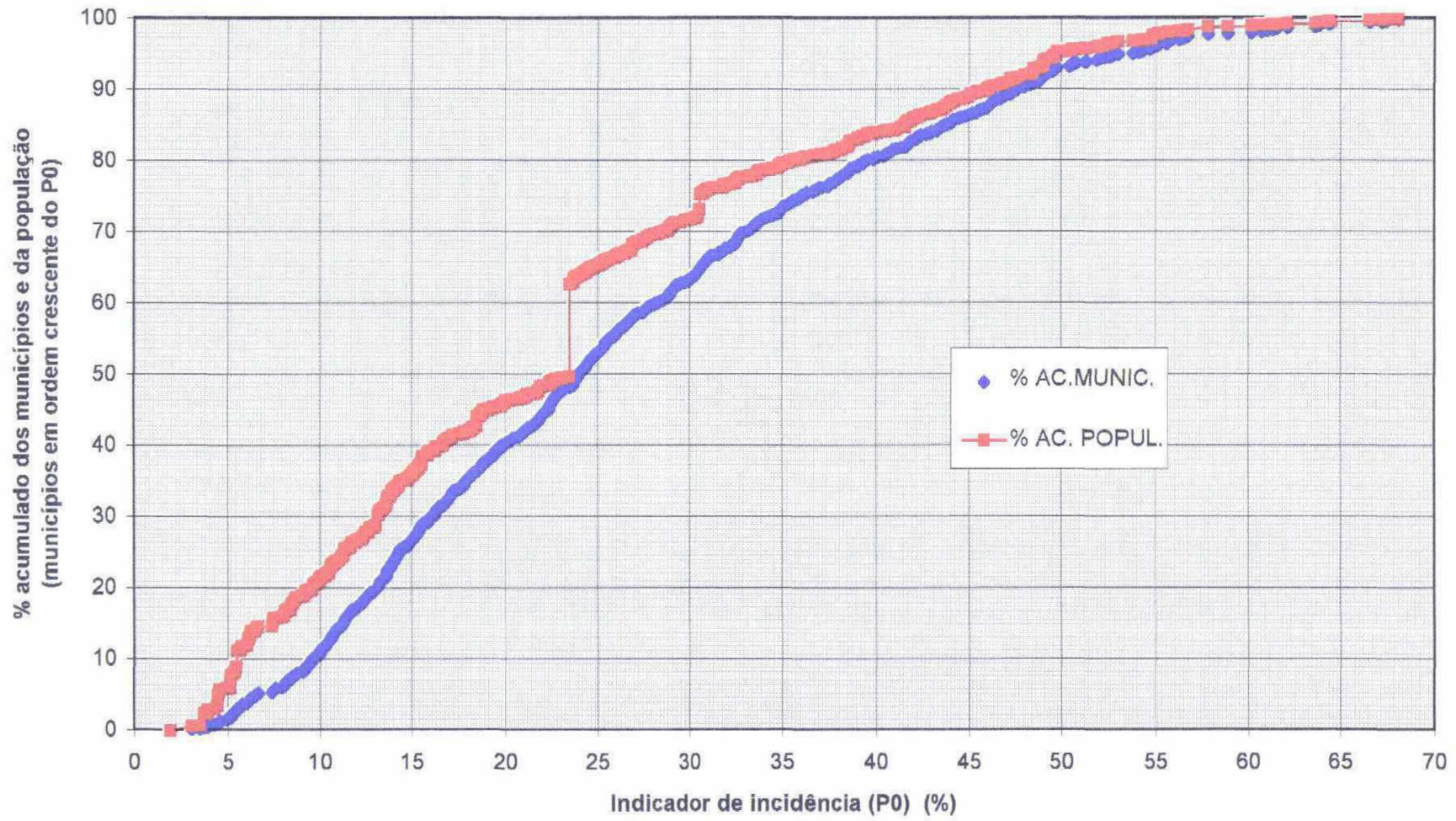


GRÁFICO 4.18
Concentração dos pobres nos municípios do estado
Minas Gerais - 1980

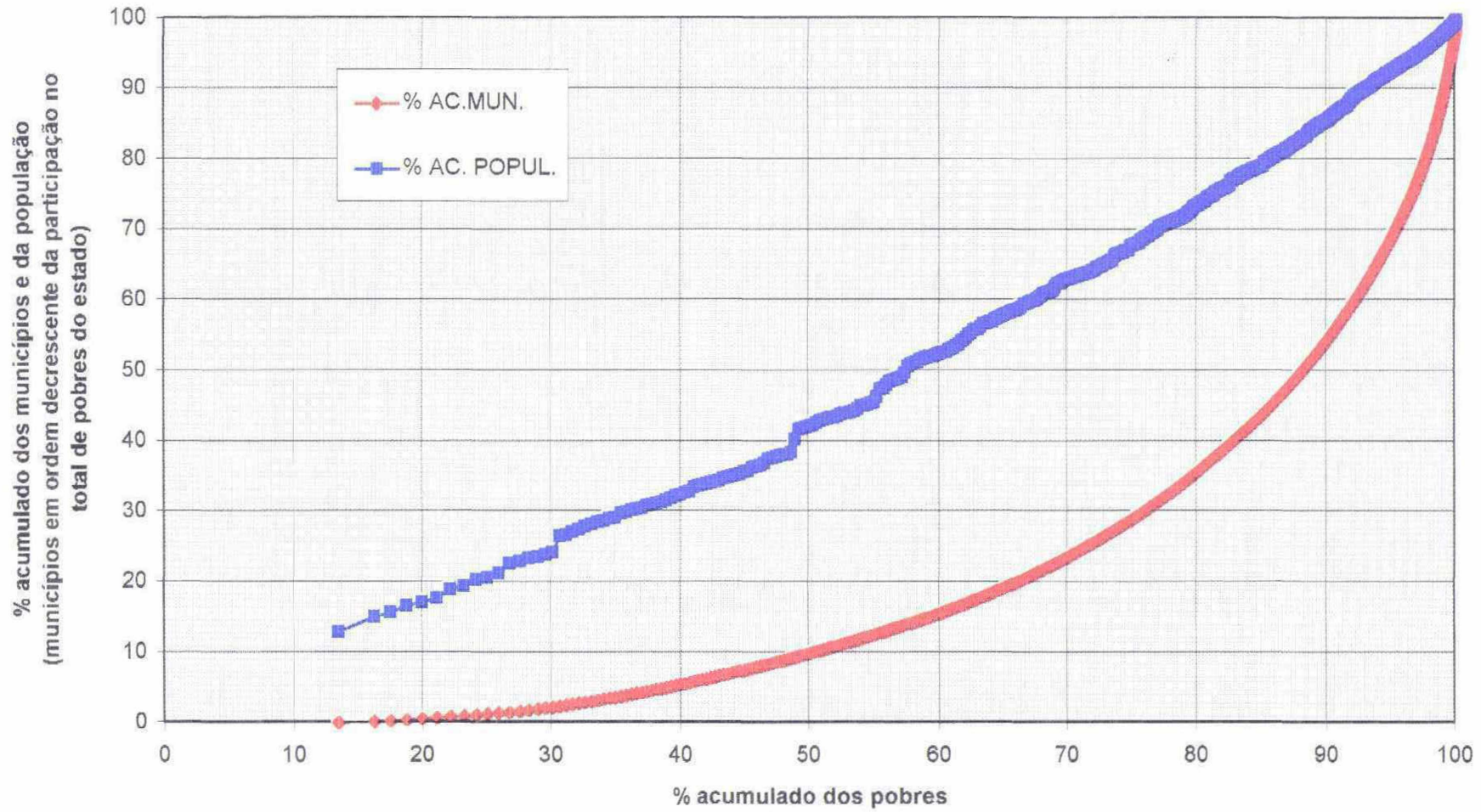


GRÁFICO 4.19
Incidência de pobreza X Renda familiar *per capita*
Municípios de Minas Gerais - 1980

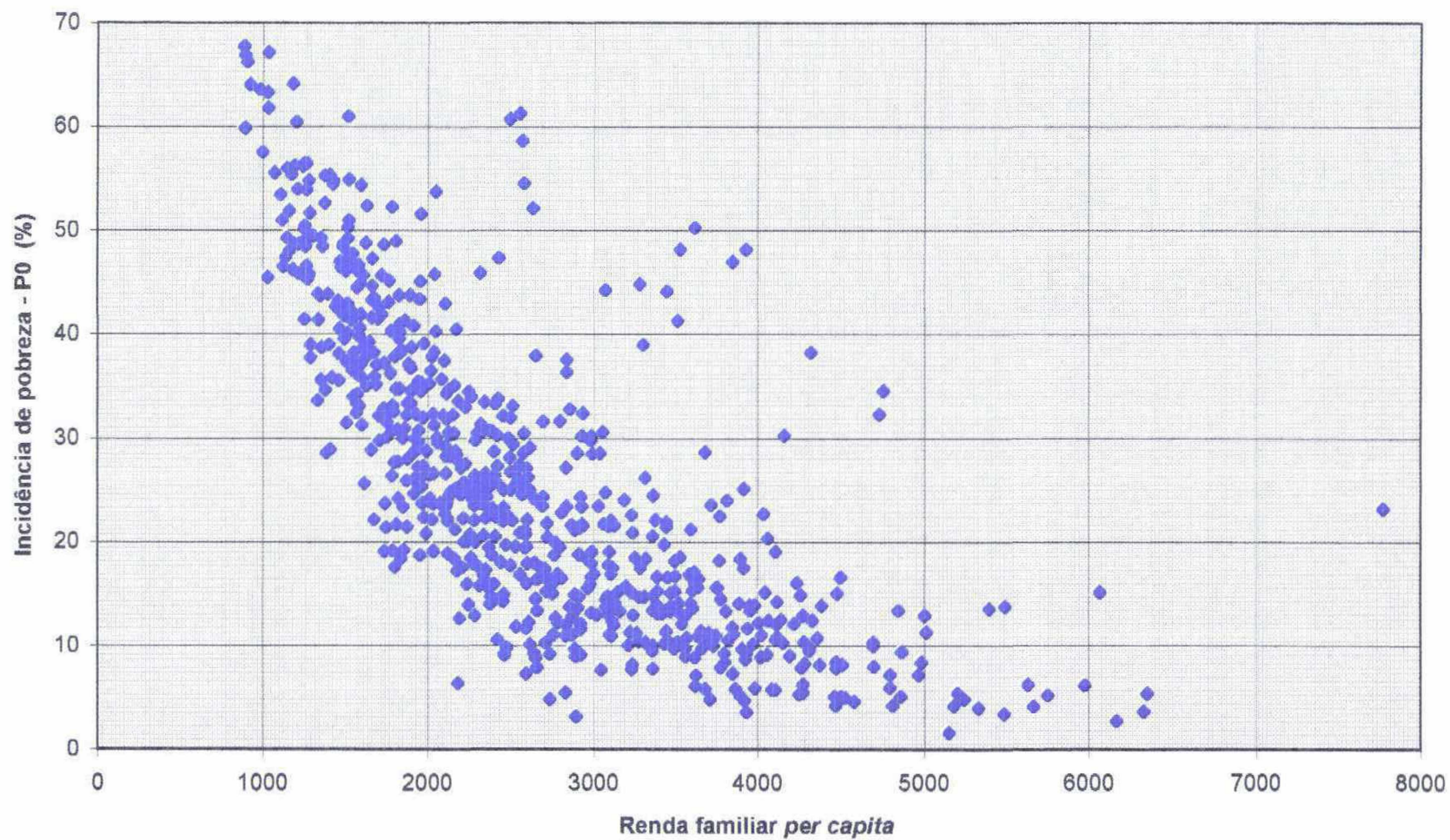
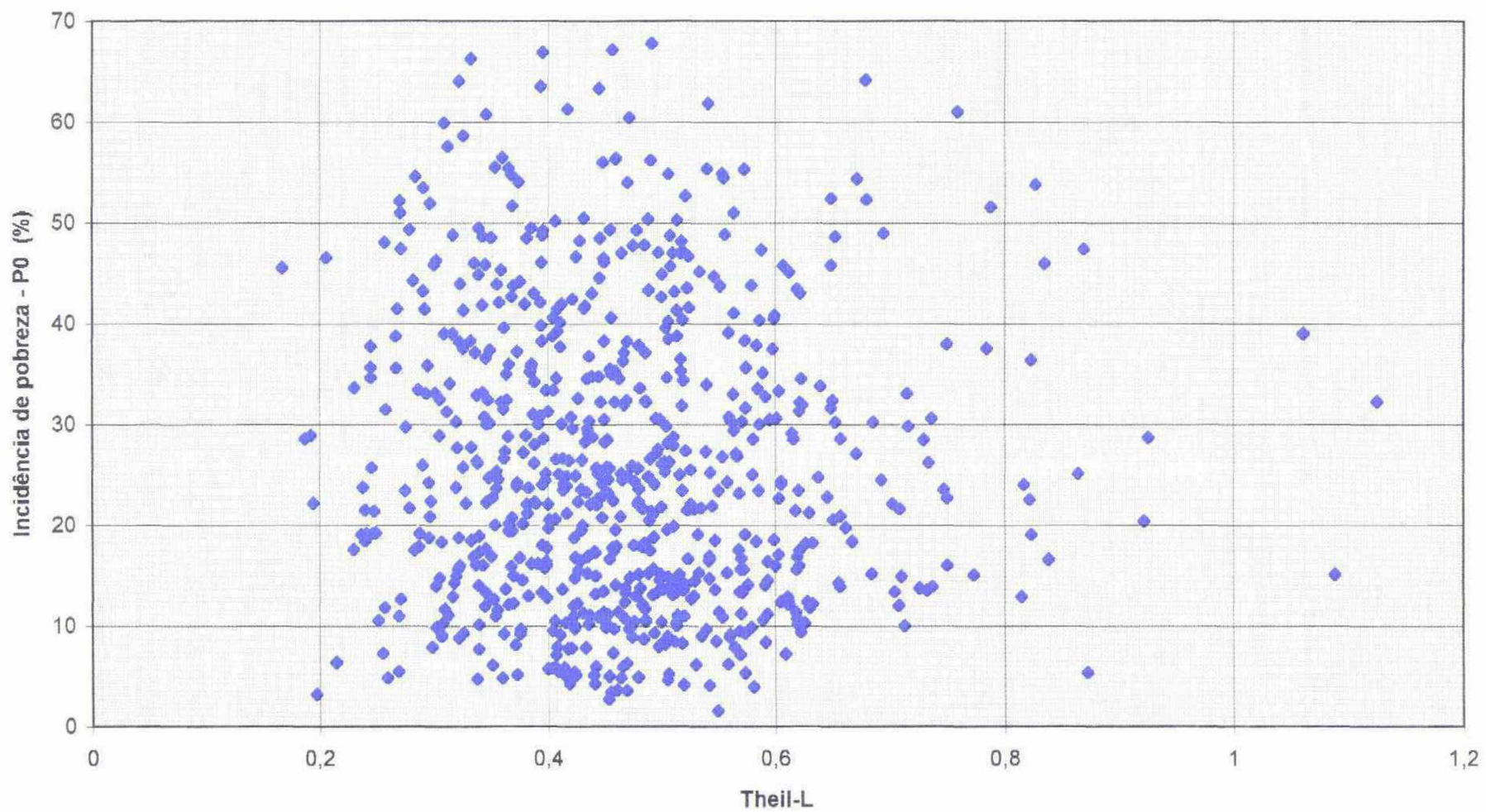


GRÁFICO 4.20
Incidência de pobreza X desigualdade de renda
Municípios de Minas Gerais - 1980



variáveis são apresentados, com o nome de sua respectiva região de planejamento, sua classificação quanto às demais, sua participação na renda e na população totais do estado e com os valores de seus indicadores de desigualdade e de pobreza.

Assim, a tabela 4.7 mostra os 20 municípios de maior renda em Minas Gerais. Com base nela, cabe observar:

a) apenas dois deles possuem grau de concentração de renda acima do do estado como um todo - Teófilo Otoni (Jequitinhonha/Mucuri) e Montes Claros (Norte) - , ambos relativamente pobres em termos de renda *per capita*. Entre os 20 municípios, apenas em Teófilo Otoni, Belo Horizonte e Contagem a incidência de pobreza é superior à média estadual.;

TABELA 4.7
MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA
Minas Gerais - 1980

MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA	REGIÃO DE PLANEJAM.	PARTICIPAÇÃO (%)		THEIL-L	P ⁰ (%)	CLASSIFICAÇÃO (1)			
		Na renda	Na população			Renda	RFPC	Theil-I	P ⁰
Belo Horizonte	CENTRAL	26,29	13,04	0,567	23,4	1	1	144	373
Juiz de Fora	MATA	3,40	2,28	0,504	5,4	2	7	245	700
Uberlândia	TRIÂNGULO	2,56	1,80	0,453	3,6	3	11	363	719
Contagem	CENTRAL	2,28	2,12	0,318	30,5	4	62	639	253
Uberaba	TRIÂNGULO	1,99	1,48	0,518	4,4	5	17	209	714
Governador Valadares	DOCE	1,63	1,47	0,609	13,1	6	53	91	577
Ipatinga	DOCE	1,50	1,10	0,463	5,1	7	14	342	707
Montes Claros	NORTE	1,28	1,31	0,631	18,4	8	110	64	458
Poços de Caldas	SUL	1,03	0,64	0,452	3,0	9	4	370	721
Divinópolis	CENTRO OESTE	0,94	0,89	0,403	6,0	10	71	486	693
Sete Lagoas	CENTRAL	0,94	0,75	0,567	7,4	11	27	141	682
Araguari	TRIÂNGULO	0,78	0,62	0,440	4,5	12	28	403	713
Teófilo Otoni	JEQUIT./MUCURI	0,72	0,95	0,684	30,4	13	245	41	255
Ituiutaba	TRIÂNGULO	0,70	0,56	0,621	9,6	14	23	72	648
Conselheiro Lafaiete	CENTRAL	0,68	0,54	0,413	5,3	15	24	458	702
Varginha	SUL	0,65	0,48	0,478	5,1	16	15	312	706
Barbacena	CENTRAL	0,65	0,63	0,513	11,2	17	77	223	610
Coronel Fabriciano	DOCE	0,65	0,56	0,432	8,0	18	41	419	675
Timóteo	DOCE	0,62	0,38	0,459	3,8	19	3	347	717
Patos de Minas	ALTO PARANAÍBA	0,61	0,65	0,556	15,5	20	134	160	512

Fonte: Tabela 6.1

Nota: (1) Ordenação decrescente dos valores das variáveis.

b) apenas Teófilo Otoni , Montes Claros e Patos de Minas (Alto Paranaíba) não se incluem nos 100 municípios de maior renda familiar *per capita*; por outro lado, apenas 7 municípios estão entre os 20 mais ricos do estado;

c) entre os 20 municípios de maior renda não se inclui nenhum da região Noroeste; do Jequitinhonha/Mucuri, Norte, Mata, Alto Paranaíba e Centro-Oeste, só um município de cada - Teófilo Otoni, Montes Claros, Juiz de Fora, Patos de Minas e Divinópolis - enquanto, do Rio Doce, quatro municípios estão presentes - Governador Valadares e os municípios do Vale do Aço. As regiões Central, Triângulo e Sul de Minas comparecem, respectivamente, com 5, 4 e 2 municípios, respectivamente;

d) é interessante, ainda, comparar municípios próximos no *ranking* da renda, mas situados em diferentes regiões e áreas de influência. Tome-se, por exemplo, Juiz de Fora e Uberlândia, 2ª e 3ª colocadas. Apesar da renda familiar *per capita* média ser maior na primeira, a desigualdade e a incidência de pobreza também o são, indicando não haver relação de dominância entre as duas; como Juiz de Fora é mais populoso, ali se concentra maior número de pessoas pobres. Na região do Triângulo, Uberaba, além de ter menor renda total e *per capita* que Uberlândia, tem maior desigualdade e pobreza; entretanto, a distância entre os dois municípios é relativamente pequena.

A tabela 4.8 , por sua vez, lista os 20 municípios de maior renda familiar *per capita*. Vale destacar:

a) apenas sete deles se incluem entre os vinte de maior renda (e somente doze entre os cem de maior renda). Por outro lado, seis deles se situam entre os cem de maior concentração de renda (sendo um deles - Caiana - o segundo município de maior desigualdade do estado) e, à exceção de Belo Horizonte, nenhum deles está entre os 500 de maior incidência de pobreza;

b) em termos de número de municípios, Sul de Minas e Triângulo são as regiões melhor representadas, enquanto nenhum município do Jequitinhonha/Mucuri, do Norte e do Noroeste está incluído, o mesmo acontecendo com o Rio Doce, quando se exclui os municípios do Vale do Aço;

Já a tabela 4.9 relaciona os vinte municípios com maior grau de desigualdade de renda. Apenas 1 está entre os cem municípios de maior renda - Boa Esperança (Sul de Minas) - e apenas 3, entre os 200 de maior renda. Aqui, à exceção do Noroeste, todas as regiões se fazem representar, sendo a região Central e o Sul de Minas as que participam com maior número de municípios.

Por outro lado, nove municípios dos de maior desigualdade se situam entre os 100 de maior renda *per capita* (sendo que três deles se incluíam entre os vinte melhor classificados quanto a essa variável) e apenas cinco se colocam entre os 100 de maior incidência de pobreza.

TABELA 4.8
MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA FAMILIAR PER CAPITA
Minas Gerais - 1980

MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA	REGIÃO DE PLANEJAM.	PARTICIPAÇÃO (%)		THEIL-L	P ⁰ (%)	CLASSIFICAÇÃO (1)			
		Na renda	Na população			Renda	RFPC	Theil-I	P ⁰
Belo Horizonte	CENTRAL	26,29	13,04	0,567	23,38	1	1	144	373
Santa Juliana	ALTO PARANAÍBA	0,07	0,05	0,871	5,60	208	2	6	698
Timóteo	DOCE	0,62	0,38	0,459	3,85	19	3	347	717
Poços de Caldas	SUL	1,03	0,64	0,452	2,97	9	4	370	721
Caiana	MATA	0,04	0,03	1,086	15,32	315	5	2	518
Ouro Branco	CENTRAL	0,14	0,09	0,528	6,38	110	6	191	687
Juiz de Fora	MATA	3,40	2,28	0,504	5,40	2	7	245	700
Araxá	ALTO PARANAÍBA	0,59	0,40	0,540	4,33	21	8	178	715
Cachoeira da Prata	CENTRAL	0,03	0,02	0,557	6,42	400	9	158	686
Viçosa	MATA	0,41	0,29	0,724	13,95	36	10	30	549
Uberlândia	TRIÂNGULO	2,56	1,80	0,453	3,64	3	11	363	719
Comendador Gomes	TRIÂNGULO	0,03	0,02	0,731	13,76	385	12	28	556
Guaxupé	SUL	0,31	0,22	0,579	4,17	54	13	122	716
Ipatinga	DOCE	1,50	1,10	0,463	5,06	7	14	342	707
Varginha	SUL	0,65	0,48	0,478	5,09	16	15	312	706
João Monlevade	CENTRAL	0,48	0,36	0,422	5,64	30	16	442	697
Uberaba	TRIÂNGULO	1,99	1,48	0,518	4,39	5	17	209	714
Planura	TRIÂNGULO	0,08	0,06	0,548	1,81	189	18	169	722
Bicas	MATA	0,10	0,08	0,617	11,51	152	19	84	603
Cambuquira	SUL	0,10	0,08	0,813	13,11	146	20	16	575

Fonte: Tabela 6.1.

Nota: (1) Ordenação decrescente dos valores das variáveis.

TABELA 4.9
MUNICÍPIOS DE MAIOR DESIGUALDADE DE RENDA
 Minas Gerais - 1960

MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA	REGIÃO DE PLANEJAM.	PARTICIPAÇÃO (%)		THEIL-L	P ⁰ (%)	CLASSIFICAÇÃO (1)			
		Na renda	Na população			Renda	RFPC	Theil-L	P ⁰
Carrancas	SUL	0,04	0,03	1,123	32,49	342	30	1	224
Caiana	MATA	0,04	0,03	1,086	15,32	315	5	2	518
Pedra Azul	JEQUIT./MUCURI	0,13	0,15	1,059	39,20	117	187	3	147
Seritinga	SUL	0,01	0,01	0,924	28,88	648	120	4	276
Lassance	NORTE	0,05	0,05	0,920	20,57	290	73	5	424
Santa Juliana	ALTO PARANAÍBA	0,07	0,05	0,871	5,60	208	2	6	698
Santana do Riacho	CENTRAL	0,02	0,02	0,868	47,57	592	367	7	71
Monjolos	CENTRAL	0,02	0,02	0,863	25,33	486	91	8	327
Cachoeira Dourada	TRIÂNGULO	0,02	0,02	0,837	16,80	526	38	9	489
Salto da Divisa	JEQUIT./MUCURI	0,04	0,06	0,834	46,14	364	406	10	86
Rubim	JEQUIT./MUCURI	0,05	0,09	0,825	53,99	299	481	11	34
Iraí de Minas	ALTO PARANAÍBA	0,03	0,03	0,822	19,28	435	68	12	441
Santo Antônio do Amparo	CENTRO OESTE	0,07	0,09	0,822	36,60	238	268	13	174
Estrela Dalva	MATA	0,02	0,02	0,820	22,71	522	109	14	381
Gurinhata	TRIÂNGULO	0,07	0,07	0,815	24,19	237	103	15	355
Cambuquira	SUL	0,10	0,08	0,813	13,11	146	20	16	575
Serro	CENTRAL	0,07	0,13	0,787	51,80	236	506	17	42
Presidente Juscelino	CENTRAL	0,03	0,04	0,784	37,76	404	267	18	163
Boa Esperança	SUL	0,22	0,19	0,772	15,24	66	39	19	521
Dom Joaquim	CENTRAL	0,02	0,05	0,758	61,23	545	632	20	11

Fonte: Tabela 6.1.

Nota: (1) Classificação em ordem decrescente dos valores das variáveis.

Finalmente, a tabela 4.10 traz os 20 municípios de maior incidência de pobreza. A respeito dela, cabe comentar:

a) impressiona, logo à primeira vista, os elevadíssimos níveis de pobreza desses municípios (entre 56% e 68% de incidência);

b) nenhum município das regiões Sul, Centro-Oeste, Alto Paranaíba, Triângulo e Noroeste está incluído; por outro lado, as demais regiões estão quase igualmente representadas, mas a Central e o Jequitinhonha/Mucuri destacam-se com maior número de municípios;

c) nenhum dos municípios está entre os 100 de maior renda (e apenas 4, entre os 400 de maior renda); por outro lado, apenas 2 situam-se entre os 100 de maior desigualdade (3 entre os 200 e 10 entre os 400).

TABELA 4.10
MUNICÍPIOS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE POBREZA
 Minas Gerais - 1980

MUNICÍPIOS DE MAIOR RENDA	REGIÃO DE PLANEJAM.	PARTICIPAÇÃO (%)		THEIL-L	P ⁰ (%)	CLASSIFICAÇÃO (1)			
		Na renda	Na população			Renda	RFPC	Theil-I	P ⁰
Cristália	NORTE	0,01	0,04	0,489	67,98	700	722	281	1
Serra Azul de Minas	CENTRAL	0,01	0,03	0,455	67,36	703	713	359	2
Comercinho	JEQUIT./MUCURI	0,02	0,07	0,394	67,11	582	720	503	3
Francisco Badaró	JEQUIT./MUCURI	0,03	0,12	0,330	66,46	433	719	624	4
Senador Modestino Gonçalves	CENTRAL	0,01	0,04	0,678	64,39	632	701	44	5
Itaipé	JEQUIT./MUCURI	0,03	0,11	0,320	64,29	442	718	634	6
Rio do Prado	JEQUIT./MUCURI	0,03	0,10	0,392	63,76	462	717	511	7
São Sebastião do Maranhão	DOCE	0,03	0,10	0,444	63,52	460	715	390	8
Araponga	MATA	0,01	0,05	0,539	62,03	628	712	181	9
Esmeraldas	CENTRAL	0,08	0,12	0,416	61,46	200	335	452	10
Dom Joaquim	CENTRAL	0,02	0,05	0,758	61,23	545	632	20	11
Rio Acima	CENTRAL	0,02	0,04	0,345	60,94	470	349	593	12
Pedra do Anta	MATA	0,01	0,03	0,470	60,64	685	697	324	13
Riacho dos Machados	NORTE	0,02	0,07	0,307	60,09	588	721	652	14
Igarapé	CENTRAL	0,08	0,12	0,324	58,83	188	329	627	15
Rio Pardo de Minas	NORTE	0,08	0,32	0,310	57,79	190	716	648	16
Catas Altas da Noruega	CENTRAL	0,01	0,02	0,358	56,87	706	682	572	17
Ataléia	JEQUIT./MUCURI	0,05	0,16	0,458	56,65	278	691	349	18
Paulistas	DOCE	0,01	0,04	0,458	56,50	637	696	352	19
Porto Firme	MATA	0,02	0,07	0,488	56,41	506	692	283	20

Fonte: Tabela 6.1.

Nota: (1) Ordenação decrescente dos valores das variáveis.

5. CONCLUSÃO

A análise da desigualdade e da pobreza em Minas Gerais empreendida nesta dissertação poderia avançar em vários aspectos, os quais se espera tenham ficado bem delineados ao longo dela.

Desde o início, ressaltou-se sua restrição aos dados de 1980 - um único ponto no tempo - e de Minas Gerais - um único estado. Buscou-se, frente a esta restrição, utilizar dados, estimativas e análises de outras fontes, que pudessem indicar a evolução e a inserção regional da situação estadual de desigualdade de renda e pobreza.

No capítulo conceitual e metodológico, mostrou-se a diversidade de conceitos e metodologias de mensuração dos dois fenômenos, na tentativa de verificar suas restrições. Não se trata de concluir que as medidas resultantes dessa diversidade sejam conflitantes, mas de entender que elas enfocam o fenômeno sob óticas mais ou menos diferentes, que a divergência ou convergência de resultados podem ser explicadas e de defender a escolha de uma entre elas.

Desta forma, justificou-se a preferência pela adoção do conceito de pobreza absoluta e da metodologia de mensuração da pobreza a partir do cálculo do custo da cesta básica, de preferência regionalizada, e de indicadores que contemplem, além da simples incidência de pobreza, a defasagem e a desigualdade de renda entre os pobres. Defendeu-se também, por outro lado, a utilização, sempre que possível, da renda familiar *per capita* e do Theil-L - indicador de desigualdade particularmente recomendável para desagregações e agregações (pelo fato de ser o único estritamente decomponível) - ambos utilizados no levantamento dos dados para Minas Gerais.

Assim, no capítulo 3, indicadores diversos, partindo de definições também diversas e combinados com universos de análise distintos foram avaliados em seus resultados, tendo-se demonstrado, graficamente, as discordâncias entre o Gini - um dos indicadores de desigualdade mais utilizados na literatura - e outros indicadores existentes, quanto ao crescimento do grau de desigualdade, no Brasil, na década de 80. Viu-se que, apesar disto, todos os indicadores apontaram, embora com intensidades diferentes, o aprofundamento da concentração de renda neste período, após o menor crescimento

observado na década de 70. No caso de Minas Gerais, apesar de seguir, na década de 80, o mesmo padrão de todos os estados e regiões, na de 70 apresentou queda na desigualdade, seja de acordo com o Gini, seja com a razão 5% mais ricos / 40% mais pobres.

Por outro lado, a análise da evolução da pobreza mostrou, também, que as estimativas podem levar a conclusões divergentes, se não se tem clara a metodologia utilizada na definição da linha de pobreza. Os resultados obtidos por ROCHA (1995), cujas linhas de pobreza foram utilizadas no capítulo 4, indicaram, ao contrário de outras estimativas, pequena redução na pobreza em todas as regiões (com exceção para o Rio de Janeiro) na década de 80; para a década de 70, não se dispôs de dados dessa fonte, mas as demais estimativas utilizadas indicaram redução geral da pobreza neste período, inclusive em Minas Gerais.

Quanto aos critérios de dominância estocástica, apesar de suas vantagens metodológicas na aferição da pobreza e do bem-estar, não se dispôs de estudos aplicando-os para a distribuição da renda *per capita* e em nível estadual. Porém, BARROS et al.(1995), com base na distribuição dos rendimentos da PEA com renda positiva, identificaram melhora da posição relativa da região Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) ao longo da década de 70, com recuo na de 80, quando volta a ser dominada por outras regiões.

Portanto, a tentativa de extrapolação dos resultados obtidos, no capítulo 4, para o ano de 1980, e de inserção de Minas Gerais, suas regiões e municípios no contexto regional e nacional, até certo ponto ficaram prejudicadas, por não contar, para os demais estados, com informações obtidas segundo os mesmos conceitos e metodologias adotados no levantamento dos dados e indicadores para os municípios mineiros.

O reconhecimento dessas restrições, no entanto, não invalida o esforço feito, na medida em que se buscou, talvez muito mais, desenvolver um *arquétipo de análise*, estabelecendo parâmetros a serem utilizados na apresentação e interpretação dos resultados; reforça, isto sim, a necessidade de obtenção de informações compatíveis em nível dos estados.

Nos capítulos 3 e 4, ao se discutir a dinâmica regional no Brasil e em Minas Gerais e ao se questionar a adequação das regionalizações existentes, indicaram-se alguns parâmetros a serem considerados no diagnóstico/prognóstico das situações de desigualdade

e pobreza nos municípios e regiões desse estado, alertando-se para a necessidade de se entender melhor tal dinâmica e a forma como ela tem afetado e deverá afetar o desenvolvimento econômico-social das regiões e municípios mineiros. Neste sentido, buscou-se deixar claro que este desenvolvimento não foi (e não deverá ser) uma decorrência direta de qualquer lógica abstrata e inescapável, retirando qualquer capacidade de intervenção do Estado. Pelo contrário, indicou-se a necessidade de que o Estado esteja presente no direcionamento/redirecionamento das atividades no espaço, ou seja, na integração de novos espaços, especialmente daqueles que dificilmente serão atingidos pela desconcentração “natural”, ou melhor, pela expansão do “campo aglomerativo” de pólos nacionais, iniciada nas décadas anteriores, sobre cuja continuidade e alcance, aliás, se colocam dúvidas.

Obviamente, ao se introduzir a discussão sobre o desenvolvimento regional não se pretendeu abarcar, com ela, todas as especificidades e razões das diferentes situações de pobreza e desigualdade nos municípios e regiões de Minas Gerais. Pelo contrário, mostrou-se a necessidade de, para isto, incorporar outras variáveis explicativas, já bem delineadas para o caso do Brasil - incluindo indicadores de educação, saúde e mercado de trabalho (que deverão ser contempladas na continuidade da pesquisa em realização na Fundação João Pinheiro) - , conforme discussão feita na seção 3.3 , sobre os fatores determinantes da desigualdade e pobreza no país.

Algumas conclusões dessa discussão cabem ser resgatadas aqui. Se a amplitude atingida pela pobreza e a desigualdade no Brasil tem suas raízes no passado, ou se suas causas são estruturais, o combate a elas não é tarefa simples, mas fundamental para a inserção “soberana” ou competitiva deste país no cenário internacional. De fato, parece que a estratégia de “fuga para a frente” encontrou, na crise dos anos 80, seu fim, tanto em termos políticos quanto econômicos, em vista da enorme dívida social acumulada e do descalabro da situação educacional no país. Pagar esta dívida no momento em que o poder do Estado nacional se enfraquece frente ao movimento internacional de capitais e em que as novas tecnologias e processos tendem a dispensar postos de trabalho, exigirá muita engenharia e vontade políticas, pautadas no melhor conhecimento da realidade. Ai está outro gargalo: na década de 80, desestruturou-se o sistema de informações e de planejamento no Brasil.

Cabe ainda resgatar, aqui, algumas conclusões parciais da análise da pobreza e desigualdade nos municípios do estado, em 1980, feita no capítulo 4.

Em primeiro lugar, os dados permitiram identificar, no caso da pobreza, significativas distâncias entre a situação de municípios em regiões de planejamento ligadas a dinâmicas supra-estaduais distintas. É notória a mais alta incidência nas regiões do Jequitinhonha/Mucuri, Norte e Rio Doce, assim como a melhor situação nas regiões localizadas no “campo aglomerativo” do estado de São Paulo. Mostrou-se também que, apesar da incidência de pobreza em Minas Gerais não ser tão alta, esta média esconde os altíssimos níveis encontrados nas regiões mais pobres e os baixos valores encontrados nas mais ricas, destacando-se o Triângulo (há uma clara correlação positiva entre nível de renda familiar *per capita* média e incidência de pobreza nos municípios e regiões).

Em segundo lugar, ao contrário da pobreza e do verificado para as regiões do país, nem sempre as regiões mais pobres são as mais desiguais, e vice-versa, o mesmo ocorrendo, de forma geral, com os municípios. Conclui-se que os diferenciais de pobreza entre as regiões e municípios explicam-se, predominantemente, pelos diferenciais de renda familiar *per capita*. Assim, em apenas duas regiões de planejamento - Mata e Central - a maior desigualdade de renda é suficiente para assegurar níveis de pobreza maiores que de outras regiões mais pobres em termos de renda familiar *per capita*.

Em terceiro lugar, mostrou-se que a concentração de pobres nos municípios e regiões do estado explica-se, em grande parte, pela própria concentração da população. Se uma política de combate à pobreza deve atentar não só para a incidência de pobreza, mas, também, para o número de pessoas pobres nos diversos municípios, Belo Horizonte, por exemplo, apesar de uma incidência igual à média do estado, deveria estar incluído em qualquer política, pois detém, sozinho, 13,3% de seus pobres (e 13% de sua população).

Finalmente, uma conclusão importante e talvez surpreendente é que a desigualdade de renda existente no estado decorre, fundamentalmente, da desigualdade de renda existente em seus municípios, ou seja, que os componentes inter-municipal e inter-regional têm relativamente pouco peso na explicação da desigualdade de renda em Minas Gerais.

ANEXO 1 DADOS BÁSICOS POR MUNICÍPIO

TABELA 6.1
POPULAÇÃO, RENDA TOTAL, RENDA FAMILIAR PER CAPITA E INDICADORES DE
DESIGUALDADE E POBREZA, POR MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS
1980

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Abadia dos Dourados	ALTO PARANAÍBA	7859	7698	19403	2469	0,398	0,199	0,075	0,042
Abaeté	CENTRAL	17599	17235	50688	2880	0,441	0,151	0,052	0,033
Abre Campo	MATA	17508	17312	30696	1753	0,363	0,326	0,116	0,059
Acaiaca	MATA	3266	3217	5661	1733	0,346	0,326	0,118	0,060
Açucena	DOCE	27993	27504	52342	1870	0,387	0,282	0,100	0,054
Água Boa	DOCE	20201	20055	27087	1341	0,453	0,495	0,211	0,116
Água Comprida	TRIÂNGULO	1892	1867	6830	3610	0,558	0,091	0,040	0,026
Aguanil	CENTRO OESTE	3146	3136	7716	2453	0,442	0,222	0,075	0,034
Águas Formosas	JEQUIT.MUCURI	21830	21493	33454	1533	0,508	0,472	0,197	0,110
Águas Vermelhas	NORTE	14761	14471	23273	1577	0,365	0,362	0,129	0,070
Aimorés	DOCE	28329	27946	71144	2511	0,562	0,296	0,111	0,060
Aiuruoca	SUL	7282	7210	22231	3053	0,525	0,219	0,081	0,040
Alagoa	SUL	2991	2957	5835	1951	0,337	0,264	0,088	0,045
Albertina	SUL	2058	2050	6584	3199	0,422	0,103	0,025	0,009
Além Paraíba	MATA	28198	28019	110843	3931	0,484	0,119	0,037	0,019
Alfenas	SUL	37509	37171	185957	4958	0,807	0,074	0,025	0,015
Almenara	JEQUIT.MUCURI	38009	37634	77210	2031	0,572	0,385	0,138	0,071
Alpercata	DOCE	5759	5665	9069	1575	0,291	0,333	0,112	0,053
Alpinópolis	SUL	17519	17436	59920	3420	0,435	0,104	0,030	0,014
Alterosa	SUL	10072	10024	26654	2646	0,320	0,090	0,018	0,008
Alto Jequitibá	MATA	6601	6551	15657	2372	0,558	0,309	0,099	0,046
Alto Rio Doce	MATA	14612	14491	26274	1798	0,443	0,350	0,129	0,065
Alvarenga	DOCE	6016	5890	9662	1606	0,244	0,259	0,086	0,047
Alvinópolis	CENTRAL	14252	14063	31719	2226	0,453	0,259	0,092	0,047
Alvorada de Minas	CENTRAL	3654	3620	5916	1619	0,362	0,352	0,139	0,074
Amparo do Serra	MATA	5901	5831	6922	1173	0,300	0,465	0,197	0,103
Andradas	SUL	23742	23381	106108	4469	0,510	0,086	0,030	0,020
Andrelândia	SUL	13710	13607	50844	3709	0,746	0,238	0,086	0,044
Antônio Carlos	CENTRAL	9346	9224	21676	2319	0,413	0,242	0,072	0,035
Antônio Dias	DOCE	10330	10146	24248	2347	0,425	0,225	0,076	0,040
Antônio Prado de Minas	MATA	2120	2117	4607	2173	0,509	0,281	0,102	0,052
Araçai	CENTRAL	1685	1653	4757	2823	0,267	0,057	0,025	0,020
Aracitaba	MATA	2566	2544	5636	2196	0,355	0,247	0,076	0,032
Araçuaí	JEQUIT.MUCURI	30636	30436	52048	1699	0,498	0,428	0,160	0,080
Araguari	TRIÂNGULO	81129	80537	389925	4806	0,440	0,045	0,017	0,011
Arantina	SUL	2872	2857	8719	3036	0,338	0,079	0,029	0,016
Araponga	MATA	6534	6360	6697	1025	0,539	0,620	0,339	0,226
Arapuá	ALTO PARANAÍBA	3366	3339	9343	2776	0,424	0,124	0,033	0,016
Araújos	CENTRO OESTE	4601	4587	13177	2864	0,397	0,130	0,033	0,014
Araxá	ALTO PARANAÍBA	52557	52268	297255	5656	0,540	0,043	0,014	0,009
Arceburgo	SUL	7132	7123	27970	3922	0,468	0,038	0,007	0,002
Arcos	CENTRO OESTE	21731	21621	75647	3481	0,422	0,099	0,033	0,017
Areão	SUL	8874	8835	34574	3896	0,538	0,099	0,025	0,011
Argirita	MATA	3750	3715	10849	2893	0,614	0,287	0,093	0,043
Arinos	NOROESTE	13719	13410	34232	2495	0,622	0,322	0,126	0,068
Astolfo Dutra	MATA	10333	10294	32257	3122	0,458	0,143	0,040	0,017
Ataléia	JEQUIT.MUCURI	21106	20579	26085	1236	0,458	0,566	0,254	0,148
Augusto de Lima	CENTRAL	5772	5680	13611	2358	0,501	0,265	0,086	0,044
Baependi	SUL	14794	14608	34697	2345	0,478	0,258	0,093	0,050

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA	RENDA FAM.	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)	TOTAL (Cr\$ mil) (3)	PER CAPITA (Cr\$)		p ⁰	p ¹	p ²
Baldim	CENTRAL	7402	7295	17804	2405	0,400	0,207	0,077	0,045
BambuÍ	CENTRO OESTE	20008	19919	75442	3771	0,592	0,147	0,047	0,022
Bandeira	JEQUIT. MUCURI	6144	6096	8789	1430	0,367	0,429	0,155	0,079
Bandeira do Sul	SUL	3332	3325	9601	2881	0,305	0,092	0,030	0,015
Barão de Cocais	CENTRAL	15062	14676	57930	3846	0,451	0,113	0,054	0,038
Barão de Monte Alto	MATA	6510	6494	13725	2108	0,516	0,321	0,097	0,042
Barbacena	CENTRAL	81933	80979	328788	4013	0,513	0,112	0,041	0,024
Barra Longa	MATA	8833	8763	17238	1952	0,454	0,352	0,118	0,058
Barroso	CENTRAL	14205	14030	49773	3504	0,509	0,135	0,048	0,027
Bela Vista de Minas	CENTRAL	9829	9805	27002	2747	0,368	0,152	0,042	0,019
Belmiro Braga	MATA	3907	3885	10094	2584	0,446	0,209	0,054	0,025
Belo Horizonte	CENTRAL	1702728	1692422	13217562	7763	0,567	0,234	0,082	0,042
Belo Oriente	DOCE	12204	11908	21272	1743	0,347	0,303	0,116	0,067
Belo Vale	CENTRAL	7136	6988	15963	2237	0,364	0,203	0,075	0,042
Berilo	JEQUIT. MUCURI	17316	17036	19306	1115	0,205	0,468	0,149	0,069
Bertópolis	JEQUIT. MUCURI	10176	9954	12529	1231	0,334	0,462	0,185	0,106
Betim	CENTRAL	81943	81020	288244	3518	0,427	0,484	0,195	0,107
Bias Fortes	MATA	5009	4965	9459	1888	0,433	0,348	0,114	0,052
Bicas	MATA	10135	10034	50708	5003	0,617	0,115	0,047	0,030
Biquinhas	CENTRAL	3464	3319	6243	1802	0,277	0,219	0,101	0,069
Boa Esperança	SUL	24944	24664	111653	4476	0,772	0,152	0,048	0,026
Bocaina de Minas	SUL	5172	5165	12170	2353	0,475	0,245	0,084	0,039
Bocaiúva	NORTE	39275	38621	87403	2225	0,495	0,277	0,100	0,053
Bom Despacho	CENTRO OESTE	28915	28743	102671	3551	0,456	0,099	0,029	0,014
Bom Jardim de Minas	SUL	7101	7046	33317	4692	0,495	0,082	0,028	0,016
Bom Jesus da Penha	SUL	2709	2698	7058	2605	0,368	0,124	0,032	0,013
Bom Jesus do Amparo	CENTRAL	4174	4155	10901	2612	0,613	0,293	0,094	0,043
Bom Jesus do Galho	DOCE	17177	16909	32798	1909	0,347	0,249	0,087	0,047
Bom Repouso	SUL	6803	6794	17802	2587	0,253	0,075	0,019	0,008
Bom Sucesso	CENTRO OESTE	16110	15880	46946	2914	0,604	0,245	0,084	0,044
Bonfim	CENTRAL	6957	6911	13554	1948	0,406	0,348	0,119	0,059
Bonfinópolis de Minas	NOROESTE	16063	15994	77736	4839	0,703	0,136	0,046	0,023
Borda da Mata	SUL	13294	13270	54470	4097	0,398	0,059	0,016	0,006
Botelhos	SUL	13269	13175	41204	3105	0,466	0,126	0,031	0,013
Botumirim	NORTE	7044	6975	9110	1293	0,338	0,497	0,189	0,099
Brás Pires	MATA	5892	5851	9019	1531	0,344	0,368	0,129	0,060
Brasília de Minas	NORTE	39771	39413	60527	1522	0,432	0,419	0,166	0,089
Braúnas	DOCE	6751	6581	12305	1823	0,504	0,404	0,154	0,087
Brazópolis	SUL	13974	13884	33522	2399	0,509	0,289	0,098	0,048
Brumadinho	CENTRAL	17621	17508	63404	3598	0,545	0,138	0,037	0,017
Bueno Brandão	SUL	10217	10120	28349	2775	0,349	0,171	0,046	0,022
Buenópolis	CENTRAL	9716	9591	23528	2422	0,638	0,340	0,123	0,061
Buritís	NOROESTE	15241	15103	37145	2437	0,393	0,182	0,055	0,029
Buritizero	NORTE	17603	17285	35474	2015	0,327	0,224	0,078	0,040
Cabo Verde	SUL	11946	11922	48207	4035	0,682	0,154	0,042	0,017
Cachoeira da Prata	CENTRAL	2833	2833	15927	5622	0,557	0,064	0,021	0,008
Cachoeira de Minas	SUL	8319	8249	22446	2698	0,440	0,176	0,057	0,028
Cachoeira do Pajeú	JEQUIT. MUCURI	8157	8101	10135	1242	0,405	0,503	0,202	0,103
Cachoeira Dourada	TRIÂNGULO	2196	2179	9874	4496	0,837	0,168	0,050	0,023
Caetanópolis	CENTRAL	5734	5668	16178	2821	0,268	0,112	0,032	0,019
Caeté	CENTRAL	30262	30063	104003	3437	0,374	0,444	0,178	0,097
Caiana	MATA	3674	3662	22248	6055	1,086	0,153	0,035	0,014
Cajuri	MATA	3875	3860	8215	2120	0,503	0,349	0,133	0,070
Caldas	SUL	12953	12862	41963	3240	0,545	0,187	0,066	0,035

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Camacho	CENTRO OESTE	3099	3089	5646	1822	0,437	0,349	0,131	0,065
Camanducaia	SUL	12388	12349	40992	3309	0,415	0,105	0,027	0,012
Cambuí	SUL	17047	16388	50717	2975	0,480	0,181	0,091	0,066
Cambuquira	SUL	10527	10464	52549	4992	0,813	0,131	0,040	0,019
Campanário	DOCE	9183	8981	14027	1527	0,407	0,416	0,168	0,096
Campanha	SUL	10266	10147	40488	3944	0,508	0,141	0,041	0,022
Campestre	SUL	16909	16584	53051	3137	0,478	0,153	0,054	0,032
Campina Verde	TRIÂNGULO	20674	20251	75011	3628	0,568	0,158	0,060	0,038
Campo Belo	CENTRO OESTE	36975	36524	149960	4056	0,627	0,126	0,042	0,023
Campo do Meio	SUL	9035	8970	23961	2652	0,296	0,081	0,023	0,013
Campo Florido	TRIÂNGULO	4893	4886	22392	4578	0,503	0,048	0,011	0,004
Campos Altos	ALTO PARANAÍBA	10273	10229	42114	4099	0,588	0,108	0,035	0,017
Campos Gerais	SUL	20992	20742	54488	2596	0,459	0,181	0,062	0,034
Cana Verde	CENTRO OESTE	5144	5128	15543	3022	0,619	0,236	0,069	0,029
Canaã	MATA	5311	5267	6659	1254	0,469	0,542	0,245	0,145
Canápolis	TRIÂNGULO	6917	6861	18732	2708	0,433	0,154	0,045	0,021
Candeias	CENTRO OESTE	12655	12475	25359	2004	0,372	0,244	0,086	0,046
Caparaó	MATA	5514	5482	12764	2315	0,464	0,247	0,101	0,053
Capela Nova	CENTRAL	5377	5326	11218	2086	0,457	0,324	0,125	0,064
Capelinha	JEQUIT./MUCURI	23315	22950	42752	1834	0,504	0,387	0,152	0,082
Capetinga	SUL	6636	6606	21665	3265	0,474	0,106	0,025	0,011
Capim Branco	CENTRAL	4913	4819	13534	2755	0,384	0,164	0,061	0,036
Capinópolis	TRIÂNGULO	12925	12865	44352	3431	0,448	0,115	0,031	0,015
Capitão Enéias	NORTE	9415	9283	13922	1479	0,420	0,426	0,172	0,092
Capitólio	SUL	5158	5132	14577	2826	0,343	0,122	0,038	0,018
Caputira	MATA	6688	6687	13239	1980	0,295	0,210	0,063	0,025
Carai	JEQUIT./MUCURI	17035	16427	21180	1242	0,266	0,417	0,161	0,094
Caranaíba	CENTRAL	4094	4063	5924	1447	0,289	0,434	0,118	0,051
Carandai	CENTRAL	15447	15372	57910	3749	0,617	0,158	0,047	0,021
Carangola	MATA	32747	32497	112493	3435	0,616	0,217	0,079	0,043
Caratinga	DOCE	108181	106980	254012	2348	0,488	0,268	0,100	0,054
Carbonita	JEQUIT./MUCURI	8191	8056	12618	1540	0,331	0,385	0,121	0,058
Careaçu	SUL	5221	5178	13328	2553	0,520	0,276	0,085	0,040
Carlos Chagas	JEQUIT./MUCURI	26523	26276	74926	2825	0,669	0,273	0,095	0,048
Carmésia	DOCE	3006	2961	5002	1864	0,193	0,224	0,055	0,027
Carmo da Cachoeira	SUL	8485	8438	25189	2969	0,598	0,161	0,049	0,025
Carmo da Mata	CENTRO OESTE	9464	9383	25681	2714	0,498	0,220	0,078	0,040
Carmo de Minas	SUL	9539	9530	25632	2687	0,549	0,236	0,055	0,020
Carmo do Cajuru	CENTRO OESTE	12345	12215	30306	2455	0,318	0,151	0,043	0,023
Carmo do Paranaíba	ALTO PARANAÍBA	25084	24754	83007	3309	0,582	0,186	0,068	0,039
Carmo do Rio Claro	SUL	14617	14505	60033	4107	0,707	0,122	0,037	0,020
Carmópolis de Minas	CENTRO OESTE	11222	11085	24373	2172	0,451	0,287	0,096	0,048
Carrancas	SUL	4309	4211	20370	4727	1,123	0,325	0,140	0,083
Carvalhópolis	SUL	2312	2279	7748	3351	0,649	0,208	0,074	0,039
Carvalhos	SUL	5042	4896	13562	2690	0,572	0,318	0,135	0,080
Casa Grande	CENTRAL	2145	2145	5913	2757	0,422	0,189	0,056	0,021
Cascalho Rico	TRIÂNGULO	2369	2349	7943	3353	0,420	0,080	0,017	0,010
Cássia	SUL	16297	16222	61372	3766	0,406	0,081	0,021	0,010
Cataguases	MATA	48403	48257	176618	3649	0,460	0,116	0,037	0,018
Catas Altas da Noruega	CENTRAL	3035	3035	3811	1256	0,358	0,567	0,193	0,091
Caxambu	SUL	16079	15807	61316	3813	0,484	0,107	0,046	0,030
Cedro do Abaeté	CENTRAL	1463	1422	2544	1739	0,246	0,216	0,084	0,052
Central de Minas	DOCE	6900	6772	15602	2261	0,538	0,342	0,145	0,085
Centralina	TRIÂNGULO	11118	10873	37585	3381	0,490	0,133	0,055	0,036

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA	RENDA FAM.	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)	TOTAL (Cr\$ mil) (3)	PER CAPITA (Cr\$)		p ⁰	p ¹	p ²
Chácara	MATA	3039	3007	6929	2280	0,417	0,266	0,077	0,033
Chalé	MATA	5398	5237	7527	1394	0,538	0,556	0,257	0,154
Chapada do Norte	JEQUIT./MUCURI	14701	14483	23484	1597	0,403	0,390	0,158	0,091
Chiador	MATA	3858	3829	7375	1912	0,345	0,302	0,094	0,042
Cipotânea	MATA	6255	6255	11527	1843	0,390	0,302	0,086	0,033
Claraval	SUL	3696	3661	10312	2790	0,428	0,197	0,062	0,035
Claro dos Poções	NORTE	7894	7824	11451	1451	0,265	0,358	0,121	0,061
Cláudio	CENTRO OESTE	15854	15713	44389	2800	0,427	0,167	0,053	0,028
Coimbra	MATA	4710	4625	9534	2024	0,353	0,239	0,084	0,045
Coluna	DOCE	8911	8772	12166	1365	0,571	0,555	0,255	0,151
Comendador Gomes	TRIÂNGULO	3155	3130	17001	5389	0,731	0,138	0,031	0,016
Comercinho	JEQUIT./MUCURI	9106	8922	8053	884	0,394	0,671	0,324	0,198
Conceição da Aparecida	SUL	8155	8146	28976	3553	0,503	0,092	0,020	0,007
Conceição da Barra de Minas	CENTRAL	3294	3235	7012	2129	0,435	0,305	0,108	0,057
Conceição da Pedra	SUL	2117	2108	4678	2210	0,441	0,259	0,102	0,051
Conceição das Alagoas	TRIÂNGULO	13399	13318	49602	3702	0,359	0,051	0,016	0,009
Conceição de Ipanema	DOCE	5506	5208	8452	1535	0,483	0,480	0,229	0,149
Conceição do Mato Dentro	CENTRAL	19429	19191	32131	1654	0,487	0,435	0,168	0,092
Conceição do Pará	CENTRO OESTE	3473	3440	6747	1943	0,294	0,189	0,063	0,031
Conceição do Rio Verde	SUL	9686	9604	26058	2690	0,556	0,245	0,078	0,037
Conceição dos Ouros	SUL	6601	6522	17112	2592	0,397	0,182	0,052	0,028
Congonhal	SUL	5668	5636	13614	2402	0,429	0,267	0,069	0,029
Congonhas	CENTRAL	28575	28495	128501	4497	0,423	0,053	0,013	0,008
Congonhas do Norte	CENTRAL	4329	4253	4595	1061	0,352	0,558	0,247	0,145
Conquista	TRIÂNGULO	7133	7070	27725	3887	0,372	0,054	0,019	0,012
Conselheiro Lafaiete	CENTRAL	70829	70344	343797	4854	0,413	0,053	0,020	0,012
Conselheiro Pena	DOCE	31689	31196	76660	2419	0,537	0,275	0,101	0,056
Consolação	SUL	1585	1580	2821	1780	0,341	0,334	0,116	0,052
Contagem	CENTRAL	276348	274132	1147538	4153	0,318	0,305	0,108	0,056
Coqueiral	SUL	8107	8061	21425	2643	0,492	0,243	0,066	0,025
Coração de Jesus	NORTE	29393	28719	48027	1634	0,407	0,395	0,144	0,076
Cordisburgo	CENTRAL	7828	7703	24233	3096	0,540	0,171	0,058	0,032
Cordislândia	SUL	2659	2653	9312	3502	0,498	0,106	0,019	0,006
Corinto	CENTRAL	23356	23002	84282	3609	0,540	0,167	0,060	0,035
Coroaci	DOCE	10088	9956	18260	1810	0,391	0,311	0,114	0,062
Coromandel	ALTO PARANAÍBA	20463	20129	70733	3457	0,494	0,135	0,050	0,030
Coronel Fabriciano	DOCE	73337	72990	327687	4468	0,432	0,080	0,024	0,012
Coronel Murta	JEQUIT./MUCURI	8036	7880	11709	1457	0,495	0,473	0,203	0,115
Coronel Pacheco	MATA	3278	3254	7360	2245	0,300	0,142	0,039	0,018
Coronel Xavier Chaves	CENTRAL	3086	3042	8421	2729	0,257	0,051	0,026	0,021
Córrego Danta	CENTRO OESTE	5737	5729	14989	2613	0,468	0,251	0,058	0,021
Córrego do Bom Jesus	SUL	3455	3394	6384	1848	0,247	0,194	0,074	0,040
Córrego Novo	DOCE	7761	7551	12115	1561	0,386	0,344	0,162	0,108
Coulo de Magalhães de Minas	CENTRAL	2845	2815	5997	2108	0,428	0,237	0,068	0,035
Cristais	CENTRO OESTE	7809	7783	31026	3973	0,655	0,141	0,039	0,018
Cristália	NORTE	4716	4616	4135	877	0,489	0,680	0,384	0,251
Cristiano Ottoni	CENTRAL	4033	4018	11681	2896	0,361	0,139	0,042	0,020
Cristina	SUL	9025	8858	23480	2602	0,505	0,264	0,094	0,053
Crucilândia	CENTRAL	4290	4194	9101	2121	0,448	0,285	0,107	0,065
Cruzeiro da Fortaleza	ALTO PARANAÍBA	2668	2656	9858	3695	0,569	0,114	0,027	0,010
Cruzília	SUL	10131	10030	31041	3064	0,636	0,249	0,102	0,057
Curvelo	CENTRAL	49735	49403	196299	3947	0,587	0,136	0,041	0,020
Datas	CENTRAL	3474	3426	3918	1128	0,269	0,476	0,178	0,095
Delfim Moreira	SUL	7232	7217	15262	2110	0,371	0,241	0,066	0,031

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		REND TOTAL (Cr\$ mil) (3)	REND FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Delfinópolis	SUL	6312	6206	17437	2763	0,350	0,129	0,044	0,027
Descoberto	MATA	3823	3810	6480	1695	0,358	0,324	0,111	0,052
Desterro de Entre Rios	CENTRAL	7307	7210	12861	1760	0,532	0,454	0,179	0,101
Desterro do Melo	CENTRAL	3710	3653	7145	1926	0,324	0,259	0,094	0,053
Diamantina	CENTRAL	34900	34450	98694	2828	0,517	0,236	0,086	0,047
Diogo de Vasconcelos	CENTRAL	4564	4456	6824	1495	0,448	0,463	0,191	0,108
Dionísio	CENTRAL	9919	9760	17711	1786	0,425	0,328	0,136	0,081
Divinésia	MATA	3106	3071	6453	2078	0,573	0,359	0,123	0,064
Divino	MATA	20968	20819	50446	2406	0,602	0,335	0,129	0,069
Divino das Laranjeiras	DOCE	5624	5512	12180	2166	0,597	0,407	0,151	0,081
Divinolândia de Minas	DOCE	4816	4795	8556	1777	0,343	0,309	0,102	0,047
Divinópolis	CENTRO OESTE	115831	115103	472219	4077	0,403	0,060	0,019	0,011
Divisa Nova	SUL	3843	3808	11167	2906	0,489	0,216	0,059	0,025
Dom Cavati	DOCE	6089	6041	14947	2455	0,433	0,235	0,084	0,043
Dom Joaquim	CENTRAL	6110	5930	9209	1507	0,758	0,612	0,299	0,187
Dom Silvério	MATA	9727	9235	20485	2106	0,518	0,346	0,157	0,102
Dom Viçoso	SUL	2660	2637	3870	1455	0,403	0,408	0,171	0,096
Dona Euzébia	MATA	3844	3835	9104	2368	0,364	0,196	0,055	0,024
Dores de Campos	CENTRAL	6314	6218	16296	2581	0,491	0,213	0,092	0,053
Dores de Guanhães	DOCE	5115	5066	5666	1108	0,269	0,512	0,195	0,100
Dores do Indaiá	CENTRO OESTE	14670	14460	48042	3275	0,566	0,177	0,060	0,034
Dores do Turvo	MATA	4800	4766	9278	1933	0,453	0,357	0,112	0,054
Doresópolis	CENTRO OESTE	1552	1552	3752	2418	0,250	0,108	0,012	0,003
Douradoquara	ALTO PARANAÍBA	2102	2091	5242	2494	0,455	0,179	0,067	0,033
Elói Mendes	SUL	16710	16637	71060	4253	0,709	0,151	0,043	0,020
Engenheiro Caldas	DOCE	8433	8387	12985	1540	0,392	0,423	0,156	0,077
Engenheiro Navarro	NORTE	5923	5854	11340	1915	0,386	0,264	0,108	0,062
Entre Rios de Minas	CENTRAL	12318	12104	37927	3079	0,396	0,132	0,049	0,029
Ervália	MATA	13188	12847	21385	1622	0,647	0,526	0,254	0,159
Esmeraldas	CENTRAL	15520	15118	39582	2550	0,416	0,615	0,292	0,176
Espera Feliz	MATA	11353	11305	37483	3302	0,541	0,149	0,038	0,018
Espinosa	NORTE	32326	32028	64160	1985	0,436	0,290	0,096	0,047
Espírito Santo do Dourado	SUL	3545	3530	11992	3383	0,487	0,154	0,058	0,030
Estiva	SUL	10502	10451	22214	2115	0,338	0,191	0,056	0,025
Estrela Dalva	MATA	2655	2622	9986	3761	0,820	0,227	0,099	0,059
Estrela do Indaiá	CENTRO OESTE	4250	4220	10837	2550	0,498	0,263	0,077	0,040
Estrela do Sul	ALTO PARANAÍBA	7259	7191	17176	2366	0,319	0,159	0,044	0,022
Eugenópolis	MATA	8950	8887	20683	2311	0,559	0,306	0,111	0,055
Ewbank da Câmara	MATA	2953	2918	6540	2215	0,352	0,202	0,067	0,037
Extrema	SUL	10626	10595	38554	3628	0,443	0,111	0,034	0,015
Fama	SUL	1937	1914	4758	2457	0,305	0,093	0,039	0,023
Faria Lemos	MATA	3478	3473	8521	2450	0,620	0,323	0,108	0,053
Felício dos Santos	CENTRAL	4515	4437	5193	1150	0,295	0,522	0,181	0,096
Felisburgo	JEQUIT/MUCURI	5071	4916	7633	1505	0,477	0,495	0,206	0,118
Felixlândia	CENTRAL	10309	10205	43434	4213	0,610	0,123	0,042	0,024
Fernandes Tourinho	DOCE	3608	3577	5766	1598	0,384	0,359	0,144	0,078
Ferros	CENTRAL	14187	14010	21341	1504	0,486	0,506	0,201	0,107
Florestal	CENTRAL	4747	4723	16542	3485	0,450	0,100	0,027	0,013
Formiga	CENTRO OESTE	51549	51133	168696	3273	0,513	0,148	0,048	0,026
Formoso	NOROESTE	5354	5237	8073	1508	0,517	0,474	0,205	0,123
Fortaleza de Minas	SUL	3799	3765	8923	2349	0,338	0,175	0,052	0,024
Fortuna de Minas	CENTRAL	1857	1809	6229	3355	0,691	0,247	0,085	0,048
Francisco Badaró	JEQUIT/MUCURI	15511	15436	13909	897	0,330	0,665	0,292	0,159
Francisco Dumont	NORTE	3443	3409	6741	1958	0,318	0,239	0,084	0,044

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Francisco Sá	NORTE	24083	23896	45566	1892	0,512	0,389	0,129	0,060
Frei Gaspar	JEQUIT.MUCURI	8232	7993	13061	1587	0,670	0,546	0,231	0,134
Frei Inocêncio	DOCE	7363	7330	12288	1669	0,384	0,362	0,124	0,056
Fronteira	TRIÂNGULO	6960	6941	25129	3610	0,349	0,063	0,018	0,009
Fronteira dos Vales	JEQUIT.MUCURI	5330	5236	7156	1343	0,243	0,358	0,127	0,070
Frutal	TRIÂNGULO	33568	33404	149877	4465	0,418	0,045	0,014	0,008
Funilândia	CENTRAL	2336	2304	5901	2526	0,503	0,197	0,058	0,028
Galiléia	DOCE	12747	12577	30489	2392	0,600	0,308	0,103	0,050
Gonçalves	SUL	4241	4215	9690	2332	0,541	0,254	0,078	0,033
Gonzaga	DOCE	5400	5262	6217	1151	0,255	0,483	0,184	0,098
Gouvêa	CENTRAL	9198	9177	18655	2028	0,412	0,268	0,100	0,047
Governador Valadares	DOCE	191519	189683	817359	4268	0,609	0,131	0,043	0,023
Grão Mogol	NORTE	21958	21713	36171	1647	0,303	0,291	0,094	0,045
Grupiara	ALTO PARANAÍBA	1327	1302	3458	2606	0,463	0,253	0,102	0,060
Guanhães	DOCE	22126	21935	67445	3048	0,735	0,308	0,110	0,058
Guapé	SUL	11115	11085	35008	3150	0,467	0,135	0,034	0,013
Guaraciaba	MATA	10453	10310	15801	1512	0,562	0,512	0,220	0,127
Guaranésia	SUL	13265	13219	52568	3963	0,618	0,103	0,027	0,012
Guaraní	MATA	7713	7610	24511	3178	0,604	0,243	0,095	0,053
Guaratá	MATA	2770	2757	6519	3075	0,518	0,138	0,059	0,034
Guarda-Mor	NOROESTE	5013	4956	17920	3575	0,618	0,171	0,059	0,031
Guaxupé	SUL	29274	29122	155796	5322	0,579	0,042	0,013	0,008
Guidoval	MATA	7196	7093	14755	2050	0,421	0,298	0,100	0,050
Guimarânia	ALTO PARANAÍBA	5428	5411	15810	2913	0,354	0,118	0,030	0,013
Guiricema	MATA	10399	10353	19000	1827	0,468	0,384	0,149	0,077
Gurinhata	TRIÂNGULO	8659	8615	32950	3805	0,815	0,242	0,078	0,036
Heliodora	SUL	4692	4652	11302	2409	0,456	0,226	0,067	0,031
Iapu	DOCE	14826	14731	22185	1496	0,348	0,376	0,130	0,066
Ibertioga	CENTRAL	4520	4461	8374	1853	0,512	0,415	0,153	0,075
Ibiá	ALTO PARANAÍBA	15828	15683	68165	4307	0,577	0,100	0,033	0,020
Ibiaí	NORTE	5431	5239	7309	1346	0,265	0,390	0,152	0,087
Ibiraci	SUL	7735	7670	33882	4380	0,736	0,141	0,042	0,020
Ibititê	CENTRAL	39573	39310	104044	2629	0,268	0,523	0,202	0,103
Ibitiúra de Minas	SUL	2609	2609	6188	2372	0,442	0,228	0,102	0,059
Ibituruna	CENTRO OESTE	2575	2561	7338	2850	0,590	0,330	0,100	0,043
Igarapé	CENTRAL	16269	16184	41711	2564	0,324	0,588	0,237	0,123
Igaratinga	CENTRO OESTE	4116	4094	13218	3211	0,430	0,115	0,030	0,014
Iguatama	CENTRO OESTE	6793	6762	31852	4689	0,712	0,102	0,030	0,014
Ijaci	SUL	3622	3561	11772	3250	0,592	0,113	0,036	0,021
Ilicínea	SUL	7441	7382	19908	2676	0,488	0,177	0,051	0,024
Inconfidentes	SUL	5548	5530	19889	3585	0,519	0,143	0,038	0,017
Indianópolis	TRIÂNGULO	3579	3569	10977	3067	0,527	0,147	0,039	0,019
Ingaí	SUL	2642	2636	6122	2317	0,620	0,315	0,097	0,040
Inhapim	DOCE	32334	31123	58895	1821	0,562	0,413	0,193	0,124
Inhaúma	CENTRAL	3854	3854	9479	2459	0,360	0,094	0,024	0,008
Inimutaba	CENTRAL	5160	5135	12307	2385	0,320	0,189	0,044	0,019
Ipanema	DOCE	16987	16599	35573	2094	0,596	0,377	0,154	0,090
Ipatinga	DOCE	143574	142716	751685	5236	0,463	0,051	0,017	0,010
Ipiacaçu	TRIÂNGULO	4241	4188	12132	2861	0,422	0,112	0,042	0,028
Ipuiúna	SUL	6638	6624	28259	4257	0,562	0,081	0,020	0,008
Iraí de Minas	ALTO PARANAÍBA	3361	3288	13780	4100	0,822	0,193	0,076	0,045
Itabira	CENTRAL	69238	68639	287240	4149	0,450	0,105	0,035	0,020
Itabirinha de Mantena	DOCE	10692	10576	17804	1665	0,393	0,384	0,127	0,059
Itabirito	CENTRAL	26379	26269	112579	4268	0,407	0,057	0,019	0,010

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Itacambira	NORTE	8498	8473	8679	1021	0,166	0,457	0,148	0,065
Itacarambi	NORTE	16763	16508	21313	1271	0,343	0,460	0,185	0,105
Itaguara	CENTRAL	9616	9497	21293	2214	0,443	0,253	0,089	0,049
Itaipé	JEQUIT./MUCURI	14753	14613	13449	912	0,320	0,643	0,281	0,159
Itajubá	SUL	59043	58676	266081	4507	0,501	0,084	0,029	0,016
Itamarandiba	JEQUIT./MUCURI	27932	27042	42040	1505	0,437	0,432	0,197	0,117
Itamarati de Minas	MATA	2905	2857	7502	2582	0,367	0,196	0,059	0,030
Itambacuri	DOCE	22230	21861	43297	1948	0,611	0,453	0,186	0,104
Itambé do Mato Dentro	CENTRAL	3263	3228	5543	1700	0,274	0,300	0,083	0,036
Itamogi	SUL	8885	8863	25588	2860	0,374	0,098	0,024	0,010
Itamonte	SUL	8010	7949	28713	3585	0,628	0,214	0,077	0,037
Itanhandu	SUL	9381	9298	33385	3559	0,466	0,110	0,041	0,026
Itanhomi	DOCE	20471	20334	32767	1601	0,506	0,459	0,186	0,101
Itaobim	JEQUIT./MUCURI	17792	17449	33945	1908	0,598	0,410	0,163	0,089
Itapagipe	TRIÂNGULO	11298	11274	50375	4459	0,439	0,053	0,015	0,007
Itapecerica	CENTRO OESTE	21397	21309	49280	2303	0,415	0,241	0,074	0,034
Itapeva	SUL	4677	4652	17951	3838	0,455	0,075	0,027	0,013
Itatiaiuçu	CENTRAL	5423	5423	14174	2614	0,338	0,103	0,018	0,005
Itaúna	CENTRO OESTE	52560	52184	237431	4517	0,452	0,052	0,019	0,012
Itaverava	CENTRAL	6132	5980	11976	1953	0,515	0,355	0,152	0,090
Itinga	JEQUIT./MUCURI	23420	23016	26633	1137	0,276	0,495	0,190	0,099
Itueta	DOCE	6963	6923	13376	1921	0,379	0,291	0,094	0,045
Ituiutaba	TRIÂNGULO	72764	72071	353653	4860	0,621	0,096	0,032	0,019
Itumirim	SUL	5034	4923	14694	2919	0,533	0,219	0,079	0,045
Iturama	TRIÂNGULO	46616	46156	186348	3998	0,631	0,124	0,037	0,020
Itutinga	SUL	3849	3833	11961	3108	0,456	0,177	0,061	0,031
Jaboticatubas	CENTRAL	11395	11337	24180	2122	0,396	0,246	0,082	0,038
Jacinto	JEQUIT./MUCURI	11608	11409	17339	1494	0,463	0,472	0,187	0,103
Jacui	SUL	6508	6339	14019	2154	0,448	0,307	0,112	0,064
Jacutinga	SUL	11378	11312	49210	4325	0,603	0,126	0,041	0,020
Jaguaraçu	DOCE	2010	1969	5981	2976	0,651	0,304	0,147	0,085
Janaúba	NORTE	42444	42257	109986	2591	0,458	0,197	0,051	0,021
Januária	NORTE	70715	69969	104644	1480	0,506	0,490	0,208	0,116
Japaraíba	CENTRO OESTE	2848	2844	6202	2178	0,213	0,066	0,021	0,009
Jeceaba	CENTRAL	6247	6214	11331	1814	0,294	0,244	0,083	0,038
Jequeri	MATA	16256	16106	26257	1615	0,554	0,490	0,207	0,114
Jequitai	NORTE	8020	7957	20827	2597	0,478	0,223	0,066	0,032
Jequitibá	CENTRAL	4707	4661	8376	1779	0,245	0,194	0,053	0,024
Jequitinhonha	JEQUIT./MUCURI	22473	22304	40913	1821	0,550	0,440	0,163	0,082
Jesuânia	SUL	4272	4237	9539	2233	0,366	0,161	0,051	0,024
Joaíma	JEQUIT./MUCURI	18564	18249	30715	1655	0,586	0,475	0,193	0,105
Joanésia	DOCE	7200	6534	8183	1137	0,446	0,562	0,296	0,207
João Monlevade	CENTRAL	46652	46397	242294	5194	0,422	0,056	0,019	0,011
João Pinheiro	NOROESTE	45012	44446	171062	3800	0,569	0,135	0,048	0,027
Joaquim Felício	CENTRAL	4834	4806	16287	3369	0,701	0,223	0,076	0,037
Jordânia	JEQUIT./MUCURI	8135	7978	12005	1476	0,444	0,487	0,191	0,102
Juiz de Fora	MATA	297755	295667	1710326	5744	0,504	0,054	0,020	0,012
Juramento	NORTE	6813	6725	10851	1593	0,309	0,315	0,112	0,058
Juruáia	SUL	5304	5272	13200	2489	0,478	0,225	0,068	0,031
Ladainha	JEQUIT./MUCURI	15775	15398	19038	1207	0,298	0,461	0,187	0,106
Lagamar	NOROESTE	9451	9388	21433	2268	0,447	0,243	0,072	0,032
Lagoa da Prata	CENTRO OESTE	23891	23759	76968	3222	0,416	0,080	0,022	0,011
Lagoa dos Patos	NORTE	3826	3818	7300	1908	0,395	0,288	0,086	0,036
Lagoa Dourada	CENTRAL	8673	8621	31278	3606	0,602	0,173	0,055	0,025

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		REND TOTAL (Cr\$ mil) (3)	REND FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Lagoa Formosa	ALTO PARANAÍBA	17354	17248	41221	2375	0,501	0,255	0,095	0,050
Lagoa Santa	CENTRAL	18954	18688	74281	3919	0,516	0,484	0,203	0,116
Lajinha	MATA	15781	15692	39392	2496	0,552	0,270	0,094	0,046
Lambari	SUL	13752	13651	49621	3608	0,619	0,162	0,057	0,031
Lamim	MATA	3472	3472	4598	1324	0,322	0,442	0,160	0,077
Laranjal	MATA	6093	6042	15268	2506	0,436	0,223	0,071	0,035
Lassance	NORTE	6194	6054	25097	4052	0,920	0,206	0,073	0,041
Lavras	SUL	51386	51018	255523	4973	0,590	0,086	0,026	0,014
Leandro Ferreira	CENTRO OESTE	2755	2728	6292	2284	0,429	0,202	0,061	0,030
Leopoldina	MATA	41146	40980	144815	3520	0,597	0,187	0,085	0,032
Liberdade	SUL	6195	6151	13306	2148	0,484	0,324	0,115	0,052
Lima Duarte	MATA	14186	14093	36716	2588	0,487	0,250	0,082	0,039
Luminárias	SUL	5295	5265	13965	2637	0,474	0,182	0,046	0,021
Luz	CENTRO OESTE	14213	14101	49556	3487	0,569	0,169	0,054	0,028
Machacalis	JEQUIT.MUCURI	6175	6093	12133	1965	0,556	0,393	0,152	0,079
Machado	SUL	26407	26310	89084	3374	0,511	0,142	0,033	0,014
Madre de Deus de Minas	CENTRAL	4626	4559	15896	3436	0,543	0,221	0,083	0,046
Malacacheta	JEQUIT.MUCURI	36017	35728	54519	1514	0,474	0,480	0,181	0,093
Manga	NORTE	32636	32436	47948	1469	0,356	0,423	0,138	0,064
Manhuaçu	MATA	56715	56324	206152	3635	0,592	0,166	0,050	0,024
Manhumirim	MATA	25343	25262	81777	3227	0,655	0,211	0,069	0,033
Mantena	DOCE	39071	38610	100545	2573	0,579	0,288	0,094	0,047
Mar de Espanha	MATA	7724	7676	26763	3465	0,504	0,140	0,046	0,023
Maravilhas	CENTRAL	4784	4768	12689	2652	0,397	0,166	0,047	0,019
Maria da Fé	SUL	11045	11018	34406	3115	0,421	0,122	0,043	0,021
Mariana	CENTRAL	28643	28278	85736	2993	0,434	0,171	0,059	0,032
Marilac	DOCE	4142	3990	6497	1569	0,392	0,463	0,170	0,090
Maripá de Minas	MATA	2170	2158	6076	2800	0,844	0,230	0,086	0,045
Marliéria	DOCE	4044	3916	7937	1963	0,361	0,275	0,100	0,059
Marmelópolis	SUL	2776	2776	4322	1557	0,303	0,327	0,114	0,055
Martinho Campos	CENTRO OESTE	9492	9444	25214	2656	0,343	0,135	0,037	0,017
Materlândia	DOCE	4901	4881	6957	1419	0,504	0,550	0,215	0,112
Mateus Leme	CENTRAL	18094	17784	65323	3610	0,512	0,505	0,228	0,132
Mathias Lobato	DOCE	3036	3006	5397	1778	0,299	0,333	0,101	0,044
Matias Barbosa	MATA	9261	9261	36327	3923	0,572	0,095	0,021	0,007
Matipó	MATA	11404	11234	25072	2198	0,494	0,274	0,101	0,053
Mato Verde	NORTE	16664	16555	29568	1774	0,336	0,266	0,083	0,039
Matozinhos	CENTRAL	16040	15907	51740	3226	0,370	0,083	0,029	0,018
Matutina	ALTO PARANAÍBA	4193	4110	12276	2928	0,649	0,326	0,102	0,056
Medeiros	CENTRO OESTE	2485	2477	7701	3099	0,353	0,111	0,025	0,010
Medina	JEQUIT.MUCURI	22178	21626	39913	1800	0,693	0,492	0,217	0,129
Mendes Pimentel	DOCE	15084	14886	20885	1385	0,354	0,441	0,167	0,088
Mercês	MATA	10027	9967	20462	2041	0,584	0,405	0,158	0,083
Mesquita	DOCE	14198	13330	26561	1871	0,397	0,336	0,138	0,093
Minas Novas	JEQUIT.MUCURI	27064	26390	36230	1339	0,368	0,439	0,187	0,111
Minduri	SUL	3988	3939	15577	3906	0,619	0,177	0,058	0,030
Mirabela	NORTE	14325	14114	22657	1582	0,499	0,451	0,195	0,111
Miradouro	MATA	9265	9217	20024	2161	0,396	0,253	0,064	0,026
Mirai	MATA	13696	13672	33579	2452	0,447	0,231	0,074	0,033
Moeda	CENTRAL	3930	3901	8261	2102	0,360	0,268	0,078	0,034
Moema	CENTRO OESTE	5020	4925	13272	2644	0,376	0,147	0,052	0,030
Monjolos	CENTRAL	3080	3080	12036	3908	0,863	0,253	0,073	0,030
Monsenhor Paulo	SUL	5481	5442	13862	2529	0,255	0,120	0,031	0,015
Montalvânia	NORTE	17717	17607	33268	1878	0,484	0,373	0,131	0,065

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA	RENDA FAM.	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)	TOTAL (Cr\$ mil) (3)	PER CAPITA (Cr\$)		p ⁰	p ¹	p ²
Monte Alegre de Minas	TRIÂNGULO	14947	14858	54049	3616	0,406	0,073	0,022	0,011
Monte Azul	NORTE	34502	34267	60234	1746	0,359	0,318	0,109	0,053
Monte Belo	SUL	12126	11895	28303	2334	0,405	0,208	0,084	0,053
Monte Carmelo	ALTO PARANAÍBA	26570	26285	98892	3722	0,512	0,102	0,036	0,021
Monte Santo de Minas	SUL	18317	18225	69443	3791	0,547	0,087	0,021	0,010
Monte Sião	SUL	10856	10822	42426	3908	0,336	0,049	0,015	0,007
Montes Claros	NORTE	170750	169033	641880	3759	0,631	0,184	0,066	0,035
Morada Nova de Minas	CENTRAL	5851	5782	16978	2902	0,422	0,149	0,053	0,032
Morro da Garça	CENTRAL	2594	2584	5997	2312	0,395	0,160	0,056	0,026
Morro do Pilar	CENTRAL	4097	4067	7917	1932	0,377	0,274	0,081	0,036
Munhoz	SUL	4320	4247	9727	2252	0,367	0,209	0,068	0,039
Muriae	MATA	68188	67853	237838	3488	0,531	0,155	0,046	0,022
Mutum	DOCE	25787	25444	46244	1793	0,479	0,381	0,145	0,078
Muzambinho	SUL	15395	15297	57593	3741	0,570	0,158	0,051	0,025
Nacip Raydan	DOCE	4183	4023	5300	1267	0,366	0,550	0,208	0,116
Nanuque	JEQUIT./MUCURI	41847	41472	122179	2920	0,584	0,236	0,074	0,037
Natércia	SUL	4217	4212	9811	2326	0,336	0,163	0,054	0,023
Nazareno	CENTRAL	5862	5814	18101	3088	0,436	0,113	0,033	0,018
Nepomuceno	SUL	20922	20672	62387	2982	0,728	0,287	0,103	0,054
Nova Era	CENTRAL	14347	14159	61345	4276	0,511	0,105	0,039	0,024
Nova Lima	CENTRAL	40359	40046	191681	4749	0,461	0,347	0,121	0,063
Nova Módica	DOCE	5181	5140	9424	1819	0,502	0,398	0,154	0,080
Nova Ponte	ALTO PARANAÍBA	5228	5175	17516	3350	0,471	0,102	0,033	0,019
Nova Resende	SUL	9834	9746	26721	2717	0,487	0,207	0,067	0,031
Nova Serrana	CENTRO OESTE	9165	9102	25204	2750	0,311	0,112	0,028	0,015
Nova União	CENTRAL	4035	4035	6963	1726	0,336	0,331	0,085	0,033
Novo Cruzeiro	JEQUIT./MUCURI	30705	30366	36111	1176	0,315	0,490	0,192	0,101
Olaría	MATA	2219	2219	4294	1935	0,419	0,310	0,098	0,042
Olimpio Noronha	SUL	2093	2093	5101	2437	0,496	0,147	0,041	0,016
Oliveira	CENTRO OESTE	29034	28738	101186	3485	0,625	0,184	0,062	0,033
Oliveira Fortes	MATA	2184	2184	6807	3117	0,708	0,218	0,073	0,035
Onça de Pitangui	CENTRAL	2742	2737	6061	2211	0,345	0,225	0,065	0,026
Ouro Branco	CENTRAL	11594	11457	69162	5965	0,528	0,064	0,023	0,015
Ouro Fino	SUL	21928	21665	94416	4306	0,567	0,097	0,032	0,019
Ouro Preto	CENTRAL	52003	51578	213698	4109	0,552	0,111	0,040	0,023
Ouro Verde de Minas	JEQUIT./MUCURI	9637	9450	11941	1239	0,341	0,489	0,197	0,107
Padre Paraíso	JEQUIT./MUCURI	14691	14222	20068	1366	0,519	0,529	0,248	0,156
Paineiras	CENTRAL	5804	5715	13093	2256	0,331	0,187	0,060	0,034
Pains	CENTRO OESTE	8028	7944	24719	3079	0,482	0,180	0,051	0,026
Paiva	MATA	1631	1624	3270	2005	0,406	0,267	0,091	0,044
Palma	MATA	7723	7603	21554	2791	0,647	0,318	0,100	0,048
Papagaios	CENTRAL	6614	6577	19565	2958	0,483	0,184	0,065	0,031
Pará de Minas	CENTRAL	43767	43548	168795	3857	0,405	0,061	0,019	0,010
Paracatu	NOROESTE	47660	46787	162987	3420	0,660	0,199	0,080	0,048
Paraguaçu	SUL	14304	14259	48986	3425	0,511	0,135	0,036	0,015
Paraisópolis	SUL	13465	13398	43520	3232	0,476	0,132	0,038	0,018
Paraopeba	CENTRAL	10596	10527	30853	2912	0,364	0,123	0,038	0,020
Passa Quatro	SUL	11942	11839	40344	3378	0,521	0,168	0,048	0,025
Passa Tempo	CENTRO OESTE	7561	7463	17705	2342	0,583	0,337	0,125	0,066
Passa Vinte	SUL	3486	3443	14793	4243	0,572	0,055	0,021	0,015
Passabém	CENTRAL	2594	2568	5308	2046	0,411	0,303	0,107	0,055
Passos	SUL	68123	67415	290674	4267	0,468	0,065	0,025	0,017
Patos de Minas	ALTO PARANAÍBA	84599	83997	304286	3597	0,556	0,155	0,052	0,027
Patrocínio	ALTO PARANAÍBA	43118	42844	153347	3556	0,527	0,132	0,041	0,021

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA	RENDA FAM.	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)	TOTAL (Cr\$ mil) (3)	PER CAPITA (Cr\$)		p ⁰	p ¹	p ²
Paltoocínio do Muriaé	MATA	4245	4207	6729	1585	0,335	0,373	0,117	0,053
Paula Cândido	MATA	8096	7998	12652	1563	0,444	0,447	0,180	0,102
Paulistas	DOCE	5467	5306	6470	1183	0,458	0,565	0,255	0,148
Pavão	JEQUIT./MUCURI	10738	10546	18515	1724	0,651	0,489	0,214	0,123
Peçanha	DOCE	22079	21849	34692	1571	0,522	0,469	0,186	0,098
Pedra Azul	JEQUIT./MUCURI	19845	19654	65334	3292	1,059	0,392	0,162	0,089
Pedra do Anta	MATA	4088	4078	4881	1194	0,470	0,606	0,246	0,131
Pedra do Indaiá	CENTRO OESTE	4555	4548	10033	2203	0,281	0,177	0,049	0,022
Pedra Dourada	MATA	1222	1222	1477	1209	0,393	0,489	0,210	0,128
Pedraiva	SUL	9763	9763	24406	2500	0,578	0,252	0,073	0,029
Pedrinópolis	ALTO PARANAÍBA	3610	3598	11645	3226	0,497	0,153	0,037	0,014
Pedro Leopoldo	CENTRAL	29261	29128	126275	4315	0,448	0,385	0,151	0,079
Pedro Teixeira	MATA	1517	1517	2275	1500	0,256	0,317	0,115	0,049
Pequeri	MATA	2603	2601	5921	2275	0,285	0,181	0,048	0,017
Pequi	CENTRAL	2903	2870	7854	2705	0,374	0,169	0,045	0,021
Perdigão	CENTRO OESTE	4357	4340	8816	2023	0,286	0,193	0,052	0,021
Perdizes	ALTO PARANAÍBA	9093	9039	35335	3886	0,665	0,186	0,058	0,025
Perdões	CENTRO OESTE	14024	13898	40697	2902	0,491	0,190	0,070	0,037
Pescador	DOCE	4155	4096	7121	1714	0,411	0,421	0,133	0,064
Piau	MATA	3413	3365	7235	2120	0,493	0,308	0,121	0,067
Piedade de Ponte Nova	MATA	4572	4550	9926	2171	0,440	0,175	0,057	0,029
Piedade do Rio Grande	CENTRAL	5190	5119	12927	2491	0,503	0,283	0,093	0,045
Piedade dos Gerais	CENTRAL	3788	3744	5982	1579	0,454	0,408	0,169	0,091
Pimenta	CENTRO OESTE	5595	5578	16295	2912	0,409	0,093	0,044	0,028
Piracema	CENTRO OESTE	6192	6143	14707	2375	0,338	0,142	0,040	0,020
Pirajuba	TRIÂNGULO	2975	2948	8583	2885	0,196	0,034	0,012	0,010
Piranga	MATA	15719	15582	19691	1253	0,394	0,494	0,208	0,115
Piranguçu	SUL	4684	4672	8681	1853	0,385	0,312	0,094	0,041
Piranguinho	SUL	5520	5484	13199	2391	0,452	0,234	0,073	0,034
Pirapetinga	MATA	7198	7143	18453	2564	0,452	0,247	0,065	0,028
Pirapora	NORTE	31848	31417	112352	3528	0,481	0,123	0,040	0,024
Piraúba	MATA	10086	10060	20347	2017	0,582	0,381	0,128	0,059
Pitangui	CENTRAL	15990	15902	49245	3080	0,411	0,138	0,043	0,021
Piui	CENTRO OESTE	20552	20332	75089	3654	0,470	0,099	0,033	0,019
Pianura	TRIÂNGULO	8102	8068	41640	5140	0,548	0,018	0,009	0,006
Poço Fundo	SUL	12341	12323	36754	2978	0,440	0,134	0,036	0,013
Poços de Caldas	SUL	84170	83684	518205	6157	0,452	0,030	0,011	0,008
Pocrane	DOCE	12094	11654	16334	1351	0,380	0,487	0,196	0,111
Pompéu	CENTRAL	16940	16784	73769	4355	0,617	0,110	0,037	0,020
Ponte Nova	MATA	48786	48287	189306	3880	0,574	0,142	0,047	0,026
Porteirinha	NORTE	45648	45416	85220	1867	0,445	0,324	0,103	0,047
Porto Firme	MATA	9068	8953	11192	1234	0,488	0,564	0,262	0,154
Poté	JEQUIT./MUCURI	15803	15660	23477	1486	0,360	0,398	0,149	0,079
Pouso Alegre	SUL	55748	55471	267067	4791	0,464	0,061	0,022	0,012
Pouso Alto	SUL	5152	5126	14726	2858	0,482	0,218	0,066	0,030
Prados	CENTRAL	7040	6780	13309	1890	0,403	0,336	0,143	0,089
Prata	TRIÂNGULO	19208	19126	68053	3543	0,524	0,129	0,039	0,020
Pratápolis	SUL	18131	17978	62472	3446	0,405	0,107	0,034	0,018
Pratinha	ALTO PARANAÍBA	2454	2424	5601	2282	0,315	0,131	0,042	0,023
Presidente Bernardes	MATA	6880	6837	9917	1441	0,386	0,432	0,173	0,087
Presidente Juscelino	CENTRAL	5570	5529	15764	2830	0,784	0,378	0,122	0,058
Presidente Kubitschek	CENTRAL	2389	2287	3055	1279	0,243	0,380	0,171	0,106
Presidente Olegário	NOROESTE	23819	23569	58495	2456	0,515	0,252	0,096	0,054
Prudente de Morais	CENTRAL	4114	4008	9796	2381	0,303	0,150	0,050	0,032

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA	RENDA FAM.	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)	TOTAL (Cr\$ mil) (3)	PER CAPITA (Cr\$)		p ⁰	p ¹	p ²
Quartel Geral	CENTRO OESTE	3063	3036	8730	2850	0,480	0,139	0,043	0,020
Queiluzita	CENTRAL	1895	1885	3843	2028	0,234	0,193	0,053	0,021
Raposos	CENTRAL	11547	11383	35369	3063	0,280	0,445	0,174	0,095
Raul Soares	MATA	31783	31514	68612	2159	0,587	0,353	0,144	0,080
Recreio	MATA	10671	10622	31787	2979	0,530	0,192	0,071	0,037
Resende Costa	CENTRAL	8368	8351	24741	2957	0,425	0,158	0,046	0,020
Resplendor	DOCE	19113	18931	46021	2408	0,473	0,260	0,082	0,042
Reasaquinha	CENTRAL	8990	8911	20017	2227	0,423	0,251	0,076	0,035
Riacho dos Machados	NORTE	8929	8781	7885	883	0,307	0,601	0,284	0,169
Ribeirão das Neves	CENTRAL	65697	65015	169091	2574	0,282	0,548	0,207	0,107
Ribeirão Vermelho	SUL	3560	3560	12467	3502	0,393	0,135	0,039	0,015
Rio Acima	CENTRAL	5018	4977	12508	2493	0,345	0,609	0,259	0,145
Rio Casca	MATA	15626	15518	39876	2552	0,462	0,211	0,069	0,032
Rio do Prado	JEQUIT. MUCURI	13191	12789	12828	972	0,392	0,638	0,301	0,176
Rio Doce	MATA	2746	2696	4639	1690	0,430	0,417	0,166	0,088
Rio Espera	MATA	7665	7546	9526	1243	0,430	0,507	0,226	0,128
Rio Manso	CENTRAL	4412	4340	8671	1965	0,296	0,226	0,075	0,039
Rio Novo	MATA	9468	9403	22169	2341	0,479	0,238	0,076	0,035
Rio Paranaíba	ALTO PARANAÍBA	10585	10550	39115	3695	0,484	0,108	0,034	0,017
Rio Pardo de Minas	NORTE	41904	40642	41278	985	0,310	0,578	0,256	0,148
Rio Piracicaba	CENTRAL	12262	12021	42460	3463	0,514	0,153	0,056	0,035
Rio Pomba	MATA	13724	13575	45350	3304	0,733	0,264	0,111	0,062
Rio Preto	MATA	8056	7941	20879	2592	0,564	0,273	0,100	0,053
Rio Vermelho	CENTRAL	14704	14560	18739	1274	0,367	0,519	0,186	0,090
Ritópolis	CENTRAL	5789	5756	12479	2156	0,305	0,186	0,058	0,026
Rochedo de Minas	MATA	1518	1518	3397	2238	0,377	0,203	0,044	0,015
Rodeiro	MATA	3186	3181	7381	2317	0,413	0,239	0,071	0,032
Romaria	ALTO PARANAÍBA	2681	2648	6623	2470	0,300	0,100	0,044	0,027
Rubelita	NORTE	10581	10386	11594	1096	0,289	0,537	0,197	0,096
Rubim	JEQUIT. MUCURI	11896	11777	24259	2039	0,825	0,540	0,227	0,128
Sabará	CENTRAL	63278	62939	221519	3501	0,324	0,415	0,155	0,080
Sabinópolis	DOCE	14498	14083	25769	1777	0,678	0,525	0,234	0,142
Sacramento	ALTO PARANAÍBA	18476	18392	77373	4188	0,534	0,092	0,025	0,012
Salinas	NORTE	47502	47060	79198	1667	0,521	0,437	0,173	0,092
Salto da Divisa	JEQUIT. MUCURI	8064	7944	18651	2313	0,834	0,461	0,191	0,101
Santa Bárbara	CENTRAL	17515	17429	58780	3356	0,504	0,150	0,045	0,020
Santa Bárbara do Tugúrio	CENTRAL	5416	5336	6756	1248	0,349	0,487	0,192	0,100
Santa Cruz do Escalvado	MATA	7517	7473	11143	1482	0,341	0,421	0,131	0,060
Santa Efigênia de Minas	DOCE	4443	4336	5680	1279	0,315	0,392	0,157	0,095
Santa Fé de Minas	NORTE	3598	3482	5534	1538	0,312	0,342	0,139	0,086
Santa Juliana	ALTO PARANAÍBA	5909	5882	37478	6343	0,871	0,058	0,016	0,009
Santa Luzia	CENTRAL	59047	58430	193139	3271	0,338	0,451	0,170	0,089
Santa Margarida	MATA	11015	10999	27352	2483	0,585	0,302	0,113	0,058
Santa Maria de Itabira	CENTRAL	9294	9206	21287	2290	0,472	0,260	0,093	0,044
Santa Maria do Salto	JEQUIT. MUCURI	4540	4498	7772	1712	0,605	0,459	0,181	0,100
Santa Maria do Suaçuí	DOCE	19363	19015	37657	1945	0,617	0,436	0,187	0,105
Santa Rita de Caldas	SUL	8901	8746	26804	3011	0,381	0,131	0,050	0,032
Santa Rita de Jacutinga	MATA	5434	5322	16828	3097	0,524	0,223	0,079	0,047
Santa Rita do Ibitipoca	MATA	5321	5245	11182	2102	0,620	0,432	0,143	0,069
Santa Rita do Itueto	DOCE	6856	6844	18961	2766	0,509	0,200	0,047	0,018
Santa Rita do Sapucaí	SUL	21664	21542	89588	4135	0,610	0,127	0,040	0,019
Santa Rosa da Serra	ALTO PARANAÍBA	2732	2706	6214	2274	0,408	0,253	0,070	0,031
Santa Vitória	TRIÂNGULO	17203	17001	54798	3185	0,490	0,159	0,053	0,029
Santana da Vargem	SUL	6304	6282	13316	2112	0,380	0,223	0,074	0,032

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Santana de Cataguases	MATA	3189	3189	6742	2114	0,387	0,225	0,066	0,029
Santana de Pirapama	CENTRAL	10003	9780	15044	1504	0,409	0,403	0,178	0,102
Santana do Deserto	MATA	3210	3204	8190	2551	0,333	0,170	0,037	0,012
Santana do Garambéu	CENTRAL	1632	1632	2056	1260	0,358	0,455	0,186	0,101
Santana do Jacaré	CENTRO OESTE	3557	3549	8924	2509	0,714	0,333	0,123	0,065
Santana do Manhuaçu	MATA	7721	7678	13345	1728	0,372	0,374	0,127	0,059
Santana do Riacho	CENTRAL	3187	3061	7731	2426	0,868	0,476	0,183	0,102
Santana dos Montes	CENTRAL	4280	4237	8996	2102	0,434	0,294	0,096	0,047
Santo Antônio do Amparo	CENTRO OESTE	11627	11514	32892	2829	0,822	0,366	0,120	0,058
Santo Antônio do Aventureiro	MATA	3973	3958	11817	2974	0,715	0,300	0,109	0,058
Santo Antônio do Gramma	MATA	4756	4730	9190	1932	0,438	0,298	0,101	0,046
Santo Antônio do Itambé	CENTRAL	5210	5179	7162	1375	0,186	0,288	0,073	0,028
Santo Antônio do Jacinto	JEQUIT/MUCURI	12659	12633	16719	1321	0,228	0,339	0,100	0,040
Santo Antônio do Monte	CENTRO OESTE	14795	14705	55340	3740	0,518	0,112	0,030	0,015
Santo Antônio do Rio Abaixo	CENTRAL	2675	2631	3660	1368	0,243	0,348	0,111	0,056
Santo Hipólito	CENTRAL	3594	3547	7990	2223	0,562	0,332	0,105	0,051
Santos Dumont	MATA	39295	38932	131630	3350	0,447	0,136	0,045	0,024
São Bento Abade	SUL	1779	1729	3074	1728	0,239	0,193	0,079	0,048
São Brás do Suaçuí	CENTRAL	2972	2915	9117	3068	0,466	0,139	0,060	0,041
São Domingos do Prata	CENTRAL	17288	16961	43630	2524	0,565	0,270	0,106	0,058
São Francisco	NORTE	60925	60221	78566	1290	0,384	0,497	0,194	0,102
São Francisco de Paula	CENTRO OESTE	5383	5352	12089	2246	0,621	0,347	0,113	0,053
São Francisco de Sales	TRIÂNGULO	4403	4403	17825	4048	0,559	0,093	0,031	0,014
São Francisco do Glória	MATA	5514	5422	10418	1889	0,435	0,369	0,128	0,068
São Geraldo	MATA	7421	7181	15015	2023	0,468	0,326	0,133	0,083
São Geraldo da Piedade	DOCE	4573	4532	5733	1254	0,424	0,468	0,231	0,144
São Gonçalo do Abaeté	NOROESTE	10563	10473	32593	3086	0,572	0,193	0,062	0,033
São Gonçalo do Pará	CENTRO OESTE	6105	6037	14963	2451	0,316	0,145	0,049	0,026
São Gonçalo do Rio Abaixo	CENTRAL	10034	9860	22838	2276	0,398	0,223	0,084	0,048
São Gonçalo do Rio Preto	CENTRAL	2756	2755	4552	1652	0,522	0,418	0,171	0,100
São Gonçalo do Sapucaí	SUL	17306	17199	66485	3841	0,628	0,120	0,038	0,020
São Gotardo	ALTO PARANAÍBA	17015	16885	69959	4112	0,654	0,145	0,047	0,024
São João Batista do Glória	SUL	4805	4786	12658	2634	0,324	0,095	0,024	0,011
São João da Mata	SUL	2041	2034	5876	2879	0,415	0,214	0,050	0,017
São João da Ponte	NORTE	32344	32136	50421	1559	0,285	0,336	0,095	0,040
São João del Rei	CENTRAL	62790	62350	251826	4011	0,472	0,091	0,030	0,017
São João do Oriente	DOCE	11959	11909	30808	2576	0,594	0,307	0,100	0,047
São João do Paraíso	NORTE	23380	22764	30954	1324	0,290	0,416	0,154	0,085
São João Evangelista	DOCE	14794	14705	24499	1656	0,545	0,449	0,188	0,103
São João Nepomuceno	MATA	17239	17132	67538	3918	0,482	0,089	0,034	0,020
São José da Safira	DOCE	3745	3708	8097	2162	0,380	0,214	0,071	0,034
São José da Varginha	CENTRAL	2019	2019	3693	1829	0,238	0,186	0,053	0,022
São José do Alegre	SUL	2972	2948	6338	2133	0,415	0,251	0,094	0,053
São José do Divino	DOCE	5266	5071	8845	1680	0,383	0,354	0,158	0,100
São José do Goiabal	CENTRAL	6431	6352	11516	1791	0,319	0,279	0,097	0,048
São José do Jacuri	DOCE	11088	11024	15697	1416	0,553	0,547	0,256	0,147
São José do Mantimento	MATA	2637	2595	3684	1397	0,191	0,291	0,101	0,051
São Lourenço	SUL	23269	23052	101669	4369	0,497	0,084	0,032	0,019
São Miguel do Anta	MATA	5458	5416	10915	2000	0,458	0,355	0,118	0,055
São Pedro da União	SUL	4751	4751	12959	2728	0,374	0,094	0,017	0,005
São Pedro do Suaçuí	DOCE	9014	8908	13915	1544	0,324	0,377	0,144	0,075
São Pedro dos Ferros	MATA	11317	11247	23397	2067	0,382	0,239	0,080	0,039
São Romão	NORTE	11624	11256	16875	1452	0,321	0,384	0,142	0,083
São Roque de Minas	CENTRO OESTE	6345	6297	16432	2590	0,307	0,119	0,038	0,019

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
São Sebastião da Bela Vista	SUL	3151	3125	7453	2365	0,341	0,162	0,049	0,023
São Sebastião do Maranhão	DOCE	12673	12423	12914	1019	0,444	0,635	0,303	0,182
São Sebastião do Oeste	CENTRO OESTE	4989	4967	9195	1843	0,273	0,236	0,058	0,023
São Sebastião do Paraíso	SUL	38916	38523	166443	4277	0,516	0,085	0,029	0,017
São Sebastião do Rio Preto	CENTRAL	2725	2711	5532	2030	0,399	0,315	0,093	0,041
São Sebastião do Rio Verde	SUL	1676	1638	3543	2114	0,393	0,242	0,106	0,080
São Tiago	CENTRAL	8869	8837	17409	1963	0,466	0,322	0,117	0,060
São Tomás de Aquino	SUL	7144	7131	26228	3671	0,413	0,061	0,015	0,006
São Tomé das Letras	SUL	4975	4975	12740	2561	0,524	0,257	0,080	0,037
São Vicente de Minas	SUL	5346	5346	21526	4027	0,749	0,229	0,081	0,039
Sapucaí-Mirim	SUL	3668	3650	7687	2096	0,350	0,229	0,078	0,033
Sardoá	DOCE	3603	3449	6537	1814	0,331	0,279	0,145	0,103
Senador Cortes	MATA	1755	1748	5320	3031	0,655	0,288	0,113	0,062
Senador Firmino	MATA	6641	6619	11661	1756	0,510	0,434	0,179	0,094
Senador José Bento	SUL	2107	2098	5254	2494	0,397	0,179	0,051	0,020
Senador Modestino Gonçalves	CENTRAL	5610	5580	6578	1173	0,678	0,544	0,344	0,218
Senhora de Oliveira	MATA	4790	4746	9204	1921	0,484	0,325	0,141	0,077
Senhora do Porto	DOCE	4564	4443	8059	1766	0,465	0,365	0,173	0,108
Senhora dos Remédios	CENTRAL	8995	8914	14168	1575	0,392	0,400	0,137	0,066
Sericita	MATA	5298	5179	16322	3081	0,521	0,217	0,081	0,045
Sertãozinho	SUL	1669	1640	6127	3671	0,924	0,289	0,104	0,052
Serra Azul de Minas	CENTRAL	3820	3814	3910	1023	0,455	0,574	0,279	0,154
Serra da Saudade	CENTRO OESTE	1011	1011	1812	1793	0,228	0,178	0,035	0,009
Serra do Salitre	ALTO PARANAÍBA	6184	6121	21715	3512	0,590	0,142	0,035	0,018
Serra dos Aimorés	JEQUIT./MUCURI	7994	7778	15086	1887	0,577	0,440	0,190	0,113
Serrania	SUL	5677	5667	15349	2704	0,306	0,105	0,024	0,009
Serranos	SUL	2108	2081	5578	2646	0,749	0,381	0,145	0,077
Serro	CENTRAL	16972	16801	33117	1951	0,787	0,518	0,244	0,148
Sete Lagoas	CENTRAL	98357	97599	471203	4791	0,567	0,074	0,025	0,016
Silveirânia	MATA	2073	2073	4167	2010	0,516	0,367	0,141	0,067
Silvianópolis	SUL	5693	5654	19410	3409	0,508	0,133	0,035	0,017
Simão Pereira	MATA	2249	2213	4869	2165	0,363	0,290	0,082	0,039
Simonésia	MATA	14362	14323	34712	2417	0,569	0,305	0,094	0,040
Sobralia	DOCE	7423	7340	8906	1200	0,373	0,542	0,224	0,118
Soledade de Minas	SUL	4782	4770	12116	2534	0,450	0,260	0,082	0,036
Tabuleiro	MATA	4779	4699	9334	1953	0,353	0,255	0,082	0,043
Taiobeiras	NORTE	18532	18423	42233	2279	0,412	0,237	0,075	0,036
Tapira	ALTO PARANAÍBA	2711	2695	7387	2725	0,389	0,164	0,052	0,026
Tapirai	CENTRO OESTE	2360	2354	4086	1731	0,236	0,239	0,082	0,034
Taquaraçu de Minas	CENTRAL	3384	3371	5986	1769	0,517	0,406	0,141	0,073
Tarumirim	DOCE	23705	23139	35842	1512	0,552	0,551	0,222	0,121
Teixeiras	MATA	8512	8441	19540	2296	0,496	0,307	0,106	0,051
Teófilo Otoni	JEQUIT./MUCURI	124636	122848	363989	2920	0,684	0,304	0,117	0,065
Timóteo	DOCE	49032	48717	309984	6322	0,459	0,038	0,014	0,009
Tiradentes	CENTRAL	7587	7558	16591	2187	0,269	0,128	0,029	0,014
Tiros	ALTO PARANAÍBA	9739	9643	23832	2447	0,388	0,224	0,065	0,032
Tocantins	MATA	12223	12158	25709	2103	0,431	0,285	0,088	0,042
Toledo	SUL	3997	3989	9590	2399	0,321	0,162	0,047	0,020
Tombos	MATA	8965	8853	20488	2285	0,503	0,300	0,117	0,064
Três Corações	SUL	43039	42779	201842	4690	0,625	0,105	0,036	0,020
Três Marias	CENTRAL	17148	17031	57414	3348	0,403	0,097	0,032	0,017
Três Pontas	SUL	37001	36767	156483	4229	0,749	0,162	0,050	0,023
Tumiritinga	DOCE	5843	5799	9257	1584	0,378	0,422	0,128	0,057
Tupaciguara	TRIÂNGULO	24678	24562	98053	3973	0,441	0,061	0,016	0,009

MUNICÍPIOS	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	POPULAÇÃO		RENDA TOTAL (Cr\$ mil) (3)	RENDA FAM. PER CAPITA (Cr\$)	THEIL-L	INDICAD. DE POBREZA		
		(1)	(2)				p ⁰	p ¹	p ²
Turmalina	JEQUIT.MUCURI	17027	16796	24954	1466	0,448	0,467	0,195	0,105
Turvolândia	SUL	3413	3346	7971	2335	0,423	0,170	0,064	0,040
Ubá	MATA	52193	51766	180034	3449	0,499	0,138	0,051	0,029
Ubaí	NORTE	12203	12022	19660	1611	0,410	0,379	0,127	0,062
Uberaba	TRIÂNGULO	193547	191928	1000593	5170	0,518	0,044	0,016	0,011
Uberlândia	TRIÂNGULO	234609	232815	1285305	5479	0,453	0,036	0,015	0,011
Umburatiba	JEQUIT.MUCURI	2724	2669	4586	1684	0,466	0,373	0,159	0,089
Unai	NOROESTE	66211	65295	193654	2925	0,527	0,218	0,074	0,040
Urucânia	MATA	8922	8860	20532	2301	0,344	0,178	0,042	0,017
Vargem Bonita	CENTRO OESTE	2477	2467	7377	2978	0,453	0,168	0,047	0,020
Varginha	SUL	63072	62775	329175	5219	0,478	0,051	0,016	0,009
Várzea da Palma	NORTE	18011	17875	61872	3435	0,549	0,116	0,037	0,020
Varzelândia	NORTE	22691	22597	31937	1407	0,293	0,360	0,108	0,047
Vazante	NOROESTE	14391	14247	49524	3441	0,541	0,168	0,058	0,032
Veríssimo	TRIÂNGULO	3300	3288	12507	3790	0,491	0,095	0,021	0,008
Vespasiano	CENTRAL	23849	23405	91541	3838	0,516	0,472	0,198	0,111
Viçosa	MATA	37522	37246	205803	5485	0,724	0,140	0,049	0,027
Vieiras	MATA	4069	4040	7585	1864	0,288	0,261	0,066	0,029
Virgem da Lapa	JEQUIT.MUCURI	13697	13630	19045	1390	0,307	0,392	0,134	0,063
Virgínia	SUL	8160	8031	17798	2181	0,479	0,338	0,128	0,069
Virginópolis	DOCE	9727	9621	19775	2033	0,647	0,460	0,180	0,097
Virgolândia	DOCE	8995	8739	10459	1163	0,364	0,556	0,230	0,127
Visconde do Rio Branco	MATA	25862	25863	79534	3075	0,471	0,150	0,047	0,025
Volta Grande	MATA	4729	4693	15228	3220	0,602	0,228	0,069	0,032
Wenceslau Brás	SUL	2528	2528	4715	1865	0,238	0,217	0,057	0,022
MINAS GERAIS		13068342	12933652	50268348	3850	0,628	0,229	0,084	0,045

Fonte: IPEA-RJ - dados extraídos do IBGE, Censo Demográfico de 1980 (questionário 02).

Notas: (1) População total, exceto residentes em domicílios coletivos.

(2) População total, exceto residentes em domicílios coletivos e indivíduos com renda familiar per capita nula. Esta é a população utilizada nos cálculos do indicador de desigualdade (Theil-L).

(3) Obtida através da multiplicação da população (1) pelo valor da renda familiar per capita.

ANEXO 2 LINHAS DE POBREZA

TABELA 6.2
Linhas de Pobreza e de Indigência por Região e Estrato
Brasil - 1980 /1990

Regiões e Estratos	Linhas de Pobreza ago/80 (Cr\$)	Linhas de Pobreza 1990 (% do sal. mínimo)	Linhas de Indigência 1990 (% do sal. mínimo)
NORTE			
Belém	2412,73	97,92	44,07
Urbano	2151,43	87,32	43,38
Rural	945,14	-	-
NORDESTE			
Fortaleza	2188,01	57,39	23,53
Recife	2288,98	73,82	33,96
Salvador	2340,56	80,98	36,44
Urbano	1603,49	49,91	23,58
Rural	967,86	30,13	20,49
MG / ES			
Belo Horizonte	2054,19	76,33	29,77
Urbano	1381,03	51,32	25,66
Rural	817,57	30,38	20,58
RIO DE JANEIRO			
Metropolitana	2132,32	88,75	37,17
Urbana	1326,73	55,22	27,06
Rural	968,50	40,31	21,37
SÃO PAULO			
Metropolitana	2533,59	103,12	38,15
Urbano	1618,97	65,89	31,63
Rural	1018,50	41,45	24,87
SUL			
Curitiba	1600,60	61,83	27,20
Porto Alegre	2118,23	82,22	35,36
Urbano	1396,42	54,09	28,67
Rural	941,42	36,47	22,61
CENTRO-OESTE			
Brasília	2240,33	90,90	31,32
Urbano	1465,33	60,62	30,00
Rural	945,14	39,20	24,14

Fonte: Rocha, 1995 - Tab. A, p.27

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. in: USP. Estudos Avançados, vol. 9 , no. 24, mai/ago/95.
- _____. Pobreza e exclusão social . in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (org.). Pobreza e mobilidade social. S.P., Nobel, 1993.
- ALBUQUERQUE, R. C. e VILLELA, R. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. in: VELLOSO, J. P. R. (org). A questão social no Brasil. S.P., Nobel, 1991.
- _____. Condições econômicas e políticas. in: VELLOSO, J. P. R. (org) . Estratégia social e desenvolvimento . R.J., José Olímpio, 1992.
- ANAND, Sudhir. Inequality and poverty in Malaysia - measurement and decomposition. Oxford University Press, 1983.
- BARROS, R.P. et al. Bem-estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. set/1995.
- BARROS, R.P. et al. Atlas da desigualdade: a década de 80. in: IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira - 1994. R. J., IPEA, 1993.
- BARROS, R.P. et al. Consequências da desigualdade e seus mecanismos de auto-reprodução: o impacto da educação dos pais sobre o desenvolvimento infantil no Brasil. in: IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira - 1992. R. J., IPEA, 1991.
- BARROS, R. P. e CAMARGO, J. M. As causas da pobreza no Brasil: porca miséria! in: IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira - 1992. R.J., IPEA, 1991.
- _____. Porca miséria II - as causas da pobreza no Brasil. R.J., IPEA, Série Seminários, no. 5, maio/1994a.

- _____. Searching for the determinants of level of social welfare in Latin America. IPEA, Texto para discussão n. 328, jan/ 1994b.
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. Por que o Brasil é mais pobre do que os países industrializados? , s/referência, 1993.
- _____. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. in: FGV/RJ. Revista Brasileira de Economia, vol. 49, no. 2, abr/jun/ 1995a.
- _____. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960/90. R.J., Pesquisa e Planejamento Econômico, v.25, n. 1, abr/ 1995b.
- _____. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. IPEA, Texto para discussão no. 366, fev/ 1995c.
- _____. Os determinantes da desigualdade no Brasil. IPEA, Texto para discussão n. 337, jul/ 1995d.
- _____. Duração da pobreza no Brasil. R. J., IPEA, Série Seminários, no. 25, out/1993.
- _____. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. R. J., IPEA, Série Seminários, no. 23,1993.
- BARROS, R. P. e RAMOS, L. Medidas de desigualdade. R. J., IPEA, Relatório interno, n.1, abr/ 1991.
- BARROS, R. P. e REIS, J.G.A. Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes. in: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil. R.J., Paz e Terra, 1991.
- _____. Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil. in: IPEA, Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 20, no. 3, dez/90.

BONELLI, R. e RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. in: FGV/RJ. Revista Brasileira de Economia, vol. 49, no. 2, abr/jun/95.

_____. Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. IPEA, Texto para discussão no.288, jan/93.

BONELLI, R. e SEDLACEK, G. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. in: BARROS, R. P. e SEDLACEK, G. (eds). Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. R. J., IPEA/RJ, 1988.

CAMARGO, J.M. Distribuir para crescer - propostas para um governo popular e democrático. in: SADER, E. 1994: idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira. R.J., Relume-Dumará, 1993.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. Global/Unicamp, 1985.

_____. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. in: BELLUZO e COUTINHO (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil, n. 2, Brasiliense, 1983.

BOURGUIGNON, F. Decomposable income inequality measures. in: Econometrica, v. 47, 1979.

CASTRO, A. B. Prefácio. in: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil. R.J., Paz e Terra, 1991.

_____. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Forense Universitária, vol. II, 1975.

CHAVES, M. A heterogeneidade regional em Minas Gerais - como combinar o dinâmico e o estagnado. in: VII Seminário sobre a economia mineira (anais), vol. I, 1995.

CORTÉS, F. e RUBALCAVA, R. M. Técnicas estadísticas para el estudio de la desigualdad social. México, El Colegio de México-FLACSO, 1984(2a. Ed.).

- DINIZ, C.C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. IPEA, Texto para discussão no. 375, junho/1995.
- DINIZ, C. C. e SANTOS, F. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. in: AFFONSO, R. e SILVA, P. (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. FUNDAP/UNESP, 1995.
- DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. in: IPEA/IPLAN. Para a década de 90. vol. 3, mar/1990.
- EICHEMBERG, L. C. O que mostram os indicadores da década perdida? Brasília, IPEA, Texto para discussão no. 274, 1992.
- FIORI, J.L. Sobre a crise do Estado brasileiro. in: Revista de Economia Política, Brasiliense, jul-set./1989.
- _____. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. in: Revista de Economia Política, Brasiliense, v. 12, n. 1, jan-mar./ 1992.
- FOSTER, J. e SHORROCKS, A. Poverty ordering and welfare dominance. in: Social Choice and Welfare, v. 5, 1988a.
- _____. Inequality and poverty orderings. in: European Economic Review, v. 32, 1988b.
- _____. Poverty orderings. in: Econometrica, v. 56, n. 1, 1988c.
- FOSTER, J., GREER, J. e THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. in: Econometrica, v.52, 1984.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. As regiões de Minas Gerais e sua inserção no planejamento nacional. B.Horizonte, nov./1995, mimeo.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Cia. Editora Nacional, 13a. ed., 1975.
- GUITARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. in: AFFONSO, R. e SILVA, P. (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. FUNDAP/UNESP, 1995.

- HADDAD, P. R. (coord.) Regiões administrativas - relatório intermediário. B.H., out./1995.
- HADDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década? in: Planejamento e Políticas Públicas, n. 1, jun/1989.
- HOFFMAN, Rodolfo. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. in: FGV/RJ. Revista Brasileira de Economia, vol. 49, no. 2, abr/jun/1995.
- IBGE, Censo Demográfico de 1980.
- KENDALL, M. e STUART, A. The advanced theory of statistics. in: Distribution Theory, McMillan, 4a. ed., v. 1, 1977.
- LANGONI, C. G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. R.J., Expressão e Cultura, 1973.
- LEMOS, M. B. O problema da regionalização: dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa. in: LAVINAS, L. et al. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. S.P., Hucitec, 1993.
- LUSTOSA, T. Q. O. Pobreza e indicadores sociais. in: Proposta, n. 63, dez/1994.
- MARTINS, L. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Paz e Terra, 1985.
- POCHMANN, M. Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90. in: F.E.E. Indicadores econômicos, R.S., v. 21, n. 4, 1994.
- PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. Brasiliense, 17a. edição, 1974.
- PRATES, F. e MARQUES, M. L. A indústria mineira no contexto de um novo ciclo de crescimento no país: estudo de caso da indústria de autopeças. in: VII Seminário sobre a economia mineira (anais), vol. II, 1995.
- RAMOS, L. A distribuição de rendimentos no Brasil - 1976/85. R.J., IPEA, série IPEA no. 141, 1993.

- _____. Desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil: 1976/85. R. J., IPEA, Texto para discussão no. 213, abr/ 91.
- _____. Poverty in Brazil in the 80s. IPEA, Texto para discussão no. 361, dez/94.
- RAMOS, L. e REIS, J. G. A. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil in: CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil. R.J., Paz e Terra, 1991.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. in: Pesquisa e Planejamento Econômico. vol. 22, no. 3, dez/92.
- _____. Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil. R.J., IPEA, Texto p/discussão n. 153, set/88.
- _____. Poverty in Brazil: basic parameters and empirical results. R.J., IPEA, International Seminar-Labor market, roots of poverty and inequality in Brasil, ago/1992.
- _____. Governabilidade e pobreza - o desafio dos números. R.J., IPEA, Texto p/discussão no. 368, fev./95.
- ROCHA, S. e ELLWANGER, R. Linhas de pobreza: alternativas metodológicas a partir de estruturas de consumo observadas. in: Planejamento e Políticas Públicas, no. 9, jun/93.
- ROCHA, S. e TOLOSA, H. C. Políticas de combate à pobreza : experiências e equívocos in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (org.). Pobreza e mobilidade social. S.P., Nobel, 1993.
- _____. Núcleo-periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (org.). Pobreza e mobilidade social. S.P., Nobel, 1993.
- RODRIGUES, M. C. P. Por que o Brasil subiu no ranking do desenvolvimento humano? in: FGV. Conjuntura Econômica. R.J., v. 48, n. 9, set/1994b.

- _____. Desenvolvimento humano no Brasil surpreende ONU. in: FGV. Conjuntura Econômica. R.J., nov/1995.
- _____. O índice de desenvolvimento humano (IDH) da ONU. in: FGV. Conjuntura Econômica. R.J., v. 47, n. 7, jul/1993.
- _____. O I.D.S. e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos estados brasileiros. R.J., IPEA, Série Seminários, n. 9, jun/1994a.
- RODRIGUEZ G., José. Desigualdade salarial e educação em Lima Metropolitana: 1970 a 1984. PUC/RJ, tese de mestrado, jan/91.
- ROMÃO, M. C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. in: CAMARGO e GIAMBIAGI, Distribuição de renda no Brasil. R.J., Paz e Terra, 1991.
- _____. Pobreza: conceito e mensuração. Recife, ed. Universitária da UFPE, 1993.
- SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. in: Econometrica, v. 44, n. 2, mar/1976.
- SHORROCKS, A. The class of additively decomposable inequality measures. in: Econometrica, v. 48, 1980.
- TOLIPAN, R. e TINELLI, A. C. (org.) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento, R. J. , Zahar Ed. , 1978 (vários textos).
- TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. in: VELLOSO, J. P. R. (org). A questão social no Brasil. S.P., Nobel, 1991.
- _____. Redistribuição de renda e combate à pobreza. in: VELLOSO, J. P. R. (org) . Estratégia social e desenvolvimento . R.J., José Olímpio, 1992.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD) . Human Development Report. Oxford University Press, NY, 1992 / 1994 / 1995.

20acpu
0711196